

# ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS SOBRE MOÇAMBIQUE



  
EDITORA  
SCHREIBEN

CRISÓFIA LANGA DA CÂMARA  
ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE  
(ORGANIZADORES)

CRISÓFIA LANGA DA CÂMARA  
ALEXANDRE ANTÓNIO TIMBANE  
(ORGANIZADORES)

# ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS SOBRE MOÇAMBIQUE

  
EDITORA  
SCHREIBEN

2022

© Dos organizadores - 2022  
Editoração: Schreiben  
Imagem da Capa: Freepik  
Revisão: os autores

Conselho Editorial (Editora Schreiben):

Dr. Adelar Heinsfeld (UPF)  
Dr. Airtton Spies (EPAGRI)  
Dra. Ana Carolina Martins da Silva (UERGS)  
Dr. Douglas Orestes Franzen (UCEFF)  
Dr. Eduardo Ramón Palermo López (MPR - Uruguai)  
Dr. Enio Luiz Spaniol (UDESC)  
Dr. Glen Goodman (Arizona State University)  
Dr. Guido Lenz (UFRGS)  
Dr. João Carlos Tedesco (UPF)  
Dr. José Antonio Ribeiro de Moura (FEEVALE)  
Dr. Leandro Hahn (UNIARP)  
Dr. Leandro Mayer (SED-SC)  
Dra. Marciane Kessler (UFPel)  
Dr. Marcos Pereira dos Santos (FAQ)  
Dra. Natércia de Andrade Lopes Neta (UNEAL)  
Dr. Odair Neitzel (UFFS)  
Dr. Wanilton Dudek (UNIUV)

***Esta obra é uma produção independente. A exatidão das informações, opiniões e conceitos emitidos, bem como da procedência das tabelas, quadros, mapas e fotografias é de exclusiva responsabilidade do(s) autor(es).***

Editora Schreiben  
Linha Cordilheira - SC-163  
89896-000 Itapiranga/SC  
Tel: (49) 3678 7254  
editoraschreiben@gmail.com  
www.editoraschreiben.com

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E82 Estudos linguísticos e literários sobre Moçambique. / Organizadores: Crisófia Langa da Câmara, Alexandre António Timbane. – Itapiranga : Schreiben, 2022.  
324 p. : il. ; e-book.  
E-book no formato PDF.

EISBN: 978-65-89963-74-5  
DOI: 10.29327/562768

1. Linguística - Moçambique. 2. Literatura - Moçambique. 3. Mwalimu Dr. Eugeniusz Rzewuski. I. Título. II. Câmara, Crisófia Langa da. III. Timbane, Alexandre António.

CDU 81:82

Bibliotecária responsável Kátia Rosi Possobon CRB10/1782

## Comité Científico

Alexander Meireles da Silva, Universidade Federal de Catalão, Brasil  
Alexandre António Timbane, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Brasil  
Andrea Cristina Muraro, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira-Brasil  
Bento Siteo, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique  
Bernardino Valente Calossa, Universidade Mandume Ya Ndemufayo, Angola  
Crisófia Langa da Câmara, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique  
David Langa, Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique  
Denilson Lima Santos, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil  
Domingas Monte, Universidade Agostinho Neto, Angola  
Eduardo Gomes Machado, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil  
Elen Karla Sousa da Silva, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil  
Eugeniusz Rzewuski, Universidade de Varsóvia, Polónia  
Ivonete da Silva Santos, Universidade Federal de Catalão, Brasil  
João Fernando Andre, Universidade Agostinho Neto, Angola  
João Kissunji, Universidade Agostinho Neto, Angola  
José Gil Vicente, Universidade Federal do Amazonas, Brasil  
Marcos Barone, Universidade Federal de Pernambuco, Brasil  
Maridelma Laperuta-Martins, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil  
Nada El Ahib, Universidade Mohammed V-Rabat, Marrocos  
Paulo Gomes Vaz, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil  
Rajabo Alfredo Mugabo Abdula, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil  
Rosa Rodrigues, Universidade Heidelberg, Alemanha  
Rufino Alfredo, Universidade Púnguè, Moçambique  
Sabrina Rodrigues Garcia Balsalobre, Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Brasil  
Salomão António Carlos Massingue, Universidade de Save, Moçambique  
Uelton da Silva Santos, Universidade Federal da Bahia, Brasil

# DEDICATÓRIA

À Família Langa e Família Câmara

À Família Timbane

Aos colegas que sempre apoiaram e acreditaram nas nossas ideias

À todos que sonham em suas línguas maternas

Aos estudantes e docentes do Curso de Especialização em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa da UNILAB (1ª turma-2022)

## AGRADECIMENTOS



# SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| DEDICATÓRIA.....   | 4  |
| AGRADECIMENTOS.....  | 5  |
| PREFÁCIO.....  | 8  |
| HOMENAGEM AO MWALIMU DR. EUGENIUSZ RZEWUSKI.....                               | 10 |
| APRESENTAÇÃO DA OBRA “ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS SOBRE MOÇAMBIQUE”..... | 16 |
| <i>Alexandre António Timbane</i>   |    |
| <i>Crisófia Langa da Câmara</i>  |    |

## SEÇÃO I

|   |     |
|---|-----|
| ESTUDOS LINGUÍSTICOS CIWUTEE: LÍNGUA DE OBJECTO SIMÉTRICO OU LÍNGUA DE OBJECTO ASSIMÉTRICO?.....  | 27  |
| <i>Armindo Ngunga</i>   |     |
| <i>Joaquim João Razão</i>   |     |
| DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA ASPIRAÇÃO NA LÍNGUA XIRHONGA (S54).....  | 39  |
| <i>Ernesto Dimande</i>  |     |
| ESTRUTURA DERIVADA DOS VERBOS DE MOVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES SEMÂNTICO-SINTÁCTICAS NA LÍNGUA ELOMWE (P32).....                                     | 57  |
| <i>Arigo Saraiva</i>  |     |
| A LOCATIVIZAÇÃO NA LÍNGUA EMAKHUWA (P31).....   | 77  |
| <i>Estela Paulo Sande</i>   |     |
| A CODIFICAÇÃO DA NEGAÇÃO NA LÍNGUA NYUNGWE (N43).....   | 101 |
| <i>Crisófia Langa da Câmara</i>   |     |
| AS INTERSECÇÕES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS NO LÉXICO: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ESCRITAS EM BANCAS E / OU BARRACAS NA CIDADE DE MAXIXE – MOÇAMBIQUE..... | 118 |
| <i>Lucério Gundane</i>  |     |
| IDEOLOGIAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: O CASO DA RÁDIO MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PÓS-COLONIAL.....  | 136 |
| <i>António Miguel Ndapassoa</i>   |     |
| A EMERGÊNCIA DA NORMATIZAÇÃO DAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE: AVANÇOS E DESAFIOS.....   | 149 |
| <i>Mbiavanga Fernando</i>   |     |
| <i>Alexandre António Timbane</i>  |     |

## SEÇÃO II

|   |     |
|---|-----|
| ESTUDOS LITERÁRIOS MAGAÍÇAS E MUKHERISTAS:<br>FULGORES DE VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS.....   | 175 |
| <i>Teresa Manjate</i>   |     |
| ANÁLISE DA DIMENSÃO DIDÁTICA DA OBRA<br>“LEONA, A FILHA DO SILÊNCIO”.....   | 190 |
| <i>Francisco Panguana Júnior</i>  |     |
| A CONCEPÇÃO DA PERSONAGEM UGUEZY KANYEMBA EM<br>“O VAGABUNDO DA PÁTRIA”, DE MARCELO PANGUANA.....                                       | 204 |
| <i>Isaías Mucindo Armando Mate</i><br><i>Salomão António Carlos Massingue</i><br><i>Bonifácio Ernesto Guilundo</i>                      |     |
| AS MARCAS DA ORALIDADE NA OBRA “TERRA SONÂMBULA”<br>DE MIA COUTO.....   | 220 |
| <i>Francisco do Nascimento Gomes Filho</i>  |     |
| DESAMOR E ESQUECIMENTO EM<br>“CHOVEM AMORES NA RUA DO MATADOR”.....   | 235 |
| <i>Francisca Kellyane Cunha Pereira</i>   |     |
| MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE “NAS ÁGUAS DO TEMPO”,<br>DE MIA COUTO.....   | 252 |
| <i>Leandro de Jesus da Silva</i>  |     |
| A LINGUAGEM COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA<br>IDENTIDADE MOÇAMBICANA NA OBRA “TERRA SONÂMBULA”<br>DE MIA COUTO.....                     | 272 |
| <i>Rute Souza Silva</i>   |     |
| O FEMININO E O MÍSTICO COMO MARCAS DE IDENTIDADE<br>NAS OBRAS DE PAULINA CHIZIANE (MOÇAMBIQUE)<br>E DE ODETE SEMEDO (GUINÉ-BISSAU)..... | 290 |
| <i>Antônia Valdilene Rocha de Souza</i><br><i>Alexandre António Timbane</i>   |     |
| AUTORES.....  | 314 |



# PREFÁCIO

Moçambique é um país multilíngue e multicultural no qual coexistem línguas pertencentes ao grupo bantu, faladas por mais de 80% da população; o português, falado quer como língua primeira, quer como língua segunda por mais de 50% da população; línguas de origem asiática e outras línguas africanas, para além de línguas de comunicação mais ampla, como o inglês. Este mosaico linguístico e cultural não se espelha na política linguística vigente no país, sendo o português a única língua oficial, conforme consignado na Constituição da República.

A adoção do português como única língua oficial não favorece o desenvolvimento harmonioso das várias línguas e culturas em contacto, e exclui grande parte dos cidadãos não falantes do português, de participarem no desenvolvimento socioeconómico do país, por lhes vedar a possibilidade de se expressarem livremente nas suas línguas e, desse modo, exercerem na plenitude a sua cidadania.

Em meados dos anos 80, desenvolveu-se no país o debate sobre a questão linguística e, nesse debate, a Faculdade de Letras da Universidade Eduardo Mondlane assumiu um papel preponderante mercê da criação e do papel do Núcleo de Estudo de Línguas Moçambicanas (NELIMO) projeto que teve como grande impulsionador o linguista e filólogo, Professor Eugeniusz Rzewuski.

Saúdo os organizadores deste e-book por homenagearem o Mwalimu Rzewuski um dos pioneiros do estudo sistematizado das línguas bantu de Moçambique. Regozijo-me em particular, por ter sido sua estudante na minha iniciação aos estudos de linguística bantu. Tal como eu, muitos foram os linguistas moçambicanos que beneficiaram dos seus ensinamentos; com Rzewuski plantou-se a semente cujos frutos cresceram e se multiplicaram, diversificando a sua estrutura e composição. Quero com isto dizer, que não se formaram apenas técnicos, mas indivíduos com capacidade de refletir e de propor soluções criativas, adequadas ao desenvolvimento do país.

Não é demais mencionar que o Mwalimu Rzewuski não se debruçou apenas sobre descrição linguística; o seu trabalho aborda múltiplas questões relativas ao conhecimento de uma língua, incluindo a sua literatura e cultura; inúmeros são os seus estudos sobre a língua, literatura e cultura Swahilis; Mwalimu Rzewuski demonstrou na prática que língua/

literatura e cultura são aspectos complementares e indissociáveis no estudo e abordagem linguísticas, como o são as faces de uma mesma moeda.

Este livro reflete essa simbiose. A sua primeira parte compreende estudos descritivos de fonologia, morfologia, sintaxe e semântica de línguas bantu moçambicanas; tais estudos são o testemunho das responsabilidades dos linguistas de descreverem as gramáticas das línguas, contribuindo para a construção de gramáticas formais, mas também divulgarem as línguas e culturas dos povos que as falam.

A primeira seção do livro termina com um artigo sobre a questão da normatização do português, dando espaço a que essa língua faça parte do universo linguístico dos moçambicanos. O artigo faz ao mesmo tempo, a transição para a segunda parte do livro, que se dedica a estudos sobre literatura em português (de Moçambique), produzida por escritores moçambicanos de vários quadrantes. Os assuntos abordados neste livro vão estimular futuros debates e pesquisa sobre a problemática linguística e cultural no país.

Espero um próximo livro em que a crítica literária verse sobre textos escritos em línguas bantu!

*Inês Machungo*

(Professora da Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique)

Maputo, 17 de março de 2022

## HOMENAGEM AO MWALIMU DR. EUGENIUSZ RZEWUSKI



Foto: Arquivo pessoal do Dr. Eugeniusz Rzewuski.

Linguista e filólogo polaco especializado no estudo de línguas africanas, doutorado pela Universidade de Varsóvia (1972). É professor auxiliar aposentado desde ano 2014 na mesma instituição, após 40 anos de docência e investigação na Universidade de Varsóvia (1967-2014), incluindo docência na Universidade Eduardo Mondlane de Maputo (1977-1983). Suas pesquisas estudam sobre a língua e a cultura suaíli. Em Maputo formou professores e linguistas moçambicanos, cooperou com emissoras em línguas nacionais da Rádio Moçambique. Foi professor visitante nas universidades de Nice Sophia Antipolis, antiga universidade de Nice (França), Instituto Universitário Oriental Nápoles (Itália), Universidade de Lisboa (Portugal), Universidade de Helsinque (Finlândia), Universidade de Santarém (ESSE) (Portugal), palestrou em vários países, dos quais se pode citar: Angola, Brasil, Moçambique, Tanzânia. Membro-fundador e honorário da Associação Polaca de Estudos Africanos. Chefiou embaixadas da Polónia em Dar es Salaam (1995-1999) e Luanda (2003-2006).

Mwalimu Dr. Eugeniusz Rzewuski, nasceu em Lublin, em 19 de novembro de 1944, filho de pai agrônomo e mãe professora. Em 1962 iniciou estudos superiores no Departamento de Estudos Semíticos da Universidade de Varsóvia e concluiu em 1967 defendendo o tema “Estrutura do substantivo no dialeto Kingwana” sob orientação do Dr. Stefan Strelcyn. Seu doutorado foi realizado e concluído em 1972 no Departamento de Estudos Africanos da Universidade Estadual de Leningrado (atualmente Petersburgo) defendendo o tema “Raízes Nominais em Estruturas de Formação de Palavras em Suaíli” sob orientação do Professor Witold Tyloch. Sendo pesquisador notável no Departamento de Estudos Semíticos, agora Departamento de Línguas e Culturas Africanas, Universidade de Varsóvia assumiu missões de pesquisa e coepração em mais de 13 países, dos quais Moçambique, onde trabalhou na Universidade Eduardo Mondlane por seis anos (1977-1983). Foi o fundador do Centro de Estudos das Línguas Moçambicanas, apoiou os primeiros encontros da padronização das línguas bantu moçambicanas. Apoiou na criação de revistas científicas, realizou eventos científicos, apoiou na formação de muitos moçambicanos, orientou pesquisas, escreveu livros, capítulos e artigos científicos dos quais se apresenta a seguir:

## Publicações

Rzewuski, E. Azânia Zamani. Mitos, lendas e tradições dos povos da África Oriental. Varsóvia: Sparks, 1978.

Rzewuski, E.; Ferreira, M. *Antologia da literatura africana da língua portuguesa*. 1978.

Rzewuski, E. A língua portuguesa e as línguas africanas de Moçambique. *Revista Internacional dos Estudos Africanos*. Lisboa, Dias, Jill R. (Eds.). nº3, p.213-220, jan./dez.1985.

Rzewuski, E.; Piłaszewicz, S. (Eds.). Testemunhos não escritos da África Passado. *Orientalia Varsoviensia*, nº 2, Warszawa, WUW, 1991.

Rzewuski, E.; Piłaszewicz, S. (Eds.). *Introdução aos Estudos Africanos*. Varsóvia, WUW, 2004.

Rzewuski, E. Cultura africana e sociedade em transição. Trabalhos na sessão científica realizada em 4 de dezembro de 2009 por ocasião da 40º aniversário de estudos africanos na Universidade de Varsóvia, Varsóvia, Departamento de Línguas e Culturas da África. 2010.

Rzewuski, E. Educação na Etiópia: Educação nos países em desenvolvimento. Anais do seminário realizado em 1967/68 sob a direção de Z.

- Komorowski, Varsóvia, PWN, p.39-70.1969.
- Rzewuski, E. Asili ya Bangwana: origem do Bangwana. Gravações do tradição oral relativa à história da comunidade muçulmana de Kisangani. *Africana Bulletin*, v.21, p.117-146, 1974.
- Rzewuski, E. Bases verbais denominativas em suaíli. *Africana Bulletin*, v.20, p.73-89, 1974.
- Rzewuski, E. Estrutura fonética de raízes nominais Swahili. *Kiswahili*, v.45, n.1, p.10-15, 1975.
- Rzewuski, E. Fontes nativas (crônicas e tradição oral) para a história da civilização suaíli séculos X-XVII, 1976.
- Rzewuski, E. Vocabulário básico kimwani-português-inglês. Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Letras, Maputo, 1978.
- Rzewuski, E. Bibliografia linguística de Moçambique (versão provisória), Faculdade de Letras, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 1979.
- Rzewuski, E. Problemas do funcionamento da educação em países multilíngues. *Afrika: diálogos sobre o terceiro mundo*, II, UW, Faculdade de Geografia e Estudos Regionais, Instituto de Países em Desenvolvimento, p.97-102, 1985.
- Rzewuski, E. A periferia em destaque: uma nova ordem da informação em Moçambique, *Documentos e Pareceres*, v.49/50, p.193-202, 1987.
- Rzewuski, E. Notícias sobre a língua Kibira (Nordeste de Zaire). *Africana Bulletin*, v.35, p.81-93, p.1988.
- Rzewuski, E.; Afido, P. Proposta da ortografia da língua kimwani. in: *Relatório do 1º Seminário sobre Padronização de Línguas Moçambicanas*, Nelimo, Universidade Eduardo Mondlane, p.9-17, 1989.
- Rzewuski, E. “Política linguística e passos iniciais para a padronização linguística em Países africanos luzofones”, In: N. Cyffer, K. Schubert, H.I. Weier, E. Wolff (Eds.). *Language standardization in Africa: standardisation des langues en Afrique*. Hamburgo: Helmut Buske Verlag, p.171-181, 1991.
- Rzewuski, E. Convergência língua materna, língua paterna: sobre suaíli e deswaíli em Moçambique. in: J.R. Dow, Th. Stolz (eds). *Proceedings of the 7th Essen Colloquium on Minority Languages*, 14 a 17 de junho de 1990 na Universidade de Essen, Bochum, Universitätsverlag Dr. N. Brockmeyer, 1991, p.267-305.
- Rzewuski, E. Origens do sultanato de Tungji à luz das tradições locais. In: Piłaszewicz, S.; Rzewuski, E. (eds). *Testemunhos não escritos do passado africano*. *Orientalia Varsoviensia*, v.2, p.193-214, 1991.
- Rzewuski, E. África na Web - uma Web na África: Navigare necesse est. Livro de endereços de e-mail africanista. Um corpus de textos eletrônicos

suaíli. Dicionário suaíli disponível na internet. Projeto CBOLD”, África, v.2, p.76–94, 1994.

Rzewuski, E. Características estruturais das línguas africanas. In: Piłaszewicz, S. (Org.). Introdução aos Estudos Africanos. Varsóvia: WUW, p.45-73, 1994.

Rzewuski, E. Línguas bantu e a origem da língua suaíli. In: Piłaszewicz, S. (Eds.). Introdução aos estudos africanos. Varsóvia: WUW, 1994, p.139-162.

Rzewuski, E; Mantel-Niećko, J. Dos indivíduos à galáxia da humanidade: cooperação Leste-Oeste-Sul para a democracia e o desenvolvimento humano, SDALC, v.16, p.38-60, 1994.

Rzewuski, E. “Disce puer, puella linguam bantam: A reforma da política de ensino de línguas em Moçambique. in: Rzewuski, E. (ed.). Línguas, culturas e sociedades africanas em processo de mudança. Varsóvia, Departamento de Línguas e Culturas Africanas, p.83–109, 2010.

Rzewuski, E. De onde você vem, irmã de Moçambique? In: Diaz-Szmidt, R. (Eds.). Muthiana orera, onroa vayi? Aonde você vai, linda mulher? As transformações da identidade feminina nos romances da escritora moçambicana Paulina Chiziane, Varsóvia, Museu da História do Movimento Popular Polaco e Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos, Universidade de Varsóvia, p.245-252, 2010.

Rzewuski, E. Línguas, culturas e sociedades africanas em processo de mudança. Varsóvia, Departamento de Línguas e Culturas Africanas, Universidade de Varsóvia, p.7–12, 2010.

Rzewuski, E; Pawlak, N. Línguas, culturas e sociedades africanas em processo de mudança. Varsóvia, Departamento de Línguas e Culturas Africanas, Universidade de Varsóvia, p.7–12, 2010.

Rzewuski, E. Angola. In: Jackowska, M.; Rubinkowska, H. (eds). Jogos Africanos e diversão. Varsóvia: Editora Elipsa, p.175–195, 294–303, 2011.

Rzewuski, E.; Ohly, R. Problemas da Literatura Bantu Contemporânea. *Africana Bulletin*, v.11, p.145-155, 1969.

Rzewuski, E. 40º aniversário do Swahili Language Research Institute em Dar-es-Salaam. PO, 1, 1971.

Rzewuski, E. 1ª Expedição Africana Acadêmica. *Anais da Universidade de Varsóvia*, XXIII, p.275-279, 1974.

Rzewuski, E.; Retel-Laurentin, A.; Horvath, S. Les noms de naissance-indicaurs de la situação familiale et sociale en Afrique Noire. PO, 3, 1976.

Rzewuski, E. Tendências atuais em linguística. 7, *Linguística na África Subsaariana*, PO, 1, p.74-78, 1976.

Rzewuski, E. Prefácio. A. Wińcza, Magnífico Masajowie, Katowice,

Wydawnictwo Śląsk, p.7–18, 1976.

Rzewuski, E.; Lacroix, P.-F. L'expression du temps dans quelques langues de l'Ouest africain", PO, 3, p.296-298, 1976.

Rzewuski, E.; Ohly, R. The Languages of Africa. PO, 1, p.71–75, 1976.

Rzewuski, E.; "Jazykovaya situacija v stranach Afriki", PO, 1, p.68–70, 1977.

Rzewuski, E. Manfred Kuder, Moçambique: um estudo de país geográfico, social e econômico. PIA, 2, 1978.

Rzewuski, E.; P. A. Prata, A influencia da lingua portuguesa sobre o suahili e quatro linguas de Moçambique. Revista Internacional de Estudos Africanos, 3, p.213–220, 1985.

Rzewuski, E. Swahili Language and Society, Notes and News, 1/1984, Institut für Afrikanistik der Universität Wien", PO, p.1–4, 1986.

Rzewuski, E. Diniz, M.J.C. *Análise de erros na frase relativa*. Universidade Eduardo Mondlane, 1986, (M.A. thesis, unpubl.)

Rzewuski, E. Limani. Linguística e literatura. *Revista do Departamento de Letras Modernas, Universidade Eduardo Mondlane*, 2, p.109–113, 1987.

Rzewuski, E. Tendências no estudo histórico das línguas africanas. Hamburgo, 4 a 7 de setembro de 1994. Seminário de Línguas e Culturas Africanos em Hamburgo, África, 1, p.20-22, 1994.

Rzewuski, E. Colóquio Internacional Descrevendo e Ensinando a História Africana. Construção e ensino da história de África, Lisboa, 07-09 de Junho de 1994, África, 2, p.48-53, 1995.

Rzewuski, E. Congresso de Linguística Africana, Kwaluseni Suazilândia. 18 a 22 de julho 1994, África, 2, p.53-56, 1995.

Rzewuski, E. Aleksander Ferenc 1945–2001 -" Nem todos morreram ", África, 12, 1f.

Rzewuski, E.; Ohly, R. Herero Ecology: The Literary Impact, 2000, Warszawa, Diálogo, 279 pp.", Afryka, 12, 2001.

Rzewuski, E. Posfácio (Safari z Ezopem) e consulta académica a: 26 bajek z Afriki. Com fotos de Ryszard Kapuściński, Varsóvia, Biblioteka Gazeta Wyborcza, Green Gallery, p.120–122, 2007.

Rzewuski, E. Prefácio. Mia Couto, Um colar de histórias, Varsóvia, Instituto de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos da Universidade de Varsóvia em conjunto com o Museu da História do Movimento Popular Polonês, p.5–10, 2008.

Rzewuski, E. Ricardo de um jipe militar, o prefácio é: R. Kapuściński "Outro dia de vida", Varsóvia, Biblioteka Gazeta Wyborcza, p.5-8, 2008.

Rzewuski, E. Lembrando Lewis Nkosi. África, 33, p.86-89, 2011.

Rzewuski, E. Cinco esposas divorciadas de um polígamo.(entrevistado por M. Lipszyc), LS, edição especial 'LuzoAfryka', v.5-6, p. 376-397, 2012.



Fotos: Arquivo pessoal do Dr. Eugeniusz Rzewuski.

## Referências

Kraska-Szlenk, Iwona; Wójtowicz, Beata.(Eds.). Current research in Africa Studies: papers in Honour of Mwalimu Dr. Eugeniusz Rzewuski. Warsaw, ELIPSA, 2014.

Agradecimentos ao Prof. Iqui Djú pela tradução.



# APRESENTAÇÃO DA OBRA “ESTUDOS LINGUÍSTICOS E LITERÁRIOS SOBRE MOÇAMBIQUE”

*Alexandre António Timbane*

*Crisófia Langa da Câmara*

A língua é uma das formas de comunicação mais importantes entre os seres humanos. Surgiu simultaneamente com a humanidade com intuito de permitir a troca de ideias e de pensamentos. Para Hoijer “...a linguagem se desenvolveu muito cedo na pré-história do homem, tão cedo que é inteiramente impossível reconstruir qualquer traço da língua (ou línguas) original da espécie humana, pelos atuais métodos de pesquisas históricas...” (Hoijer, 1974, p.54). A afirmação de Hoijer se torna lógica pelo fato de não ter existido na época algum instrumento de gravação, principalmente em povos tradição escrita. O primeiro gravador só foi inventado em 1898, pelo engenheiro dinamarquês Valdemar Poulsen. O desafio de saber como os primatas falavam continua sendo um dos maiores mistérios e desafios da linguística.

Segundo Saussure (2006, p.17), a língua é “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos”. Significa que a língua é moldada pela sociedade uma vez que é um conjunto de ‘convenções’ ou ‘cominações’. Essas convenções são importantes para que haja intercompreensão entre as pessoas.

As grandes famílias de línguas africanas são: afro-asiática, nilo-saariana, nigero-congolesa, khoissan e austronésia (Ngunga, 2015; Greenberg, 2010; Maho, 2003). As línguas do grupo bantu são faladas por cerca de 220 milhões de pessoas localizadas geograficamente entre a região dos montes Camarões (a sul da Nigéria), junto à costa atlântica, até à foz do Rio Tana (no Quênia) e se prolonga até à África Austral (Ngunga, 2015; Petter, 2015). Os primeiros estudos sobre as línguas africanas do grupo foram realizados por americanos e europeus dos quais se pode citar: o americano Joseph Harold Greenberg (1915-2001); os ingleses Malcolm Guthrie (1903-1974) e Clement Martyn Doke (1893-1980); os alemães Wilhelm Heinrich Immanuel Bleek (1827-1875) e Carl

Friedrich Michael Meinhof (1857-1944). É um desafio para a linguística africana identificar pesquisadores africanos que tenham contribuído para a descrição das línguas nessa época, até porque sabemos que esses primeiros europeus aqui fizeram pesquisas sob proteção do sistema colonial que entendia os africanos como povos sem cultura e sem civilização (Timbane, 2019).

Em Moçambique, existe mais de 20 línguas bantu moçambicanas das quais 17 já possuem a ortografia padronizada, de acordo com Ngunga e Faquir (2011): kimwani, shimakonde, ciyaawo, emakhuwa, echuwabu, cinyanja, cinyungwe, cisena, cibalke, cimanyika, cindau, ciwute, gitonga, citshwa, cicopi, xichangana e xirhonga. Há línguas de imigrantes asiáticos (hindi, gujarati, urdu e konkani, de acordo com Maciel, 2018), há línguas bantu dos países vizinhos, faladas nas regiões fronteiriças: cimanyika, cishona (Fitzmaurice, 2018), isiswati, isizulu, kunda, nsenga, tonga, nindi, mwera, kokola, chewa, kunda, tawara; línguas classificadas como estrangeiras, internacionais e de relações comerciais (inglês, francês, mandarim), línguas da religião (árabe, isizulu, swahili) e Língua Moçambicana de Sinais (LMS).

Apesar desta multiplicidade de línguas, o português é a única língua oficial de acordo com a Constituição da República de Moçambique (2004), onde se lê: Art.10 “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.” Este artigo significa que as outras línguas de origem africana não são oficiais. No Art.9 da CRM se lê que “o Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade.” O desenvolvimento de pesquisas em ensino bilingue em e nas línguas bantu moçambicanas foi desenvolvido com mais afinco pela universidade Eduardo Mondlane, pela Universidade Pedagógica e outras que estudam e aprofundam a relevância do ensino e da preservação das línguas autóctones.

A literatura é muito recente para os povos bantu de Moçambique e chegou com colonização portuguesa. A maioria das línguas bantu até ao século XIX eram ágrafas e não poderiam produzir a literatura. A oratura era a que mais predominava e servia de meio de transmissão de culturas e de regras de ser e de estar em sociedade. Os primeiros escritores moçambicanos e em Moçambique despontaram impulsionados pela negritude e pelo pan-africanismo, especialmente nas décadas 50 e 60 onde se prioriza a literatura de luta e da conscientização da necessidade da afirmação e de luta pela independência. Hoje a literatura se diversifica tanto na temática quanto nos gêneros. Os escritores moçambicanos ganham

visibilidade pelo mundo afora sendo vencedores de grandes prêmios. A título de exemplo, a Paulina Chiziane que ganhou o 'Prêmio Camões de Literatura' em 2021. Mas ainda faltam escritos femininos e cremos que com o prêmio da Chiziane, muitas mulheres moçambicanas se sentirão estimuladas a escrever. A questão do ensino da literatura nas escolas ainda é um desafio pelo fato de não existir bibliotecas escolares e públicas para que se desenvolva a cultura literária. Os livros escolares apenas trazem trechos adaptados de obras literárias, o que não oferece autonomia e aprofundamento da arte literária. Esses e outros assuntos são discutidos nesta obra.

O e-book "Estudos Linguísticos e Literários sobre Moçambique" surge da necessidade de compartilhar estudos e pesquisas sobre Moçambique que em muitos momentos ficam em 'gavetas' devido a falta de apoio financeiro para o efeito. Em Moçambique e no mundo existem várias pesquisas sobre Moçambique, mas que poucos têm a oportunidade de ser publicados. A escolha do formato e-book se justifica pela facilidade de acesso e distribuição, para além do baixo custo financeiro. Esperamos contribuir para a linguística e literaturas moçambicanas incentivando aos pesquisadores e investigadores para que continuem contribuindo para o desenvolvimento da ciência em Moçambique.

Este e-book homenageia o Mwalimu Dr. Eugeniusz Rzewuski, professor polonês de coração africano e moçambicano em especial. O e-book homenageia kokwane (avô) Rzewuski em reconhecimento ao trabalho científico realizado em favor das nossas línguas bantu moçambicanas, na formação daqueles que foram nossos professores, assim como dos estudos descritivos das diversas línguas da África. O Mwalimu Dr. Eugeniusz Rzewuski foi professor de Linguística na Universidade Eduardo Mondlane (de 1977-1983) e contribuiu para a o avanço da linguística em Moçambique. No período em que o Mwalimu Rzewuski esteve na UEM, Moçambique acabava de proclamar a independência e não tinha professores. A UEM, a única universidade na época recebeu apoio de vários professores estrangeiros que contribuíram para a consolidação do ensino superior em Moçambique. Esta homenagem inclui vários outros estrangeiros que contribuíram para formação de acadêmicos e profissionais de diversas áreas científicas. Para além de Moçambique, o professor Eugeniusz Rzewuski foi embaixador em Angola. É professor do Departamento de Culturas e Línguas Africanas da Faculdade de Estudos Orientais da Universidade de Varsóvia.

O e-book está organizado em duas grandes seções. A primeira é dedicada aos 'estudos linguísticos' e é composta por oito capítulos; a

segunda, dedicada aos ‘estudos literários’ e é composta também em por oito capítulos.

O e-book inicia com o capítulo “Ciwutee: língua de objeto simétrico ou língua de objeto assimétrico?” da autoria de Armino Ngunga e de Joaquim João Razão. O capítulo testa as propriedades sintáticas e semânticas do objeto das construções causativas e aplicativas em Ciwutee (S.13b, na classificação de Guthrie 1967), para provar se esta língua é de objeto simétrico ou assimétrico. Os testes usados para determinar as propriedades do objecto em Ciwutee foram: ordem de ocorrência de constituintes, pronominalização e passivização. Os dados analisados mostram que Ciwutee é uma língua de objecto assimétrico.

Segundo capítulo, “Descrição e análise da aspiração na língua xirhonga” da autoria de Ernesto Dimande discute a aspiração na língua xirhonga, uma língua do grupo bantu, integrada no grupo Tswa-Ronga (S50) e falada na zona Sul de Moçambique. Por meio de dados obtidos através de um questionário estruturado e administrado a quinze falantes nativos de diferentes variantes dialectais da língua em estudo e analisados com base na *Optimality Theory*, mostraram que a aspiração ocorre com mais frequência nas consoantes não vozeadas, tanto em verbos, quanto em nomes de diferentes classes nominais. Nos contextos em que esta modificação forma pares mínimos, ela cumpre a função distintiva. Para além destas constatações, os dados discutidos permitiram concluir que a regra de *post-nasal stop aspiration* não é aplicável. A pesquisa aprofundou a discussão da modificação das consoantes desta língua.

O terceiro estudo é intitulado “Estrutura derivada dos verbos de movimento e suas implicações semântico-sintáticas na língua elomwe” da autoria de Arigo Saraiva. Nele se desenvolve uma análise dos verbos de movimento derivados na língua Elomwe, uma língua bantu falada no Norte de Moçambique. Na língua Elomwe, o verbo de movimento pode incluir maneira, causa ou trajetória, mas também o verbo de movimento pode apresentar-se derivado através de uma extensão verbal. Os morfemas extensionais vistos neste estudo são da extensão aplicativa (-el-), causativa (-ih-) e passiva (-iw-). O estudo provou que a extensão passiva é menos produtiva, aceita ocorrer com poucos verbos de movimento, sobretudo os de trajetória, e aqueles sobre os quais o agente não tem controlo da ação. Em muitas raízes verbais de verbos de movimento com trajetória, a extensão passiva torna os verbos agramaticais, pela razão desta não ocorrer com estes verbos porque o agente mantém o controlo da ação realizada.

O quarto capítulo tem como título “A locativização na língua

emakhuwa” e é da autoria da pesquisadora Estela Paulo Sande. Nele, a autora analisa as estratégias da localização das entidades no espaço e no tempo na língua emakhuwa, uma língua bantu falada nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia (Ngunga e Faquir, 2011). Na língua emakhuwa, os locativos mais correntes são construídos através da prefixação e parassíntese. Para além da locativização morfológica, observa-se também a lexical em que o locativo se apresenta lexicalizado, isto é, a palavra por si só é um locativo, não sendo possível identificar diferentes afixos dentro dela sob risco de perder o seu sentido. Em Emakhuwa, ocorrem como prefixos locativos, os morfemas: **va-**, **o-** e **mu-** e como sufixo locativo o morfema **-ni**. Na construção parassintética dos locativos, nota-se a co-ocorrência de cada um dos prefixos com o sufixo **-ni**.

O quinto capítulo “A codificação da negação na língua nyungwe (N43)” de autoria da Crisófia Langa da Câmara analisa a negação como uma operação que inverte o valor da verdade de uma proposição na língua nyungwe. A negação de frases declarativas é expressa através das partículas negativas **lini** e **ne** que ocorrem na posição IAV e pré-verbal, respectivamente. A partícula **lini** é usada na negação de frases do tipo SVO, se a forma verbal estiver no futuro próximo, futuro distante e no presente. A negação de frases declarativas cujas formas verbais estão no pretérito perfeito é feita através do acréscimo do sufixo **-be** no verbo auxiliar. A negação de frases imperativas é feita a partir do verbo *ku-leka-a* ‘deixar’ que ocorre na posição inicial da frase ou através da partícula **lini** que ocorre na posição imediatamente a seguir ao verbo. A negação de frases cujo núcleo é uma cópula é expressa através do acréscimo da partícula negativa **lini** depois do último NP.

O sexto trabalho intitulado “As intersecções semântico-pragmáticas no léxico: uma análise das produções escritas em bancas e / ou barracas na cidade de Maxixe – Moçambique é da Lucério Gundane. O autor analisa as marcas semântico-pragmática a partir de produções escritas em bancas ou barracas na cidade de Maxixe. O estudo é de carácter bibliográfico acompanhado de observação etnográfica buscando compreender como as 50 unidades lexicais expressam a temática do contacto (convívio) linguístico, da exaltação da identidade, valorização das línguas locais e do património sociocultural moçambicano através do recurso aos ideofones. A pesquisa conclui que o fenómeno bilinguismo, que se torna pertinente à promoção de benefícios e valores culturais e sociais de indivíduos que pertencem à comunidade de fala em estudo. Há empréstimos linguísticos e metáforas no campo estético. Conclui-se

que o significado do léxico não está fixado nas próprias palavras, mas é construído em função do contexto histórico-cultural, social e ideológico do observador ou do leitor.

O sétimo capítulo “Ideologias e políticas linguísticas: o caso da rádio Moçambique no período pós-colonial” de António Miguel Ndapassoa analisa a relação entre as ideologias e as políticas linguísticas implementadas pela Rádio Moçambique (RM) a partir de 1975, ano da independência nacional e da fundação da estação emissora. É uma pesquisa que se funda na sociolinguística crítica em que se conclui que a política linguística da RM procura reflectir as alterações dos quadros políticos e ideológicos ao nível macro, caracterizando o período em análise por conceder preponderância à língua portuguesa, embora tolerando as línguas moçambicanas. As mudanças dos sistemas políticos verificadas em Moçambique, de monopartidarismo para o multipartidarismo, não provocaram forçosamente alterações significativas nas políticas de uso de línguas na RM, uma vez que, em qualquer uma delas, o português manteve uma posição dominante e as línguas bantu um lugar subalterno.

A seção fecha com o oitavo capítulo “A emergência da normatização das variedades do português de Angola e de Moçambique: avanços e desafios” da autoria de Mbiavanga Fernando e de Alexandre António Timbane. Nele se discute as variedades do português de Moçambique e de Angola. A ideologia colonial havia disseminado a ideia de que o ‘melhor português’ é aquele que é falado em Portugal. O capítulo levanta a problemática da política linguística e os contextos da implantação política do português. Por meio de exemplos, os autores apresentam as características das variedades moçambicana e angolana do português. As reprovações nas escolas dos dois países se justifica pela variedade aprendida na escola que é distante das variedades africanas do português. A inexistência de instrumentos do tipo dicionários e gramáticas das variedades africanas dificulta a aprendizagem formal, havendo a necessidade de se pensar uma gramática pluricêntrica.

O primeiro texto da seção de literatura intitula-se “Magaíças e mukheristas: fulgores de vivências e memórias” da autoria de Teresa Manjate e discute a presença e o valor social dos personagens-tipo no imaginário moçambicano. A pesquisa relaciona os textos literários e não literários – de carácter histórico, sociológico e antropológico, de modo a aferir sentidos atribuídos às figuras que constituem objecto-referente dos textos em análise. A discussão assenta no conceito de imaginário, proposto por G. Durand (2002) e Pesavento (1995). Como princípio metodológico, exploraram-se os princípios da Análise do Discurso que permitem relacionar

os textos e os contextos – as condições históricas da sua produção. O capítulo identifica os textos literários, incluindo letras de canções populares, em Português e em Xirhonga, textos jornalísticos e acadêmicos que exploram a figura das duas personagens-tipo e explorou-se o valor semântico e ideológico a elas adjacentes.

O segundo capítulo “análise da dimensão didática da obra “Leona, a filha do silêncio” de Francisco Panguana analisou a dimensão didática da obra “Leona, a filha do silêncio” de autoria do escritor moçambicano Marcelo Panguana, para além de elevar a importância didática da obra na literatura infantil tendo em conta os recursos visuais, a linguagem e a temática. A análise textual foi alicerçada na corrente desconstrutivista, uma corrente que enfatiza que os sistemas interpretativos, desestruturando e desconstruindo o discurso. O capítulo concluiu que há estratégias motivacionais: (a) o recurso a ações mágicas ou fantásticas para cativar a atenção do leitorado infantil em compreender ação textual; (b) o recurso a descrição paisagística; (c) o discurso oralizante e (d) marcas de linguagem infantil. Recomenda-se que os professores selecionem e trabalhem com obras de literatura infantil em sala de aulas.

O terceiro capítulo, escrito a três mãos tem como título “A concepção da personagem uguezy kanyemba em *o vagabundo da pátria*”, da autoria de Isaiás Mate, Salomão António Carlos Massingue e Bonifácio Guilundo. Os autores discutem os processos literários adjacentes à concepção da figura da personagem protagonista, Uguezy Kanyemba, no universo romanesco de Marcelo Panguana. Considerando que esta categoria é concebida não só como um elemento estrutural e funcional da narrativa que fundamenta o desenrolar da intriga, mas também como um ser ficcional no qual o autor pode delinear a sua ideologia. Nesta pesquisa observa-se designadores que remetem a carreiras profissionais, qualidades pessoais e estados contingentes, incluindo o reconhecimento do recurso a traços psicológicos, ideológicos, simbólicos e morais. Tratou-se de uma análise semiótica e da hermenêutica literária fundamentada nos estudos da narratologia de Eagleton (2006), Cândido et al. (2007) e D’ascensão (2012).

O quarto capítulo da autoria de Francisco do Nascimento Gomes Filho tem como título “As marcas da oralidade na obra “Terra sonâmbula” de Mia Couto. Nele o pesquisador analisa a identidade trazendo referências (estereótipos), o sofrimento, a alegria, a feitiçaria, os ritos tradicionais, a luta, o medo, o sonho e sobretudo as marcas da oralidade. A obra se funda sobre a oratura, que é uma prática mais recorrente nas tradições moçambicanas. O romance analisa marcas que ligam ao

conto baseando em fatos reais de um Moçambique sofrido pela guerra e da quebra das tradições e modos de vida. O capítulo demonstra que a marca das narrativas orais é relevante e importante não somente para a arte literária, mas para as manifestações artísticas que nos conduzem a revelação da realidade vivida por Moçambique e pelos moçambicanos.

O quinto capítulo de Francisca Kellyane Cunha Pereira tem como título “Desamor e esquecimento em ‘chovem amores na rua do matador’” e tem como foco a relação entre o amor, o esquecimento e a morte no segundo conto da obra “O terrorista elegante e outras histórias” (2019), de José Eduardo Agualusa e de Mia Couto, “Chovem amores na rua do matador” (2019). Observa-se o receio da morte, através do esquecimento, do personagem principal, Baltazar Fortuna. O capítulo aponta que por meio das lembranças de três relacionamentos de Baltazar, ironicamente, percebe-se que seu desejo não é ser amado por essas mulheres, mas apenas lembrado, sendo esta uma questão de poder e permanência na vida delas. Conclui-se que Agualusa e Mia Couto retratam a importância da memória como permanência, mas também espaço de fluidez, principalmente, tratando-se de uma sociedade pós-colonial, cujo passado é continuamente revisitado e reconstruído.

O sexto capítulo é da autoria de Leandro de Jesus da Silva e se intitula “memória e ancestralidade “nas águas do tempo”, de Mia Couto. O trabalho debate questões sobre a memória social e histórica como elementos fundamentais para a formação das identidades em todas as sociedades. Na literatura, a memória e a ancestralidade estão presentes e ganham forma a depender do estilo e da arte de cada autor. O capítulo analisou a obra a partir dos conceitos do resgate memorialista e da reconstituição da ancestralidade propositada no enredo. A estória conta a trajetória de um neto e do seu avô que rotineiramente visitam o rio da comunidade, até o ponto em que ele deságua num pequeno lago. Da pesquisa concluiu-se que as metáforas lançadas pelo autor, como forma de compreender a especulação sobre o tempo, fundamentam a relação e a influência entre passado e presente e sobre as conexões, ainda que simbólicas e metafísicas entre as diferentes gerações de um mesmo povo.

O sétimo capítulo, da autoria de Rute Souza Silva tem como título “A linguagem como elemento de construção da identidade moçambicana na obra “Terra sonâmbula” de Mia Couto. O romance “Terra sonâmbula” da autoria do escritor moçambicano Mia Couto desperta interesse para qualquer amante da literatura, porque apresenta traços e marcas próprias da moçambicanidade. O capítulo busca compreender a forma como Mia Couto utiliza-se da linguagem como elemento demarcador da identidade



africana e moçambicana, de modo a aprofundar reflexões acerca da língua como importante traço cultural e identitário de um povo, bem como fator de resistência. A análise do romance e todo o seu arcabouço vocabular esclarecem questões relativas à língua, identidade e cultura. Por fim, compreende-se que a linguagem e seleção vocabular utilizada por Couto contribuem para a demarcação e construção de um universo identitário moçambicano.

O oitavo e último capítulo é da autoria de Antónia Valdilene Rocha de Souza e de Alexandre António Timbane e tem como título “O feminino e o místico como marcas de identidade nas obras de Paulina Chiziane (Moçambique) e odete semedo (Guiné-Bissau)”. Trata-se de um estudo comparativo em que se analisa duas obras de escritoras negras, feministas, africanas, combatentes e respeitadas nas literaturas africanas de língua portuguesa e não só. A pesquisa levanta discussões e análises a partir da oratura como o ponto de partida das literaturas. A arte da contação de histórias é ensinada na família, nos ritos de iniciação, no convívio social incluindo as práticas e nas brincadeiras do cotidiano. Significa que a criança já cresce com habilidade de ouvir, aprender e inventar histórias. Há uma crítica forte do machismo e encorajamento da mulher para que se liberte das práticas predatórias que influenciam para as desigualdades sociais. Para além disso, analisa-se o místico como elemento fundamental para a consolidação das identidades socioculturais de Moçambique e da Guiné-Bissau.

A obra “Estudos Linguísticos e Literários sobre Moçambique” está disponível para ser lido, citado e discutido. Os autores destes capítulos se expõem ao público acadêmico para que possam dialogar e encontrar caminhos para que a ciência, a pesquisa, a extensão, a divulgação avancem e que sirva de instrumento de debate nas aulas de graduação e pós-graduação. Bem haja estudos sobre Moçambique e que possamos acompanhar o desenvolvimento de ciência no mundo. O Mwalimu e kokwane Eugeniusz Rzewuski encoraja-nos o tempo todo. Por isso muito “Asante” para ele, pela África e pelo Moçambique!

## Referências

Fitzmaurice, S.M. Transnational languages, multilinguals and the challenges for LADO. In: Patrick, P. L., Schmid, M. S. and Zwaan, K., (eds.) Language analysis for the determination of origin: current perspectives and new directions. Language Policy, 16. Springer International Publishing AG , p. 193-209, 2018.

Greenberg, J. H. “Classificação das línguas da África.” In: Ki-Zerbo, J.

(Org.). *História geral da África: metodologia e pré-história da África*. Brasília: Unesco. 2010. p.317-326.

Hojjer, H. "A origem da linguagem." in: Hill, A. A. (Org.). *Aspetos da linguística moderna*. Trad. Adair Pimentel Palácio, Maria do Amparo B. de Azevedo e Maria Antonieta A. Celani. 2.ed. São Paulo: Cultrix, 1974. p.53-61.

Maciel, C. M. A. Os goeses e outros povos asiáticos em Moçambique – que atitudes em relação ao português e às línguas bantu? *InterDisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*. v.7, p.169-193, 2018.

Maho, J. «A classification of the bantu languages an update of Guthrie's referential system. » in: Nurse, D.; Philippson, G. (Ed.). *The Bantu languages*. Londres: Routledge. 2003, p.639-650.

Dillinger, M & Palácio, A. *Linguística gerativa: Desenvolvimento e Perspectivas uma entrevista com Noam Chomsky*. Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 1996. p. 20-43, 1996.

Ngunga, A. *Introdução à linguística bantu*. 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2015.

Ngunga, A.; Faquir, O. G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do 3º seminário*. Maputo: CEA, 2011.

Petter, M. *Introdução à linguística africana*. São Paulo: Contexto, 2015.

Salgado, S. S. *Ciência Linguística: da origem saussureana ao percurso sociolinguístico*. Centésima Edição. Ano IX, 2009.

Saussure, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 2006.

Timbane, A. A. Política linguística na África lusófona e a revitalização das línguas autóctones: 40 anos após as independências. In: Silva, A. R. da.; Araújo, G. P. (Org.). *As novas rotas da globalização: debates e mudanças em pauta*. Curitiba: CRV, 2019. p.57-78.

**SEÇÃO I:**  
**ESTUDOS LINGUÍSTICOS**

# CIWUTEE: LÍNGUA DE OBJECTO SIMÉTRICO OU LÍNGUA DE OBJECTO ASSIMÉTRICO?

Armindo Ngunga  
Joaquim João Razão

## Introdução

Por *simetria* entende-se as propriedades sintácticas e semânticas de certas construções, em que dois constituintes, de igual natureza distribucional, estabelecem com o elemento predicativo uma idêntica relação semântica, que implica necessariamente uma reciprocidade, e podem trocar de posições sem que, apesar disso, o significado global da frase se altere (Baptista, 2005).

Considera-se *assimetria* as propriedades sintácticas e semânticas de certas construções em que dois constituintes de igual natureza distribucional, não estabelecem com o elemento predicativo uma idêntica relação semântica, estabelece uma restrição na reciprocidade e que resulta em não poderem trocar de posições sem que o significado global da frase não se altere (Baker, 1988; Ngonyani & Githinji, 2006).

No quadro apresenta-se síntese de dois grupos de línguas: línguas de objecto, simétrico à esquerda e línguas de objecto assimétrico à direita. As siglas OA e OD, significam “objecto aplicado” e “objecto directo” respectivamente. De acordo com Câmara (2018), estudos sobre assimetrias do objecto nas línguas foram apresentados em Kiswahili (Loogman, 1965; Bokamba, 1981), Cimwini (Kisseberth & Abasheikh, 1977) e Cichewa (Baker 1988a; Alsina, 1988; Mchombo, 1989). De acordo com Ngunga (1999) sobre a simetria do objecto foram estudados em Kinyarwanda (Kimenyi, 1976, 1980; Gary & Keenan, 1977), Kihaya (Duranti & Byarushengo, 1977), Kimeru (Hodges, 1977).

Quadro 1: Exemplos de línguas de objectos simétricos e assimétricos.

|                 | <b>Objeto simetico da língua (kinyarwanda, Kichaga, Kikuyu)</b> | <b>Objeto assimétrico da língua (kindendeule, kiswahili, chingoni)</b> |
|-----------------|---|--|
| Ordem do objeto | (i) OA OD<br>(ii) OD AO   | (i) OA OD<br>(ii) * OD OA  |
| Passifização    | (i) OA(ii) OD   | (i) OA<br>(ii) *OD   |
| Marca do objeto | (I) OA<br>(ii) OD   | (i) OA<br>(ii) *OD   |

OA= objecto aplicado OD= objecto direct.

Fonte: Ngonyani e Githinji (2006)

Na sua análise das construções applicativas, Baker (1988), aplica a Teoria Temática, a Teoria do Caso e o processo de Incorporação. Em relação à Teoria Temática, Baker (op. cit.) defende que o argumento beneficiário e o argumento instrumental constituem argumentos de um verbo cuja estrutura subjacente é diferente. O argumento beneficiário é o argumento complemento de “V ” da qual recebe o seu papel temático. O argumento instrumental é irmão do verbo e dele depende para a recepção do seu papel temático. As funções sintácticas estão ligadas a papéis temáticos dos dois argumentos, que resultam da base semântica, embora em alguma literatura seja negada a sua coocorrência na mesma estrutura sintáctica por se considerar redundante a sua coabitação. O capítulo tem por objectivo geral analisar as propriedades sintácticas e semânticas do objecto sintácticos e tem como objectivos específicos testar, caracterizar as construções applicativas e causativas para determinar se Ciwutee faz parte ou não das línguas de objecto (as)simétrico.

Ficamos motivados para abordar este tema diante de conhecimento da existência de dois grupos de línguas (línguas de objecto simétrico e língua de objecto assimétrico) e quisemos colmatar uma lacuna em relação à língua que estamos a estudar cuja observação empírica nos parece ser tanto dum grupo como doutro. Por isso quisemos investigar para definirmos o seu real lugar nesta tipologia. Para alcançar os nossos objectivos e propor soluções ao problema de investigação, tivemos como questão de partida: “Ciwutee é uma língua de objecto simétrico ou uma língua de objecto assimétrico?” Partindo desta questão, estabelecemos três possíveis respostas que constituem as nossas hipóteses, como se pode ver a seguir: i) Ciwutee é uma língua de objecto simétrico; ii)

Ciwutee é uma língua de objecto assimétrico; iii) Ciwutee é, ao mesmo tempo, uma língua de objecto simétrico e de objecto assimétrico.

O trabalho vai-se desenvolver em torno da questão de partida acima visando confirmar pelo menos uma das hipóteses acima. Em termos organizacionais, o presente trabalho apresenta três secções, a saber: 1. Introdução, que inclui os conceitos operatórios; 2. Testes de determinação do carácter simétrico ou assimétrico dos objectos e, 3. Conclusões. A seguir apresentamos os três testes que suportam a nossa análise.

## 1 Testes para se determinar a simetria ou assimetria dos objectos

Para o estudo das propriedades sintácticas e semânticas do objecto das construções applicativas e causativas em Ciwutee, no presente estudos usaremos três testes também usados em estudos de outras línguas bantu, a saber: ordem de ocorrência de objectos, pronominalização (marcação de objecto na estrutura da forma verbal) e passivização (Mchombo, 1993; Alsina & Mchombo, 1989; Ngonyani, 1996, 2006; Ngunga, 1999). Para começar, vamos considerar o exemplo em (1.a) que mostra um verbo não derivado que é derivado em (1.b) através da afixação da extensão applicativa (-il-/el-) em Chingoni:

- 1.a) mgeni igula ugimbi  
 m-geni i-gul-a u-gimbi  
 1-hóspede MS-comprar-VF 14-bebida  
 'o hóspede está a comprar bebida'
- b) mgeni igulila vandu ugimbi  
 m-geni i-gul-il-a va-ndu u-gimbi  
 1-hóspede MS-comprar-APL-VF 2-pessoa 14-bebida  
 'o hóspede está a comprar bebida para as pessoas'

Nestas frases de Chingoni, a raiz do verbo é **-gul-** 'comprar'. Em (1.a), não há extensão applicativa, o verbo co-ocorre com dois argumentos, um externo, **mgeni** 'hóspede', como agente e um interno, **ugimbi** 'bebida', como tema. Em (1.b), no entanto, como consequência da operação morfológica que afixa o morfema da extensão applicativa **-il-**, há adição de **vandu** 'pessoas' como beneficiário. A seguir, apresentam-se exemplos em Ciwutee.

- 2.a) musikana watenga maroro  
mu-sikana u-a-teng-a ma-roro  
1-menina MS-Psd-comprar-VF 6-atas  
'a menina comeu as atas'
- b) musikana watengera mwaramu maroro  
mu-sikana u-a-teng-er-a mu-aramu ma-roro  
1-menina MS-Psd-comprar-Caus-VF 1-cunhado 6-atas  
'a menina comprou atas para o cunhado'

Em (2.a), o verbo **-teng-** 'comprar' é bi-argumental, com um argumento externo (**musikana** 'menina'), como agente, e um argumento interno (**maroro** 'atas'), como tema. Em (2.b), contudo, o verbo ocorre com o sufixo **-er-**. Por isso, para além dos dois argumentos, há um novo objecto adicional com papel temático de beneficiário.

Nesta vertente, aos objectos podem ser atribuídos diversos papéis temáticos (Ngonyani, 1996; Alsina & Mchombo, 1998). Segundo os autores, estes podem ser beneficiário/maleficiário, destinatário, paciente, objetivo, locativo. Vejam-se, a seguir, os exemplos em Ciwutee:

- 3.a) musikana wakayisa mwana maroro  
mu-sikana u-a-kay-is-a mw-ana ma-roro  
1-menina MS-Psd-arrancar-Caus-VF 1-criança 6-atas  
'a menina fez arrancar as atas à criança'
- b) musikana wayisenzesa nyara kumaroro.  
mu-sikana wa-yi-senz-es-a nyara ku-ma-roro.  
1-menina 3-MO-usar-Caus-VF 9-mão 17-6-atas  
'a menina usou as mãos para arrancar as atas nas ateiras'
- c) musikana wawonesa mwana zvitarwa  
mu-sikana u-a-won-es-a mw-ana zvi-tarwa  
1-menina MS-Psd-ver-Caus-VF 1-criança 7-pinturas rupestres  
Lit.: menina fez ver criança pinturas rupestres'  
'a menina mostrou as pituras rupestres à criança'
- d) \*musikana wawonesa zvitarwa mwana.  
mu-sikana wa-won-es-a zvi-tarwa mw-ana.  
1-menina 3-MO-ver-Caus-VF 7- pinturas rupestres 1-criança  
Lit.: menina fez ver as pinturas rupestres à criança  
'a menina mostrou as pinturas rupestres à criança'

Os exemplos acima mostram que, em Ciwutee, tal como em muitas línguas bantu, independentemente do traço semântico do objecto adicional, o beneficiário ocorre na posição adjacente ao verbo na estrutura básica (3.a e c). Mas isto não é característica geral das línguas bantu, pois há algumas línguas em que esta ordem é flexível na estrutura sintáctica, podendo dar estruturas agramaticais (3.d).

O objecto adicionado em (3.a e c) é beneficiário, enquanto em (3.b) pode ser interpretado como “o lugar em direcção a ou na zona de...”, marcado por morfema **ku-** da classe 17 (3.b). Os objetos adicionados nem todos têm as mesmas propriedades sintácticas em qualquer língua, em particular Ciwutee, como tende a se evidenciar em (3.b). A seguir, analisa-se a sequência de constituintes frásicos, incluindo o constituinte com função sintáctica de sujeito, principalmente na pronominalização (caso nominativo), o que não foi incluso nos estudos de (Bresnan & Moshi, 1990).

## 2 Ordem de ocorrência de objetos sintácticos

Ciwutee tem duas possibilidades de formar frases sem afectar a dimensão semântica: (i) um verbo que inclui muitos morfemas, respondendo as questões tais como: quem, quando, que (é que) fez e “fazer+verbo” numa frase como se apresentou em (4.a) e (ii) outra forma em que todos os itens sintácticos ocorrem lexicalmente (4.b). Vejam-se os exemplos.

- 4.a) **akamudayinzisa.**  
 a-**ka**-mu-**dayinz**-is-a.  
 MS-Psd-MO-chamar-Caus-VF  
 ‘fizeram-no chamar’

Na frase (4.a), temos os morfemas marcadores de sujeito (**a-**), passado (**ka-**), raiz verbal (**-dayinz-**), extensão causativa (**is-**) e vogal final (**a-**). Veja-se outra forma que a língua usa para exprimir o mesmo sentido:

- b) **Abishopi akadayinzisa mutendi ngo cingindenginde zuro**  
 A-bishopi wa-ka-dayinz-is-a mu-tendi ngo ci-ngindenginde zuro  
 1-Bispo MS-Psd-chamar-Caus-VF 1-crente PREP 7-sino ontem  
 ‘o Sr Bispo fez chamar o crente por (meio de) sino ontem’

Em (4.b), temos um sintagma nominal (**Abishopi**) com função de sujeito; um sintagma verbal que compreende um verbo com os morfemas marcadores de sujeito (**a-**), passado (**ka-**), raiz verbal (**-dayinz-**), extensão verbal (**-is-**) e vogal final (**-a**); e um nome (**mutendi** ‘crente’), com função de objecto. A seguir, temos um sintagma preposicional que compreende uma preposição (**ngo**) e um nome (**cingindenginde** ‘sino’) com função de complemento circunstancial de meio e um adjunto adverbial de tempo (**zuro**). Preste-se atenção aos seguintes exemplos:



5.a) musikana wakaryisa **mwana** maroro

mu-sikana u-ka-ry-is-a **mw-ana** ma-roro

1-menina MS-Psd-comer-Caus-VF 1-criança 6 atas

Lit.: menina fez comer criança atas'

'a menina fez a criança comer as atas'

b) \*musikana wakaryisa maroro **mwana**

mu-sikana u-ka-ry-is-a ma-roro **mu-ana**

1-menina MS-Psd-T/Aspt-comer-Caus-VF 6-atas 1-criança

'sem tradução possível'

Em (5.a), os constituintes estão nas suas posições básicas de acordo com as propriedades de c-selecção categorial do verbo **-kurya** 'comer'. Em (5.b), ilustra-se o resultado que se obtém da inversão da ordem dos argumentos internos (**mwana** e **maroro**). Como se vê em (5.a), os constituintes pós-verbais estão nas suas posições básicas. Por isso, a frase é gramatical. Isto é, qualquer falante da língua não duvida da estrutura.

Em (5.b), apresenta-se os constituintes **maroro** 'atas' e **mwana** 'criança' em ordem de ocorrência invertida onde o primeiro ocorre adjacente ao verbo e segundo na periferia, o que é incorrecto tendo em conta os traços paramétricos desta língua. Muitos autores (Baker, 1985; Alsina, 1999; Bybee, 1985, entre outros) afirmam que a ordem dos afixos na estrutura da forma verbal tem em conta a relevância de cada um na acção descrita pelo verbo. Assim, os afixos com maior "relevância" para a acção do radical verbal ocorrem adjacentes a ele (Ngunga, 1999), o que justifica a agramaticalidade da frase em (5.b).

Numa frase, o verbo mapeia a estrutura sintáctica em termos de funções sintáticas e papéis temáticos. Contudo, o constituinte **maroro** 'atas' (tema) não tem o papel temático de ser feito comer **mwana** 'criança', uma vez que não se pode fazer comer um sujeito que não tenha propriedades semânticas de comer, como é o caso.

*Propriedades semânticas de maroro e mwana*

- i. Maroro [-animado, - humano, - agente]
- ii. Mwana [+animado, +humano, +agente]

O exemplo em (5.b) mostra que a inversão de ordem de ocorrência de objectos na estrutura sintáctica cria estruturas agramaticais ou, em casos raros, marcadas<sup>1</sup>. Nesta ordem de ideias, o facto de a inversão em (5.b) ter criado estruturas agramaticais, que poderiam ser marcadas em outras línguas, prenuncia a restrição estabelecida a nível semântico como Bresnan e Moshi (1990) mostraram nas línguas de objecto assimétrico,

<sup>1</sup> Estruturas pouco aceites por falantes.

tal como ilustram os dados de Ciwutee. Olhemos para a pronominalização na secção que se segue.

### 3 Pronominalização

A pronominalização é um processo que consiste em substituir os constituintes frásicos (argumentos) por proformas correspondentes, de acordo com as funções sintácticas que os constituintes desempenham na frase. Neste processo, a questão que se coloca é saber quando, como, em que momento e quantos argumentos podem ser substituídos. O objecto em Ciwutee é realizado como um bloco maior (X'') que ocorre num paradigma na estrutura sintáctica, de acordo com as funções sintácticas e papéis temáticos, em consonância com a sintaxe da língua.

- 6.a) musikana waryisa mwana maroro  
 mu-sikana u-a-ry-is-a mu-ana ma-roro  
 1-menina MS-Psd comer-Caus-VF 1-criança 6-atas  
 'a menina fez comer atas à criança'
- b) yena waryisa mwana maroro  
 yena u-a-ry-is-a mu-ana ma-roro  
 ela MS-Psd-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas  
 'ela fez a criança comer atas'
- c) \*/?musikana yena waryisa mwana maroro  
 musikana yena u-a-ry-is-a mw-ana ma-roro  
 1-menina Pron MS-Psd-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas  
 '?a menina ela fez comer atas à criança'
- d) musikana wamuryisa mwana maroro  
 mu-sikana u-a-mu-ry-is-a mu-ana ma-roro  
 1-menina MS-Psd-MO-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas  
 Lit.: menina fê-la a criança comer atas  
 'a menina fê-la, à criança, comer atas'
- e) musikana waaryisa mwana maroro  
 mu-sikana u-a-a-ry-is-a mu-ana ma-roro  
 1-menina MS-Psd-MO-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas  
 Lit.: menina fez comê-las à criança atas  
 'a menina fez à criança comê-las, as atas.'
- f) musikana wamuryisa maroro  
 mu-sikana u-a-mu-ry-is-a ma-roro  
 1-menina MS-Psd-MO-comer-Caus-VF 6-atas  
 'a menina fê-la comer atas'
- g) musikana waaryisa mwana  
 mu-sikana u-a-a-ry-is-a mu-ana  
 1-menina MS-Psd-MO-comer-Caus-VF 1-criança  
 'a menina fez à criança comê-las'
- h) \*mu-sikana wamwaryisa mwana maroro  
 mu-sikana u-a-mu-a-ry-is-a mu-ana ma-roro  
 1-menina MS-Psd-MO-MO-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas  
 menina fê-la comê-la criança atas
- i) \*musikana yena wamwaryisa (sem argumentos a ocorrerem lexicalmente)  
 musikana yena u-a-mu-a-ry-is-a  
 1-menina Pron MS-Psd-MO-MO-comer-Caus-VF  
 Lit.: menina ela fê-la comê-las.

O sujeito da frase em (6.a) foi substituído por uma proforma em (6.b) e a frase continua gramatical. Em (6.c), o sujeito co-ocorre com uma proforma, o que torna a frase agramatical, situação que prova que o sujeito e a respectiva proforma não podem co-ocorrer na estrutura sintáctica, o que permite concluir-se que Ciwutee apresenta restrição quando co-ocorrem constituintes que representam o sujeito. Isto significa também que, em sintaxe de Ciwutee, o sujeito lexical e a proforma excluem-se mutuamente, portanto, não podem coocorrer numa sequência sintáctica. Isto é, quando ocorre o sujeito lexical não ocorre a proforma. As frases (6.d, e) mostram que o objecto directo/secundário e o objecto indirecto/primário podem coocorrer com pronomes correspondentes nas estruturas sintáticas, sem que, no entanto, as frases se tornem agramaticais.

A agramaticalidade da frase (6.h) mostra que a língua não permite que se substitua dois complementos em simultâneo nem a coocorrência desses com os respectivos complementos na estrutura sintáctica. Outra situação não permitida pela língua é a pronominalização dos dois complementos do V' em simultâneo, mesmo sem que os respectivos complementos ocorram lexicalmente (6.i). De acordo com Bergvall (1986) citado por Câmara (2018), as situações apresentadas com algumas restrições tendo em conta as funções sintáticas e papéis temáticos são também observadas na língua Kikuyu, Kinyarwanda e Kishaga línguas de objeto simétrico. Para este autor, numa estrutura sintáctica, o objecto é realizado sob a forma de DP pós-verbal sem objecto de marcação.

Entende-se que em Ciwutee, o objecto substituído/marcado funciona nos seguintes moldes: (i) o objecto directo (OD)/ secundário (OS) e o objecto indirecto (OI)/primário (OP) podem ser representados por proformas correspondentes; (ii) o objecto directo/secundário e o objecto indirecto/primário podem co-ocorrer com os respectivos pronomes; e (iii) o constituinte N" (sujeito) pode ser substituído por uma proforma morfológica, mas os dois (sujeito e o pronome) não devem co-ocorrer.

A mesma análise foi feita por outros autores (Bresnan & Moshi, 1990; Alsina e Mchombo, 1993; Ngonyani, 1996a) fazendo entender em parte que, em Chingoni e Kiswahili, os objectos marcados são realizados nas seguintes circunstâncias: (i) um DP sem objecto marcado; (ii) a marcação correspondente à sua categoria sintáctica (NP); e (iii) objecto marcado sem ocorrência do DP lexical. Se as ocorrências não forem as descritas acima, as estruturas tornam-se agramaticais.

Olhando para o comportamento dos objectos da frase em Ciwutee, conclui-se que os objecto directo/secundário e indirecto/primário nem sem partilham os mesmos traços sintácticos neste teste, mais uma prova

de que esta língua tende para o grupo de línguas de objectos assimétricos. Comparando os testes aplicados neste estudo, constata-se que a pronominalização é menos forte nesta matéria porque em algum momento, mesmo que seja em exemplos reduzidos, as frases tornam-se meio ambíguas. Por isso para estudos similares, não se aconselha usar apenas a pronominalização como folha-mestre para provar que uma língua é de objecto simétrico ou de objecto assimétrico. A seguir apresentamos o último teste nesta secção, a passivização.

#### 4 Passivização

Passivização é um processo que consiste em promover um dos argumentos internos com função sintáctica de objecto directo ou indirecto, seleccionado pelo núcleo do V', para a posição do sujeito, e a despromoção do sujeito da frase activa que passa a ser agente da passiva e de carácter opcional.

- 7.a) mu-sikana waryisa mwana maroro  
 mu-sikana u-a-ry-is-a mu-ana ma-roro  
 1-Menina MS-Psd-comer-Caus-VF 1-criança 6-atas  
 'a menina fez comer (as) atas à criança'
- b) mwana waryis**wa** maroro (ngo musikana)  
 Mw-ana u-a-ry-is-(**i**)**w**-a ma-roro ngo musikana  
 1-menina MS-Psd-comer-Caus-Pas-VF 6-atas PREP 1-menina  
 'a criança foi feita comer (as) atas (pela menina)'
- c) Mwana waryis**wa** maroro  
 mw-ana u-a-ry-is-(**i**)**w**-a ma-roro  
 1-criança MS-Psd-comer-Caus-Pas-VF 6-atas  
 'a criança foi feita comer (as) atas'
- d) \*maroro aryis**wa** mwana  
 ma-roro a-ry-is-**iw**-a mw-ana  
 6-atas MS-Psd-comer-Caus-Pas-VF 1-criança  
 '(as) atas foram feitas comer criança'

Os exemplos em (7) indicam que quando co-ocorrem as extensões causativa e passiva, hierarquicamente, a causativa corre adjacente à raiz verbal e a passiva na periferia, como ilustra a frase (7.b), sendo o agente (no caso, **musikana** 'menina') opcional, como se ilustra em (7.c), mesmo assim, a frase continua gramatical. A frase em (7.d) mostra que nesta língua, o objeto directo (OD)/secundário(OP) não pode ser passivizado. Um dos motivos desta restrição semântica é o facto de esta não apresentar traços<sup>2</sup> semânticos apropriados para desempenhar a função

2 Ver os traços em (5. i, ii)

exigida pelo verbo.

Tendo em conta o exemplo em (7.d), conclui-se que, em estrutura causativa, o Ciwutee só permite passivizar o objecto com função sintáctica de objecto indirecto/primário e com papel temático de beneficiário/mafeiciário (alvo). Por isso, o objecto indirecto/primário deve ocorrer adjacente ao verbo e objecto directo/secundário ocupa a posição periférica. O facto observado na passivização é que somente o objecto com função sintáctica de objecto indirecto/primário e com papel temático de alvo, é que pode ser passivizado. Neste contexto, depois da passivização, este adquire a função sintáctica de sujeito, mantém o papel temático e ainda passa a determinar a concordância na estrutura sintáctica.

## Conclusões

O estudo teve como objectivo geral analisar as propriedades sintácticas e semânticas dos objectos sintácticos. Como objectivos específicos a pesquisa pretende, com base na análise das construções applicativas e causativas, determinar se Ciwutee faz parte das línguas de objecto simétrico ou se faz parte das línguas de objecto assimétrico.

Ficamos motivados para abordar este tema devido ao nosso conhecimento da existência de dois grupos de línguas (línguas de objecto simétrico e línguas de objecto assimétrico). Todavia, não há notícia de caracterização tipológica que mostra Ciwutee como uma língua de objecto simétrico ou como língua de objecto assimétrico. Para alcançar os nossos objectivos diante do problema, tivemos como questão de partida que é: “Ciwutee é uma língua de objecto simétrico ou uma língua de objecto assimétrico?” Partindo desta questão, estabelecemos três possíveis respostas que constituem as nossas hipóteses, como se pode ver a seguir: (i) Ciwutee é uma língua de objecto simétrico; (ii) Ciwutee é uma língua de objecto assimétrico e; (iii) Ciwutee é, ao mesmo tempo, uma língua de objecto simétrico e de objecto assimétrico.

Observe-se que as nossas hipóteses foram assertivas por terem-nos levado à características típicas de Ciwutee, embora com alguma reserva num dos testes. No primeiro teste (ordem de ocorrência de constituintes), foi evidente e de forma clara que a inversão de ordem de ocorrência de objectos na estrutura sintáctica cria estruturas agramaticais ou, em casos raros, marcadas. Nesta ordem de ideias, o facto de a inversão de ordem de ocorrência dos objectos sintácticos ter criado estruturas agramaticais, que poderiam ser marcadas em outras línguas, prenunciou a restrição estabelecida a nível semântico no Ciwutee.

Na pronominalização mostrou-se que este teste é aplicado para qualquer constituinte na estrutura frásica. Os objectos substituídos/substituíveis podem co-ocorrer com os respectivos pronomes. Os sujeitos substituíveis podem não coocorrer com os respectivos pronomes. Os objectos aceitam ser representados por pronomes, mesmo sem que eles se realizem lexicalmente na estrutura. Não se aceita a pronominalização de dois complementos simultaneamente.

Analisando as características do teste e as propriedades paramétricas de Ciwutee, nota-se que este teste é menos forte no que concerne a esta matéria. Por isso, não se aconselha aplicá-lo unicamente para se aferir se uma língua é de objecto simétrico ou de objecto assimétrico. Para não chegar à uma conclusão falaciosa, é necessário que o teste de pronominalização seja acompanhado de outros testes de acordo com a perspectiva de análise adoptada.

Tendo em conta a passivização, conclui-se que, em estrutura causativa, o Ciwutee só permite passivizar o constituinte com função sintáctica de objecto indirecto/primário e com papel temático de beneficiário/maleficiário (alvo). Por isso, o objecto indirecto/primário deve ocorrer adjacente ao verbo e objecto directo/secundário ocupa a posição periférica. Neste contexto, depois da passivização, este objecto adquire a função sintáctica de sujeito gramatical, mantém o papel temático e passa a determinar a concordância sintáctica. Dado o comportamento dos objectos sintácticos, de acordo com os três testes aplicados, principalmente “a ordem dos objectos sintácticos e passivização”, conclui-se que Ciwutee é uma língua de objecto assimétrico. Responde-se assim à questão de partida através da confirmação da hipótese (ii) que descarta automaticamente as hipóteses (i) e (iii).

## Referências

Alsina, A. Where's the mirror principle? *The Linguistic Review*, vol.16, nº1, p. 1-42, 1999.

Alsina, A.; Mchombo, S. *Object asymmetries in the chichewa applicative*. University of California, Berkeley, 1988.

Baker, M. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988a.

Baker, M. “Theta theory and the syntax of applicatives in Chichewa”, *Natural Language and Linguistic Theory* 6, 353-389, 1988c.

Baker, M. *Linguistics Inquiry*. Cambridge: The MIT Press, 1985.

Baptista, J. *Sintaxe dos predicados nominais com ser de*. Lisboa: Fun-

dação para a Ciência e a Tecnologia, 2005.

Bresnan, J.; Moshi, L. Object asymmetries in comparative Bantu. *Linguistic Inquiry*, vol. 21, p.147-185, 1990.

Bybee, J. *Morphology: A study of the relation between meaning and form*. Amsterdam: John Benjamins/ Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

Câmara, C. *Análise minimalista das extensões verbais em Nyungwe*. Maputo: CEA, 2018.

Guthrie, M. *Classification of the bantu languages*. London: Pall Mall, 1967.

Maho, J. The linear ordering of TAM/NEG markers in bantu languages. *SOAS Working Papers in Linguistics*, vol.15. p. 213-225, 2007.

Mchombo, S. On the binding of the reflexive and the reciprocal in Chichewa. In: Mchombo, S. A. (Ed.). *Theoretical aspects of bantu grammar*. Stanford: CSLI Publications. 1993, p. 181–207.

Ngonyani, D.; Githinji, P. *The asymmetric nature of bantu applicatives constructions*. *Lingua*. vol.116. p. 31-63, 2006.

Ngonyani, D. *The morphosyntax of applicatives*. PhD Thesis. Los Angeles: University of California, 1996a

Ngonyani, D. *A grammar of chingoni*. Munchen: Lincom-Europa, 2006.

Ngunga, A. Restrições na combinação e ordem dos sufixos verbais em Ciyao. Simango, A. (ed.). *Folha Linguística*, nº 3. Maputo: Imprensa Universitária. p. 8-18, 1999.

Schadeberg, T. Derivation. In: Derek, N.; Philippson, G. (Eds.). *The bantu languages*. Série 4. London: Routledge. 2003, p. 90-101.

# DESCRIÇÃO E ANÁLISE DA ASPIRAÇÃO NA LÍNGUA XIRHONGA (S54)

Ernesto Dimande

## Introdução

Como sucede com as consoantes de todas línguas bantu (LB), as da língua xirhonga também podem sofrer diferentes modificações, tendo em conta as características fonológicas dos segmentos envolvidos. Entre as principais modificações que ocorrem nesta língua, destacamos a pré-nasalização, a labialização/velarização e a aspiração. Destas, interessa-nos apenas a aspiração. A língua em estudo se chama ‘xirhonga’ e vamos manter a grafia padronizada por Ngunga, Faquir (2011).

A escolha do tema aspiração tem que ver com o facto de ao nível da língua xirhonga, o mesmo carecer de aprofundamento. Aliás, sem exagero, diríamos que este tema ainda constitui “*mata densa*”. A título de exemplo, Quintão (1917) refere que nesta língua existe o som [nh], como por exemplo em *nyoka* ‘cobra’ e *nyala* ‘cebola’. Esta combinação, de acordo com o autor, não pode ser confundida com [nh], do português, por que na língua xirhonga existem palavras escritas com *nha*, pronunciadas por *n* seguido de aspiração, como por exemplo, em *nhaba* ‘monte’ e *nhama* ‘face’.

Sobre o paralelismo fonético entre as duas línguas referidas no parágrafo precedente, o autor defende que na língua xirhonga, a nasal alveolar vozeada [n] é aspirada. Por sua vez, Nogueira (1960), na sua obra intitulada “Dicionário Ronga-Português”, ao discutir a aspiração, concluiu que:

não é natural que ela forme grupo com qualquer consoante oclusiva, que, por assimilação, tenderia a passar a surda correspondente: *bha* > *pha*; *tha* > *pha*; *gha* > *kha*. Não é natural que ela forme grupo com qualquer consoante fricativa surda que a precede: *fha*, *sha*, *xha*. Não é natural que ela forme grupo com *l* e com *r*: *lha*, *rha*. Não é natural que ela forme grupo com as consoantes oclusivas nasais: *mha*, *nha*, *nha* (Nogueira, 1960, p. 620, grifo do autor).

Não obstante o exposto no excerto acima, Nogueira (1960) adopta ortografias que violam as suas constatações, mesmo reconhecendo que



elas não interpretam o modo de pronunciar dos falantes nativos. Para justificar esta incoerência, o autor apresenta dois factores, nomeadamente, a fidelidade ao sistema ortográfico da Missão Suíça, provavelmente a referência para o sistema ortográfico xirhonga, nessa altura e, o facto de o autor “estar longe desses nativos” (Nogueira, 1960, p. 620). Para o autor, “o emprego de *h* em tais casos não passa de um recurso gráfico para notar certas particularidades fonéticas, que não são propriamente aspirações” (Nogueira, 1960, p. 620).

Por sua vez, Bachetti (2006) considera que a aspiração, que formalmente é marcada através de ‘*h*’, “faz com que as consoantes sejam pronunciadas aspirando o ar” (Bachetti, 2006, p. 26). O autor fecha a discussão apresentando 6 consoantes possíveis de sofrerem esta modificação, designadamente, (/k/), (/m/), (/n/), (/p/), (/t/) e (/w/). Portanto, contrariando Nogueira (1960), o autor considera que as consoantes (/m/) e (/n/) podem ser aspiradas.

Analisando os trabalhos de Quintão (1917), Nogueira (1960) e Bachetti (2006), entendemos que embora tenham o mérito de reconhecerem a ocorrência da aspiração e de outras modificações de consoantes, como por exemplo, a pré-nasalização e a labialização/velarização, sobre a que está em estudo, os mesmos suscitam várias inquietações, entre as quais destacamos: *i.* quais são as consoantes da língua xirhonga que efectivamente sofrem a aspiração; *ii.* será que nesta língua, a aspiração forma pares mínimos?; *iii.* qual é a função da aspiração nos contextos de pares mínimos e, *iv.* será que os falantes da língua xirhonga aplicam a regra de “*Post-nasal stop aspiration*”?

Guiando-se pelas perguntas acima apresentadas, o presente artigo debruça-se sobre a aspiração da língua xirhonga, com o objectivo de, em termos gerais, analisar o processo de modificação das consoantes desta língua. Especificamente, trazemos esta temática com o intuito de *i.* identificar as consoantes que sofrem a aspiração, *ii.* explicar a função da aspiração nos contextos em que ela forma pares mínimos e *iii.* explicar a interrelação entre a aspiração e a pré-nasalização.

Em termos de relevância, gostaríamos que este trabalho, tal como outros enquadrados na alçada da microlinguística, fosse entendido como um contributo no processo de descrição gramatical das LB no geral e, da língua xirhonga, em particular. Especificamente, entendemos que a importância deste trabalho reside no facto de contribuir na identificação das consoantes passíveis de sofrer aspiração e na discussão da função da aspiração. Teoricamente, o artigo permite testar a aplicabilidade da regra de “*Post-nasal stop aspiration*”.

Em termos estruturais, o capítulo compreende 4 seções. Esta introdução faz parte da primeira secção, onde para além de contextualizarmos a pesquisa, explicitando o tema, os objectivos e os aspectos metodológicos, também apresentamos alguns elementos da língua xirhonga, com destaque para a descrição do seu sistema fonético e a modificação das consoantes. A seguir, temos a segunda secção, onde discutimos a aspiração nas línguas naturais, com destaque para as LB, a que a língua em estudo pertence. Depois desta descrição, analisamos, na terceira secção, a aspiração na língua xirhonga, antes das considerações finais.

## 1 A língua xirhoga: aspectos conceituais

Xirhonga, de acordo com Guthrie (1967-71), é uma língua da subfamília Niger-Congo, com o código (S54), integrada no grupo Tswa-Ronga (S50), do qual também fazem parte outras três LB, nomeadamente, xichangana (S53), xitshwa (S51) e xigwamba (S52). Estas línguas caracterizam-se por uma inteligibilidade mútua. Deste modo, o falante de uma delas, geralmente compreende as outras línguas do mesmo grupo. Alinhando com esta posição, da Conceição (1999) especifica que destas, xirhonga, a língua em estudo, estabelece maior grau de inteligibilidade com a língua xichangana, não obstante existirem termos específicos para cada uma, como por exemplo, *tatana* ‘father’, *mukwá* ‘knife’, *-búyá* ‘to come’, *-dá* ‘to eat’, que em xichangana são respectivamente substituídos por *bava*, *xikhwá*, *-ta* e *-djá*.

Como sucede com outras línguas naturais, a língua xirhonga possui diferentes variantes regionais, tendo em conta os locais onde ela é falada. Nesse contexto, Siteo e Ngunga (2000) e Ngunga e Faquir (2011) defendem que Xirhonga possui 4 variantes dialectais, designadamente, Xilwandle (ou Xikalanga), falada no distrito da Manhiça; Xinondrwana, falada nos distritos de Marracuene e Boane e nas Cidades de Maputo e Matola. Da Conceição (1999) designa esta variante por Xirhonga (Xixirhonga ou Xizonga) e, acrescenta que ela é “língua de uma área civilizada” (Da Conceição, 1999, p. 25); Xizingili (Xiputru ou Xindindindi), falada desde Catembe até à Ponta do Ouro e, Xihlanganu, falada no Distrito de Moamba e em algumas regiões do Distrito da Namaacha. A designação *Xindindindi*, segundo Conceição (1999), deve-se à frequente ocorrência do som *ndi(u)*. A título de exemplo, uma construção como “*ni-tabuya mundruku* ‘i will come tomorrow’ é pronunciada *nditaba nditabuya munduku*” (da Conceição, 1999, p. 25).

De acordo com Siteo, Ngunga (2000) e Ngunga, Faquir (2011), a língua xirhonga também é falada na República do Zimbabwe e na República da África de Sul. Por sua vez, Chambo et al. (2020), concordando com o carácter transfronteiriço da língua xirhonga, acrescentam que a mesma é igualmente falada no Reino de Eswatini. Em termos fonéticos e sobretudo, considerando a libertação do fluxo de ar dos pulmões, a tradição linguística identifica dois tipos de segmentos fonéticos, designadamente, as vogais e as consoantes.

Segundo Seara, Nunes, Lazzarotto-Volcão (2011), a diferença entre vogais e consoantes reside no facto de na produção das vogais, o ar passar livremente, ou seja, sem nenhuma constrição (obstrução), enquanto que “as consoantes são articuladas a partir de alguma obstrução no trato oral, seja ela parcial ou total” (Seara, Nunes, Lazzarotto-Volcão, 2011, p. 13). A língua xirhonga, segundo Ngunga, Faquir (2011), possui 5 vogais, conforme a descrição que a seguir apresentamos:

Quadro 1. Vogais da língua xirhonga

|                      | <b>Anteriores</b> | <b>central</b> | <b>Posteriores</b> |
|----------------------|-------------------|----------------|--------------------|
| <b>Fechada</b>       | ɪ                 |                | u                  |
| <b>Semi-fechadas</b> | e                 |                | o                  |
| <b>Aberta</b>        |                   | a              |                    |

Fonte: Ngunga, Faquir (2011, p. 243)

Tendo em conta a localização do maior volume da língua na boca; grau de arredondamento dos lábios e de abertura da boca, Siteo e Ngunga (2000), Ngunga e Faquir (2011) consideram que a vogal (/i/), é anterior e fechada; (/u/), posterior e fechada; (/e/), anterior semi-fechada; (/o/), posterior e fechada e (/a/), central e aberta.

As vogais da língua xirhonga podem sofrer diversas modificações, entre as quais, a nasalização, como sucede em *im-na* ‘sim’; elisão, como por exemplo em *xi+mbuti + -ana > ximbutana* ‘cabritinho’ e semivocalização, como podemos verificar em *xi + ntukulu + ana > xintukulwana* ‘netinho’. Exceptuando a nasalização, estes processos resultam da obrigatoriedade de resolução de hiatos. No que concerne às consoantes, a língua xirhonga possui 44 segmentos, conforme o quadro que a seguir apresentamos:

**Quadro 2:** Consoantes da língua xirhonga

| Modo/Lugar        | Labial   | L. dental | Alveolar | Retrofl.    | A.palatal | Palatal | L. velaar | Velar  | Glotal |
|-------------------|----------|-----------|----------|-------------|-----------|---------|-----------|--------|--------|
| Oclosiva          | p b      |           | t d      |             |           | c j     |           | k g    |        |
| Implosiva         | b'       |           | d'       |             |           |         |           | q gq   |        |
| Nasal             | m        |           | N        |             |           | Ny      |           | n' n'q |        |
| Africada          | ps<br>bz | pf bv     | ts dz    | tr rh<br>dr |           |         |           |        |        |
| Fricativa         |          | f vh      | s z      | sv zv       | x xj      |         |           |        | H      |
| Lateral           |          |           |          |             |           | hl lh   |           | tl dl  |        |
| Lateral<br>Aprox. |          |           | L        |             |           |         |           |        |        |
| Vibrante          |          |           | (r)      |             |           |         |           |        |        |
| Aproximante       |          | V         |          |             |           | Y       | W         |        |        |

Fonte: Ngunga, Faquir (2011, p. 243)

Segundo Siteo, Ngunga (2000), Ngunga, Faquir (2011) as 44 consoantes da língua xirhonga subdividem-se em 3 grupos, nomeadamente, simples (c, d, f, g, h, j, k, l, m, n, p, r, s, v, q, t, v, w, x, y, z); dígrafos (bv, bz, dl, dz, dr, gq, hl, lh, ny, ps, pf, sv, tl, ts, tr, vh, xj, zv, rh); marginais (b', d', n', n'q). Em termos de ocorrência e produtividade, Ngunga e Faquir (2012) destacam dois aspectos: que dentro do grupo linguístico *Tswa-Ronga*, as consoantes (/tr/) e (/dr/) ocorrem exclusivamente na língua em estudo e que, nesta língua, as consoantes (/r/), (/b'/), (/d'/), (/q/), (/gq/) e (/n'q/) raramente ocorrem, se não em alguns empréstimos. Contrariamente, a consoante [rh], que é a mais produtiva.

Tal como as vogais, as consoantes da língua xirhonga também podem sofrer diferentes modificações, entre as quais, a pré-nasalização, a labialização/velarização e a aspirantização, conforme os exemplos que se seguem:

- 1a. *Kuthambha* 'ser, estar húmido'      b. *nenge* 'perna; pé; pata'
- 2a. *Kulua > kulwa* 'lutar'
- b. *nsimu > masimwini > masin'wini* 'na machamba'
- 3a. *nambu : nambu +ini > nambzini* 'no rio'
- b. *xihlovo : xihlovo +ini > xihlobzeni* 'no poço'

Analisando os exemplos (1a-b) constatamos a pré-nasalização das consoantes (/b/) e (/g/), em (1a) e (1b), respectivamente. Estes dados mostram que esta modificação tanto pode ser realizada pela nasal bilabial [m], quanto pela nasal alveolar [n], sendo que, enquanto a primeira

ocorre antes de uma consoante labial, a segunda é usada antes das restantes consoantes.

Em (2) constatamos que para além da pré-nasalização, também ocorre a labialização/velarização, modificação que, segundo Ngunga e Simbine (2012), ocorre quando a produção das consoantes, tanto nasais como orais, é “feita com um ligeiro arredondamento dos lábios e/ou uma ligeira constrição velar” (Ngunga, Simbine, 2012, p. 54). De acordo com estes autores, esta modificação designa-se por labialização nos contextos em que as consoantes em causa forem não-labiais, como sucede em (2a) e, velarização, se as consoantes envolvidas forem labiais, como é o caso de (2b).

Por último, em (3) temos exemplos de aspirantização, que consiste na passagem da consoante oclusiva bilabial vozeada (/b/), em (3a), e da fricativa lábio-dental vozeada (/v/), em (3b), em africada lábio-dental (/bz/), destacado a negrito. O exemplo (1a) mostra que, por vezes, as modificações podem co-ocorrerem, sendo que no caso vertente, depois da prenasalização, ocorre a aspiração, o foco desta pesquisa. Outros exemplos de múltiplas modificações são *nt<sup>h</sup>ont<sup>h</sup>ont<sup>h</sup>o* ‘aguardente’ e *mp<sup>h</sup>i-kisanu* ‘disputa; competição’ (prenasalização e aspiração) e *k<sup>h</sup>wak<sup>h</sup>warhi* ‘escama’ e *kuk<sup>h</sup>wita* ‘coxear, manquejar’ (aspiração e labialização).

Os dados que sustentam a proposta de análise avançada neste artigo foram obtidos através de um questionário estruturado, administrado a 15 falantes nativos de diferentes variantes de Xirhonga, conforme o quadro que a seguir apresentamos:

Quadro 3. Descrição de informantes

| # | Residência | Sexo | Idade | Profissão   | #  | Residência       | Sexo | Idade | Profissão   |
|---|------------|------|-------|-------------|----|------------------|------|-------|-------------|
| 1 | Marracuene | F    | 46    | Doméstica   | 8  | Boane            | F    | 55    | Professora  |
| 2 | Marracuene | F    | 48    | Professora  | 9  | Matola           | F    | 20    | Comerciante |
| 3 | Marracuene | M    | 20    | Comerciante | 10 | Matola           | M    | 48    | Doméstica   |
| 4 | Marracuene | M    | 33    | Doméstico   | 11 | Matola           | M    | 53    | Professor   |
| 5 | Boane      | M    | 40    | Agricultor  | 12 | Cidade de Maputo | F    | 26    | Agricultor  |
| 6 | Boane      | F    | 22    | Professora  | 13 | Cidade de Maputo | F    | 21    | Comerciante |
| 7 | Boane      | F    | 56    | Doméstica   | 14 | Cidade de Maputo | M    | 34    | Professor   |
|   |            |      |       |             | 15 | Cidade de Maputo | M    | 23    | Doméstica   |

Fonte: Elaboração própria

O Quadro 3 descreve a procedência geográfica, o gênero, a idade e a ocupação dos informantes que participaram da pesquisa. Analisando este quadro, constatamos que, os dados que sustentam esta pesquisa

foram fornecidos por 15 informantes, dos quais, 7 homens e 8 mulheres, residentes das Cidades de Maputo e Matola e Distritos de Boane e Marracuene, de diferentes extractos sociais, designadamente, professores primários de ensino bilingue, agricultores, domésticos e comerciantes locais. As idades destes informantes variam de 20 a 56 anos.

A participação dos informantes acima descritos compreendeu a tradução das palavras e frases que corporizaram o questionário estruturado, do Português para Xirhonga. A identificação das palavras cuja tradução resultaria na aspiração de pelo menos uma consoante foi feita com base no nosso conhecimento da língua e na consulta a vários materiais, entre os quais destacamos Nogueira (1960) e Siteo, Mahumane, Langa (2008).

Do parágrafo precedente, fica claro que para além do questionário estruturado, também nos socorremos do método introspectivo, tendo em conta que somos falantes nativos da língua em estudo. O recurso ao nosso conhecimento intuitivo da língua xirhonga foi importante, tanto no processo de selecção de unidades lexicais que corporizaram o questionário, quanto no julgamento da gramaticalidade *versus* agramaticalidade das formas fornecidas pelos informantes, durante a tradução.

No que respeita ao tratamento de dados, depois da discussão do comportamento interlinguística da aspiração, em termos dos contextos de realização e função, examinamos os dados recolhidos, com vista a aferir, *i.* se as formas traduzidas eram efectivamente da língua xirhonga, através do crivo de outros informantes; *ii.* se existem consoantes aspiradas; *iii.* se nos contextos de consoantes aspiradas, ocorrem pares mínimos; *iv.* o papel da aspiração, sobretudo em contextos de pares mínimos; *v.* se a aspiração pode ser associada a alguma CN e *vi.* a aplicação da regra de “*Post-nasal stop aspiration*”.

## 2 A aspiração nas línguas naturais

A aspiração é objecto de estudo por parte de diversos linguistas, em diferentes línguas naturais, entre as quais, Maithili, (Yadav, 1976); Inglês, (Carlyle, 2003); Chinês e Inglês, (Deterding, Nolan, 2007); Mandarin (XU, 2013); Hindi, (Durvasula, Luo, 2014), Latundê e Negarotê, (Braga, Telles, 2014); Inglês e Minangnese, (Firdaus, 2017) e Jinghpaw, (Kurabe, 2018). Especificamente nas LB, de que a língua xirhonga é parte integrante, este tema é discutido na língua swahili, (Palome, 1967; Frankl, 1991 e Lodhi, 2004); língua changana (Ngunga, Simbine, 2012); língua igbo, (Nkamigbo, 2014) e na língua chizigula, (Martinez, Rosenbaum, 2017).

Analisando os trabalhos acima referenciados, constatamos que o

estudo da aspiração resume-se na *i.* discussão do próprio conceito de aspiração e da sua articulação; *ii.* identificação das consoantes passíveis de sofrerem esta modificação, sobretudo em línguas particulares; *iii.* explicitação do seu papel semântico, nos contextos de pares mínimos<sup>1</sup>; *iv.* na análise da duração fonética das consoantes aspiradas, em relação as não aspiradas; *v.* discussão da sua influência na articulação das vogais adjacentes, *vi.* na averiguação da aplicação da regra de “*Post-nasal stop aspiration*” nas LB e *vii.* explicitação da sua interrupção com o tom.

A aspiração, de acordo Ladefoged, Johnson (2010), constitui “um período de ausência de voz após a liberação da interrupção e antes do início da abertura para a vogal” (Ladefoged, Johnson, 2010, p. 57). Johnson (2012), concordando com Ladefoged, Johnson (2010), acrescenta que este “período de ausência de voz, às vezes referido como ruído turbulento” (Johnson, 2012, p. 173). Por sua vez, Lodge (2009), baseando-se na noção de *timing*, entende a aspiração é “uma questão de relação de tempo entre a ausência da vibração das cordas vocais e vibração” (Lodge, 2009, p.105).

Ngunga e Simbine (2012), concordando com Ladefoged (2001), Ladefoged, Johnson (2010) e Johnson (2012), referem que em termos articulatórios, este fenómeno ocorre quando, “o volume do ar proveniente dos pulmões continua a libertar-se continuamente após a explosão inicial” (Ngunga, Simbine, 2012, p. 60). Em termos formais, a aspiração é sinalizada através de *h*, por cima do segmento modificado. Entretanto, em alguns trabalhos, como por exemplo, Frankl (1991), a mesma modificação é também sinalizada através de um apóstrofe, igualmente por cima do som modificado, conforme veremos ao longo deste capítulo.

Analisando cuidadosamente os dados de diferentes línguas, constatamos que a aspiração não se comporta de forma homogênea, por conta das características fonológicas de cada língua. Assim, enquanto em algumas línguas, como por exemplo Inglês, a aspiração é semanticamente uma modificação consonantal marginal, em outras línguas, como por exemplo, Maithili e Igbo, ela desempenha a função distintiva, conforme documentamos exemplos que a seguir apresentamos, iniciando da língua inglesa:

|     |                     |                   |                     |              |              |                              |        |                      |                       |
|-----|---------------------|-------------------|---------------------|--------------|--------------|------------------------------|--------|----------------------|-----------------------|
| 4a. | [p <sup>h</sup> ]   | [t <sup>h</sup> ] | [k <sup>h</sup> ]   | [p]          | [t]          | [k]                          |        |                      |                       |
|     | <i>pil</i>          | <i>till</i>       | <i>kill</i>         | <i>spill</i> | <i>still</i> | [skill]                      | [pil]* | [til]*               | [kil]*                |
|     | [p <sup>h</sup> il] | [thil]            | [k <sup>h</sup> il] | [spil]       | [stil]       | [skil]                       | [pil]* | [til]*               | [kil]*                |
|     | <i>par</i>          | <i>tar</i>        | <i>car</i>          | <i>spar</i>  | <i>star</i>  | [scar]*[par]*                |        | [tar]*               | [car]*                |
|     | [p <sup>h</sup> ar] | [thar]            | [k <sup>h</sup> ar] | [spar]       | [star]       | [skar]*[sp <sup>h</sup> ar]* |        | [t <sup>h</sup> ar]* | [sk <sup>h</sup> ar]* |

(Carlyle, 2003, p. 156)

1 De acordo com os autores pares mínimos são “duas sequências fônicas que se distinguem apenas por um fonema” (Seara, Nunes, & Lazzarotto-Volcão, 2011, p. 76).

Os exemplos (4) mostram que na língua inglesa, “as consoantes aspiradas surdas [pʰ] [tʰ] [kʰ] e as não aspiradas surdas [p] [t] [k] estão em distribuição complementar” (Carlyle, 2003, p.12). Assim, nos contextos em que as consoantes oclusivas não aspiradas ocorrem, as aspiradas não ocorrem e vice-versa. É esta constatação que explica que, mesmo nos contextos em que, por alguma razão, o falante pronuncia *spit*, com a aspiração [pʰ], o interlocutor perceba *spit*. Por isso, Carlyle (2003) conclui que na língua inglesa, a aspiração é redundante e não distinta. Ela é previsível, e constitui característica das consoantes menos vozeadas, em ambientes fonêmicos especificados. Contrariamente a esta língua, os dados de Yadav (1976, p.79) mostram que na língua maithili, a aspiração é contrastiva:

**[Maithili, Nepal]**

|     |         |                 |    |           |          |
|-----|---------|-----------------|----|-----------|----------|
| 5a. | /pul/   | ‘bridge’        | vs | /pʰul/    | ‘flower’ |
| b.  | /tik/   | ‘pigtail’       | vs | /tʰik/    | ‘right’  |
| c.  | /nəpal/ | ‘measure’       | vs | /nəpʰal/  | ‘profit’ |
| d.  | /potil/ | ‘granddaughter’ | vs | /pʰotʰil/ | ‘book’   |

Os exemplos acima apresentados ilustram a aspiração dos sons [p] e [t], na língua maithili. Note-se que enquanto em (5a-b) esta modificação ocorre na primeira consoante, em (5c-d) ela regista-se ao nível da segunda consoante. Analisando estes dados, constatamos que, diferentemente da língua inglesa, em Maithili a aspiração é muito importante, visto que permite contrastar significados do par mínimo. É por isso que, as palavras *pul* e *phul*, semanticamente são diferentes por que, enquanto a primeira significa ‘bridge’, a segunda, em que o som [p] é aspirado, significa ‘flower’.

O papel contrastivo da aspiração não ocorre apenas língua maithili. Os dados que a seguir apresentamos mostram que ela também regista-se em várias LB, como por exemplo nas línguas chizigula, tumbuka e igbo:

**[Chizigula, Somália]**

|     |               |              |                |                    |
|-----|---------------|--------------|----------------|--------------------|
| 6a. | <i>bafu</i>   | ‘selfish’    | <i>bʰafu</i>   | ‘basin’            |
| b.  | <i>kubasa</i> | ‘to reach’   | <i>kubʰasa</i> | ‘to succeed, pass’ |
| c.  | <i>bosi</i>   | ‘boss’       | <i>bʰosi</i>   | ‘cripple’          |
| d.  | <i>udala</i>  | ‘stinginess’ | <i>udʰale</i>  | ‘greediness’       |

(Martinez e Rosenbaum, 2017, p. 442)

**[Tumbuka, Zâmbia]**

|     |                |                       |    |                 |                 |
|-----|----------------|-----------------------|----|-----------------|-----------------|
| 7a. | <i>ku-pula</i> | ‘to pound’            | vs | <i>ku-pʰula</i> | ‘to save’       |
| b.  | <i>ku-tola</i> | ‘to be married [man]’ | vs | <i>ku-tʰola</i> | ‘to pull out’   |
| c.  | <i>ku-kama</i> | ‘to squeeze; milk’    | vs | <i>ku-kʰala</i> | ‘to dwell; sit’ |

(Downing & Hamann, 2021, p. 9)

**[Igbo, Nigéria]**

|     |      |         |    |       |                  |
|-----|------|---------|----|-------|------------------|
| 8a. | [tu] | ‘throw’ | vs | [tʰu] | ‘send an errand’ |
| b.  | [te] | ‘rub’   | vs | [tʰe] | ‘limp’           |
| c.  | [ta] | ‘chew’  | vs | [tʰa] | ‘blame’          |

(Nkamigbo, 2014, p. 63)



Conforme documentam os exemplos acima apresentados, enquanto em Chizugula os sons aspirados são [b] e [d], exemplos (6a-c), em Tumbuka são [p], [t] [k], exemplos (7a-c) e, em Igbo, apenas [t], exemplos (8a-c). Em termos semânticos, estes exemplos mostram que as línguas chizugula, tumbuka e igbo possuem um comportamento análogo com o da língua maithili, visto que em todas, a modificação consonantal em discussão desempenha a função distintiva. Para além destas LB, esta função também regista-se na língua swahili, conforme os exemplos que se seguem:

[Swahili, Congo]

|     |                   |                  |    |                  |               |
|-----|-------------------|------------------|----|------------------|---------------|
| 9a. | <i>pembe</i> [ph] | 'horn'           | vs | <i>pembe</i> [p] | 'big horn'    |
| b.  | <i>tundu</i> [th] | 'hole'           | vs | <i>tundu</i> [t] | 'big hole'    |
| c.  | <i>kuta</i> [kh]  | 'walls (plural)' | vs | <i>kuta</i> [k]  | 'large walls' |

(Palome, 1967, p. 40)

|      |   |    |   |
|------|---|----|---|
| 10a. | <i>Ali(li)panda paa.</i><br>He climbed on a (the) roof. | vs | <i>Ali(m)panda p<sup>h</sup>aa.</i><br>He rode/mounted a (the) gazelle. |
| b.   | <i>Anakula kaa/makaa.</i><br>He is eating (char)coal.   | vs | <i>Anakula k<sup>h</sup>aa.</i><br>He is eating a crab.                 |

(Lodhi, 2003, p. 156)

Em (9), os dados mostram que o papel semântico da aspiração não se difere das línguas chizigula, tumbuka e igbo, exemplos (6-8). Esta função distintiva pode ser claramente demonstrada através dos pares mínimos *paa* vs *phaa* e *kaa* vs *khaa*, nas construções (10a) e (10b), respectivamente.

Para além da função semântica acima referenciada, outro fenómeno associado à aspiração “é a transferência de nomes das classes 9/10 para as classes 5/6 de modo a cobrir a ideia de tamanho excepcional” (Frankl, 1991, p. 372), conforme ilustram os exemplos que a seguir apresentamos:

[Swahili, Zanzibar]

|      |                        |             |    |                |                          |
|------|------------------------|-------------|----|----------------|--------------------------|
| 11a. | <i>k'uku</i> (cl.9)    | 'a hen'     | vs | <i>kuku</i>    | 'an enormous hen' (cl.5) |
| b.   | <i>p'embe</i> (cl.9)   | 'a tusk'    | vs | <i>pembe</i>   | 'a mammoth tusk' (cl.5)  |
| c.   | <i>t'umbiri</i> (cl.9) | 'a monkey'  | vs | <i>tumbiri</i> | 'a huge monkey' (cl.5)   |
| d.   | <i>t'ui</i> (cl.9)     | 'a leopard' | vs | <i>tui</i>     | 'a large leopard' (cl.5) |

(Frankl, 1991, p. 373)

Na primeira coluna dos exemplos (11) temos nomes da classe 9, cujas consoantes iniciais (/z/), (/p/), e (/t/) sofrem aspiração, que é sinalizada através de apóstrofe. Entretanto, na segunda coluna constatamos que a ausência desta modificação transfere os mesmos nomes para a

classe 5. É preciso destacar que semanticamente, a passagem para esta classe não altera o significado das palavras. Na verdade, o que sucede é que os nomes da classe 5 passam apenas para o grau aumentativo analítico, sinalizando o tamanho excepcional. Ao nível da língua swahili, a associação da aspiração com os nomes da classe 9 que tenham perdido a inicial *n-*, também pode ser recuperada em Lodhi (2003, p.156), através dos exemplos que se seguem:

## [Swahili]

|      |                               |     |  |      |
|------|-------------------------------|-----|--|------|
| 12a. | <i>paa/mapaa</i> (roof)       | 5/6 | <i>p<sup>h</sup>aa/p<sup>h</sup>aa</i> (gazelle)   | 9/10 |
| b.   | <i>tando/matando</i> (fungus) | 5/6 | <i>t<sup>h</sup>ando/t<sup>h</sup>ando</i> (swarm) | 9/10 |
| c.   | <i>kaa/makaa</i> (coal)       | 5/6 | <i>k<sup>h</sup>aa/k<sup>h</sup>aa</i> (crab)      | 9/10 |

Nos exemplos (12), Lodhi (2003) mostra, por um lado, a função distintiva da aspiração e, por outro lado, a associação dos nomes com esta modificação a CN 9, na língua swahili. Sobre este último aspecto, importa destacar que na primeira coluna temos nos nomes *paa* ‘roof’, *tando* ‘fungus’ e *kaa* ‘coal’, da classe 5. Na segunda coluna, constatamos que as consonates /p/, /t/ e /k/ sofrem aspiração, que faz com que os nomes alterem a CN para 9.

Por sua vez, Lodhi (2003) acrescenta que para além das funções já explicitadas, a aspiração é igualmente usada como uma estratégia intensificadora “estratégia de intensificação” (Lodhi, 2003, p. 157), conforme os exemplos que se seguem:

## [Swahili]

|      |   |  |
|------|---|--|
| 13a. | <i>alikwenda mwituni</i>                | ‘he went (in)to the forest’            |
| b.   | <i>alikwenda mwit<sup>h</sup>uni</i>    | ‘he went deep into the forest’         |
| 14a. | <i>akaupanda ule ukuta</i>              | ‘he climbed that wall’ (cl. 11, sing.) |
| b.   | <i>akazipanda zile k<sup>h</sup>uta</i> | ‘he climbed those walls’ (cl. 10, pl.) |

(Lodhi, 2004, p. 144)

Conforme documentam os exemplos acima, tanto em (13) quanto em (14), a diferença semântica entre as construções reside na aspiração dos sons [t] e [k], das palavras *mwituni* e *ukuta*, respectivamente. Esta modificação tem implicações semânticas na medida em que intensifica a acção expressa pelos verbos.

No que respeita à interação entre a aspiração e a nasalização, algumas LB exibem o que Mtenje (2016) designa por “*Post-nasal stop aspiration*”, fenómeno em que “a consoante é aspirada quando é seguida por uma nasal” (Mtenje, 2016, p. 97), conforme os exemplos de Cilambya, que a seguir apresentamos:

[Cilambya, Malawi]

|      |  |    |  |    |   |    |   |
|------|--|----|--|----|---|----|---|
| 15a. | <i>u-lú-kama</i><br>AUG-11-milk<br>'milk'                  | vs | <i>i-ŋ-k<sup>h</sup>ama</i><br>AUG-10-milk<br>'milk'                   | b. | <i>u-lú-paso</i><br>AUG-11-fence<br>'fence' | vs | <i>íí-m-p<sup>h</sup>aso</i><br>AUG-10-fence<br>'fence' |
| c.   | <i>u-lú-konje</i><br>AUG-11-fishing line<br>'fishing line' | vs | <i>íí-ŋ-k<sup>h</sup>onje</i><br>AUG-10-fishing line<br>'fishing line' | d. | <i>u-lú-tondwa</i><br>AUG-11-star<br>'star' | vs | <i>íí-n-t<sup>h</sup>ondwa</i><br>AUG-10-star<br>'star' |

(Mtenje, 2016, p. 97)

[Chitumbuka, Malawi]

|      |  |                |    |                            |              |
|------|--|----------------|----|----------------------------|--------------|
| 16a. | <i>nk<sup>h</sup>uduka</i><br><i>ni-ku-duka</i><br><i>n-kuduka</i> (i-deletion)<br><i>n-k<sup>h</sup>uduka</i> (postnasal voiceless stop aspiration) | 'I am jumping' | b. | <i>nk<sup>h</sup>ule</i>   | 'nudity'     |
|      |  |                | c. | <i>mp<sup>h</sup>angwe</i> | 'vegetables' |
|      |  |                | d. | <i>nt<sup>h</sup>engwa</i> | 'marriage'   |

(Galafa, 2018, p. 81)

Nos exemplos acima, constatamos que as consoantes (/k/), (/p/) e (/t/) dos nomes *ulúkama*, *ulúpasso*, *ulúkonje* e *ulútondwa* (cl.11) não sofrem a aspiração. Entretanto, quando estes passam para a classe 10, ou seja, para o plural, as consoantes em alusão são aspiradas, passando a ser *in<sup>h</sup>k<sup>h</sup>ama*, *íímp<sup>h</sup>aso*, *ííŋk<sup>h</sup>onje* e *íínt<sup>h</sup>ondwa*. De acordo com Mtenje (2016), este fenómeno decorre do facto de as consoantes aspiradas serem precedidas pelo prefixo nasal da respectiva CN.

Esta regra de “*Post-nasal stop aspiration*” também é aplicável em Chitumbuka, conforme os exemplos (16a), onde temos a aspiração da consoante (/k/), de *nk<sup>h</sup>uduka* ‘I am jumping’, por ser antecedida da nasal [n]. Note-se que esta nasal surge nesta posição devido à elisão da vogal (/i/), de *ni-*, a marca de sujeito, da primeira pessoa do singular. Na mesma linha, em (16c-d) temos outros exemplos indiosicráticos da ocorrência da regra em análise.

Contrariamente ao que abacamos de constatar nos exemplos (15) e (16), em Cisukwa, o *post-nasal stop aspiration* não ocorre, conforme os exemplos que a seguir apresentamos:

[Cisukwa, Malawi]

|      |   |    |   |    |  |    |   |
|------|---|----|---|----|--|----|---|
| 17a. | <i>íí-ŋ-g<sup>w</sup>apa</i><br>AUG-9-arpit<br>'Armpit' | b. | <i>íí-n-dáamjo</i><br>AUG-9-problem<br>'problems' | c. | <i>íí-n-dumi</i><br>AUG-9-messenger<br>'messenger' | d. | <i>í-m-bale</i><br>AUG-9-polygamy<br>'polygamy' |
|------|---|----|---|----|--|----|---|

(Mtenje, 2016, p. 99)

Conforme documentam os exemplos (17), apesar de as consoantes (/g/), (/d/), e (/b/) serem antecedidas de uma nasal, não sofrem a aspiração. Para explicar a não aplicação da regra de “*Post-nasal stop aspiration*”, Mtenje (2016) avança duas hipóteses, sendo que a primeira, “é de que estes falantes de Cisukwa estão em processo

transicional de perda da regra de *post-nasal stop voicing* e gradualmente a adquirir a regra de aspiração”. E a segunda, “que a regra de “*Post-nasal stop aspiration*” que existira nesta variante foi substituída pela regra de *post-nasal stop voicing*”. (Mtenje, 2016, p. 99).

Antes de fecharmos esta secção, importa acrescentar que a aspiração também afecta a duração fonética das vogais. A título de exemplo, Durvasula, Luo (2014) constataram que na língua hindi, “a duração da vogal é mais longa após as consoantes aspiradas do que após as consoantes não aspiradas” (Durvasula, Luo, 2014, p. 6). Por sua vez, Xu, Xu (2003), concluíram que em Mandarim, “uma vogal é considerada mais curta quando segue uma consoante aspirada do que após um cognato não aspirado, a menos que a aspiração seja considerada como uma parte da vogal” (Xu, Xu, 2003, p. 167).

### 3. Aspiração na língua xirhonga

Conforme referimos na primeira secção, a língua xirhonga possui 44 consoantes, entre simples e modificadas. Destas, a aspiração ocorre normalmente ao nível das consoantes (/c/), (/k/), (/p/) e (/t/), foneticamente não-vozeadas, conforme documentam os exemplos que a seguir apresentamos:

|      |                                   |                     |    |                                    |                    |
|------|-----------------------------------|---------------------|----|------------------------------------|--------------------|
| 18a. | -c <sup>h</sup> ava               | ‘ter medo’          | b. | muc <sup>h</sup> adu               | ‘casamento’ (cl.3) |
| c.   | -k <sup>h</sup> insama            | ‘ajoelhar-se’       | d. | xik <sup>h</sup> ava               | ‘folha’ (cl.7)     |
| e.   | -p <sup>h</sup> ika               | ‘negar’             | f. | p <sup>h</sup> alafeni             | ‘petróleo’ (cl.5)  |
| g.   | -t <sup>h</sup> etha              | ‘resolver problema’ | h. | mut <sup>h</sup> et <sup>h</sup> o | ‘ter medo’ (cl.3)  |
| 19a. | -m <sup>h</sup> um <sup>h</sup> a | ‘adivinhar’         | b. | m <sup>h</sup> aka                 | ‘assunto’ (cl.9)   |
| c.   | -n <sup>h</sup> íngéná            | ‘entrar’            | d. | n <sup>h</sup> amu                 | ‘pescoço’ (cl.9)   |

Conforme documentam os exemplos (18), a aspiração afecta as consoantes não-vozeadas, especificamente, a oclusiva palatal [c], em (18a-b); a oclusiva velar [k], em (18c-d), a oclusiva bilabial [p], em (18e-f) e a oclusiva alveolar [t], exemplos (18g-h). Entretanto, em (19) constatamos que esta modificação também afecta as consoantes (/m/) e (/n/), nasais vozeadas bilabial e alveolar, respectivamente. Note-se que em termos de natureza destas unidades lexicais, constata-se que esta modificação, tanto pode ocorrer em verbos, quanto em nomes de diferentes CNs.

Ainda em relação aos exemplos acima, importa referir que a remoção da aspiração, tanto em verbos assim como em nomes, resulta na agramaticalidade. Na verdade, todos informantes consideraram agramaticais as formas \*kucava, \*mucadu, \*kukinsama, \*xikava, \*kumuma, \*maka -níngéná e \*namu, \*kupika, \*palafeni, \*kuteta, \*muteto, \*muma,

*\*maka \*ningena* e *\*namu*. Até aqui, estes exemplos sugerem que a aspiração não forma pares mínimos. Entretanto, uma análise minuciosa de outros dados da língua xirhonga revelam que afinal, existem casos em que a aspiração forma pares mínimos, conforme mostram os exemplos que a seguir apresentamos:

|      |                |               |         |        |                            |                           |           |        |
|------|----------------|---------------|---------|--------|----------------------------|---------------------------|-----------|--------|
| 20a. | <i>xikovha</i> | ‘escova’      | (cl.7)  | vs     | <i>xik<sup>h</sup>ovha</i> | ‘mocho’                   | (cl.7)    |        |
|      | b.             | <i>kamba</i>  | ‘casca’ | (cl.5) | vs                         | <i>k<sup>h</sup>amba</i>  | ‘ladrão’  | (cl.5) |
|      | c.             | <i>nkavi</i>  | ‘toiro’ | (cl.9) | vs                         | <i>nk<sup>h</sup>avi</i>  | ‘vara’    | (cl.9) |
|      |                |               |         |        |                            |                           |           |        |
| 21a. | <i>mamba</i>   | ‘cobra mamba’ | (cl.9)  | vs     | <i>m<sup>h</sup>ámbá</i>   | ‘sacrifício’              | (cl.9)    |        |
|      | b.             | <i>mandla</i> | ‘mãos’  | (cl.5) | vs                         | <i>m<sup>h</sup>ándlá</i> | ‘careca’  | (cl.9) |
|      | c.             | <i>mala</i>   | ‘mala’  | (cl.3) | vs                         | <i>m<sup>h</sup>ala</i>   | ‘cozinha’ | (cl.9) |

Nos exemplos (20-21) apresentamos nomes de diferentes CNs, em que a aspiração das consoantes (/k/) e (/m/) cria pares mínimos. Para além destes, podemos ter *kombo* ‘sete’ (cl.5) vs *k<sup>h</sup>ombo* ‘calamidade’ (cl.5); *xikalú* ‘balança’ (cl.7) vs *xik<sup>h</sup>alu* ‘reclamação’ (cl.7); *manga* ‘mala’ (cl.5) vs *mhangá* ‘certa cinza’ (cl.9); *mangwa* ‘zebra’ (cl.5) vs *m<sup>h</sup>anga* ‘cinza’ (cl.9); *mongó* ‘amêndoa do canho’ (cl.9) vs *m<sup>h</sup>ongo* ‘bode’ (cl.9) e *mun-ti* ‘casa’ (cl.5) vs *m<sup>h</sup>unti* ‘certo antílope’ (cl.9).

Em termos semânticos, os exemplos acima apresentados mostram que a aspiração contrasta os significados dos nomes. A título de exemplo, enquanto *xikovha*, *sem aspiração do som [k]* significa ‘escova’, *xik<sup>h</sup>ovha*, significa ‘mocho’. Note-se que neste e em outros exemplos, a aspiração de um dos nomes do par mínimo não altera a CN do nome. Para além de ocorrer nos nomes, a aspiração com o papel contrastivo também regista-se em verbos, conforme ilustram os exemplos que a seguir apresentamos:

|      |                |                    |                     |  |                                      |                      |
|------|----------------|--------------------|---------------------|--|--------------------------------------|----------------------|
| 22a. | <i>-cuca</i>   | ‘sachar’           | vs                  | <i>-c<sup>h</sup>ucha</i>              | ‘escovar’                            |                      |
|      | b.             | <i>-cela</i>       | ‘abrir cova’        | vs                                     | <i>-c<sup>h</sup>ela</i>             | ‘pôr’                |
|      | c.             | <i>-cuca</i>       | ‘sachar’            | vs                                     | <i>-c<sup>h</sup>uc<sup>h</sup>a</i> | ‘esfregar’           |
| 23a. | <i>-kakata</i> | ‘ser avarento’     | vs                  | <i>-k<sup>h</sup>ak<sup>h</sup>ata</i> | ‘podar’                              |                      |
|      | b.             | <i>-kama</i>       | ‘espremer’          | vs                                     | <i>-k<sup>h</sup>ama</i>             | ‘cingir, apertar’    |
|      | c.             | <i>-kandriya</i>   | ‘pisar’             | vs                                     | <i>-k<sup>h</sup>andriya</i>         | ‘subir’              |
|      |                |                    |                     |  |                                      |                      |
| 24a. | <i>-pasa</i>   | ‘passar de classe’ | vs                  | <i>-p<sup>h</sup>asa</i>               | ‘apanhar na armadilha’               |                      |
|      | b.             | <i>-poma</i>       | ‘escolher parceiro’ | vs                                     | <i>-p<sup>h</sup>oma</i>             | ‘enxugar’            |
|      | c.             | <i>-posa</i>       | ‘enviar’            | vs                                     | <i>-p<sup>h</sup>osa</i>             | ‘preparar um bebida’ |
|      |                |                    |                     |  |                                      |                      |
| 25a. | <i>-ta</i>     | ‘vir’              | vs                  | <i>-t<sup>h</sup>a</i>                 | ‘jogar, contar’                      |                      |
|      | b.             | <i>-tola</i>       | ‘untar-se com’      | vs                                     | <i>-t<sup>h</sup>ola</i>             | ‘admitir, recrutar’  |
|      | c.             | <i>-kava</i>       | ‘obter grande’      | vs                                     | <i>-k<sup>h</sup>ava</i>             | ‘pontapear’          |

Nos exemplos (22-25) constatamos que a aspiração das consoantes (/c/), (/k/), (/p/) e (/t/), em verbos, forma pares mínimos, desempenhando

a função semântica de contrastar os significados dos verbos. A título de exemplo, temos *-cela* ‘abrir cova’ vs *-c<sup>h</sup>ela* ‘pôr’ e *-ta* ‘vir’ vs *-t<sup>h</sup>a* ‘jogar’, em (22b) e (25a), respectivamente.

É importante referir que os dados recolhidos mostram que a aspiração ocorre com mais frequência nos verbos. Assim, para além dos exemplos (22-25), podemos ter *-káwúlá* ‘cortar usando machado’ vs *-k<sup>h</sup>áwúlá* ‘chamar à obediência’; *-kényá* ‘entalhar’ vs *-k<sup>h</sup>ényá* ‘dar uma canelada’; *-kétá* ‘gemer’ vs *-k<sup>h</sup>étá* ‘escolher’; *-kiná* ‘dançar’ vs *-k<sup>h</sup>íná* ‘mancar, coxear’; *-kinya* ‘obter, receber’ vs *-k<sup>h</sup>inya* ‘dobrar’; *-kala* ‘andar desaparecido’ vs *-k<sup>h</sup>ala* ‘reclamar’; *-kula* ‘crescer’ vs *-k<sup>h</sup>ula* ‘fazer voltar, o osso’; *-kwélá* ‘invejar’ vs *-k<sup>h</sup>wélá* ‘subir’; *-kólwá* ‘fartar-se’ vs *-k<sup>h</sup>ólwá* ‘crer’; *-pfúká* ‘acordar’ vs *-p<sup>h</sup>úká* ‘vir a exercer represálias sobre quem o matou, espiritualmente’.

Sobre a função contrastiva da aspiração, é importante referir que durante a recolha de dados, identificamos 3 exemplos que sugerem a existência de casos em que esta modificação é semanticamente irrelevante:

|      |                |         |        |    |                            |         |        |
|------|----------------|---------|--------|----|----------------------------|---------|--------|
| 26a. | <i>meho</i>    | ‘vento’ | (cl.3) | vs | <i>m<sup>h</sup>eho</i>    | ‘vento’ | (cl.3) |
| b.   | <i>ngilazi</i> | ‘copo’  | (cl.9) | vs | <i>ng<sup>h</sup>ilazi</i> | ‘copo’  | (cl.9) |
| c.   | <i>mangwa</i>  | ‘zebra’ | (cl.3) | vs | <i>m<sup>h</sup>angwa</i>  | ‘zebra’ | (cl.3) |

Nos exemplos acima apresentados, constatamos que a aspiração das consoantes (/m/) e (/g/) é um factor marginal na semântica dos nomes, visto que ela não altera o significado. Analisando os dados, admitimos a possibilidade de esta modificação estar associada à variação dialectal.

No que concerne à interação entre a aspiração e a pré-nasalização, os dados da língua xirhonga mostram que, contrariamente às línguas cilambya e chitumbuka, em que a regra de “*Post-nasal stop aspiration*” é obrigatória, nesta ela não é aplicável:

|      |                            |                |        |    |                               |                |         |
|------|----------------------------|----------------|--------|----|-------------------------------|----------------|---------|
| 27a. | <i>ncongá</i>              | ‘unidade’      | (cl.9) | vs | <i>tincongá</i>               | ‘unidades’     | (cl.10) |
| b.   | <i>nc<sup>h</sup>ipiso</i> | ‘leilão’       | (cl.3) | vs | <i>minc<sup>h</sup>ipiso</i>  | ‘leilões’      | (cl.4)  |
| c.   | <i>ntangá</i>              | ‘idade’        | (cl.9) | vs | <i>tintangá</i>               | ‘idades’       | (cl.10) |
| d.   | <i>nt<sup>h</sup>ovana</i> | ‘certa planta’ | (cl.3) | vs | <i>minnt<sup>h</sup>ovana</i> | ‘certa planta’ | (cl.4)  |
| e.   | <i>mpama</i>               | ‘bofedata’     | (cl.9) | vs | <i>timpama</i>                | ‘bofetadas’    | (cl.10) |
| f.   | <i>mp<sup>h</sup>ika</i>   | ‘teimosia’     | (cl.9) | vs | <i>timp<sup>h</sup>ika</i>    | ‘teimosias’    | (cl.10) |
| g.   | <i>nkavi</i>               | ‘toiro’        | (cl.9) | vs | <i>tinkavi</i>                | ‘toiros’       | (cl.10) |
| h.   | <i>nk<sup>h</sup>alana</i> | ‘lagosta’      | (cl.9) | vs | <i>tink<sup>h</sup>alana</i>  | ‘lagostas’     | (cl.10) |

Nos exemplos (27a, 27c, 27e e 27g) constatamos que as consoantes (/c/), (/t/), (/p/) e (/k/), apesar de serem precedidas pela pré-nasalização, elas não sofrem a aspiração. Contrariamente, nos exemplos (27b, 27d, 27f e 27h) verificamos que as mesmas consoantes são aspiradas. Por isso mesmo, inferimos que nesta língua, a aplicação da regra de

“*Post-nasal stop aspiration*” não é obrigatória.

## Considerações finais

Neste capítulo discutimos a aspiração na língua xirhonga, com o objectivo de identificar as consoantes que sofrem esta modificação; explicar a função semântica da aspiração, nos contextos em que ela forma pares mínimos e explicitar a aplicação da regra de “*Post-nasal stop aspiration*”. Conforme referimos na secção introdutória, os dados que sustentam a proposta de análise avançada neste artigo foram obtidos através de um questionário estruturado, administrado a 15 falantes nativos de diferentes variantes dialectais da língua xirhonga. Estes informantes foram devidamente descritos no quadro 3.

Resumidamente, os dados analisados com base na *Optimality Theory* mostraram que na língua em estudo, a aspiração ocorre nas consoantes (/c/, /k/, /p/) e (/t/), foneticamente não-vozeadas e (/m/) e (/n/), nasais vozeadas bilabial e alveolar, respectivamente. Note-se que em termos de natureza de unidades lexicais, estes segmentos podem estar em verbos e nomes, podendo, em alguns contextos, formar pares mínimos, onde esta modificação desempenha a função contrastiva.

Em relação à aplicação da regra de “*Post-nasal stop aspiration*”, os dados analisados mostraram que, contrariamente às línguas cilambya e chitumbuka, em que ela é obrigatória, na língua xirhonga não é aplicável. No que concerne as classes nominais, os dados analisados mostraram que, diferentemente do que sucede na língua swahili, em que a modificação em estudo está associada aos nomes da classe 9, na língua xirhonga, o mesmo não sucede, visto que estes continuam enquadrados nas suas classes. Por isso, concluímos que em relação a este aspecto, a aspiração é um factor marginal.

Reconhecemos que a discussão da aspiração na língua xirhonga não se esgota na análise avançada neste artigo. Ainda é necessário explorar vários aspectos fornecidos pelos informantes que participaram da pesquisa, partilhando o seu saber sobre esta língua, na perspectiva de, por um lado, permitir o estudo da língua e, por outro lado, perpetuar os saberes indígenas dos *varhongas* que aceitaram participar nesta pesquisa.

## Referências

Bachetti, C. *Gramática da língua rhonga*. Maputo: Paulinas, 2006.

- Chambo, G.; Chibutane, F.; García-Miguel, M.; Ramallo, F., Barcia, R. *Xivaningelo xa Xirhonga*. Vigo: Universidade de Vigo, 2020.
- Braga, G.; Telles, S. O comportamento do traço laringal em línguas nambikwára do norte: comparação entre o latundê e o negarotê. *Revista Linguística*, vol.10, nº2, p. 61-74, 2014.
- Da Conceição, M. A brief look at sociolinguistics of xirhonga and other languages spoken in Mozambique. In: Hargus, S.; Da Conceição, M.(Eds.) *Xirhonga linguistics*, vol.16, nº1, p.9-30, 1999.
- Deterding, D., Nolan, F. Aspiration and voicing of chinese and English plosives. *Saarbrücken. 16th International Congress of Phonetic Sciences*, ICPHS XVI. p. 385-388, 6-10 august 2007.
- Downing, J.; Hamann, S. Why phonetically-motivated constraints do not lead to phonetic determinism: The relevance of aspiration in cueing NC sequences in Tumbuka. *Phonological Data & Analysis*, vol.3, nº2, p.1-39, 2021.
- Durvasula, K.; Luo, Q. Voicing, aspiration and vowel duration in Hindi, p.1-11, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1121/1.4895027> . Acesso em: 17 jun. 2021.
- Firdaus, F. Plosive consonants in english and minangnese. *MELT Journal*. Vol.2, nº2, p.96-110, 2017.
- Frankl, L. The nature of aspiration in Swahili. In: *Zeitschrift der Deutschen Morgenländischen Gesellschaft*, vol.141, nº2, p.366 – 375, 1991.
- Guthrie, M. *Comparative Bantu*. Vols. I-IV. Claredon: Oxford University Press, 1967-1971.
- Johnson, K. *Acoustic and auditory phonetics*. Malaysia: Wiley-Blackwell, 2012.
- Kurabe, K. Deaspiration and the laryngeal specification of fricatives in Jinghpaw. *Gengo Kenkyu*, vol.153, p.41-55, 2018.
- Ladefoged, P. *Vowels and consonants: an introduction to the sounds of languages*. Oxford: Blackwell Publishers, 2001.
- Ladefoged, P.; Johnson, K. *A course in phonetics*. 6.ed. Boston: Thomson Wadsworth, 2010.
- Lodge, K. A. *Critical introduction to phonetics*. London: Continuum, 2009.
- Lodhi, Y. Aspiration in Swahili adjectives and verbs. *Africa & Asia: Göteborg working papers on Asian and African languages and literatures*, vol.3, nº1, p.155-160, 2003.
- Mtenje, A. An comparative analysis of the phonology and morpho-syntax of cisukwa, cindali and cilambya. University of Cape Town, 2016.



Martinez, T.; Rosenbaum, V. Acoustic and aerodynamic data on Somali Chizigula stops. *Africa's endangered languages: documentary and theoretical approaches*. Oxford: Oxford University Press, p.427-447, 2017.

Ngunga, A.; Faquir, O. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2011.

Ngunga, A. & Simbine, M. *Gramática descritiva da língua changana*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2012.

Nkamigbo, C. Nasalization, aspiration and labialization in Igbo dialect phonology. *Skase Journal of Theoretical Linguistics*. Vol.11, nº2, p.59-67, 2014.

Nogueira, R. S. *Dicionário Xirhonga-Português*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1960.

Quintão, J. *Gramática de xirhonga (Landim)*. Lisboa: Centro Tipográfico Colonial, 1917

Polomé, C. *Swahili language handbook*. Washington DC: Center for Applied Linguistics, 1967.

Seara, C.; Nunes, G.; Lazzarotto-Volcão, C. *Fonética e fonologia do português brasileiro*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.

Sitoe, B.; Mahumane, N.; Langa, P. *Dicionário Xirhonga-Português*. Maputo: Texto Editores, 2008.

Sitoe, B.; Ngunga, A. (Org.). *Relatório do II Seminário sobre a padronização da ortografia de línguas moçambicanas*. Maputo: NELIMO/UEM, 2000.

Xu, C.; Xu, Y. Effects of consonant aspiration on mandarin tones. *Journal of international Association*. Vol.33, nº2, p.165-181, 2003.

Yadav, R. Generative phonology and the aspirated consonants of colloquial Maithili. *Contributions to Nepalese Studies*, vol.4, nº1, p. 77-91, 1976.

# ESTRUTURA DERIVADA DOS VERBOS DE MOVIMENTO E SUAS IMPLICAÇÕES SEMÂNTICO-SINTÁCTICAS NA LÍNGUA ELOMWE (P32)

*Arigo Saraiva*

## Introdução

O presente trabalho analisa a estrutura derivada dos verbos de movimento e suas implicações semântico-sintáticas na língua Elomwe (P32), do grupo Makhuwa-Lomwe (P30) da classificação de Guthrie (1967-71) e é parte da tese de mestrado em Linguística, defendida em 2014, na Universidade Eduardo Mondlane. A intenção é descrever como é que os verbos com uma estrutura derivada influenciam a estrutura sintáctica (número de argumentos na cadeia sintáctica) e semântica (interpretações que ocorrem ao falante face a uma determinada extensão verbal) nas frases construídas no seu dia-a-dia.

Ngunga (2004, p.31) afirma que “...admitindo a hipótese de os falantes das línguas bantu terem inicialmente emigrado da região dos montes camarões em direcção ao Sul [...] um importante centro de dispersão do núcleo proto-bantu deve-se ter estabelecido na região de Shaba, planalto de Katanga, na actual República Democrática de Congo”. Os lomwes estão nos locais onde hoje estão como resultado de migrações bantu, sendo localizáveis, em grande parte, na província central da Zambézia, nos distritos de A. Molócue, Gilé, Ile, Mocuba, Namarrói, Pebane, Milange, Gurué, Molumbo, e Nampula, distritos de Murrupula, Ribáwé, Moma e Malema (Ngunga e Faquir, 2011).

Bandawe e Mataka (2000, p.35) referem que “internamente, a língua é constituída de vários sub-grupos [sic]: Atakwani, Amarevoni, Alomwe, Amunika, Amihavani, Amanyawa, Akokhola, Amaroro, Anampamela, entre outros”, que para nós são variantes, sendo Emakhuwa (P31) e Echuwabo (P34) línguas aparentadas. Ngunga & Bavo (2011) afirmam que “o elomwe tem 1.202.256 falantes em Moçambique, e outros 1.800.000 localizam-se no país vizinho do Malawi”.

O significado do nome ‘Elomwe ou Lomwe’ continua um mistério.

Diferentes autores divergem na tentativa de explicá-lo. Ana Ferreira (1975) advoga que o nome ‘elomwe’ é associado à ideia da génese do povo falante, pois, provém de um tipo de lama “nlome” que se acredita estar junto da gruta dos montes Namuli, onde o primeiro Homem que ali nasceu e deu origem a este povo pisou e deixou as suas pegadas indeléveis.

Outra fonte, oral, avança que o termo ‘lomwe’ significa “insensibilidade, alguém não sensível”, não se percebendo o contexto do seu surgimento. No entanto, nem a primeira, nem a segunda posições estão acabadas a ponto de tomarmos qualquer delas como certa e adequada. Não sendo objecto do presente estudo, reservamos este assunto para estudos posteriores. O tema é da área da linguística. Vai permitir explicar que processos morfológicos ocorrem e se aceitam para a formação do verbo derivado, o que será um contributo para a teoria lexical.

A escolha do Elomwe para este estudo, para além da razão avançada, é uma decisão meramente pessoal, uma vez falantes desta língua, o que vai permitir maior facilidade na compreensão dos dados a analisar, cujo objectivo é analisar a estrutura do verbo de movimento derivado e as suas implicações semântico-sintacticas na língua elomwe. Procuraremos saber como se comportam morfossintáctica e semanticamente os verbos de movimento derivados na língua Elomwe?

Os verbos de movimento derivados na língua elomwe levam alguma extensão verbal. Em línguas bantu as extensões verbais são morfemas que trazem implicações, sintácticas como semânticas, emergindo outras interpretações da base verbal formada. Não se sabendo que implicações é que as extensões verbais trazem em verbos de movimento, pretendemos, ao estudar este tema, responder à seguinte questão: Como se comportam morfossintáctica e semanticamente os verbos de movimento derivados na língua Elomwe?

Da questão de partida se pode avançar as seguintes hipóteses: (i) Se o quadro de Talmy (1975, 1985) é aplicável a todas as línguas naturais, então, os verbos de movimento da língua elomwe integram componentes semânticas iguais às das outras línguas; (ii) Se a agregação de morfemas derivacionais pelo processo morfológico implica alteração interna dos argumentos ao nível sintáctico, então, todos os verbos de movimento derivados aumentam a valência ou número de argumentos internos, independentemente do tipo de extensão; (iii) algumas extensões não alteram a estrutura sintáctica tendo em conta a sua característica de manutenção de número de argumentos e; (iv) Somente as extensões applicativa e causativa aceitam afixar-se aos verbos de movimento com

trajectória.

A pesquisa tem como objetivo geral analisar a estrutura do verbo de movimento derivado e as suas implicações semântico-sintáticas na língua elomwe. Especificamente se pretende (i) Identificar os verbos de movimento na língua elomwe, caso existam;(ii) Discriminar os verbos de movimento derivados na língua elomwe; (iii) Analisar a estrutura derivada dos verbos de movimento desta língua e; (iv) Explicar as implicações semântico-sintáticas dos verbos de movimento derivados.

Este estudo é relevante porque o estudo do verbo de movimento derivado é relevante para a teoria linguística porque permite compreender o que é que os falantes sabem quando utilizam esta língua. Vai permitir, também, explicar que processos morfológicos ocorrem e se aceitam para a formação do verbo derivado, o que será um contributo para a teoria lexical.

O estudo é, ainda, importante porque vem preencher a lacuna de falta de estudos sobre a estrutura do verbo de movimento derivado na língua em estudo e nas línguas bantu, no geral. Para além disso, vai constituir-se como suporte para futuros estudos da língua elomwe em matéria de morfologia verbal.

Ao explicarmos implicações semântico-sintáticas dos morfemas derivacionais afixados no verbo, estaremos a contribuir para o conhecimento da sintaxe e semântica bantu, componentes importantes para o ensino nas escolas, quer em programas bilingues ou monolingues, assim como o seu ensino nas universidades moçambicanas. Na área social e, do ponto de vista de utilidade prática, o estudo poderá servir como suporte documental e ponto de referência para a planificação linguística.

Para além da parte introdutória o trabalho apresenta-se estruturada em secções e subsecções, sendo a secção I referente a estrutura derivada dos verbos de movimento e suas implicações, secção II as metodologias, secção III é análise e discussão da Estrutura dos verbos de Movimento Derivados na língua elomwe e suas implicações semântico-sintático e na secção IV é a conclusão e por fim a referência bibliográfica consultada.

## **1 Estrutura derivada dos verbos de movimento e suas implicações**

Para Givón (1984, p.51), “a classe dos verbos numa língua é a categoria gramatical que inclui lexemas que expressam ao menos a ideia não alterada”. i.e: morrer, correr, cortar, etc. De acordo com Ngunga

(2004, p.147), os verbos são "... palavras que servem para relatar factos, acções, descrever estados, seres, situações, etc."

- (1) a. o-mal-a 'acabar'      b. o-piy-a 'chegar'  
c. o-rih-a 'deitar'      d. o-mor-a 'cair'  
e. o-wel-a 'subir'      f. o-pwin-a 'afundar'

Os exemplos em (1) são verbos no infinitivo que descrevem acções no elomwe. Cada um dos verbos apresenta um prefixo, uma raiz (constituente da palavra que contém o significado básico e não inclui sufixos derivacionais ou flexionais) e a vogal final.

No entanto quando conjugados apresentam da esquerda para a direita, a marca de sujeito 'a-', marca de tempo '-a-', raiz '-mal-' e a vogal final '-a'. Note que o verbo não é derivado, por isso, não leva nenhum afixo pós-verbal, senão a vogal final. Já os verbos derivados nas línguas bantu levam alguma extensão (aplicativa, causativa, passiva, etc.). A sua estrutura compreende: raiz, extensão e vogal final. Como se seguem os exemplos do elomwe:

- (2) a. -mal-el -a      raiz-ext.causat-vf  
raiz-ext.aplic-vf.      'Fazer encontrar'  
'acabar por'      c. -suk-iw-a
- b. -pwany-ih-a  
raiz-ext.pass-vf  
'ser queimado'

Cada um dos exemplos acima mostra um verbo derivado. Da esquerda para a direita temos (i) morfema preso, Raiz, (ii) morfema livre, que indica a extensão verbal e que torna o verbo derivado. Em (2a) a extensão é applicativa, em (2b) a extensão é causativa e em (2c) a extensão é passiva.

Langa (2013, p.120) citando Hyman (2007), afirma que "o sistema de extensões verbais (EVs) não é exclusivo das línguas bantu, embora seja nelas que o sistema de funcionamento se encontra mais desenvolvido e mais produtivo". As extensões verbais são morfemas derivacionais que se acrescentam ao radical verbal para lhe modificar o sentido, a morfologia e, geralmente, alterar-lhe as relações de transitividade (o número inerente de argumentos internos).

- (3) a. mphale oommana mw-aana  
 1-rapaz pass-bater 1-criança  
 'O Rapaz bateu a criança'
- b. mphale oomman-el-a mw-aana maahi  
 1-rapaz bater-aplic. 1-criança Ø-água  
 'O rapaz bateu a criança pela água'  
 1-João pass-descer 1-criança  
 'João fez a criança descer'
- b. Yoothane omukhurusy-ih-a mwaana mukhaaro-ni  
 1-João pass-descer-Causat. 1-criança carro-Loc  
 'O João fez descer a criança do carro'
- (4) a. Yoothane omukhurusya mw-aana

Os exemplos em (3) e (4) são frases cujos verbos apresentam relações diferentes. Os exemplos em (3a e 4a) são verbos não derivados. O verbo em (3a) tem um argumento e em (4a) tem dois argumentos. Mas em (3b) e (4b) os verbos apresentam uma estrutura derivada que é composta por uma raiz, uma extensão e a vogal final. Assim, em (4b) a extensão é aplicativa e a sua presença altera a relação de transitividade entre o sujeito e o objecto e abre mais um argumento na cadeia sintáctica. O mesmo acontece com o exemplo em (4b) em que, havendo uma relação de causa/efeito, o número de argumentos aumentou de um para dois argumentos internos.

## 2 Debates teóricos sobre os principais conceitos

As teorias adoptadas no presente estudo são o modelo *Lexical Functional Grammar* (LFG) e a de Talmy (1985) embora a teoria de regência e ligação de Chomsky (1981) também possa ser chamada. A LFG baseia-se em restrições e assume um léxico estruturado, tomando as funções gramaticais como ponto de partida. A gramática gerativa de Chomsky (1986) concebe o *design* da gramática universal configuracional. Bresnan (2001), a LFG assume uma abordagem relacional, em que a informação relativa à estrutura de predicados e argumentos, bem como às funções gramaticais é que seriam relevantes para a caracterização do que há de universal entre as diferentes línguas.

A LFG opera com múltiplos níveis de representação: (i) estrutura argumental (estrutura-a), que codifica a informação lexical relativa ao número, tipo sintáctico e organização hierárquica dos argumentos de um verbo, tem natureza mista semântico-sintáctica; o mapeamento dessa estrutura argumental em funções sintácticas faz-se com base em alguns princípios que restringem as condições em que o mapeamento pode ocorrer. (ii) Estrutura funcional (estrutura-f), que codifica as funções gramaticais como sujeito, objecto e traços funcionais como tempo, pessoa,

número, etc., atribuídos por meio de uma matriz ‘atributo-valor’.

As análises das extensões verbais, como afirma Firmino (1992, p.3) “estão associadas a dois modelos: o modelo que segue a teoria de regência e ligação de Chomsky (1981) e a teoria da Lexical Functional Grammar (LFG) de Kaplan e Bresnan (1982)”. Dai a sua adopção no presente trabalho. A teoria de regência e ligação de Chomsky (1981, 1986) postula que a sufixação das extensões verbais obedece aos processos sintácticos a ele ligados. Por outro lado, Ernesto (1998, p.6) citando Baker (1998) afirma que “a incorporação é um movimento sintáctico através do qual uma categoria lexical, neste caso um verbo, é associado a um outro item lexical”.

A outra teoria é de Talmy (1975, 1985), e o termo ‘evento de movimento’ (‘motion event’) é usado em sentido lato, cobrindo, quer situações em que um objecto se move, quer aquelas em que um objecto se localiza/situa em relação a outro objecto.

## 2.1 O Verbo e a sua estrutura nas línguas bantu

O quadro a seguir apresenta as reconstruções das extensões verbais do proto-bantu (PB), de Guthrie (1970) e Schadeberg (2003) e a versão actual de Ngunga (2000) e Katupha (1985) para o caso do grupo Makhuwa-lomwe.

Quadro 1: Extensões verbais reconstruídas do proto-bantu

| Ord | Extensão verbal | Guthrie (1970) | Schadeberg(2003) | Na língua Elomwe |              |
|-----|-----------------|----------------|------------------|------------------|--------------|
|     |                 |                |                  | Katupha (1985)   | Ngunga(2004) |
| 1   | Aplicativa      | *-id-          | *-il-            | *-el-            | *-el-        |
| 2   | Causativa       | *-is-          | *-i-/ici-        | *-ih-            | *-ih-        |
| 3   | Passiva         | *-w-/ibw-      | *-u-/bu-         | *-iw-            | *-iw-        |
| 4   | Intensiva       | *-isis-        | —                | *-ihih-          | *-ihih-      |
| 5   | Frequentativa   | —              | *-ag- ~-ang-     | *-elel-          | *-elel-      |
| 6   | Recíproca       | *-an-          | *-an-            | *-an-            | *-an-        |

Fonte: Miti (2006)

De acordo com Miti (2006, p.329), a extensão aplicativa “indica que a acção é aplicada e direccionada a favor de, em detrimento de, ou em outras vias, com respeito a alguma pessoa ou alguma coisa”. É também conhecida por dativa, preposicional, benefactiva ou directiva. Matsinhe (1994, p.165) afirma que “esta extensão verbal pode também ser malefáctica, quando o objecto em referência estiver associado a um locativo”. Na língua elomwe esta extensão representa-se pelo morfema *-el-* e pode ocorrer com qualquer verbo.

Langa (2013, p.126), citando (Mutaka & Tamanji, 2000), afirma que “a palavra causativa significa *que causa ou faz alguém fazer alguma coisa*”. Este autor afirma que esta extensão, tal como a applicativa, aumenta os argumentos do verbo. Para Miti (2006, p.338) “há três formas diferentes da causativa reconstruídas: /\*-ik-/; /\*-a-/ e /\*-iká-/. Em línguas bantu modernas, onde esta extensão ocorre/\*-ik-/, é reflectida como /i/ e, foneticamente, realiza-se como /y/ em resultado da formação da glide antes de vf.” No entanto, diferentemente do que acontece noutras línguas, como vimos no quadro acima, no Elomwe esta extensão realiza-se pelo morfema -j̥h-. No Elomwe esta extensão cria novos lugares argumentativos do próprio verbo mesmo em situações em que o verbo é intransitivo.

O morfema da extensão passiva é -iw- em muitas línguas bantu, como é o caso das moçambicanas, incluindo o Elomwe. Miti (2006, p.333) avança que “a passiva indica que o sujeito do verbo é feito, é afectado, ou produzido por alguma força externa ou agente. A forma comum reconstruída é /\*-u-/. Esta extensão, afirma Langa (2013, p.134), “... modifica tanto o significado do verbo como também a valência do verbo”. Quer dizer, em termos de valência, e como sustentam Mutaka e Tamanji (2000, p.180) “o objecto gramatical que é o agente da acção descrita transforma-se em objecto sintáctico”. Numa língua como Elomwe é normal verificar-se que a presença desta extensão num verbo transitivo, torna-o intransitivo pelo seu papel substractivo.

Katupha (1991) traça primeiro um quadro teórico sobre a morfologia lexical. De acordo com este quadro, a derivação morfológica é definida ao nível do léxico, tal que há um nível em que se operam os afixos no geral e nesse nível há hierarquias: primeiro é a derivação, depois a composição e, por fim, a flexão, antes de serem frases.

A outra teoria sustenta-se pelos argumentos de Mchombo (1978), Bresnan (1982) que diz que a derivação morfológica é uma derivação sintáctica. Significa que, se se afixa uma extensão verbal à estrutura verbal, esta pode ter mais argumentos, ou ter menos argumentos, ou, ainda, manter os argumentos como estão, em termos sintácticos. A sintaxe determina a afixação de uma extensão a um determinado radical.

### **3 Estrutura Derivada dos Verbos de Movimento e suas Implicações Semântico-sintácticas**

De acordo com Siteo (2001, p.1), verbos de movimento “são a expressão linguística de um domínio importante da actividade humana”. O morfema de derivação (a extensão) pode indicar o percurso, a maneira



ou a causa do movimento e não apenas o movimento como tal.

Quadro 2: As três categorias tipológicas dos verbos de movimento (Talmy, 1985)

| Língua/ Família de língua                          | Componente semântico lexicalizado no verbo de movimento |
|--|---|
| Românicas, Semíticas, Polinésias, Nezeperce, Caddo | [Movimento + Trajectória]                               |
| Indo-europeias, excepto Românicas; Chinês          | [Movimento + Maneira/ Causa]                            |
| Atsugewi; Navaso                                   | [Movimento +Entidade que se move]                       |

Fonte: Elaboração própria

Muitas línguas bantu enquadram-se no grupo em que o verbo de movimento lexicaliza a trajectória. Porém, embora uma língua eleja um padrão de lexicalização, não significa que ela não possua verbos de outros tipos. Por outro lado, Talmy (1985:37) observa que “verbos que expressam [movimento + maneira] apresentam três formas: não agentiva, agentiva e auto-agentiva”, com as seguintes características:

(i) Forma não agentiva, descreve um evento autónomo, sem o desencadeamento de forças externas ou da própria entidade movida. Ex.: “A garrafa girou.”

(ii) Forma agentiva, caracteriza-se pelo uso de verbos de alternância transitiva. Neste caso existe um agente que provoca o movimento de uma entidade que não tem controlo sobre o evento.

(5) “O José girou a garrafa.”

(iii) A forma auto-agentiva, é o uso específico em que o agente provoca o movimento do próprio corpo. Ex.: O menino girou (ao ritmo da música). Lexicalmente, uma determinada língua pode incorporar combinações dos elementos mencionados acima num verbo de movimento, como a seguir ilustra o quadro teórico de Talmy (1975) tomando como base a língua inglesa:

|                |            |          |            |
|----------------|------------|----------|------------|
| (6) The pencil | rolled     | off      | the table. |
| Figura         | Mov+Mod    | Percurso | Fundo      |
| ‘O lápis       | rolou para | fora     | da mesa.’  |

‘Pencil’ constitui, em termos de papéis sintácticos, a entidade que se move, que, semanticamente, é a **Figura**; ‘the table’ é o espaço em relação ao qual a figura se desloca; estes dois elementos são, de acordo com Talmy, os centrais. No entanto, ‘rolled’ constitui o movimento, em si, realizado pela entidade, enquanto ‘off’ representa o percurso, a trajectória percorrida pela entidade.

Para Siteo (2001a, p.31) “em todas as situações de movimento, a

figura tem estatuto semântico de agente e a função sintáctica tem o estatuto de objecto, mas a figura pode ser o paciente, a entidade a ser movida pela acção de uma outra entidade”. Para ilustrar esta ideia, o autor apresenta os seguintes exemplos da língua changana:

(7) a. Mufána ákúpétá mújéka

(Agent) (Mov.) (Object.)

‘O rapaz está a agitar a bandeira’

A raiz do verbo de movimento pode hospedar um morfema extensional chamado ‘extensão verbal’. Quando assim acontece, diz-se que tal verbo de movimento é derivado. As extensões verbais modificam o sentido do verbo e, por vezes, alteram relações de transitividade. No caso das línguas bantu, em que as extensões applicativa, causativa e passiva são morfemas bem distintos, a sua agregação à raiz verbal não interfere na relação do movimento como tal, mas interfere no percurso da própria entidade que se move, ou na maneira como o movimento ocorre.

#### 4 Metodologias e análises

Os dados foram obtidos usando três métodos: filológico, entrevista e introspectivo. Segundo Medeiros, citado por Alfândega (2009, p.5), o método filológico “consiste na consulta de documentos escritos relacionados com a matéria em estudo”. Na base de leituras de textos, obtivemos dados que nos ajudaram a analisar a estrutura do verbo de movimento derivado, na língua lomwe. Sobre o método de entrevista, Ngunga (2006) afirma que “consiste na elaboração prévia de um conjunto de perguntas por parte do investigador sobre a matéria em estudo e que as apresenta a um falante que responde de acordo com o seu saber”, podendo ser constituídas de uma lista de palavras ou de frases contendo formas gramaticais que são objecto de estudo, ou outro tipo de inquérito que pode variar em função dos objectivos preconizados, exigindo-se a “curiosidade, paciência, e um elevado grau de humildade”.

O de introspecção “consiste em o próprio investigador estudar a sua língua tal como ele a conhece, podendo, contudo, consultar outros membros da sua comunidade linguística, se existirem, bem como a bibliografia disponível sobre o assunto”. O método introspectivo requer do investigador um conhecimento empírico sólido da sua língua. O mesmo constitui um dos suportes para o presente trabalho uma vez que usámos o conhecimento que temos para descrever os fenómenos da língua lomwe, uma vez falantes da mesma. Contudo a pesquisa foi do tipo Qualitativo.

O objectivo era descrever e compreender o fenómeno em estudo.

#### 4.1 Análise e discussão da Estrutura dos verbos de Movimento Derivados na língua elomwe e suas implicações semântico-sintáctico

Na língua Elomwe é possível perceber que existem verbos que indicam movimento cujas características se aproximam àquelas encontradas em outras línguas do mundo. São exemplos de verbos de movimento os seguintes: *orowa* ‘ir’; *ophiya* ‘chegar’; *opwina* ‘afundar’; *omora* ‘cair’; *orwa* ‘vir’; *ovolowa* ‘entrar’; *ovira* ‘passar’; *ovonya* ‘atirar’; *wuurama* ‘inclinat’; *wootowela* ‘mexer, etc. Cada um desses verbos pode receber uma extensão e ser integrado numa determinada frase, como mostram as frases abaixo:

- (8) a. mu-thiyana oopwin-ih-a                      ni-khula      mmaahini  
      1-mulher pass-afundar-causat.    5-canoa      água-Loc  
      ‘a mulher fez afundar a canoa      na água’
- b. mw-alakhu onaamwaramwas-el-a      meelee      ana awe  
      1-galinha pass-espalhar-aplicat    5.mexoeira 2-criança dele  
      ‘a galinha espalhou a mexoeira para os seus pintos’

Olhando a estrutura verbal das frases (8ab) verificamos que trata-se de léxicos que seguem uma ordem de estruturação dos seus constituintes marcados pela raiz e morfemas derivacionais. Nos dois casos, os morfemas aceitam afixar-se as raízes, obedecendo a ordem necessária de afixação dos morfemas.

No entanto, há casos em que se verificam restrições na afixação de alguns morfemas com particular ênfase quando a raiz hospeda a extensão verbal passiva. Desta forma o modelo LFG aplica-se nos contextos entre os fenómenos linguísticos desta língua. Os verbos de movimento derivados na língua lomwe levam alguma extensão (aplicativa, causativa, passiva, etc.). A análise e interpretação dos verbos seguem uma lógica de ideias. Cada quadro são verbos com o mesmo tipo de movimento e pretendemos verificar o tipo de extensão os verbos aceitam e que implicações semântico-sintácticas apresentam.

#### 4.2 Verbos de movimento derivados sem trajectória, Implicações semântico-sintácticas com a extensão applicativa (-el-) no Elomwe

(9)  
 a. mw-aana oottukumel-el-a  
 enama criança pass-  
 tremer-aplicat. 7.carne owaa-ni  
 casa-Loc.  
 'a criança tremeu pela carne em casa'

c. mu-thiyana ohootowelega mususu  
 1-mulher pass-mexer-aplicat. 3-molho  
 (de caril) nvuka  
 3-arroz  
 'A mulher mexeu o molho (de caril) para o  
 arroz'

b. mw-aana ohuuram-el-a mu-rece  
 1-criança pass-inclinar-Applicat. 3remédio  
 mparaatto-ni  
 prato-loc.  
 'A criança inclinou-se pelo remédio no prato'

Os verbos, nas frases acima são transitivos embora os mesmos que quando não extensos são considerados intransitivos. A razão é que neste grupo cada verbo incorpora a extensão applicativa e tal extensão altera a transitividade, pela sua característica semântica. Semanticamente os elementos *mwaana* 'criança' e *muthiyana* 'mulher' continuam a ter a função de figura. Entretanto em 9a) e 9b) inclui-se mais um elemento semântico na teoria de Talmy, que é o lugar (L), o Local (Lo) onde o evento acontece. Em (9a) *Owaani* 'em casa' é o destino e leva um morfema locativo descontínuo. Em (9b) o evento ocorre no prato, sendo *prato* o local (L).

Por causa da extensão applicativa, o evento realiza-se por algum propósito, de benefício (próprio) da figura 9a) e 9b) ou de outrem (9c) ou então por malefício. Igualmente, o número de argumentos aumenta na cadeia sintáctica mesmo que se trate de um verbo intransitivo porque logo se transforma em transitivo. Vejamos a seguir as implicações semântico-sintácticas com a extensão causativa (-ih-) no Elomwe.

- 10 a. mw-aana oottukumeli-h-a enama owaani  
 1-criança pass-tremer-causat-vf 7.animal casa-loc  
 'a criança fez tremer o animal em casa'
- b. mw-alapwa omuttukumeli-h-a mu-thiyana owaani  
 1-cão pass-tremer-causat-vf 1-mulher casa-loc  
 'o cão fez tremer a mulher em casa'
- c. a-letto ahaattikinyeri-h-a ma-rasasa a-paapa  
 2-hóspede pass-mexer-causat. 6-laranja 2-papá  
 'Os hóspedes fizeram o papá mexer as laranjas'

As configurações de (10a) a (10c) são construções causativas, em que C é o causador (equivalente ao sujeito e F é paciente, equivalente ao objecto). A maioria dos verbos causativos é derivada de verbos

não causativos com o emprego da extensão *-ih-*. Por exemplo, o verbo em (10a) é construído a volta do verbo *Ottukumela* ‘tremar’ não extenso. Porém, a extensão causativa adiciona um novo argumento tanto aos verbos transitivos como aos intransitivos, como é de destacar o exemplo. O argumento adicionado ao verbo transitivo tem a função sintáctica de Sujeito e a função semântica de causador. Em (10c) o elemento *Aletto* ‘hóspedes’ funciona como o sujeito da frase mas ele é o causador duma outra entidade *Apaapa* ‘papá’ que é o paciente da frase, mas responsável pelo movimento, daí ser a figura. Com verbos intransitivos, o sujeito do verbo extenso passa a ser o objecto, com a função semântica de paciente.

Quanto a extensão passiva (*-iw-*) no Elomwe é afixada morfológicamente na estrutura verbal. Contudo, nem todos os verbos de movimento aceitam receber este tipo de extensão. A presença desta extensão nos verbos de movimento sem trajectória torna-os intransitivos mesmo em contexto não extenso, em que o verbo é transitivo. Os exemplos em 11 são ilustrativos.

|   |   |  |
|---|---|--|
| <p>(11) a. *a-munna<br/>2-avô<br/>aattukumel-iw-a<br/>pass-tremer-pasv</p>                                | <p>d. attukumelel-iw-a<br/>pass-tremer-aplicat-pasv<br/>a-munna<br/>2-avô<br/>'fez-se tremer a avô'</p> | <p>'Os alunos foram inclinados'<br/>g. ma-ttaapa ahootoweliwa<br/>6-caril pass-mexer-<br/>'o caril foi mexido'</p> |
| <p>b. a-munna<br/>2-avô<br/>aattukumelih-iw-a<br/>pass-tremer-agentiva-pasv<br/>'fez-se tremer a avô'</p> | <p>e. *anaskola ahuuram-iwa<br/>2-lunos pasv-nclinar-pasv</p>   | <p>h. *khudhupa<br/>Ø-hiena<br/>oorukunuwi-w-a<br/>pass-girar-pasv</p>   |
| <p>c. *aattukumeliwa amunna<br/>pass-tremer-passiva 2-avô</p>   | <p>f. anaskola<br/>2-aluno<br/>ahuuramih-iw-a<br/>pass-inclinar-agentiva-pasv</p>                       | <p>i. khudhupa<br/>Ø-hiena<br/>oorukunuwih-iw-a<br/>pass-girar-agentiva-pasv<br/>'a hiena foi girada'</p>          |

Olhando os dados em (11), constatamos que: (i) quando se trata de uma frase com verbo de movimento extenso pela passiva, em que o paciente está presente na posição inicial, o resultado será uma frase agramatical, (a, e, h); (ii) como saída, os falantes incluem a partícula agentiva na raiz antes da extensão passiva, (b, f, i); (iii) nos casos em que se faz a inversão dos elementos sintácticos, colocando-se o verbo em posição inicial como em (c), a frase torna-se também agramatical; (iv) como forma de tornar gramatical os falantes recorrem por vezes à sequência das extensões applicativa e a passiva, sendo que a passiva é a que se impõe semanticamente (d), ou então recorrem à partícula agentiva, uma estratégia também vista em (b, f, h).

Portanto, estamos a dizer que na língua lomwe existem dois morfemas com cargas semânticas diferentes, mas que se realizam da mesma maneira, um morfema da extensão causativa (-ih-) e outro morfema da partícula agentiva que também se realiza (-ih-). Vejam-se os exemplos abaixo:

- |   |  |
|---|--|
| <p>(12) a. mu-thiyana omor-ih-iw-a mukhaaro-ni<br/>         1-mulher cair-agent-pasv carro-loc.<br/>         'a mulher foi deixada cair do carro'</p> | <p>1-mulher cair-caus. 7-saco<br/>         mukhaaro-ni<br/>         carro-loc</p>  |
| <p>b. mu-thiyana omor-ih-a esaakhu<br/>         1-mulher cair-caus-VF<br/>         'a mulher fez cair o saco do carro'</p>                            | <p>c. mu-thiyana oomaniwa oloosha<br/>         1-mulher bater-pasv loja-loc<br/>         'a mulher foi batida na loja'</p> |

Os dados em (12) mostram a diferença semântica do morfema -ih-. Em (12a) -ih- tem a função agentiva numa situação em que o paciente está presente na cadeia sintáctica com a função semântica de paciente. Estamos perante um verbo de movimento derivado que tem a extensão passiva a impor-se semanticamente. Enquanto em (12b) o morfema -ih- tem a função de extensão causativa. É essa razão que fez com que o verbo aumentasse de valência ou de argumentos na cadeia sintáctica.

Mas podemos ainda encontrar a situação descrita em (12c) em que o verbo não é de movimento não necessitando, por isso, de agregar a partícula agentiva ao afixar a extensão passiva.

### 4.3 Verbos derivados com movimento vibratório e pendular na língua lomwe

- |   |  |
|---|--|
| <p>(13) a. E-pako enniiniina mmaahi-ni<br/>         7.caniço pass-dançar água-loc<br/>         'O caniço vibra na água'</p> | <p>b. E-palansa enneececa<br/>         7-balança pass-andar<br/>         'A balança baloiça'</p> |
|---|--|

Em (13a) temos o caso em que o verbo sendo de movimento não é necessariamente de deslocamento em termos de percurso, mas sim *vibratório*.

Já em (14b) o verbo é de movimento *pendular* uma vez que exige exercício continuado, mas no mesmo local.

- (14) a. mu-thiyana oorowa o-waani 7-criança pass-cantar-caus o-  
2-mulher pass-ir casa-loc shikola  
'a mulher foi para casa' loc- escola  
b. nivaka noovolowa mmurima-ni 'as crianças são obrigadas a cantar  
5-azagaia pass-entrar loc-barriga na escola'  
'a azagaia penetrou na barriga'  
c. mapastori ennatthukum-el-a o-keresya e. asimwali enarwela o-keresya  
7.rapariga pass-vir-aplic. loc-igreja  
'as raparigas saem da igreja'
- d. Anamwani anniip-ih-iwa  
6-Pastor pass-tremer-apl loc-igreja  
'os pastores tremem na igreja'

O que pretendemos mostrar aqui é a incorporação da direcção na estrutura verbal de qualquer tipo de verbo de movimento. Os nomes “okeresya e oshikola” das frases em (14c, 14d) estão locativizados e têm a função de “sítio” (S). Mas na frase (14e), o elemento ‘terreno=locativo’ desempenha um papel diferente, pois neste, serve de ponto de referência em que o movimento tem origem. Assim, o lugar (L) é o objecto que serve de plano (Pn) ou fundo em relação ao movimento da figura.

Pode ser o local (Lo) onde o evento acontece (14d), o ponto de referência (PR) que por sua vez pode ter a função semântica de origem (Or), (e), ou de destino (De) do movimento (b), ou ponto de referência representando o centro (Ce). Os verbos atribuem a função semântica aos argumentos expressos pelos nomes locativizados. Por exemplo, semanticamente o verbo ‘tremer’ atribui várias funções aos nomes que levam o locativo O-: *Ottukumela okeresya* (o locativo indica lugar); *Orwa okeresya* (o locativo indica origem); *Opiya okeresya* (o locativo indica destino).

#### 4.4 Verbos de movimento derivados com trajectória não presa nem no início nem no fim do movimento

|   |                |           |              |              |                             |
|---|----------------|-----------|--------------|--------------|-----------------------------|
| 1 | rastejar       | -purul-   | -purul-el-   | -purul-ih-   | -purul-iw-                  |
| 2 | deslizar       | -hereney- | -hereney-el- | -hereney-ih- | *-hereney-iw- -             |
|   | hereney-ih-iw- |           |              |              |                             |
| 3 | correr         | -chimak-  | -chimak-el-  | -chimak-ih-  | *-chimak-iw- -chimak-ih-iw- |
| 4 | andar          | -ett-     | -ett-el-     | -ett-ih-     | ?-ett-iw- -ett-ih-iw-       |
| 5 | nadar          | -pwin-    | -pwin-el-    | -pwin-ih-    | *-pwin-iw- -pwin-ih-iw-     |

Todos os verbos apresentados especificam a trajectória que o objecto movido percorre. Por isso é que sugerimos, anteriormente, incluir essa língua tal como as restantes línguas bantu, no grupo de línguas com verbos que semanticamente incluem [movimento + trajectória].

Em alguns desses verbos, derivados ou não, a figura move-se ao longo de um lugar, mas não há um ponto que sirva de referência do

movimento. Os verbos *ochimakiha* ‘fazer correr’, *ohereneyiha* ‘fazer deslizar’ são exemplos disso. Olhando suas Implicações semântico-sintácticas com a extensão applicativa (-el-), observa-se o seguinte:

- (15) a. *muhusiha oheett-el-a*  
 1-professor pass-andar-apl  
 mu-surukhu  
 3-dinheiro  
 ‘O professor andou para casa pelo dinheiro’
- b. *a-lopwana aahereneyela mw-aaceya*  
 2-homem pass-deslizar-apl 3-canoa  
 ‘Os homens deslizaram pela canoa’

As frases em (15) apresentam verbos derivados com extensão applicativa. A relação semântica que se estabelece nas frases é que *muhusiha* ‘professor’ e *alopwana* ‘homens’ constituem a figura das frases (a, b) e o verbo derivado indica o *evento movimento*. Todos os verbos do quadro aceitam hospedar a extensão applicativa e a presença da extensão em si, torna cada um dos verbos transitivo. Já com a extensão causativa (-ih-) no Elomwe, observa-se:

- (16) *nameeciha ocimak-ih-a*                      *mu-khukuca*  
 1-condutor pass-correr-caus      3-carro  
 ‘O Condutor fez correr o carro/ o condutor acelerou o carro’

No caso em que o verbo de movimento é derivado pela causativa, o falante elomwe sabe dizer que há um causador e que a figura move-se pela indução directa ou indirecta duma força externa. Por exemplo em (16), é o carro que se movimenta e é este elemento que constitui a figura, pois, é a entidade que se move pela acção de um causador (C), o condutor.

À semelhança do que foi anteriormente, aqui o condutor funciona como o sujeito da frase, mas ele é o causador do movimento duma outra entidade, no caso, o carro, e este por sua vez é a figura que se vai movendo. Com esta extensão o número de argumentos também aumenta e os verbos aceitam hospedar a extensão causativa sem qualquer restrição. Vejamos as implicações semântico-sintácticas com a extensão passiva (-iw-) no Elomwe, com exemplos abaixo:

- (17) a. *mikokho dhoopuruliwa*    2-homem pass-nadar-pasv      loc-  
 4-coqueiro      pass-arrastar-pasv                      água  
 ‘os coqueiros foram arrastados’
- b. *\*alopwana aapwin-iw-a*  
 mmaahi-ni
- c. *a-lopwana aapwinih-iw-a*  
 2-homem      pass-nadar-agentiva-  
 passiva mmaahi-ni  
 água-loc  
 ‘os homens foram afundados’

Nesta relação há dois fenómenos diferentes: (i) o verbo 1 do quadro aceita hospedar a extensão passiva sem o recurso à agentiva e sem causar estranheza entre os falantes, mas já não se pode dizer o mesmo



para os restantes verbos, pois (ii) recorre-se à inclusão da partícula agentiva (-ih), um morfema muito produtivo na língua, para tornar gramatical a situação colocada em (17b).

#### 4.5 Verbos de movimento derivados com trajectória presa no centro

|      |              |           |              |              |              |                 |                     |
|------|--------------|-----------|--------------|--------------|--------------|-----------------|---------------------|
| (18) | 1passar      | -vir-     | -vir-el-     | -vir-ih-*    | -vir-iw-     | -vir-ih-iw-     | [mov + trajectória] |
|      | 2atravessar  | -laphuw-  | -laphuw-el-  | -laphuw-ih-  | -laphuw-iw-  | -laphuw-ih-iw-  |                     |
|      | 3ultrapassar | -kwarany- | -kwarany-el- | -kwarany-ih- | -kwarany-iw- | -kwarany-ih-iw- |                     |

Os verbos acima têm o centro como ponto de referência, e os exemplos abaixo elucidam o que pretendemos apresentar.

|      |           |             |                |
|------|-----------|-------------|----------------|
| (19) | mu-reca   | oovira      | o-spitaale     |
|      | 1-doente  | pass-passar | loc-hospital.  |
|      | 'O doente | passou      | pelo hospital' |

O verbo da frase em (19) é de movimento e tem o centro como ponto de referência do movimento. Este verbo não está derivado e a informação que traduz é que alguém (doente=figura) passou por ali, sem que o elemento 'hospital' se constitua o destino ou o ponto de origem, mas é ponto de escala do seu movimento, ponto esse que constitui o centro do movimento. E qual é a implicação semântica e sintáctica desse tipo de verbos? Com a extensão applicativa (-el-), nota-se:

|      |           |                      |               |           |
|------|-----------|----------------------|---------------|-----------|
| (20) | mu-reca   | oovir-el-a           | o-spitaale    | mu-rece   |
|      | 1-doente  | pass-passar-apl-vf   | loc-hospital. | 3-remédio |
|      | 'O doente | passou pelo hospital | pelo remédio' |           |

Que os verbos aceitam lexicalizar a extensão e torna-os transitivos. O objecto da frase desempenha a função semântica de figura porque é ele que se move. Em termos sintácticos aumenta o número de argumentos na frase. O movimento realizado é preso ao centro porque não constitui o destino final nem o início de tal movimento que se realiza.

Com a extensão causativa (-ih-) os verbos no Elomwe implicam adição de um novo argumento, tanto entre verbos transitivos como entre os intransitivos. Prova disso é que no exemplo (20) o verbo pede dois argumentos internos motivados pela extensão causativa aí presente, pois na ausência desta o verbo teria um argumento.

|      |        |   |           |            |          |
|------|--------|---|-----------|------------|----------|
| (21) | amwene | ahaaphuw-ih-a   | mu-rattho | ma-loko    | a athu   |
|      | 1-rei  | pass-atraversar-caus-vf                                   | 3-ponte   | 6-multidão | 2-pessoa |
|      | ▶      | 'O rei fez as multidões de pessoas atravessarem a ponte'. |           |            |          |

Em (21) trata-se de construção causativa em que C é o causador (equivalente ao sujeito) e F é paciente (equivalente ao objecto). Enquanto com a extensão passiva (-iw-) os verbos derivados com trajectória presa no centro do movimento hospedam esta extensão comportam-se de diferentes formas de acordo com o tipo de controlo do agente em relação ao movimento realizado.

(22) a. a-athu aakwaranyiwa ni  
 2-pessoa pass-ultrapassar-pasv adv-com mi-cinka  
 4-bicicleta  
 'as pessoas foram ultrapassadas pelas bicicletas'

b. mu-rattho woolaphuw-iw-a ni  
 3-ponte pass-atravesar-pasv adverb-com asimwali  
 3-rapariga  
 'a ponte foi atravessada pelas raparigas'

c. ma-loko aalaphuwih-iw-a  
 6-povos pass-atravesar-pasv  
 muhice ni mw-eene  
 3-rio adv-com 1-rei  
 'o rei fez os povos atravessarem o rio.'

d. \*a-athu aavir-iw-a  
 2-pessoa pass-passar-pasv-vf

e. a-athu aavirih-iw-a  
 2-pessoa pass-passar-pasv-vf  
 'as pessoas fizeram-se passar'

f. a-alapuwihiwa  
 2-pass-atravesar-agent-pasv-vf  
 mu-hice a-athu ni mwene  
 3-rio 2-pessoa adv-com 1-rei  
 Lit.: Foram feitas atravessar o rio as pessoas pelo rei  
 'O rei fez as pessoas atravessarem o rio.'

Os verbos aceitam: (i) passivizar sem o recurso à partícula agentiva, quando o paciente da frase é uma entidade com traço -humano e sofre a acção do movimento realizado por outro elemento; a figura realiza um movimento que ocorre à volta do paciente, sobre ele ou ao lado dele, como nos exemplos em (a,b); (ii) passivizar com recurso à partícula agentiva, quando o paciente é um elemento com traço +humano, neste caso realiza a acção causada directa ou indirectamente por outro elemento (causador) como em (c). Neste, o rei provoca o movimento, mas não é ele quem realiza, ele é o causador simplesmente. O movimento

é realizado pelo povo, sendo este a figura da frase. Podemos dizer que quando se trata de uma acção causativa em que o paciente é [+animado] em repouso ou em movimento, então, recorre-se a estratégia de agentivação. (iii) a terceira estratégia é fazer o recurso ao uso do impessoal em posição inicial, uma estratégia que se pode ver em (f).

Esta é uma regra muito produtiva na língua embora não válida para todos os verbos. Com este recurso todos os verbos tornam-se gramaticais: *aalaphuwiwa atthu* Lit.: ‘as pessoas foram atravessadas’. Isto implica dizer que o paciente é o centro (C) do evento e está em repouso e a figura move-se ultrapassando-o, ou seja, cai-se na regra (i) vista nesta secção. Os casos são de Verbos de movimento derivados com trajectória presa no início, sendo que para o caso da extensão applicativa (-el-) os argumentos aumentam, dado que há um beneficiário da acção realizada pelo sujeito; Com a extensão causativa (-ih-), para o caso do *elomwe*, em frase como *mulopwana oomukhumih nakhuwo* “o homem tirou o milho” e sendo causação directa em que o causador (homem) é ao mesmo tempo a figura que se move, o objecto continua estático embora se desloque de um lugar para outro; mas com a extensão passiva (-iw-), os únicos que aceitam são aqueles cuja forma é agentiva, ou seja, que se caracterizam pela alternância transitiva, trata-se de um agente que provoca o movimento, mas que não tem controlo sobre o evento realizado por outrem.

Outros ainda, são verbos de movimento derivados com trajectória presa no fim do movimento, como são os casos de verbos *ophiya* “chegar”, *omora* “cair”, etc, cujas características dos verbos de movimento derivado são similares às características vistas em secções anteriores.

## Conclusão

O estudo descreve como é que os verbos de movimento com uma estrutura derivada influenciam a estrutura sintáctica e semântica em frases construídas por falantes da língua *elomwe* (P32). Tendo em conta os quadros teóricos de Talmy (1975, 1985), Sioe (1998b, 2001) e LFG nota-se que cada teoria é aplicável às línguas bantu, e na língua *elomwe* em particular. Os verbos derivados são integrados dentro da frase apresentam um quadro cujos elementos têm funções semânticas semelhantes às propostas e apresentadas por Talmy (1975) e Sioe (1998b, 2001) que compreendem: Figura (F), Movimento (Mov), Trajectória (T), Lugar (L) e elementos externos Maneira (Mn) e Causa (Cs).

Os falantes reconhecem haver diferentes tipos de verbos de movimento, verbos sem trajectória, com trajectória (ancorados no início, no

centro, no fim ou sem referência a algum ponto de trajectória), verbos que expressam movimento pendular, circular, vibratório. Por outro lado, os verbos de diferentes tipos de movimento podem afixar cada uma das extensões applicativa (-el-), causativa (-ih-) e passiva (-iw) referenciados neste estudo. Quando extensos os verbos apresentam comportamentos diferentes sendo que a applicativa e/ou causativa, o número de argumentos internos que o verbo pede aumenta. Semânticamente, na extensão applicativa, a *figura* é que realiza o movimento e sintacticamente, a *figura* tem a função de sujeito. Com a extensão causativa os elementos semânticos alteram as suas funções sintácticas pois, a *figura* é um paciente (objecto) que faz o movimento por indução de um causador (sujeito). Na passiva, a *figura* tem a função sintáctica de sujeito e é um paciente que realiza o movimento por intermédio de um causador.

Porém, nem todos os verbos de movimento aceitam a inserção do morfema da extensão passiva. Assim, são as seguintes situações e estratégias: (i) para certos verbos de movimento sem trajectória a presença da extensão passiva torna-os agramaticais e, conseqüentemente, em frases em que isso ocorre, verifica-se a agramaticalidade. Como estratégia, os falantes incluem na raiz e antes da extensão um outro morfema, chamado partícula agentiva, por forma a dar sentido ao verbo e a tornar gramatical a frase em que este está inserido. (ii) Há casos em que os falantes fazem uma inversão entre o verbo e o paciente. Quando assim acontece e sendo agramatical, os falantes recorrem, por vezes, à sequência das extensões applicativa e passiva, sendo que a passiva é a que se impõe semanticamente, ou então à partícula agentiva, uma estratégia vista em (i). No entanto quando a lexicalização é não-agentiva e leva alguma extensão, pelo menos entre as analisadas neste estudo, automaticamente, deixa de expressar um evento não agentivo.

## Bibliografia

Bandawe, M. B. E; Lewis, M. *Memórias de um malawiano*. Nauela: Edição de B. Pachai, 2000.

Bresnan, J. *Lexical-functional syntax*. Oxford: Blackwell, 2001.

Rodrigues, É. dos S.; Augusto, M. R. A. Modelos formais de gramática: o programa minimalista vs. gramáticas baseadas em restrições: HPSG e LFG. *Matraga*. Rio de Janeiro, v.16. nº24, p.11-207, 2009.

Firmino, G. D. *The syntax of bantu verbal extensions (with special reference to gitonga)*; a field statement in partial fulfillment of the requirements of advancement of Ph. D. Candidacy in Socio-Cultural Anthropol-

logy. Tese não Publicada. Berkeley: University of Califórnia, 1992.

Kaplan, R. M.; Bresnan, J. *Lexical-functional grammar: a formal system for grammatical representation*. In: Rodrigues, É. dos S.; Augusto, M. R. A.(Org.). *Modelos formais de gramática: o programa minimalista vs. gramáticas baseadas em restrições – HPSG e LFG*. Rio de Janeiro. *Matraga*, vol.16, nº24. p.37-48, 1982.

Katupha, J. M. M. *The grammar of emakhuwa verbal extensions: an investigation of the role of extension morphemes in derivational verbal morphology and grammatical relations*. Thesis. London: University of London, 1991.

Kroger, O. Report on a survey of coastal makua dialects. In: SIL International. 2005. Disponível em: <http://www.apl.org.pt/docs/actas> [acesso em: 22 jan. 2014]

Langa, D. A. S. *Morfofonologia do Verbo em Changana*. Tese de Doutoramento não publicada. Centro de Estudos Africanos-UEM. Maputo, 2013.

Miti, L. M. *Comparative bantu phonology and morphology: a study of the sound systems and word structure of the indigenous languages of Southern Africa*; Cape Town: CASAS, 2006.

Ngunga, A. *Introdução à Linguística Bantu*. Maputo. Imprensa Universitária, 2004.

Sitoe, B. *Verbs of motion in Changana*. Leiden: CNWS-Leiden University, 2001a.

Sitoe, B. *A morfo-sintaxe no estabelecimento de relações entre figura e Lugar*. Comunicação apresentada no Seminário de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Situação Actual e Perspectivas, Faculdade de Letras e Ciências Sociais, 29 e 30 de Outubro de 2001b.

Sitoe, B. *Categoria das extensões verbais na língua Tsonga*. In: Sitoe, B.; Matusse, G.; Firmino, G.; Machungo, I.(Org.). *Limani*: Revista Semestral do Departamento de Letras Modernas, Faculdade de Letras. UEM, Maputo, 1985, p. 29-41.

# A LOCATIVIZAÇÃO NA LÍNGUA EMAKHUWA (P31)

*Estela Paulo Sande*

## Introdução

O presente capítulo tem como tema “A locativização em Emakhuwa”. De acordo com Mateus *et al.* (1989), citada por Chivambo (2012, p.1) “locativo é a semântica do argumento que exprime a localização espacial ou temporal de uma dada entidade” Sendo universal, cada língua adopta uma certa estratégia para localizar essa entidade, no tempo e no espaço.

Na sua classificação revista, Greenberg (1963), citado por Ngunga (2014), apresenta as línguas africanas em quatro grandes famílias que são: Afro-Asiático, Nilo-Sahariana, Congo-Kordofaniana e a Khoisan. A família Congo-Kordofaniana é constituída por duas sub-famílias que compreendem a Níger-Congo e a Kordofaniana. A sub-família Níger-Congo, por sua vez, é constituída por sete grupos de línguas a um dos quais pertence o das línguas bantu do qual faz parte a nossa língua de estudo - Emakhuwa.

Emakhuwa é uma língua bantu (P31, na classificação de Guthrie, 1967) falada nas províncias de Nampula, Cabo Delgado, Niassa e Zambézia. De acordo com Instituto Nacional de estatística, INE (2010), esta língua é falada por cerca de 5.307.378 de pessoas de cinco anos de idade ou mais em Moçambique. Para efeitos do presente estudo, e sabendo-se que esta língua tem inúmeras variantes, considera-se a variante falada em Nampula como referência na escrita devido não só à centralidade geográfica de Nampula no âmbito das províncias em que se fala esta língua, mas também à reconhecida inteligibilidade mútua entre as diversas variantes.

Em Emakhuwa ainda não há trabalhos desenvolvidos sobre a matéria do nosso estudo “a locativização”. Trabalhos há, sim, em outras línguas mencionadas ao longo do presente trabalho, dos quais nos servimos de fonte de inspiração. Esperamos que o presente trabalho sirva de “peça impulsionadora” para as pesquisas futuras. Assim, são os seguintes os objectivos do presente trabalho:

A pesquisa tem como objetivo estudar a locativização na língua Emakhuwa. Especificamente, a pesquisa visa (a) identificar as formas (lexicais, morfológicas ou outras) de expressão de locativização em Emakhuwa e o seu valor semântico; (b) descrever os processos morfofonológico que resultam da afixação de morfemas locativos em Emakhuwa; e (c) formalizar os processos identificados.

Emakhuwa é uma língua bantu com, como já foi mencionado acima, pelo menos oito (8) variantes (Ngunga & Faquir, 2011), a saber: Emakhuwana, Enahara, Esaaka, Esankaci, Emarevoni, Elomwe, Emeetto e Exirima. De acordo com autores, considera-se padrão a variante falada na cidade de Nampula e arredores, também chamada Emakhuwa central. Daí que tivemos como questão de partida a seguinte: Que estratégias adopta Emakhuwa central, tida como padrão, na localização de entidades no espaço e no tempo?

À volta da questão acima colocada, arrolamos as hipóteses que se seguem: (i) Emakhuwa adopta a prefixação como estratégia na localização de entidades no espaço e no tempo; (ii) Emakhuwa adopta a sufixação como estratégia na localização de entidades no espaço e no tempo; (iii) Emakhuwa adopta a parassíntese como estratégia na localização de entidades no espaço e no tempo; (iv) Emakhuwa adopta outras estratégias para a localização das entidades no tempo e no espaço.

Devido à política linguística actual do país, que consiste na promoção e introdução das línguas moçambicanas no processo de ensino-aprendizagem, pensa-se que o estudo e a descrição da gramática das línguas bantu irá ajudar tanto no ensino destas como na sua preservação.

A escolha do tema deve-se ao facto de a locativização desempenhar um papel preponderante na gramática de qualquer língua bantu em geral, e de Emakhuwa em particular, uma vez que a sua ocorrência exprime a localização de nomes e outros fenómenos no tempo e no espaço.

O conhecimento das formas de realização da locativização contribui para a percepção do mundo circundante e habilita o falante a explicar as relações entre a língua e a realidade. O presente trabalho é um instrumento relevante para jogar esse papel, pois combina a componente teórica com a componente descritiva.

O trabalho assume uma importância especial por ser um estudo da língua que, em Moçambique, para além de servir de documento de consulta aos professores e alunos do ensino bilingue, será útil aos locutores de rádio, estudantes de linguística bantu e a outros interessados na matéria, além de constituir um ponto de partida para pesquisas subsequentes. Na seção seguinte debate-se o quadro teórico sobre a Teoria

de Traços Distintivos.

## 1 Teoria de traços distintivos.

Neste trabalho, assumimos que a Teoria de Traço Distintivos de (Chomsky e Halle, 1968) norteia o nosso estudo. De acordo com esta teoria, os **traços distintivos** (propriedades mínimas, binárias, de caráter acústico ou articulatório que definem os sons das línguas) constituem elemento importante na identificação de um fonema.

Chomsky e Halle (1968) descrevem uma teoria de traços distintivos de base articulatória. Tal como na teoria de traços distintivos de base acústica, a teoria articulatória apresenta um sistema binário de oposições distintivas que, em princípio, seria suficiente para a descrição da fonologia de todas as línguas do mundo.

Através da descrição dos segmentos por traços distintivos, os autores observaram que os segmentos se relacionam quanto a determinados traços e, também, quanto a determinadas regras. Baseando-se nesses pressupostos, o modelo gerativista introduziu a ideia de classes naturais, como conjuntos de segmentos relacionados uns com os outros.

Para que dois ou mais segmentos constituam uma classe natural é necessário que, para especificar a classe, seja necessária uma menor quantidade de traços distintivos do que a quantidade necessária para especificar cada segmento. Em geral, é possível afirmar também que dois ou mais segmentos constituem uma classe natural se: a) os segmentos sofrem regras fonológicas idênticas; b) os segmentos funcionam em ambientes fonológicos idênticos; c) um segmento se torna o outro (e vice-versa) através de uma regra fonológica e; d) um segmento é derivado no ambiente de outro segmento.

Com a nova proposta de unidade mínima, o modelo gerativo permitiu que as regras fonológicas fossem explicitadas mais formal e naturalmente. Isto é, utilizando-se os traços distintivos, é possível relacionar segmentos e mudanças transformacionais nos segmentos que, até então, não eram considerados relacionados no modelo estruturalista.

No gerativismo, é possível demonstrar que as regras se aplicam a classes de segmentos. De acordo com o modelo gerativista, as regras fonológicas expressam os processos pelos quais a língua passa, de forma que representações subjacentes se tornem representações fonéticas (ou de superfície).

As regras fonológicas transformam, cancelam ou inserem segmentos. Para representar uma regra fonológica faz-se uso de diversos



símbolos, tais como C, V, N, G para as classes de segmentos consonânticos, vocálicos, nasais e semivocálicos (glides), respectivamente. Outros símbolos tais como  $\emptyset$  e # também são utilizados ou então traços fonéticos correspondentes. O primeiro para representar categorias vazias em regras de inserção ou apagamento e o segundo para representar fronteira de palavra. Tome-se como exemplo o seguinte:

|                     |             |                   |
|---------------------|-------------|-------------------|
| 1.a) /mu-murupa-ni/ | m'murupani  | 'dentro da pasta' |
| b) /mu-makhata-ni/  | m'makhatani | 'nos ombros'      |
| c) /mu-mpa-ni/      | m'mpani     | 'dentro de casa'  |
| d) /mu-metto-ni/    | m'mettoni   | 'nas pernas'      |
| e) /mu-mwirini/     | m'mwirini   | 'na árvore'       |

Note-se que nos exemplos (1a-e), há ocorrência de um processo fonológico que é a elisão da vogal alta, recuada ([u]) do prefixo locativo **mu-**, quando é precedida imediatamente pela consoante nasal bilabial ([m]) que ocorre na posição inicial da palavra. A forma subjacente de (1a) é /**mu**+murupani/ que, depois da elisão da vogal alta recuada, fica m'murupani. O mesmo ocorre na construção dos locativos nos exemplos, (1c) m'mpani /**mu**+mpani/; (1b) m'makhatani / **mu**+makhatani/; (1d) m'mettoni /**mu**+mettoni/; (1e) m'mwirini / **mu**+mwirini/. Esta regra de elisão pode-se formalizar da seguinte maneira:

**Regra 1:** [+alt, +rec] →  $\emptyset$  / - # [+nas, ant]

A regra 1 dá conta de que a vogal alta recuada ([u]) do prefixo locativo **mu-** é elidida quando precedida imediatamente pela consoante nasal bilabial [m] que ocorre na posição inicial da palavra.

## 2. Aspectos da morfologia e estrutura das línguas bantu

### 2.1. Os morfemas e classes nominais

Em linguística, morfologia é definida como estudo da estrutura, da formação e da classificação das palavras. A peculiaridade da morfologia reside no estudo das palavras olhando para elas isoladamente e não dentro da sua participação na frase ou período. A morfologia de Emakhuwa está agrupada em seis grupos, denominados “classes de palavras” ou classes gramaticais, a saber: substantivo, adjectivo, numeral, pronome, verbo, advérbio.

Na asserção de Ngunga (2014, p.115) morfologia “pode ser definida como o estudo dos morfemas, das regras que regem a sua combinação na formação de palavras, e da sua função no sintagma ou na frase”.

Neste trabalho, concordamos com o autor acima em torno da definição da “morfologia”, porque tanto na formação como na combinação obedece-se a certas regras. Tanto que o nosso trabalho traz algumas regras que regem a afixação de morfemas locativos na construção do respectivo locativo.

Um dos conceitos fundamentais do nosso trabalho é a classe nominal, para a percepção do qual podemos recorrer à definição de Guthrie (1967, p.36) para quem “uma classe nominal é o termo usado para se referir a cada um dos padrões de concordância”. Portanto, os padrões de concordância são a marca fundamental para a identificação duma classe.

Na asserção de Mutaka e Tamanji (2000, p.150-151), “dependendo de cada língua, a estrutura do nome em Bantu consiste em: Prefixo+tema ou, ainda, pré-prefixo+prefixo+tema”. Emakhuwa é uma das línguas pertencentes a esta família, a das língua bantu. Sendo assim, não pode ser isenta a essa regra.

Morfema é um conceito imprescindível no nosso estudo, posto que este se desenvolve, em grande medida, em torno dele. Sendo assim, de acordo com Katamba (1993, p.24), “morfema é a unidade pequena e indivisível, com a função gramatical ou conteúdo semântico com a qual as palavras são formadas”. Este conceito comunga com a definição de Ngunga (2014, p.115) para quem “morfema é a menor unidade da língua portadora de sentido (lexical ou gramatical) na hierarquia da palavra”.

Uma das características fundamentais das línguas bantu reside na morfologia do nome cuja estrutura chamou à atenção dos estudiosos (Bleek, 1869; Bryan, 1956; Guthrie,1967; Meinhof, 1906; Werner,1925) que, desde muito cedo, observaram a organização rigorosa destes em grupos chamados classes nominais marcadas através de prefixos (Ngunga & Simbine, 2012).

Contudo, o número destas classes varia em função de cada língua. Em conformidade com Mutaka e Tamanji (op. cit, p. 150), “embora o prefixo seja primário, indicador do número da classe, a precisão deste número é revelada pelo tipo de afixos de concordância, isto é, prefixos dependentes.”

Os afixos de concordância podem exprimir: um atributo; uma associação; um sujeito e um objecto. Quanto às formas nominais, em línguas bantu, destacam-se duas: não derivadas e derivadas. As não derivadas provêm do próprio prefixo da classe, designadas por prefixos primários. As derivadas, como em muitas línguas, derivam de formas verbais e de outros nomes.

Assim, a estrutura de certos nomes passa a ser:

'pré-prefixo'+prefixo+tema como, por exemplo, em {a-mu-nhu} 'a pessoa', {a-va-nhu} 'as pessoas'. Corroborando com Mutaka e Tamanji (op. cit, p. 154/5), considerando que os prefixos primários são destacados pela sua forma (género/classe) e número (singular/plural). Em Ngunga (2014, p.131) os prefixos secundários "são aqueles que se podem afixar tanto a nomes completos como a temas nominais e alteram a semântica nuclear do tema." Isto significa que a semântica de um nome com o prefixo secundário pode ser alterada profundamente ou por causa de indicar tamanho, ou aparência marcada (pequeno/grande, bonito/feio), ou por indicar lugar. Veja-se o exemplo em Xichangana.

2. mu-yivi (cl.1) 'ladrão'<sup>1</sup>

Quando o pré-prefixo é prefixado ao prefixo primário da palavra acima, obtêm-se a seguinte forma:

3. a-mu-yivi (cl.1) 'ladrão'

No exemplo acima, obtêm-se a seguinte estrutura: pré-prefixo+prefixo+ tema nominal.

## 2.2. Estrutura do nome nas Línguas Bantu

Mutaka e Tamanji (2000, p.150) afirmam que de acordo com a língua, o nome bantu pode apresentar-se sob três formas:

- i) Prefixo + tema nominal
- ii) Pré-prefixo + tema nominal
- iii) Prefixo secundário + prefixo + tema nominal

De entre estas estruturas, a primeira é a mais recorrente em Makhuwa. Por exemplo, na sua forma não derivada, grande parte dos nomes nas línguas bantu em geral, e em Swahili em particular, apresentam a estrutura prefixo+tema nominal, como se pode observar a seguir:

4. m-tu 'pessoa'

Tal como acontece em língua Swahili, em Emakhuwa os nomes apresentam a estrutura prefixo+tema nominal, na sua forma não derivada, como podemos ver no exemplo que se segue:

5. mu-ru 'cabeça'

O exemplo acima é apenas uma ilustração da estrutura do nome

---

<sup>1</sup> Os dados foram extraídos na obra de Mutaka & Tamanji (2000).

na forma não derivada, em Emakhuwa. Como se vê, o nome comporta um prefixo e um tema nominal. Em (5), o prefixo é marca do singular.

Como já vimos no quadro conceptual, para analisarmos os prefixos nominais da língua Swahili, baseamo-nos no sistema de Meussen (1967) que, aliás, é o que reúne consenso entre os linguistas em termos de estrutura gramatical das línguas bantu e, no conjunto de palavras reconstruídas do Proto-Bantu, onde são apresentadas propostas de reconstrução de algumas formas fonético-fonológicas nos morfemas hipotéticos do Proto-Bantu com base na observância da lei de regularidade de mudanças fonéticas nas actuais línguas bantu, segundo Langa (2013).

A língua makhuwa é aquela que, tal como as suas variantes ou outras línguas com ela aparentadas, exhibe, de entre as línguas moçambicanas, o menor número de classes nominais. Segundo Ngunga (2014, p.128), esta língua “apresenta em média 13 classes nominais”, enquanto o número das classes das outras pode ir até 18. A seguir, apresentamos dados de Emakhuwa extraídos do quadro de classes e prefixos nominais de línguas moçambicanas.

Quadro 1: Classes e prefixos nominais de Emakhuwa

| Cls | PB  | Mkh |  | Cls | PB   | Mkh |
|-----|-----|-----|--|-----|------|-----|
| 1   | *mu | mu- |  | 12  | *ka  | -   |
| 2   | *ba | a-  |  | 13  | *tu  | -   |
| 3   | *mu | mu- |  | 14  | *bu  | o-  |
| 4   | *mi | mi- |  | 15  | *ku  | o-  |
| 5   | *li | ni- |  | 16  | *pa  | va- |
| 6   | *ma | ma- |  | 17  | *ku  | o-  |
| 7   | *ki | e-  |  | 18  | *mu  | mu- |
| 8   | *bi | i-  |  | 21  | *ya- | -   |
| 9   | *N  | -   |  |     |      |     |
| 10  | *N  | -   |  |     |      |     |
| 11  | *du | -   |  |     |      |     |

Fonte: Ngunga (2014, p.133)

Contudo, como refere este autor, nem todas estas classes ocorrem necessariamente em todas as línguas. Portanto, há línguas em que determinadas classes não ocorrem (cf. Ngunga, 2004; Langa, 2013; Mutaka e Tamanji, 2000). Para além de Makhuwa, algumas línguas como, Chuwabo e Koti também não ocorrem os prefixos e as classes nominais 11, 12 e 13, por um lado. Por outro lado, numa comparação horizontal observamos que em Bárwe, Tonga, Rhonga, Copi, Tshwa e Changana não ocorrem os prefixos e classes nominais 12 e 13, (Ngunga, 2014, p.133).

Como refere Ngunga (2004, p.107), “nas diferentes línguas, o nome pode ter diferentes estruturas, podendo variar em termos de classe (geralmente marcadas por meio de um afixo), género (feminino/masculino/neutro), número (singular/plural)”. Porém, nas línguas bantu em geral, e em Swahili em particular, não há flexão em género no sentido da oposição feminino/masculino. Ocorre, sim, a flexão em número (singular/plural), e outras categorias. Pelo que, o termo “género” remete à noção de classe (Mutaka e Tamanji, 2000, p.154), como se pode notar no seguinte exemplo:

6. amsichana (cl.1) ‘rapariga’

No exemplo acima, está representada, entre parêntese a classe nominal.

### 3. Locativização e as estratégias nas línguas bantu

De acordo com muitos autores (Canonici, 1991; Gauton, 2003; Machobane 1996; Ngunga, 2004 *apud* Chivambo, 2012), a locativização “é um processo morfológico através do qual um morfema locativo se associa ao nome para localizá-lo no tempo ou no espaço”. Neste trabalho, identificamo-nos com o conceito dos autores sobre a locativização. Sobre esta matéria, Chivambo (2012) afirma que em Bantu, não se obedece a uma única estratégia de locativização, em virtude das inovações que se foram operando ao longo do tempo.

Sobre as estratégias de locativização em Citshwa, Chivambo (2012) diz que os falantes adoptam duas estratégias na construção de nominais locativos a saber: a locativização lexical e a locativização morfológica através da derivação de palavras por sufixação do morfema locativo **-ini** que se realiza de formas diferentes de acordo com a qualidade da última vogal da palavra a que se afixa. Todavia, apesar de os falantes de Citshwa recorrerem quase frequentemente às duas estratégias de locativização referidas, em algum momento, ao longo do processo de comunicação, podem adoptar outras estratégias para exprimir o fenómeno de locativização, como, por exemplo, a locativização preposicional através das preposições **ka** e **ni**.

Entre estas estratégias que o Citshwa adopta na construção de locativos nominais, é preciso destacar a estratégia de locativização por sufixação como sendo a estratégia mais produtiva nesta língua, já que, na locativização por prefixação os morfemas locativos apresentam-se já lexicalizados sendo, por esta via, parte inalienável das palavras em que

aparecem. Tratando-se de um estudo especialmente de uma língua bantu, neste caso, Citshwa, é natural que haja assuntos comuns, embora alguns morfemas possam eventualmente ser diferentes, é no caso da língua emakhuwa em que os morfemas afixados ao nome são diferentes das outras línguas (Chivambo, 2012).

“A locativização é um processo de localização espaço-temporal ou metafórica de entidades.” (Chungwane, 2003). “As noções de lugar e de tempo são, regra geral, indicadas por um processo denominado locativização, processo que ocorre em todas as línguas naturais”. Com efeito, “cada língua faz uma adoção específica de locativização de acordo com a gramática que governa essa língua” (Ibdem).

Em Citshwa, a localização de entidades realiza-se, de um modo geral, por um processo que envolve palavras e afixos locativos. A língua citshwa adota duas estratégias de locativização: Locativização simples, a realizada através de locativos com traços semânticos inerentes a lugar e interioridade; com os traços semânticos de lugar idêntico àquele que é expresso pelas preposições em outras línguas.

A Locativização complexa, realizada através de prefixação e sufixação, também ocorre com os adjectivos e verbos. Restrições: “a locativização simples ocorre apenas com advérbios. Enquanto a complexa acontece com os nomes, adjectivos, advérbios e verbos na forma do infinitivo.” (Ibdem). Neste trabalho, entende-se a locativização simples a que se refere o autor acima aquela a que Chivambo (2012) designa de locativização lexical enquanto a complexa é a locativização morfológica, pois esta resulta da afixação de prefixos ou sufixos.

Ao descreverem a gramática da língua changana, Ngunga e Simbine (2012) fazem referência também à locativização, dos seus processos e estratégia. Baseando-se em estudos anteriores, (Bleek, 1862, 1869), os autores dizem que “os morfemas **pa-**, **ku-** e **mu-**, são marcadores das classes 16, 17 e 18 e são prefixos locativos nas línguas bantu” (Ibdem). Todavia, por causa de mudanças fonéticas que tiveram lugar de maneiras diferentes em diferentes línguas, a língua changana realiza a locativização de maneira diferente. O morfema locativo **-ini** é um sufixo derivacional que se afixa aos nomes. Pode-se afirmar que Changana, tal como algumas outras línguas do Sul do Save, evoluíram rumo à simplificação das três marcas locativas do Proto-Bantu para duas: uma (**-ini**) funcionando como sufixo locativo nominal e a outra (**ku-**) como prefixo de concordância.

Note-se que a forma básica do sufixo nominal em Changana é **-ini**. “Mas como nesta língua todos os nomes terminam em vogais, a vogal

inicial /i/ de **-ini** participa em processos fonológicos de que fazem parte tais vogais” (Ibdem). Estes processos que fazem parte do princípio geral de resolução de hiatos, podem resultar em vogais diferentes das vogais que ocorrem na fronteira entre a palavra a ser locativizada e o sufixo locativo. Assim, “a última vogal do nome é semi-vocalizada se for arredondada enquanto a do sufixo é elidida se a vogal do nome for anterior; se a última vogal do nome for baixa, há uma coalescência, também chamada crase ou fusão, entre esta e a vogal do sufixo resultando em /e/”. (Ngunga & Simbine, 2012, p.109).

#### 4. Sistema Ortográfico de Emakhuwa-

Nesta secção apresentamos uma parte da informação sobre o sistema ortográfico de Emakhuwa, que compreende: as vogais, as consoantes, as consoantes especiais e/ou marginais e alfabeto de Emakhuwa. As informações foram extraídas da: *Padronização da Ortografia de Línguas Moçambicanas: Relatório do III Seminário*

##### 4.1. As vogais do Emakhuwa

No Emakhuwa registam-se cinco vogais fonémicas conforme o quadro que se segue:

|                      | <b>Anteriores</b> | <b>Centrais</b> | <b>Posteriores</b> |
|----------------------|-------------------|-----------------|--------------------|
| <b>Fechadas</b>      | i, ii             |                 | u, uu              |
| <b>Semi-fechadas</b> | e, ee             |                 | o, oo              |
| <b>Abertas</b>       |                   | a, aa           |                    |

Fonte: Ngunga e Faquir (2011, p.73)

O facto de existirem em Emakhuwa palavras que uma difere da outra por causa de uma ter vogal longa e a outra ter vogal breve na mesma posição, sugere que se considere que esta língua tem dois grupos de cinco vogais fonémicas (cinco longas e cinco breves). Segundo Ngunga e Faquir (2011) quando alongada, deve ser marcada ortograficamente escrevendo-se duas vezes o mesmo símbolo da vogal em questão, como se pode ver a seguir:

7. ony**ala**      ‘falta de higiene’  
cf. ony**aala**    ‘murchar’

Em (7), apresentamos exemplos em que ocorrem vogais breves e vogais longas na ortografia de Emakhuwa. As vogais breves encontram-se

nas palavras: onyala ‘falta de higiene’, ophela.

## 4.2. As consoantes do Emakhuwa

O quadro que se segue apresenta as consoantes da língua de acordo com o respectivo modo e ponto de articulação.

**Quadro 3:** Consoantes de Emakhuwa.

| Modo/Ponto | Labial | Dental | Alveolar | Retroflexa | Palatal        | Labio-velar | Velar | Glotal |
|------------|--------|--------|----------|------------|----------------|-------------|-------|--------|
| Oclusiva   | p      | t      |          | tt         | c              |             | k     |        |
| Aspirada   | ph     | th     |          | tth,       | ch             |             | kh,   |        |
| Fricativa  | v      | (dh)   | s(z)     |            | x <sup>2</sup> |             |       | H      |
| Nasal      | m      |        | n        |            | ny             |             | (ng)  |        |
| Lateral    |        |        | l        |            | ly             |             |       |        |
| Vibrante   |        |        | r        |            |                | w           |       |        |
| Semivogal  |        |        |          |            | y              |             |       |        |

**Fonte:** Ngunga e Faquir (2011, p.73-74)

De acordo com a posição que ocupa na palavra, as consoantes acima podem manifestar-se de diferentes formas de articulação. Essas manifestações são chamadas de modificações das consoantes. Em Emakhuwa, processos como: aspiração, labialização, palatalização, ocorrem na produção oral ou escrita. Considerem-se os exemplos a baixo:

**Aspiração:** marcada com **h**.

8. otheka ‘bebida tradicional feita de mapira e farinha de mandioca seca’

**Labialização:** marcada com **w**

9. othweelela ‘perder-se andando’

**Palatalização:** marcada com **y**

10. epyo ‘semente’

Os exemplos acima representam às modificações que as consoantes sofrem no discurso oral e escrito em Emakhuwa, marcadas pela consoante **h** e pelas semivogais **w** e **y**.



### 4.3. Consoantes especiais e/ ou marginais

Não constam do quadro acima as consoantes **b**, **d**, e **g** porque não se realizam na língua em estudo senão em empréstimo, especialmente, topónimos e antropónimos. Os sons representados pelo grafema /f/ ocorrem muitas vezes em variação livre como /ph/, com em ofola ~ ophola ‘fazer bicha/fila’ (Ngunga e Faquir, 2011). Outro exemplo:

11. ofentana~**oph**entana ‘amar-se mutuamente’

O som [ŋ] é representado por /ng/, como em:

12. ongonga ‘ressonar’

Na variante em estudo, o som representado no exemplo acima não ocorre com frequência, isto é, raras vezes se usa. Noutras variantes de Emakhuwa, diz-se onyonya ‘ressonar’. “Os grafemas **dh**, **z**, **x**, e **c** representam os fones [ð], [z], [ʃ] e [ç], respectivamente, que em determinados contextos constituem uma variação regional. A seguir, apresentamos o alfabeto de Emakhuwa:” (Ngunga e Faquir, 2011).

### 4.4. Os grafemas do alfabeto de Emakhuwa

O quadro que se segue apresenta os símbolos gráficos representando os sons consonânticos.

**Quadro 4:** Grafemas do alfabeto de Emakhuwa

| Grafema | Nome | Descrição e ilustração                                       |
|---------|------|--|
| a       | a    | Vogal central baixa. Ex; ovava ‘voar’                        |
| aa      | aa   | Vogal central baixa longa. Ex: maama ‘mãe’                   |
| c       | ce   | Oclusiva palatal não vozeada. Ex: ocaca ‘zangar-se’          |
| e       | e    | Vogal anterior média breve. Ex: epyo ‘semente’               |
| ee      | e    | Vogal anterior média longa. Ex: weetta ‘andar/caminhar’      |
| f       | fe   | Fricativa lábio-dental não vozeada. Ex: ofya ‘queimada’      |
| h       | he   | Fricativa glotal. Ex: ohela ‘meter ou pôr’                   |
| i       | i    | Vogal anterior fechada breve. Ex: ephiro ‘caminho’           |
| ii      | ii   | Vogal anterior fechada longa. Ex: niino ‘dente’              |
| k       | ke   | Oclusiva velar não vozeada. Ex: waakela ‘rachar para alguém’ |

|     |      |  |
|-----|------|--|
| kh  | khe  | Oclusiva velar não vozeada aspirada. Ex: waakhela 'receber'  |
| l   | le   | Lateral alveolar vozeada. Ex: olelo 'hoje'   |
| m   | me   | Nasal bilabial vozeada. Ex: maama 'mãe'  |
| n   | ne   | Nasal alveolar vozeada. Ex: niino 'dente'  |
| ny  | nye  | Nasal palatal vozeada. Ex: onyoonya 'aborrecer'  |
| ng  | nge  | Nasal velar vozeada. Ex: ongonga 'ressonar'  |
| o   | o    | Vogal posterior médio breve. Ex: nkhoi 'corda'   |
| oo  | oo   | Vogal posterior média longa. Ex: woova 'ter medo'  |
| p   | pe   | Oclusiva bilabial não vozeada. Ex: epula 'chuva'   |
| ph  | phe  | Oclusiva bilabial não vozeada aspirada. Ex: ophela 'extrair do solo'                               |
| r   | re   | Vibrante alveolar vozeada. Ex: orupa 'dormir'  |
| s   | se   | Fricativa alveolar não vozeada. Ex: osoma 'ler'  |
| t   | te   | Oclusiva dental não vozeada. Ex: oteka 'construir'   |
| th  | the  | Oclusiva dental não vozeada aspirada. Ex: otheka, 'descascar/ bebida'                              |
| tt  | tte  | Oclusiva pós-alveolar não vozeada. Ex: otteka 'abrir (guarda-chuva)'                               |
| tth | tthe | Oclusiva pós-alveolar não vozeada aspirada. Ex: ottheka 'ofensa'                                   |
| u   | u    | Vogal posterior fechada breve. Ex: orula 'despir'  |
| uu  | uu   | Vogal posterior fechada longa. Ex: oruula 'fazer emergir'  |
| v   | ve   | Fricativa lábio-dental vozeada'. Ex: oveveleya 'desequilibrar-se' (sob efeito de bebida alcoólica) |
| w   | we   | Semi-vogal labial vozeada. Ex: wiiwa 'ouvir'   |
| x   | xe   | Fricativa palatal não vozeada. Ex: exima 'massa'   |
| y   | ye   | Semi-vogal palatal. Ex: oyara 'dar à luz'  |

**Fonte:** Ngunga e Faquir (2011, p.76-77)

No quadro acima, está a lista das letras do alfabeto da língua em que nos baseamos na elaboração do presente trabalho.

## 5 Locativização em Emakhuwa

Depois de lidos vários trabalhos, que versam sobre as línguas bantu, verificámos que apenas um número limitado é que aborda a matéria sobre a locativização, apesar de não focarem especificamente a língua alvo do nosso trabalho, Emakhuwa. Todavia, é de reconhecer que as obras consultadas forneceram subsídios importantes que constituíram bom ponto de partida para o nosso trabalho.

Concluímos que a diferença entre esta língua e as outras estudadas reside na forma como esses morfemas se associam ao nome, assunto ainda não estudado por muitos linguistas. As únicas fontes que de certa forma nos forneceram subsídio são trabalhos de Ngunga (2004) e Ngunga (2014).

### 5.1. Estratégias de locativização em Emakhuwa

“A prefixação não é a única forma morfológica de expressão dos processos de locativização” (Ngunga, 2004, p. 122). Com este raciocínio, o autor mostra que certas línguas formam as construções locativas através de outras estratégias tais como a parassíntese que consiste na ocorrência simultânea de prefixo e sufixo na mesma palavra, além da sufixação e da prefixação individualmente. Emakhuwa é uma língua que faz a locativização recorrendo a dois processos de afixação do morfema locativo ao nome, a saber, a prefixação e a parassíntese. Todavia, iremos também averiguar a existência, em Emakhuwa, da estratégia lexical referida em Chivambo (2012) no seu trabalho, citando Chunguane (2003).

### 5.2. Locativização lexical

Segundo Chunguane (2003 *apud* Chivambo, 2012), locativização lexical é aquela que é realizada por meio de palavras cuja semântica já inclui a noção de locativos. Em Emakhuwa podemos tomar como exemplos os seguintes:

- 13.a) eparatho eri **vathi** vamunyukhu ‘o prato está em baixo do banco’  
b) anakhotto akhuma **olelo** waliteya ‘os guerreiros saíram hoje da aldeia’

Os exemplos em (13) ilustram que a locativização em Emakhuwa é também expressa lexicalmente, isto é, por meio de palavras que só por si exprimem a ideia de espaço e de tempo. Em (13a) pode-se afirmar que coincidem com as palavras que em língua portuguesa são designadas de advérbios de lugar. Em (13a) **vathi** ‘em baixo’. Enquanto o exemplo



## 5.4 Locativização morfológica por sufixação

Depois de analisarmos a locativização morfológica na perspectiva de Chunguane, iremos avançar com a locativização morfológica (por sufixação) na visão de Person (1932) citado por Chivambo (2012). Segundo o ponto de vista deste autor, em Citshwa, “existia apenas um único processo de locativização realizado por sufixação ao nome de muitos sufixos” enquanto, na verdade, segundo Chivambo (op. cit.), “existe apenas um único morfema locativo **-ni** que se realiza de diferentes formas de acordo com a qualidade da última vogal da palavra a que se afixa”. Este autor faz menção também à locativização por preposição **ka** e **ni** que não eram relevantes para o seu trabalho de que Person (op. cit.) não se terá dado conta. Tal como em Citshwa (Chivambo, op. cit), em Emakhuwa também só existe um sufixo locativo, **-ni**, que se afixa a uma palavra contendo um prefixo, isto é, este sufixo não ocorre senão numa palavra que inclua um prefixo locativo. Em contrapartida, os prefixos locativos podem ocorrer sem o sufixo. Considerem-se os seguintes exemplos:

16. a) **m'muruni** (cf. \*muruni) 'na cabeça'  
b) **omasomani** (cf. \*masomani) 'nos ritos de iniciação masculina'  
c) **vamulapani** (cf. \*mulapani) 'na área o embondeiro'

Em (16), os exemplos que se encontram entre parênteses, ilustram a agramaticalidade das palavras contendo o sufixo **-ni** em palavras sem o prefixo locativo. O falante nativo sabe que, aqui, se regista a agramaticalidade, por isso mesmo, este sufixo, só pode co-participar com um prefixo na construção de uma palavra locativa. De salientar que o sufixo **-ni** acompanha qualquer prefixo locativo sem nenhum tipo de restrição seja de carácter morfológico seja de carácter fonológico. O exemplo em (16a) apresenta um caso especial ao qual vale a pena darmos seguimento.

Com efeito, neste exemplo, há ocorrência de um processo fonológico que é a elisão ou apagamento da vogal alta arredondada ([u]) do prefixo locativo **mu-**, quando é precedida imediatamente pela consoante nasal bilabial ([m]) que ocorre em posição inicial da palavra. A forma subjacente é /**mu**+muru+ni/ que, depois da elisão, fica **m'muruni** 'na cabeça'. A regra foi apresentada na página 4.

## 5.5 Locativização morfológica por prefixação

Prefixação é um processo derivacional de formação de palavras locativas. Através da prefixação, um morfema afixa-se no início de uma palavra primitiva ou na posição antes da respectiva raiz. Sobre esta

matéria, Ngunga (2014, p.135) diz que “certas línguas marcam os locativos por prefixação”. São as seguintes as línguas que fazem parte do grupo das que marcam os locativos por prefixação: Yao, Makonde, Makhuwa, Chuwabo, Nyanja, Nyungwe, Sena e Shona. Contudo, o autor acrescenta que a expressão de circunstâncias de lugar e tempo não se limita a um número de palavras, podendo ser feita através de nome de qualquer classe desde que esteja prefixado por **pa-**, **ku-** ou **mu-**. “Estes prefixos, uma vez afixados aos nomes, passam a impor a concordância a todas as palavras sintacticamente dependentes (verbos, demonstrativos, possessivos, adjetivos, numerais)” (Ngunga, 2014, p.135), como se ilustra nos exemplos que se seguem:

- |        |                                    |                               |
|--------|------------------------------------|-------------------------------|
| 17. a) | miyo kinlavula <b>vaxikhola</b>    | ‘eu estou a falar na escola’  |
| b)     | mukukutta ori <b>opooma</b>        | ‘o carro está na cidade’      |
| c)     | hiyo noovolowa <b>muxiripitale</b> | ‘nós já entramos no hospital’ |
| d)     | nsana kaarupale <b>waapiipi</b>    | ‘ontem dormi na casa da avó’  |

Nas frases em (17), encontramos os locativos construídos a partir da prefixação dos morfemas. O exemplo (17a) indica um espaço em termos gerais, ‘na área da escola’, através do morfema locativo **va-**; (17b) indica um local distante, através do morfema locativo **o-**. Em (17c) através do morfema locativo **mu-**, o exemplo indica um espaço fechado, no interior, dentro de alguma coisa, neste caso no interior ‘do hospital’. No exemplo (17d), ocorre a semivocalização. Para a afixação, a vogal **o-** semivocaliza-se antes da vogal inicial da palavra a que se afixa. Na próxima secção, onde vamos falar da locativização morfológica parassintética, iremos apresentar a regra que formaliza este processo fonológico que é a semivocalização.

## 5.6 Locativização morfológica parassintética

A derivação parassintética, ou simplesmente parassíntese, é aquela que resulta da ocorrência simultânea de prefixação e a sufixação. Durante a recolha de dados, fizemos o levantamento de palavras e expressões que nos levaram a acreditar na ocorrência deste processo na construção dos locativos em Emakhuwa. Apreciem-se os exemplos que se seguem:

- |        |   |                                 |
|--------|---|---------------------------------|
| 18. a) | kinrupa weepiphini / <b>o+</b> epiphini/      | ‘durmo na escuridão’            |
| b)     | apaakha ari wiihimeni / <b>o+</b> ihimeni/    | ‘os gatos estão nos poços’      |
| c)     | asimwali ari woothitani / <b>o+</b> othitani/ | ‘as meninas estão onde se pila’ |
| d)     | koovira waakoroxoni / <b>o+</b> akoroxoni/    | ‘passei na castanha de caju’    |

Como já nos referimos acima, estes exemplos são apenas uma demonstração de como esta língua constrói os locativos. Depois deste processo fonológico de semivocalização, a vogal (antes) inicial da palavra ganha a mora do **o-** locativo realizando-se como longa, como se pode observar nos exemplos anteriores. A regra fonológica que se segue formaliza o processo de semivocalização aqui referido:

**Regra 2: [+sil, -alt, -bxo, +rec]→[-sil, +alt]/-[+sil, -arr]**

A regra acima demonstra as alterações sofridas pela vogal média do prefixo (**o**) que se realiza como semivogal antes da vogal não arredondada. A locativização morfológica parassintética ocorre tanto envolvendo o processo de semivocalização, como uma simples afixação dos afixos locativos.

19. a) amaama anrowa **woosikhani** /**o**-osikha-**ni**/  
'mamã foi ao funeral'  
b) nantuthu ori **muthokwani** /**mu**-thokwa-**ni**/  
'morcego está dentro da peneira'  
c) alopwana ari **m'maasini** / **mu**-maasi-**ni**/  
'os homens estão na água'  
d) alopwana ari **omulattuni** /**o**-mulattu-**ni**/  
'os homens estão na resolução do problema'  
e) anuunu antthimakela **okhunini** /**o**-khuni-**ni**/  
'a mana está a correr para onde se procura lenha'  
f) a-Luísa ari **vatthokoni** / **va**-thoko-**ni**/  
'a Luísa está no lar (casamento)'  
g) nikhwatta naari **vamwettoni** / **va**-mwetto-**ni**/  
'a ferida estava na perna'

No exemplo em (19a), o verbo 'osikha' significa 'enterrar o morto'. A partir deste verbo construiu-se um locativo, **woosikhani**, que em Português significa 'local de funeral' ou simplesmente 'no funeral'. Aqui ocorre a prefixação e a sufixação. Primeiro, aconteceu a prefixação que consistiu na afixação do morfema **o-** ao verbo. Neste processo, ocorre igualmente o que apresentamos acima, quando tratámos da Regra 2. Nos exemplos em (19b), (19c), (19e), (19f), verifica-se a elisão do prefixo nominal quando se afixa o prefixo locativo. Portanto, as palavras, **ethokwa**, **ekhuni** e **etthoko** perderam o prefixo da classe 7 e, no seu lugar, foi afixado o prefixo locativo. No exemplo (19d) e (19g), apenas afixou-se o morfema locativo sem que fosse necessária a ocorrência de nenhuma regra fonológica.

Ao falar da locativização parassintética, Ngunga (2014, p.158) diz não ter achado nenhum dado em que o sufixo **-ni** co-ocorresse com os locativos de interioridade **mu-**, em Emakhuwa. Neste trabalho, trazemos

alguns exemplos que podem deixar claro sobre a co-ocorrência destes afixos. Vejam-se os exemplos:

20. a) musoro ori **muninkweereni** / **mu-ninkweere-ni**/  
 'arroz está no interior do saco'  
 b) ipuri sitthawenle **mutakhwani** /**mu-takhwa-ni**/  
 'cabritos fugiram para o interior da mata'  
 c) pakha oninla **munlittini** / **mu-nlitti-ni**/  
 'gato chora (mia) no interior da cova'  
 b) musurukhu kikumihale **munthumpani** /**mu-nthumpa-ni**/  
 'tirei dinheiro dentro do bolso'  
 c) epwilimwithi eri **m'murupani** /**m-muru-ni**/  
 'o mosquito está na sacola'  
 d) maasi asareya **munttonkani** /**mu-nttonka-ni**/  
 'a água encheu no cantil'

Nas frases acima, nota-se que a locativização é construída através da afixação do prefixo locativo **mu-** e o sufixo **-ni**. Para exprimir locativo de interioridade, no caso de **mutakhwani**, assim como **muninkweereni** (>ninkweere) 'dentro' ou 'no interior de 'saco; **mutakhwani** (>ntakhwa), 'no interior da 'mata; **nlitti** (>munlittini) e 'no interior do cova' **muntthumpani** (>ntthumpani) 'no interior do bolso'.

## 6 Semântica das classes locativas em Emakhuwa

Os estudos mostram que as classes locativas são expressas através dos prefixos **pa-**, **ku-** e **mu-** em certas línguas e existem línguas em que estas classes são expressas de outras formas. Portanto, não se manifestam como são apresentados no Proto-Bantu. As diferenças na forma de superfície têm a ver com as alterações fonéticas que se supõe que tenham sofrido os morfemas locativos "originais" (Ngunga, 2002).

De acordo Ngunga (2014), em Emakhuwa os prefixos locativos das classes 16 e 17 são diferentes das respectivas formas reconstruídas (**pa-** e **ku-**), sendo **va-** prefixo da classe 16 e **o-** da classe 17. Nas línguas yao, makonde, shona, nyanja, sena, makhuwa e outras, os seus prefixos nominais controlam a concordância das palavras dependentes através dos prefixos de concordância, também chamados prefixos dependentes. As classes locativas podem, semanticamente, exprimir:

### (i) Lugar

**Va-:** "localização situacional geral (em/ por cima, em/ por baixo, área aberta, etc.) e proximidade", (Ngunga, 2014, p.137), como nos exemplos seguintes:

- |   |                                       |
|---|---------------------------------------|
| 21.a) <b>vakerexa</b>                     | 'na igreja'                           |
| b) <b>varyaweni</b>                       | 'no pilão'                            |
| c) kinrowa <b>vamwaako</b> vale           | 'vou ali à montanha'                  |
| d) axinuni ari <b>vatthereni</b>          | 'os passarinhos estão na esteira'     |
| e) mwaana ori waattamela <b>vamooroni</b> | 'o bebe está perto do fogo'           |
| f) kootto ori <b>vathivamwiri</b>         | 'o Chiquinho está de baixo da árvore' |



Os exemplos em (21) são resultado do trabalho de campo. Estes dados indicam um locativo situacional que também pode ser usado com o sentido de locativo direccional para indicar que o destino se encontra a uma distância curta. **O-**: “Locativização direccional com a ideia de movimento (para, em direcção a, rumo a) e ‘distante’ (‘lá ou ali’, ‘cá’)” (Ngunga, 2014, p.138), como se pode verificar nos seguintes exemplos:

- |                                 |                              |
|---------------------------------|------------------------------|
| 22. a) <b>otakhwani</b>         | ‘(lá) na mata’               |
| f) miyo kin’khumá <b>omatta</b> | ‘eu estou a vir da machamba’ |

Nos exemplos acima, as palavras e a frase ilustram que “o locativo direccional se refere a movimento rumo a um destino *distante* ou a partir de um ponto distante”. Casos há, também em que este locativo se refere a um local distante sem que envolva movimento (*Ibidem*), como se pode ver nos exemplos que se seguem:

- |                                    |                         |
|------------------------------------|-------------------------|
| 23.a) <b>omahiye oriiryawo</b>     | ‘faz frio no cemitério’ |
| b) miyo koosuwelawo <b>oMaputu</b> | ‘eu conheço em Maputo’  |
| c) okiwereya <b>omalakuni</b>      | ‘dói-me na bochecha’    |

Os três exemplos acima são locativos que não envolvem movimento. O primeiro exprime um estado do lugar, ‘frio’; o segundo, é acompanhado de um verbo que exprime uma ideia de habilidades ‘conhecimento’. Enquanto o terceiro indica uma parte do corpo humano, ‘na bochecha’, exprimindo ideia de um sentimento. **Mu**: “localizações em espaços limitados, fechados, com ideia de interioridade”, (Ngunga, 2014, p.139). Vejam-se exemplos a baixo:

- |                                |                                 |
|--------------------------------|---------------------------------|
| 24.a) <b>muyiisini</b>         | ‘no interior do pântano’        |
| b) <b>muxaaphani</b>           | ‘no interior de chapa’          |
| c) <b>m’</b> mukwasuni         | ‘no cajueiro’                   |
| d) epuri eri <b>munlittini</b> | ‘o cabrito está dentro da cova’ |

Os exemplos em (24) remetem-nos à ideia de espaços limitados, fechados ou de interioridade. Em (24a) indica espaço plano e delimitado ‘pântano’. O locativo em (24b) indica interioridade, de veículo (chapa). O exemplo em (24c), ilustra que o primeiro é um locativo que dá uma indicação de que a coisa está num espaço específico como na árvore (no cajueiro). O exemplo (24d) é espaço localizado no interior, nas profundezas ‘cova’. Como se pode ver nos exemplos acima, os prefixos que indicam a locativização situacional, direccional e de interioridade são **va-**, **o-** e **mu-**, respectivamente. Qualquer um deles indica localização (de algo, de objectos, eventos ou situação a cujo nome qualquer deles se afixa) no espaço.

**(ii) No tempo**

**Va-:** “localização estimada num determinado período. Em Emakhuwa este prefixo locativo é usado para introduzir algumas frases temporais” (Ngunga, 2014, p.140) como demonstram os exemplos que se seguem:

25. a) vayaakhani ‘num ano’  
 b) vaavinyalyaawe ahunla ‘quando acordou chorou’

O prefixo locativo **va-**, neste contexto, serve para situar o evento não no espaço, mas no tempo. **O-:** “localização no tempo da acção ou estado expresso pelo verbo que pode ser considerado como transitório” (Ngunga, op. cit), como acontece nas seguintes construções:

- 26.a) okhumale oxaaka ‘saiu ao amanhecer’  
 b) ohooliwe wiilaka ‘acompanharam-no ao anoitecer’

Nos exemplos acima, não se precisa com exactidão a hora, mas através do locativo exprime-se o facto como um processo, como um fenómeno, que acontece num período mais ou menos longo. **mu-:** “localização da acção ou estado de uma determinada unidade de tempo claramente expressa” (Ngunga, op. cit. p.141). Considerem-se os seguintes exemplos:

- 27.a) muhina mwa ewoora emosa  
 ‘dentro de uma hora’  
 b) muhina mwa esumana emosa kinoorowa opatisiwa  
 ‘dentro de uma semana vou baptizar’

Em (27a), os exemplos indicam que uma acção ou estado decorreu ou irá decorrer num tempo claramente definido, neste caso, ‘dentro de uma hora’, (27b), ‘dentro de uma semana’. Nos exemplos em (27), “os nomes locativizados são núcleos do grupo nominal que são sintacticamente adverbiais e controlam a concordância através do prefixo locativo” (Ngunga, 2014, p.142).

- 28.a) vamatta va ‘aqui na machamba’ (próximo)  
 b) omatta wu ‘lá na machamba’(distante)  
 c) miyo kirim’matta mu ‘eu estou aqui no interior da machamba’  
 d) anuunu ari omatta iwe’minha irmã mais velha está ali na machamba’

Os exemplos em (28), dão conta que os nomes locativizados funcionam como núcleos do grupo nominal que são sintacticamente adverbiais e controlam a concordância através do prefixo locativo (Ngunga, 2014). De lembrar que neste trabalho discutimos a questão de locativização e tínhamos como a pergunta de partida a seguinte: *Que estratégias adopta Emakhuwa central, tida como padrão, na localização de entidades no*

*espaço e no tempo?* Ao longo do trabalho ilustramos os processos envolvidos na locativização desta língua.

## Conclusões

No presente capítulo, assumimos a insignificância do nosso trabalho tendo em conta a necessidade de se efectuar mais estudos, seja sobre esta matéria como em outras, na língua emakhuwa tal como acontece em outras línguas. Reconhecemos que a demanda é ainda maior. Da pesquisa realizada, importa recordar que a locativização em Emakhuwa resulta da afixação dos morfemas locativos aos nomes já existente. Nesta língua, encontramos os referidos morfemas: **va-** (cl.16), **o-** (cl.17), e **mu-** (cl.18). Estes prefixos são afixados aos nomes, enquanto o morfema locativo **-ni** é sufixado.

Este processo de afixação é feito na posição esquerda do nome, por prefixação ou as duas formas ocorrem em simultâneo (parassíntese). Analisámos também a locativização lexical, aquela que consiste no uso de uma palavra locativa para indicar um lugar. Não queremos descartar a possibilidade do uso de outras formas de locativização que não sejam as que o trabalho traz como hipóteses. Contudo, as circunstâncias do funcionamento da língua ou o contexto poderão ditar a adopção de outros mecanismos que na nossa pesquisa não pudemos constatar.

No que concerne à teoria de base usada, na análise fonológica, aplicamos a teoria de Traços Distintivos de Chomsky e Halle (1968), segundo a qual, toda a gramática do falante possui uma estrutura linguística profunda com informações gramaticais. Através de regras, tal estrutura é modificada gerando estrutura de superfície, ou manifestação da fala.

A representação fonológica seria o nível subjacente ou profundo e a representação fonética seria o nível de superfície. Nas páginas anteriores, pudemos constatar a aplicabilidade deste princípio quando apresentámos os processos de afixação de alguns morfemas para a construção dos locativos em que alguns segmentos perderam ou ganharam traços, e também formalizámos algumas regras fonológicas seguindo os preceitos do quadro teórico que escolhemos.

Quando nos propusemos a realizar a presente pesquisa, no início, tivemos como questão de partida: *Que estratégias adopta a língua emakhuwa central, tida como padrão, na localização de entidades no espaço e no tempo?* Discutidos e analisados os dados recolhidos no campo e noutras fontes, validamos três das quatro hipóteses que são: a primeira, “Emakhuwa adopta a prefixação como estratégia na localização de

entidades no espaço e no tempo”; a terceira, “Emakhuwa adopta a parassíntese como estratégia na localização de entidades no espaço e no tempo” e a quarta “Emakhuwa adopta outras estratégias para a localização de entidades no espaço e no tempo”.

Portanto, não é validada: a segunda, “Emakhuwa adopta a sufixação como estratégia na localização de entidades no espaço e no tempo”, pois os dados não apresentaram a ocorrência da locativização por sufixação nesta língua. A sufixação só funciona enquanto parte da parassíntese. O que nos levou a realizarmos o estudo sobre a locativização em Emakhuwa foi a curiosidade de procurar perceber se o que ocorre em outras línguas também se regista nesta. Esta curiosidade foi satisfeita na medida em que os dados mostram os processos envolvidos na construção dos locativos desta língua (por prefixação, parassíntese e locativização lexical).

## Referências

- Chivambo, A. A. *A locativização em Citswá*. Maputo: Imprensa Universitária. 2012.
- Chomsky, N.; Halle, M. (Eds.). *The sound pattern of English*. Nova York: Harper and Row, 1968.
- Chunguane, J. A. *Descrição das estratégias de locativização em Citswá, variante de Cihlengwe de Mabote*. Maputo, FLCS/UEM, 2003.
- Guthrie, M. *Observação sobre as classes nominais em línguas bantu*. Oxford: Oxford University Press, 1967.
- Katamba, F. *An introduction to phonology: learning about language*. London and New York: Longman, 1989.
- Katamba, F. *An introduction to phonology*. London and New York: Longman. 1991.
- Katamba, F. *Morfology*. London: S. Martin's Press, 1993.
- Langa, D. Algumas reflexões em volta das classes locativas em Changana. In. *Direção Científica. 2003. III Seminário de Investigação na UEM: Livro de Comunicações*. Maputo: Imprensa Universitária, 2002
- Langa, D. *Morfofonologia do Verbo em Chichangana*. Tese de Doutoramento em linguística. FLCS. Maputo, Universidade Eduardo Mondlane, 2012.
- Langa, D. *Morfofonologia do verbo em Changana*. Maputo, CEA, 2013.
- Meeussen, A. *Bantu grammatical reconstructions*. Tervuren: Annales do Musée Royale de l'Afrique Centrale, 1967.

Mutaka, N.; Tamanji, P. An introduction to african linguistic. *Lincon handbooks in Linguistic*. nº16. Munich: Lincon Europa, 2000.

Ngunga, A. *Introdução à linguística bantu*. 2.ed. Maputo: Imprensa Universitária, 2014.

Ngunga, A. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

Ngunga, A.; Faquir, O. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas*: Relatório do III Seminário: Maputo. Centro de Estudos Africanos - UEM, 2011.

Ngunga, A.; Simbine, E. *Gramática descritiva da língua changana*: Maputo: CEA/UEM. Maputo. 2012.

# A CODIFICAÇÃO DA NEGAÇÃO NA LÍNGUA NYUNGWE (N43)

Crisófia Langa da Câmara

## Introdução

A negação é a operação que inverte o valor da verdade de uma proposição. Deste modo, quando *p* é verdade, não-*p* é falso (Miestamo, 2007). Miestamo (2007), seguindo Dahl (1970), defende igualmente que a negação pode ser padrão e não padrão. A negação padrão é a que é feita a frases declarativas e a não padrão, a negação de frases imperativas, existenciais e frases não verbais. No entanto, independente da categoria existente em cada língua, ambas materializam-se através de duas estratégias: (i) a morfológica e (ii) a sintática. A negação morfológica é expressa através de afixos flexionais (prefixos, sufixos, infixos, modificação da base, reduplicação, modificação prosódica) e a negação sintática é expressa através de uma partícula ou um verbo auxiliar. Nas línguas *bantu*, a codificação da negação pode ser morfológica e sintática. Na negação morfológica, o afixo da negação pode ocorrer em três posições diferentes na estrutura do verbo:

|         | Pré-inicial | Inicial | Pós-inicial | Tempo e aspecto | Infixo | Tema  | Final | Pós-final |
|---------|-------------|---------|-------------|-----------------|--------|-------|-------|-----------|
| Função  | REL/NEG     | MS      | NEG         | T/A             | MO     | Verbo | ASP   | NEG       |
| Negação | +           |         | +           |                 |        |       |       | +         |

Tabela 1: Adaptada de Ngonyani (2002, p. 201)

O esquema acima apresentado mostra os três lugares reservados à marca de negação nas línguas *bantu*, assinalados pelo sinal +: pré-inicial, pós-inicial e pós-final que, ao se juntarem à palavras independentes, compõem seis estratégias de marcação da negação descritas nas línguas *bantu* (Ngonyani, 2002). O presente estudo descreve a codificação da negação em *Nyungwe*, uma língua *bantu* moçambicana falada por 457.292 pessoas das províncias de Tete e Manica (Ngunga e Faquir, 2011). Os dados analisados resultam da intuição da autora, falante da língua.

O texto mostra que em *Nyungwe* a codificação da negação pode ser morfológica e sintáctica. Na morfológica, a marca de negação ocorre na posição pós-final e em verbos auxiliares. Contrariamente à morfológica, a negação sintáctica é mais produtiva. Ela é expressa através das partículas negativas **lini** e **ne** que ocorrem na posição imediatamente a seguir ao verbo (IAV) e pré-verbal, respectivamente. A negação é igualmente expressa através de verbos inerentemente negativos. Todavia, a escolha de cada uma destas estratégias é influenciada pelas categorias tempo e aspecto e pela natureza das construções. O trabalho está organizado em três secções: a primeira, onde descrevemos a morfologia do verbo e a tipologia de frases em *Nyungwe*; a segunda, onde descrevemos a codificação da negação em *Nyungwe*; e para terminar, a secção 3, onde apresentamos a síntese da discussão e as conclusões.

A negação é a operação que inverte o valor da verdade de uma proposição. Deste modo, quando p é verdade, não-p é falso (Miestamo, 2007). Miestamo (2007), seguindo Dahl (1970), defende igualmente que a negação pode ser padrão e não padrão. A negação padrão é a que é feita a frases declarativas e a não padrão, a negação de frases imperativas, existenciais e frases não verbais. No entanto, independente da categoria existente em cada língua, ambas materializam-se através de duas estratégias: (i) a morfológica e (ii) a sintáctica. A negação morfológica é expressa através de afixos flexionais (prefixos, sufixos, infixos, modificação da base, reduplicação, modificação prosódica) e a sintáctica é expressa através de uma partícula ou um verbo auxiliar.

Nas línguas *bantu*, a codificação da negação pode ser morfológica e sintáctica. Na negação morfológica, o afixo da negação pode ocorrer em três posições diferentes na estrutura do verbo, como a Tabela 1 mostra, assinalado pelo sinal +:

|         | Pré-inicial | Inicial | Pós-inicial | Tempo e aspecto | Infixo | Tema  | Final | Pós-final |
|---------|-------------|---------|-------------|-----------------|--------|-------|-------|-----------|
| Função  | REL/NEG     | MS      | NEG         | T/A             | MO     | Verbo | ASP   | NEG       |
| Negação | +           |         | +           |                 |        |       |       | +         |

**Tabela 1:** Adaptada de Ngonyani (2002, p. 201)

O esquema acima apresentado mostra os três lugares reservados à marca de negação nas línguas *bantu*: pré-inicial, pós-inicial e pós-final que, ao se juntarem à palavras independentes, compõem seis estratégias de marcação da negação descritas nas línguas *bantu* (Ngonyani, 2002). A seguir, apresentamos dados retirados de Ngonyani (2002, p. 202) que ilustram as seis estratégias de codificação da negação nas LBs.

## Partícula negativa na posição pré-verbal:

Hung'ain H42 (Takizala, 1972, p. 127)

1. lo i-meen kiti.  
NEG I saw 7-chair  
 'I didn't see the chair.'

Partícula negativa na posição pré-inicial:

Luba L31 (Yukawa, 1992, p. 309, 317)

2. ká-tw-aká-mú-p-a.  
NEG-We-PT-1<sup>OM</sup> give-FV  
 'we did not give him/her.'

Prefixo pós-inicial:

Nyakyusa L31 [Ngonyani personal notes]

3. tu-ka-a-piy-ile.  
we-NEG-PT-cook-PF  
 'we did not cook'

Sufixo pós-final

Nyoka L62 (Yukawa, 1987, p. 138)

4. ná-mon-ené-há  
I-see-PT-NEG  
 'I did not see'

Partícula pós-verbal

Ngoni P13 [Ngonyani field notes]

5. m-ge-ni a-tol-i lepa u-gimbi.  
 1-guest 1<sup>SM-PT-take-FV</sup> NEG 14-beer  
 'the guest did not take beer.'

Prefixo pré-inicial + afixo

Modern Standard Swahili G42

6. ha-tu-ku-ondok-a  
NEG-We-NEG-PT-leave-FV  
 'we did not leave.'

Os exemplos (1-6) acima apresentados descrevem as estratégias de marcação da negação em diferentes línguas *bantu*. Os dados mostram que a codificação da negação é feita através de partículas independentes (Hung'ain, Ngoni) e/ou através de morfemas presos ao verbo (Luba, Nyakyusa, Nyoka e Swahili). Nas línguas em que a codificação da negação é morfológica, esta preenche as posições previstas na estrutura apresentada através da Tabela 1 acima descrita.

O presente estudo descreve a codificação da negação em *Nyungwe* (N43), na classificação de Guthrie (1967-71), uma língua *bantu* moçambicana falada por 457.292 pessoas das províncias de Tete e Manica (Ngunga e Faquir, 2011). Os dados analisados resultam da intuição da autora, falante da língua. O texto mostra que em *Nyungwe* a codificação da negação pode ser morfológica e sintáctica. Na morfológica, a marca de negação ocorre na posição pós-final e em verbos auxiliares.



Contrariamente à morfológica, a negação sintáctica é mais produtiva. Ela é expressa através das partículas negativas **lini** e **ne** que ocorrem na posição IAV e pré-verbal, respectivamente. A negação é igualmente expressa através de verbos inerentemente negativos. Todavia, a escolha de cada uma destas estratégias é influenciada pelas categorias tempo e aspecto e pela natureza das construções.

A codificação da negação em *Nyungwe* já foi descrita por Ker (2011). No entanto, o autor não analisou as estratégias acima descritas e nem o que determina a escolha de cada uma delas. O trabalho está organizado em três secções: a primeira, que compreende esta breve introdução, a descrição da morfologia do verbo em *Nyungwe* e a tipologia de frases em *Nyungwe*; a segunda, onde descrevemos a codificação da negação em *Nyungwe*; e para terminar, a secção 3, onde apresentamos a síntese da discussão e as conclusões.

## 1 Morfologia do verbo em *Nyungwe*

Segundo Bauer (2003), a morfologia estuda a estrutura interna das palavras, a forma como novas palavras são integradas em diferentes línguas e sua variação dependendo do seu uso nas frases (Bauer, 2003; Lieber, 2010). Os verbos são palavras de forma variável que exprimem o que se passa, isto é, relatam fatos, ações, descrevem estados, situações e podem indicar pessoa, número, tempo, modo e voz (Mateus *et al.*, 2007; Faria, 1999). Portanto, a morfologia do verbo estuda a estrutura e formação de novos verbos.

O estudo do verbo nas línguas *bantu* incluiu a sua reconstrução. Um dos estudos reconstrutivos, que, pelo período em que foi realizado importa aqui citar, é o de Meeussen (1967). De acordo com Hedinger (1985), Meeussen (1967) reconstruiu a estrutura do verbo do Proto-*Bantu* e concluiu que o verbo nestas línguas tem uma estrutura fixa. A seguir, apresentamos a referida estrutura:

1. Pré-inicial
  2. Inicial
  3. Pós-inicial
  4. Formativo
  5. Limitativo
  - 6.1. Infixo
  - 6.2. Radical
  - 6.3. Sufixo
  7. Pré-final
  8. Final
  9. Pós-final
- } Base

O esquema acima apresentado mostra que existem nove lugares a serem ocupados por morfemas tanto derivacionais quanto flexionais na estrutura do verbo das línguas *bantu*. No entanto, Hedinger (1985), analisando a estrutura do verbo em Akɔɔ a partir da proposta de Meeussen (1967) acima apresentada, referiu que esta proposta, por trazer vários elementos, não permite uma discussão simplificada da estrutura do verbo nessas línguas.

Provavelmente, à procura desta descrição mais simples e clara, o estudo reconstrutivo de Schadeberg (2003) centrou-se no estudo dos morfemas flexionais. Contudo, deixa claro que esta reconstituição de morfemas flexionais continua incompleta. Muzenga (1981), citado por Schadeberg (*op. cit.*), reconstruiu as seguintes marcas de negação e de tempo: **\*nkà-** (pré-inicial) e **\*ti-/\*i-** (pós-iniciais, opcionais) e **\*-à-, \*-á, \*-ka-**, respetivamente. Fonologicamente, os clíticos são morfemas presos a todas as palavras: **\*na-** (associativo) e **\*nga-** (normalmente acoplado às formas nominais); os enclíticos **\*-ini** presos às formas verbais e os locativos **\*-po, \*-ko** e **\*-mo** presos aos verbos.

Numa análise comparativa dos estudos de Meeussen (1967) e de Schadeberg (2003), percebe-se com alguma facilidade que a variação dos morfemas que compõem o verbo nas línguas *bantu* (LB, doravante) está relacionada com os dados das línguas usadas para analisar o fenómeno.

O exemplo do que referimos no parágrafo anterior é o trabalho de Guldemann (2010). De acordo o autor, o seu estudo não encontrou evidência de existência de morfemas flexionais que sinalizem a sua existência no PB que deu origem às LB atuais. No entanto, Hyman (2010), partindo de Guldemann (2010), refre que as hipóteses de Guldemann apresentam dois problemas graves: (i) as proto-línguas usadas possivelmente remontam de 10.000-12.000 anos atrás e claramente tiveram tempo suficiente para que a sua morfossintaxe mudasse ciclicamente mais de uma vez; (ii) as propriedades das línguas da área usada por Guldemann, cintura Macro-sudanesa, apresentam atualmente inovações que se difundiram depois que a família Níger-Congo se dividiu.

Possivelmente acompanhando os debates sobre estudos reconstrutivos, alguns autores (Katushemererwe, 2013; Ngunga, 2000; Stegen, 2002; Siteo, 2009) limitaram-se a estudar apenas os elementos que podem ocorrer numa estrutura verbal. Daí que, propõem que a estrutura do verbo nas LB seja constituída por: Inicial-sujeito-negativo-T(A)-o formativo e o objeto, seguido da raiz-Extensão-VF-Sufixo.

Portanto, o verbo nas LB é composto por afixos flexionais e derivacionais (extensões verbais) podendo, estes últimos co-ocorrer. É esta complexidade verbal que tem sido, em parte, usada para a discussão

sobre o lugar da Morfologia na gramática, pois os afixos verbais em línguas com morfologia complexa são objecto de várias restrições de ocorrência (Hyman; Mchombo, 1992). Vejamos o exemplo que se segue:

1. ti-da-yimb-is-ir-an-an-idw-a.

3PL-PERF-Cantar-CAUS-APL-REC-REC-PAS-VF

'foi-nos feito cantar em benefício um do outro'

**Resumindo:** Estrutura do verbo nas LB: (ti-da) prefixos+(-yimb-) raiz verbal + (is-ir-an-an-idw-) extensões verbais +(-a) vogal final.

Portanto, seguindo o exemplo de *Nyungwe* acima apresentado, podemos afirmar que o verbo em *Nyungwe* tem a estrutura que se apresenta a seguir:

$$MS \left\{ \begin{array}{l} MT/A \\ MM \end{array} \right\} MO-Raiz-EV-VF/MM$$

(Ngunga & Câmara, 2014, p. 71).

Na estrutura acima, a MS ocupa a posição inicial, depois, a seguir a ela, ocorre a MT/A e Modo, que precedem a MO. Essa, por sua vez, precede a raiz, ou seja, ocorre imediatamente antes da raiz. A MO é seguida pela raiz e esta, por sua vez, pelas extensões verbais e depois pela VF ou marca de modo (MM). Depois de termos apresentado a estrutura do verbo em *Nyungwe*, na secção que se segue, apresentamos a tipologia de frases na língua.

## 2 Tipologia de frases em *Nyungwe*

Partimos do princípio de que a frase é um conjunto de palavras organizadas seguindo regras cujo objectivo é exprimir sentido. Em *Nyungwe*, podemos encontrar frases do tipo declarativa (SVO), imperativa e cópula. É sobre esta tipologia de frases que se incidirá a nossa discussão. A seguir, apresentamos exemplos que ilustram a discriminação de cada tipo de frase. Nos exemplos (2) e (3), temos frases do tipo SVO.

2. Siriza a-pas-a                      mu-liwo                      mayi                      macibesi.  
Siriza 1<sub>SM</sub>-PERF-dar-VF                      3-verduras                      1.mãe                      de manhã  
'a Siriza deu verduras à mãe de manhã'

3. Zuze a-nidza-fendez-a                      ma-poto.  
Zuze 1<sub>SM</sub>-FUT-aproximar-VF                      6-panela  
'o Zuze irá chegar perto as panelas'

4. Zuze a-da-mog-a.  
Zuze 1<sub>SM</sub>-PERF-saltar-VF  
'o Zuze saltou'

Nos exemplos (2), (3) e (4) acima apresentados, mostramos que em *Nyungwe* podemos ter construções com dois objectos e um adjunto, pois, há, na língua, verbos transitivos, intransitivos e ditransitivos. O adjunto é opcional e, por isso, a frase pode conter mais de um adjunto. O verbo é o elemento mais importante nas construções do tipo SVO. Além disso, lembrando a estrutura do verbo apresentada em 1.1, às raízes verbais de *-pas-*, *-fendez-* e *-mog-*, afixaram-se prefixos marcadores de sujeito, tempo e a vogal final. A seguir falamos de frases imperativas.

5. ndoko ku-muyi, Sirizal  
vai 16-casa Siriza  
'vai para casa, Sirizal'

6. nemb-a, Marial  
escrever-<sub>VF</sub> Maria  
'escreve, Maria'

Os exemplos (5) e (6) acima apresentados ilustram as construções imperativas em *Nyungwe*. Nos dois exemplos, o NP Siriza e Maria ocorre da posição pré-verbal para a posição imediatamente a seguir ao locativo *kumuyi* 'em casa' em (5) e a seguir ao verbo *nemba* 'escreve' em (6). A vírgula que separa o locativo do nome em (5) e o verbo do nome em (6) serve para ilustrar uma pequena pausa, portanto, o deslocamento do NP da sua posição inicial. Para terminar, temos a cópula que é constituída por um NP e um VP onde o VP contém a cópula verbal e o NP. A cópula é *ni*. Vejamos os exemplos abaixo:

7. Mena ni mu-nthu.  
Mena é 1-pessoa  
'Mena é gente.'

8. mayi ni m'pfundzisi.  
1.mãe é 1-professora  
'a mãe é professora'

Nos exemplos (7) e (8) acima apresentados, pode-se perceber que em nenhuma delas ocorre uma forma verbal, isto não significa que elas não tenham núcleo. O núcleo destas frases é a cópula *ni*, que ocorre entre os dois NP: Mena e *munthu* 'pessoa' em (7) e *mayi* 'mãe' e *m'pfundzisi* 'professor' (8) para formar frases. É importante referir que sem a cópula *ni* a ocorrer entre os dois nomes, teríamos apenas dois NP e não frases com sentido completo. Uma das características deste tipo de frases reside na possibilidade de a troca da ordem de ocorrência dos nomes não afectar o significado da frase. Pode haver uma mudança pragmática no significado, mas deixamos este assunto para os próximos trabalhos. A secção que se segue é dedicada a descrição da

codificação da negação em Nyungwe.

### 3 Codificação da negação em Nyungwe

A negação de frases não verbais em Nyungwe é expressa através da inclusão de uma partícula negativa. As frases verbais são negadas morfologicamente ou através de uma partícula negativa que ocorre imediatamente a seguir ao verbo. A escolha de uma ou de outra estratégia está dependente do tempo verbal. Nesta secção, analisaremos as estratégias descritas.

#### 3.1 Negação de frases SVO

As frases SVO enquadram-se na categoria de negação padrão, a que é feita a frases declarativas. A negação de frases declarativas é expressa através das partículas negativas **lini** e **ne** que ocorrem na posição IAV e pré-verbal, respectivamente. Vejamos os exemplos que se seguem:

9. mw-ana      a-ni-bwer-a      lini.  
1-criança      1<sub>SM-FUT.PROX</sub>-vir-VF      não  
'a criança não virá'

cf: mw-ana      a-ni-bwer-a.  
1-criança      1<sub>SM-FUT.PROX</sub>-vir-VF  
'a criança virá'

10. mw-ana      a-ndza-phik-a      lini.  
1-criança      1<sub>SM-FUT.DIST</sub>-cozinhar-VF      não  
'a criança não cozinhará'

cf: mw-ana      a-ndza-phik-a.  
1-criança      1<sub>SM-FUT.DIST</sub>-cozinhar-VF  
'a criança cozinhará'

11. mw-ana      a-ku-phik-a      lini.  
1-criança      1<sub>SM.PRS</sub>-cozinhar-VF      não  
'a criança não está a cozinhar'

cf: mw-ana      a-ku-phik-a.  
1-criança      1<sub>SM.PRS</sub>-cozinhar-VF  
'a criança está a cozinhar'

Nos exemplos em (9), (10) e (11) acima apresentados, percebemos que a partícula **lini**, ao ocorrer na posição IAV, forma a negação de frases declarativas. Um outro olhar permite igualmente perceber que, as frases estão no futuro o que significa que, em *Nyungwe*, a negação de frases do

tipo SVO é feita através da partícula **lini**, se a forma verbal estiver no futuro próximo (9) e futuro distante (10) e no presente (11). Portanto, o que acabamos de dizer, levanta a hipótese de que a marcação da negação em *Nyungwe* através da partícula **lini** forma construções não negativas, se a forma verbal estiver no pretérito perfeito, por exemplo. Atente-se aos exemplos (12a e b) que a seguir apresentamos.

- 12.a) mw-ana a-bwer-a lini?  
 1-criança 1<sub>SM.PERF.REC</sub>-Vir-VF quando  
 'quando é que a criança veio' (acontecimento recente)
- b) mw-ana a-da-bwer-a lini?  
 1-criança 1<sub>SM.PERF.DIS</sub>-Vir-VF quando  
 'quando é que a criança veio' (acontecimento ocorrido há mais tempo)

Nos exemplos apresentados em (12a e b), mostramos que quando a partícula **lini** ao ocorrer IAV em frases declarativas cujas formas verbais estão no passado, formam-se construções interrogativas e não negativas. A negação das frases em (12) é feita mediante acréscimo do sufixo **-be** no verbo auxiliar. Vejamos os exemplos apresentados a seguir.

13. mw-ana a-li-be ku-bwer-a.  
 1-criança 1<sub>SM.RAIZ-NEG</sub> 15-Vir-VF  
 'a criança não veio'
- cf. mw-ana a-li ku-bwer-a.  
 1-criança 1<sub>SM.PRS</sub> 15-Vir-VF  
 'a criança está a vir'

Nos exemplos apresentados em (13), mostramos que a negação de frases declarativas cujas formas verbais estão no pretérito perfeito, só é possível mediante o acréscimo do sufixo **-be** no verbo auxiliar. O **-be** é o morfema que marca a negação porque a sua ausência forma frase afirmativa.

No entanto, antes de passarmos para a negação de outro tipo de frases, importa acrescentar que nos exemplos (9) e (10) acima apresentados, repetidos abaixo, é possível termos uma leitura interrogativa se colocarmos uma pausa entre o verbo e a partícula negativa.

14. mw-ana a-ni-bwer-a, lini.  
 1-criança 1<sub>SM.FUT.PROX</sub>-Vir-VF não  
 'a criança virá, quando?'
15. mw-ana a-nidza-phik-a, lini.  
 1-criança 1<sub>SM.FUT.DIST</sub>-cozinhar-VF não  
 'a criança cozinhará, quando?'

Os exemplos em (14) e (15) mostram que é pragmaticamente

possível termos construções negativas formadas a partir de uma pausa entre o verbo e a partícula **lini**. No entanto, elas são dependentes do contexto em que são enunciados. Deve ser por dados como este que levaram a que Guedes (2001) defendesse que o marcador da negação afeta o constituinte sintagmático a que precede e é utilizado muitas vezes para fazer uma correção, em que se pretende preservar apenas parte de um conteúdo previamente enunciado ou inferido. Portanto, nesses casos, a negação opera apenas sobre um determinado constituinte.

Os exemplos acima ocorrem quando o emissor pretende mostrar que não percebeu uma parte da informação e pretende ter esclarecimento sobre um aspecto específico que, para o caso em apreço, é saber quando é que a criança virá (14) e cozinhará (15). Para terminar, chamamos a atenção do leitor para os exemplos que se seguem:

16.a) ne/neye, mw-ana wa-ngu, ni-n'ku-mu-thandiz-a lini  
não 1-criança POS 1<sub>SM-PRS-1MO-ajudar-VF</sub> não  
'não, meu filho, não o estou a ajudar'

b) ne/neye, mw-ana-ngu, ni-n'ku-mu-thandiz-a.  
não 1-criança-POS 1<sub>SM-PRS-1MO-ajudar-VF</sub>  
'não, meu filho, estou a ajudá-lo'

c) mw-ana wa-ngu, ni-n'ku-mu-thandiz-a lini.  
1-criança POS 1<sub>SM-PRS-1MO-ajudar-VF</sub> não  
'meu filho, não o estou a ajudar'

d) nyonyo, ni-nga-bvum-e lini bzobzo.  
não quero 1<sub>SM-ASP.aceitar-SUBJ</sub> não isso  
'não quero, não posso aceitar isso'

Os exemplos apresentados em (16a) mostram que estamos perante uma situação em que se usa dois marcadores de negação – **ne** ou **neye** – por forma a enfatizar a mensagem que sempre ocorre na posição inicial da frase e **lini** que, tal como referimos anteriormente, ocorre na posição pós-verbal. Diferente de (16a), o exemplo (16b) serve para mostrar que, a ausência da partícula **lini** leva a que o escopo da negação seja um enunciado anteriormente referido. Esta frase é válida para um contexto em que o filho pretende que o seu pai ajude a um amigo dele, mas fica com a impressão de que o pai não o está a ajudar. Depois de tanto falarem sobre o assunto, o pai pode dizer: 'não é o que pensas, meu filho, eu estou a ajudá-lo'. Portanto, o contexto determina o escopo da negação.

No exemplo (16c), ilustramos que retirando os marcadores de negação que ocupam a posição inicial, as frases continuarão negativas devido a presença da partícula **lini** que, mesmo ocupando a posição

pós-verbal, o seu escopo é o verbo a que segue. Para terminar, o exemplo (16d) mostra que, fora as partículas **ne/neye** que ocorrem na posição inicial da frase, existe uma outra partícula que semanticamente expressa a negação e que ocorre na posição inicial da frase, **nyonyo** ‘não quero’. Neste caso, estamos perante a situação apresentada em (16a). O emissor pretende, através desta construção, enfatizar a sua discórdia. Portanto, a partícula **nyonyo** para além de ser usada para respostas negativas, tal como sugere Ker (2011), também pode ser usada para enfatizar a negação da frase. A seguir apresentamos mais uma estratégia de marcação da negação de frases SVO.

17.a) iye            **alibe**            ku-bzi-**taz-a**            ku-tawir-a  
 ele            1<sub>SM</sub>-PERF-NEG    15-REFL.não conseguir-<sub>VF</sub>    15-responder-<sub>VF</sub>  
 mi- bvundzo  
 4- perguntas

‘ele não tem não as conseguir responder perguntas’ = ele conseguiu responder as perguntas’

b) iye **alibe**            ku-tawir-a            mi-bvundzo.  
 ele 1<sub>SM</sub>-PERF-NEG    15-responder-<sub>VF</sub>    4-perguntas  
 ‘ele não respondeu as perguntas’

c) iye a-bzi-taz-a            ku-tawir-a            mi-bvundzo.  
 ele 1<sub>SM</sub>-PERF-REFL.não conseguir-<sub>VF</sub> 15-responder-<sub>VF</sub>    4-perguntas  
 ‘ele não conseguiu responder as perguntas’

No exemplo (17a), mostramos que a negação de frases do tipo SVO pode ser feita morfológica e sintacticamente. Na negação morfológica, o morfema **-be** que marca a negação ocorre no verbo auxiliar que é seguido por um outro verbo inerentemente negativo, o verbo *kutaza* ‘não conseguir’. Como resultado, o morfema **-be** que sugerimos que tem o escopo mais amplo, usando o conceito de Baker (1988), confere ao verbo inerentemente negativo o valor positivo.

Por sua vez, o exemplo (17b) serve para mostrar que a negação de frases cujos verbos estão no pretérito perfeito é feita através do morfema **-be** afixado no verbo auxiliar e a ausência do verbo *kutaza* ‘não conseguir’ não influenciou a semântica negativa desta. Em (17c), mostramos que a ausência do verbo auxiliar com o morfema negativo **-be** não afectou a semântica negativa desta. Deste modo, diferentemente do que vimos nos exemplos (14a-d), há casos em que, na língua, a ocorrência, na mesma estrutura, de dois marcadores de negação não enfatiza a negação.



### 3.2 Negação de frases imperativas

Depois de na secção anterior termos analisado a estratégia de negação de frases declarativas, a presente secção é dedicada à negação de frases imperativas. A negação de frases imperativas tem recebido pouca atenção na literatura se comparada com a negação padrão, daí, a sua relevância em estudos de línguas particulares (Miestamo, 2007). Um dos estudos que tem sido citado pela exaustividade do trabalho realizado é de Auwera e Lejeune (2005). Estes autores, a partir do estudo das construções imperativas na segunda pessoa do singular em 495 línguas, propõem quatro tipologias de negação de imperativas nas diferentes línguas (cf. Auwera e Lejeune 2005 para mais detalhes).

Em Nyungwe, a negação de frases imperativas é feita, tal como veremos nos exemplos que se seguem, a partir do verbo *ku-leka-a* 'deixar' que ocorre na posição inicial da frase ou através da partícula *lini* que ocorre na posição imediatamente a seguir ao verbo. No entanto, esta construção é pouco aceitável, não apenas para a autora do trabalho, falante da língua, mas também para outros falantes com quem conversamos para aferir a agramaticalidade destas construções. A seguir apresentamos exemplos que ilustram o que referimos:

18.a) phik-a, Siriza!  
cozinhar<sub>-VF</sub> Siriza  
'cozinha, Siriza!'

b) lek-a phik-a, Siriza!  
deixar<sub>-VF</sub> cozinhar<sub>-VF</sub> Siriza  
'deixa de cozinhar, Siriza'

c) \*phik-a lini Siriza.  
cozinhar<sub>-VF</sub> não Siriza  
Lit: não cozinha, Siriza!

d) neye lek-a phik-a Siriza.  
não deixar<sub>-VF</sub> cozinhar<sub>-VF</sub> Siriza  
'não, deixa de cozinhar, Siriza'

19.a) pukut-a ntsapatu zaku.  
limpar<sub>-VF</sub> 9.sapato teus  
'limpa os teus sapatos'

e) lek-a pukut-a ntsapatu zaku!  
deixar<sub>-VF</sub> limpar<sub>-VF</sub> 9.ntsapatu 9.teus  
'deixa de limpar os teus sapatos'

f) \*pukut-a lini ntsapatu zaku!  
limpar<sub>-VF</sub> não 9.sapatos 9.possessivos  
'deixa de limpar os teus sapatos'

g) neye leka pukut-a Siriza.  
não deixar<sub>-VF</sub> limpar<sub>-VF</sub> Siriza  
'não, deixa de limpar, Siriza'

Nos exemplos acima apresentados, temos construções imperativas a partir de dois verbos diferentes: *ku-phik-a* ‘cozinhar’ (18) e *kupukuta* ‘limpar’ (19). Destes exemplos, percebemos, a partir de (18b) e (19b), que a língua usa um verbo inerentemente negativo para a negação de frases imperativas em *Nyungwe*. Os exemplos em (18d) e (19d) ilustram que o uso simultâneo da partícula *neye* ‘não’ e do verbo *kuleka* ‘deixar’ enfatiza a negação. No entanto, a ausência da partícula *neye* não afecta o valor negativo da frase, tal como podemos ver em (18b) e (19b), o mesmo não se pode dizer em relação a ausência do verbo *kuleka*. A ausência de *kuleka* não pode ser considerada como sendo a negação das frases (18a) e (19a). Ela seria aceitável num contexto similar ao que apresentamos em (20):

- 20a) *lek-a phik-a, Siriza.*  
 deixar-VF cozinhar-VF Siriza  
 ‘não cozinha, Siriza’
- b) *neyephik-a, Siriza.*  
 não cozinhar-VF Siriza  
 ‘não, cozinha, Siriza’

O exemplo (20a) mostra que partimos de uma frase negativa cuja negação é feita a partir de um verbo inerentemente negativo. O emissor deu uma ordem para que a Siriza não cozinhasse, mas o receptor discordando, deu uma outra ordem em que manda o receptor cozinhar (20b). Portanto, em (20b), o uso da partícula negativa *neye* conferiu à frase negativa (20a) um valor positivo.

Depois de termos apresentado a negação de frases imperativas, na subsecção que se segue, descrevemos a negação de frases cujo núcleo é uma cópula.

### 3.3 Negação de frases cujo núcleo é uma cópula

A negação de frases cujo núcleo é uma cópula é expressa através do acréscimo da partícula negativa *lini* depois do último NP. Vejamos os exemplos abaixo, copiados da secção 2.

18. *Mena ni mu-nthu lini.*  
 Mena é 1-pessoa não  
 ‘Mena não é pessoa.’
19. *mayi ni m’-pfundzisi lini.*  
 1.mãe é 1-professora não  
 ‘a mãe não é professora’

Nos exemplos acima, mostramos que a partícula negativa **lini** só pode ocorrer depois do NP2 e não na posição inicial. A ocorrência da partícula **lini** na posição pré NP1 ou a seguir a cópula e pré NP2 resultaria em construções agramaticais, tal como se pode ver nos exemplos apresentados em (20) e (21).

20. \*lini Mena ni mu-nthu.  
não Mena é 1-pessoa  
'não, Mena é gente.'

21. \*mayi ni lini m'-pfundzisi.  
1.mãe é não 1-professora  
'a mãe é não professora'

A agramaticalidade dos exemplos em (20) e (21) ilustra que a partícula **lini** ocorre numa posição fixa em frases cujo núcleo é uma cópula.

## Síntese da discussão de dados

O presente estudo descreveu a codificação da negação em *Nyungwe*, uma língua *bantu* moçambicana falada por 457.292 pessoas das províncias de Tete e Manica. A discussão é feita através de três tipos de construções: frases SVO, imperativas e frases cujo núcleo é uma cópula.

A negação de frases não verbais em *Nyungwe* é expressa através da inclusão de uma partícula negativa. As frases verbais são negadas morfológicamente ou através de uma partícula negativa que ocorre imediatamente a seguir ao verbo. A escolha de uma ou de outra estratégia está dependente do tempo verbal.

De forma concreta, a negação de frases declarativas é expressa através das partículas negativas **lini** e **ne** que ocorrem na posição IAV e pré-verbal, respectivamente. A partícula **lini** é usada na negação de frases do tipo SVO, se a forma verbal estiver no futuro próximo, futuro distante e no presente. Além disso, é possível termos construções negativas formadas a partir de uma pausa entre o verbo e a partícula **lini**. A negação de frases declarativas cujas formas verbais estão no pretérito perfeito é feita através acréscimo do sufixo **-be** no verbo auxiliar.

A negação de frases do tipo SVO pode igualmente ser feita morfológica e sintacticamente. Na negação morfológica, o morfema que marca a negação **-be** ocorre no verbo auxiliar que é seguido por um outro verbo inerentemente negativo, o verbo *kutaza* 'não conseguir'.

Em *Nyungwe*, a negação de frases imperativas é feita a partir do verbo *ku-leka-a* 'deixar' que ocorre na posição inicial da frase ou através da partícula **lini** que ocorre na posição imediatamente a seguir ao verbo. A negação de frases cujo núcleo é uma cópula é expressa através do acréscimo da partícula negativa **lini** depois do último NP.

## Referências

- Baker, M. *Incorporation: a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
- Bauer, L. *Introducing linguistic morphology*. 2.ed. Georgetown: Georgetown University Press, 2003.
- Braga, L.; Silva, J.T. *Análise funcionalista das estratégias de negação do português oral culto de Fortaleza: um estudo de caso. Entrepalavras*, Fortaleza, vol.1, nº1, p. 69-84, 2011.
- Güldemann, T. Proto-Bantu and Proto-Niger-Congo: Macro-areal typology and linguistic reconstruction. To appear in König, Christa and Osamu Hieda (Eds). *International Symposium of the Center of Corpus-Based Linguistics and Language Education (CbLLE)*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 2010.
- Guthrie, M. *Classification of the bantu languages*. London: Pall Mall, 1967.
- Guedes, C. *Considerações gerais sobre negação: sujeitos negativos e concordância negativa em português numa perspectiva de sintaxe comparada*. Dissertação de Mestrado em Letras. Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Universidade do Porto. 2001.
- Faria, I. *Gramática da língua portuguesa*. 2.ed. Coimbra: Almedina, 1999.
- Hedinger, R. The verb in Akoose. *Studies in African Linguistics*. Vol.16, nº1, p. 1-55, 1985.
- Katshemererwe, F. *Computational morphology and Bantu language learning*. An implementation for Runyakitara. Thesis (PhD.), Groningen: University of Groningen, 2013.
- Lima, L. *Negação Sentencial: Uma abordagem pragmática*. Trabalho de Licenciatura em Língua Portuguesa e Inglesa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010.
- Lieber, R. *Introducing Morphology*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- Mateus, M. et al. *Gramática da Língua Portuguesa*. 5.ed. Lisboa: Caminho, 2007.

Miestamo, M. Negation: an overview of typological research. *Languages and linguistics compass*. Vol.1, nº5, p. 552-570, 2007.

Sitoe, B. A categoria das extensões verbais em Changana. *Folha Linguística*. Maputo: Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, 14, 2009.

Schadeberg, T. Derivation. In: Derek, N.; Philippson, G. (Eds.). *The Bantu Languages*. Série 4. London: Routledge, 2003. p. 90-101.

Stegen, O. Derivational processes in Rangi. *Studies in African linguistics*, [s. l.], vol.31, nº 2, p. 129-153, 2002.

Silva, E. *As estratégias de Negação variantes no Inglês falado: Um estudo Comparativo com o Português*. Dissertação de Mestrado em estudos da Linguagem do Departamento de Letras do Centro de Ciências Humanas. Natal, 2008.

Tanda, V. A.; Neba, Ayu' nwi N. Negation in mokpe and two related coastal bantu languages of Cameroon. *African Study Monographs*, vol.26, nº4, p. 201-219, 2005.

Ngonyani, D. Sentential negation and verb movement in bantu Languages. Berkeley: Linguistic Society of America, nº 28, p. 201-212, 2002.

Ngunga, A.; Câmara, C. da. Tempo e aspecto verbais em Cinyungwe: descrição preliminar. In: Ngunga, A. (Org.). *Temas de Gramática de Línguas Bantu I*. Coleção: "As nossas Línguas XIII". Maputo: Centro de Estudos Africanos-UEM, 2014.

Ngunga, A.; Faquir, O. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: Relatório do III Seminário*. Maputo: Centro de Estudos Africanos, 2011.

Ngunga, A. *Lexical phonology and morphology of the Ciyao verb*. Califórnia: Leland Stanford University, 2000.

Ngunga, A. *Introdução à linguística bantu*. Maputo: Imprensa Universitária, 2004.

## Lista de abreviaturas e símbolos

|      |   |
|------|---|
| 3PL  | Prefixo de concordância da 3. <sup>a</sup> pessoa do plural   |
| 1SG  | Prefixo de concordância da 1. <sup>a</sup> pessoa do singular |
| ASP  | Aspecto   |
| APL  | Aplicativo  |
| CAUS | Causativo   |
| EV   | Extensão verbal   |
| FUT  | Futuro  |

---

|           |   |
|-----------|---|
| FUT.PROX  | Futuro Próximo  |
| FUT.DIST  | Futuro Distante                                       |
| LB        | Línguas <i>bantu</i>                                  |
| Lit.      | Literal   |
| MT/A      | Marca de tempo e aspecto                              |
| MO        | Marca de objecto                                      |
| MM        | Marca de modo   |
| MS        | Marca de sujeito                                      |
| NEG       | Negação   |
| PAS       | Passivo   |
| PERF      | Perfetivo   |
| PERF. REC | Perfetivo Recente                                     |
| PERF.DIST | Perfetivo Distante                                    |
| POS       | Possessivo  |
| PRS       | Presente  |
| REC       | Recíproco   |
| REFL      | Reflexivo   |
| REL       | Relativo  |
| CONJ/SUBJ | Conjuntivo/Subjuntivo                                 |
| T/A       | Tempo e aspecto                                       |
| VF        | Vogal final   |
| *         | Frase agramatical/ mal formada; palavra não atestada. |

# AS INTERSECÇÕES SEMÂNTICO-PRAGMÁTICAS NO LÉXICO: UMA ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ESCRITAS EM BANCAS E /OU BARRACAS NA CIDADE DE MAXIXE – MOÇAMBIQUE

*Lucério Gundane*

## **Introdução**

Além dos aspectos fonético-fonológicos, morfológicos e sintáticos, a linguagem humana é também constituída por aspectos semânticos e pragmáticos que são interpretados e compreendidos dentro de uma situação e/ou contexto sociocultural concreto e específico. As palavras, as frases e os enunciados ou discursos contribuem, de forma significativa, para a construção de significações linguísticas variáveis de uma língua para outra, pois, o significado das unidades lexicais não incide sobre unidades lexicais; este, pelo contrário, é construído e descodificado em função dos contextos histórico, cultural, social e humano.

A semântica e a pragmática são áreas da gramática que se entrecruzam e caminham juntas. Note-se que a compreensão do que é dito passa, necessariamente, pela abordagem semântica, enquanto as possíveis leituras do que é dito passam pela pragmática.

Assim, o presente estudo pretende analisar o léxico patente nas produções escritas fixas nas ‘bancas<sup>1</sup>’ e/ou ‘barracas’, na cidade de Maxixe, região sul de Moçambique. Durante o estudo são apresentados e analisados diversos factos sociais e fenómenos sociolinguísticos observáveis nas produções escritas que se encontram em algumas bancas e /ou barracas. Neste contexto, é apresentado, em primeiro lugar, o quadro teórico que incide sobre a abordagem semântica e pragmática; em segundo lugar, descreve-se o léxico a partir dos planos: temático, ideológico, estético,

---

1 O termo ‘banca’ ou ‘barraca’ é típico de Moçambique e refere-se a pequenos estabelecimentos em que se comercializam diversos produtos alimentares. Geralmente, as bancas são feitas de chapas, cuja cobertura é precária, às vezes de caniço e em alguns casos de material convencional.

cultural e social e, por fim, são demonstradas as possíveis interpretações das unidades lexicais com suporte à análise fonético-fonológica, morfossintáctica, histórica, cultural, social e humana.

O estudo circunscreve-se na teoria de Análise e Prática de Discurso, tendo a semântica e a pragmática como áreas de maior concentração, com maior enfoque sobre o estudo do léxico dentro de um contexto sociocultural. O estudo procura responder às seguintes perguntas: (i) O que o *corpus* diz sobre a cidade de Maxixe, sobre os autores e sobre os destinatários visados? (ii) Que lição se pode tirar sobre o *corpus* constituído, em tanto que forma de expressão popular para o cidadão comum? (iii) Quais são as temáticas dominantes no *corpus*?

Quanto à estrutura, o estudo apresenta 5 secções, designadamente, uma introdução, correspondente à primeira secção, que contextualiza o tema, apresentando, igualmente, os objectivos, o quadro teórico e o problema; a segunda secção é concernente à revisão de literatura; a terceira secção é relativa à apresentação da metodologia; segue a quarta secção com a análise e interpretação de dados e, por fim, a quinta secção com as conclusões da pesquisa.

## **1 Revisão da literatura: Conceitualização: semântica e pragmática**

Esta secção apresenta a revisão da literatura. Para uma melhor organização dos conteúdos, a primeira parte faz uma breve conceitualização de semântica e pragmática; a segunda parte discute o conceito léxico e, no fim, mostram-se as intersecções e a interface entre a semântica e a pragmática.

Na óptica de Mória (2016), a semântica é a área da gramática que se ocupa do significado das expressões linguísticas. Tradicionalmente, as análises semânticas centram-se nos aspectos da interpretação exclusivamente dependentes do sistema linguístico, não considerando elementos extralinguísticos, que constituem o objecto de estudo da pragmática. Estes últimos respeitam ao contexto situacional em que ocorre a enunciação, aos intervenientes nesse acto (com as suas relações interpessoais, conhecimentos e intenções) ou aos tipos de acções realizados através da linguagem, por exemplo. Actualmente, verifica-se que os estudos semânticos – pelo menos, em certas correntes – tendem cada vez mais a integrar aspectos do significado relacionados com o uso, que tradicionalmente eram considerados do domínio estritamente pragmático.



Segundo a “Gramática moderna de língua portuguesa” (2010), a semântica é uma área que estuda o significado dos constituintes da língua. Uma das características da palavra é possuir um significado, ou seja, referenciar um aspecto do domínio da experiência da realidade e a pragmática é uma área que estuda as relações dos signos com os seus utilizadores ou intérpretes em contextos reais. Consiste na análise das relações existentes entre as formas linguísticas e os participantes no processo comunicativo num contexto de interacção. Estuda, essencialmente, os objectivos da comunicação, ou seja, os factores que condicionam e determinam o uso da linguagem e que não são analisáveis em termos puramente gramaticais.

Confere Mourin (1997, p. 130-131) que semântica, tradicionalmente, é uma área que estuda as significações sobre uma variedade de questões relacionadas com o significado. Designa o estudo dos significados, tomando como ponto de partida a palavra.

Na asserção de Fagherazzi (2007, p. 18), o francês Michel Bréal foi quem, em 1897, empregou, pela primeira vez, e deu propriedade ao termo semântica, que se definiu e se estabeleceu dentro das ciências humanas. Para o teórico, a semântica não se deve preocupar com a etimologia das palavras, uma vez que o carácter histórico-temporal tem pouca relação com o emprego contemporâneo delas. Nesse sentido, a palavra deve ser revelada nas suas relações com outras dentro da frase.

Destaca Araújo (2007, p. 11) que a unidade do nível pragmático não é a palavra, nem a frase, nem sua enunciação por um falante, nem a interpretação de uma frase sob uma teoria. A unidade de significado é o acto de fala, são os jogos de linguagem e os variados modos de usá-los. Alguns deles têm conteúdo proposicional, mas eles não limitam o significado e a interpretação das frases.

Ainda na perspectiva de Fagherazzi (2007), a semântica e a pragmática são principais áreas da Linguística que estudam o conhecimento que é posto em prática, tanto para se extrair significados quando se lê e se ouve, quanto para transmitir significados no momento em que se fala ou se escreve algo. Dentro da Linguística, a linha divisória entre essas duas disciplinas é um tópico de intenso debate. Em linhas gerais, a semântica concentra-se no significado que deriva do conhecimento puramente linguístico, enquanto a pragmática focaliza-se nos aspectos do significado que não dependem somente do conhecimento linguístico, levando em conta o conhecimento sobre o mundo físico e social.

Não se pode deixar de mencionar a contribuição de Peirce, um dos fundadores do pragmatismo. Para Peirce, através da noção semiótica de

interpretante, o signo pertence à categoria das relações complexas que são simbólicas. Um signo representa algo para a ideia que provoca ou que modifica; ele é um veículo para comunicar à mente algo exterior. Cria mediações genuínas, está relacionado a algo fora dele, uma segunda coisa que vem a ser seu objecto, isto é, o representado, com respeito a uma qualidade (Araújo, 2007, p. 11).

Oliveira e Basso (2007) referem que a pragmática é ampla e amorfa. Diz respeito aos aspectos bióticos da semiose, isto é, a todos os fenómenos psicológicos, biológicos, sociológicos que ocorrem no funcionamento do signo. Hoje em dia, se aponta o contexto como o divisor de águas que separam a semântica da pragmática: a pragmática mobiliza o contexto nas suas explicações, enquanto a semântica não depende do contexto. Isto quer dizer que cabe à pragmática duas tarefas: a explicação sobre como os factores do contexto entram na determinação da proposição e como os actos linguísticos são 'performados'.

Após este quadro de conceitualização de semântica e pragmática, pode-se depreender que há, de facto, diferenças, entre estas duas áreas, embora funcionem de forma interligada. O contexto dentro do qual a comunicação é efectivada pelos interlocutores influi tanto na compreensão quanto na interpretação dos enunciados e/ou signos linguísticos.

Pode-se perceber que a pragmática concentra-se no estudo dos processos de inferência pelos quais se compreende o que está implícito, ao passo que a semântica incide sobretudo no estudo dos significados, pois, saber uma língua implica, efectivamente, saber os significados de determinadas cadeias de sons e saber, igualmente, combinar estas unidades noutras mais vastas (palavras isoladas, frase, discurso, texto, etc.).

## **1.1 As intersecções e a interface entre a semântica e a pragmática**

Paralelamente à temática do presente estudo, julgou-se importante trazer aqui diversas perspectivas e opiniões com enfoque nas intersecções entre a semântica e a pragmática. Lembrar que não constitui foco deste estudo problematizar, através de um quadro teórico, os limites entre a semântica e a pragmática, mas sim mostrar as dificuldades encontradas pelos autores na delimitação do objecto de estudo de cada área.

Em conformidade com Fagherazzi (2007, p. 33), há dificuldade em estabelecer limites claros entre a semântica e a pragmática. A semântica, a qual explica somente as propriedades do dito da frase não dá conta dos aspectos comunicativos do enunciado. A pragmática, área que se

focaliza no estudo das propriedades implícitas dos enunciados, coloca-se como a mais adequada para o tipo de análise dialogal, embora de forma isolada não dê conta dos enunciados nos actos comunicacionais. Assim, a frase e enunciado não são indissociáveis e precisam de ser analisados juntos, aliados ao contexto de fala dos enunciados. A autora conclui no seu estudo que estudar o significado da linguagem interactiva é, sem dúvida, algo muito mais complexo do que parece. Há que se distinguir o significado do que se diz do significado do que se quer dizer.

Além disso, para os processos interaccionais são lugares dinâmicos, políticos que se estabelecem na relação entre línguas e falantes. É no contexto destas construções que se produzem as ideologias, enquanto elaborações sistemáticas das experiências, das necessidades, das aspirações, seleccionando, hierarquizando e estruturando os seus componentes (Geraldi, 1997 apud Contiero e Ferraz, 2013).

Na visão de Araújo (2007), semântica e pragmática são áreas diferentes da Linguística, o que não implica defender que uma ou outra baste para dar conta da linguagem. Elas podem e devem ser analisadas em seus próprios termos, suas funções são distintas. Significação, sinonímia, inteligibilidade de uma frase, por um lado, e contexto de uso, recursos do discurso, por outro, são particularidades, respectivamente, de cada uma das áreas. Porém, no uso linguístico, essas áreas caminham juntas, por vezes se imbricam; a compreensão do que é dito (semântica) e a interpretação do que é dito (pragmática) a alguém, através de um acto de fala, são duas faces da mesma moeda, são complementares e imprescindíveis para a significação e para a comunicação linguística.

Não obstante, Oliveira e Basso (2007) entendem que há especificidades que caracterizam uma e outra área, que podem ser apreendidas a partir de uma perspectiva descritivista; isto é, analisando a prática dos pesquisadores. A semântica e a pragmática fazem-se considerando noções que lhe são externas. Os limites entre ambas nada têm de vagueza ou indeterminação, são muito claros: a semântica lida com a proposição, a pragmática com o acto de formular e interpretar proposições. Esse modo de traçar a distinção permite entender o papel diferenciado do contexto na pragmática e na semântica, o lugar do calculável (previsível) na semântica e na pragmática (os cálculos são de natureza distintas) e a possibilidade do cancelamento na pragmática e da não satisfação na semântica.

Como exemplo, através da análise semântica e pragmática das práticas linguísticas urbanas em diferentes formas de expressão popular, no seu estudo, Cumbe (2011), ao problematizar o uso informal da

língua no acto de atribuir livre e espontaneamente os nomes aos cães, chega à conclusão de que os termos utilizados para designar cães em Moçambique oscilam entre nomes aleatórios e discursos performativos. Para este autor, os nomes de cães desconstróem o espaço geográfico e administrativo, a hierarquia política e social. Os cães são um verdadeiro modo de vida constitutivo da vida urbana e rural que permite uma reconfiguração espacial e social espectacular.

Após esta breve discussão em torno dos limites e interfaces entre a semântica e a pragmática, pode-se concluir que a linguagem humana não se reduz apenas a simples nomeação dos objectos ou à representação das coisas (*vd.* signo linguístico). Através do texto veiculado nas produções escritas que se observam em bancas e / ou barracas seleccionadas para análise, o estudo fundamenta-se na visão segundo a qual há muita informação não dita que está por de trás do texto (nome da barraca). Essa informação pode ser captada através de dois processos de análise semântico-pragmática e/ou discursiva, a saber: a inferência e a implicatura.

O falante, leitor, observador precisa de fazer várias associações mentais com vista à interpretação da informação linguística patente nas bancas. Esta interpretação é feita com base na sua experiência de vida, em aspectos de situação concreta que o rodeia e nos seus conhecimentos tendo em conta o seu contexto histórico, cultural, social e humano do mundo físico. Toda esta informação vai interferir e condicionar a interpretação de cada enunciado.

## **2 Aspectos teóricos e conceituais sobre o Léxico**

Segundo Lemos e Correia (2005, p. 7-11), o léxico de uma língua é entendido, de forma genérica, como o conjunto de todas as palavras que dela fazem parte. Estas autoras, entre as várias razões que contribuem para a mudança do léxico de uma língua, basicamente destacam dois níveis: (i) razões extralinguísticas; algumas unidades caem em desuso, tornando-se 'arcaísmos'; (ii) novas unidades lexicais vão entrando no léxico, 'os neologismos'. Deste modo, importa sublinhar que a inovação lexical é, então, um tema de estudo interessante, que permite se ter uma visão clara da evolução diacrónica da língua.

Léxico é um conjunto de unidades linguísticas básicas próprias de uma língua, unidades essas que se encontram listadas por ordem alfabética num dicionário e subordinadas, no caso de palavras flexionadas, à unidade linguística que metalinguisticamente as representa e que incluem

informações fonéticas, fonológicas, morfológicas e sintáctico-semânticas (Vilela, 1979). Já na Gramática Gerativo-transformacional, léxico é apresentado como o conjunto das entradas lexicais, correspondendo à competência lexical do falante/ouvinte de uma língua particular, formando um conjunto de elementos dotados de uma irregularidade essencial (Chomsky, 1965 *apud* Vilela, 1979).

No entanto, como se pode ver, um dos problemas que se levanta aqui é a definição de léxico. Evidentemente, este problema relaciona-se com a sua integração na gramática; o léxico é considerado independente da gramática ou como elemento da gramática de uma língua particular em que se insere; o léxico é, naturalmente, uma entidade real, dinâmica (sujeito a mudanças) e aberta. Sendo real, ele é heterogéneo e complexo.

Neste estudo, o léxico é entendido como o conjunto de unidades lexicais que, social e culturalmente, são usadas numa determinada comunidade de fala e/ou linguística. Obviamente, esta abordagem de conceitualização do léxico afigura-se essencialmente no facto de as palavras só fazerem sentido num determinado contexto sociocultural, e, por isso, atestadas em contextos específicos.

### **3.Descrição dos procedimentos metodológicos, apresentação e interpretação de dados**

Esta secção descreve os procedimentos metodológicos adoptados para a recolha e análise de dados. Quanto aos objectivos, é uma pesquisa descritiva, visto que se trata de uma inquirição empírica e/ou análise e descrição do léxico patente nas produções escritas que se observam em bancas e/ou barracas. No que tange aos procedimentos, a pesquisa aplicada foi de campo e a recolha de dados foi efectuada na cidade de Maxixe em 2014.

Durante a recolha de dados, foi adoptada a pesquisa bibliográfica, através da qual se sistematizou diversas abordagens e teorias sobre a semântica e a pragmática. Esta técnica permitiu o uso sistemático de materiais escritos, com destaque para os seguintes autores: Lemos e Correia (2005); Oliveira e Basso (2007); Araújo (2007); Fagherazzi (2007); Vilela (2010); Cumbe (2011) e Contiero *et al.* (2013).

Com vista à recolha de dados no campo, recorreu-se à observação etnográfica. Com este método, observou-se minuciosamente as unidades lexicais e, para o efeito, foram utilizados alguns suportes de áudio e visual, como é o caso da máquina de fotografar e do gravador, que permitiram extrair as imagens das unidades lexicais em suportes fixos

anteriormente descritos.

Por fim, como forma de obter alguns dados relativos à fundamentação por parte dos proprietários das barracas sobre as unidades lexicais, através de um guião de registo, foi utilizada a entrevista, que durava, aproximadamente, 15 minutos. Quanto ao *corpus*, o estudo foi constituído por 50 unidades lexicais (escritas informais, extraídas em suportes fixos (barracas/bancas), seleccionadas, de forma aleatória, em alguns bairros da cidade de Maxixe, dos quais, sem nenhum critério, seleccionou-se uma amostra representativa de 10 unidades lexicais que são analisadas.

Relativamente à análise do *corpus*, foi seleccionada a abordagem interdisciplinar, porque se pretendia explicar e descrever os fenómenos de natureza linguística e extralinguística que intervêm nas unidades lexicais. A abordagem interdisciplinar fundamentou-se a partir da análise de fenómenos literários, antropológicos, históricos, sociológicos, linguísticos, de natureza social, identitária, ideológica e cultural, envolvidos no léxico em estudo.

Ainda durante a interpretação do *corpus*, recorreu-se ao método hermenêutico<sup>2</sup>, através do qual se procedeu a uma reflexão teórica e metodológica, visando compreender e interpretar subjectivamente os significados subjacentes no texto (léxico) em análise. Basicamente, a análise centrou-se na compreensão da intrínseca relação que se estabelece entre o autor, o texto e o leitor, razão pela qual foi adoptado o método filológico, a análise estilística e a análise semiótica.

### 3.1 Breve perfil e localização geográfica da cidade de Maxixe

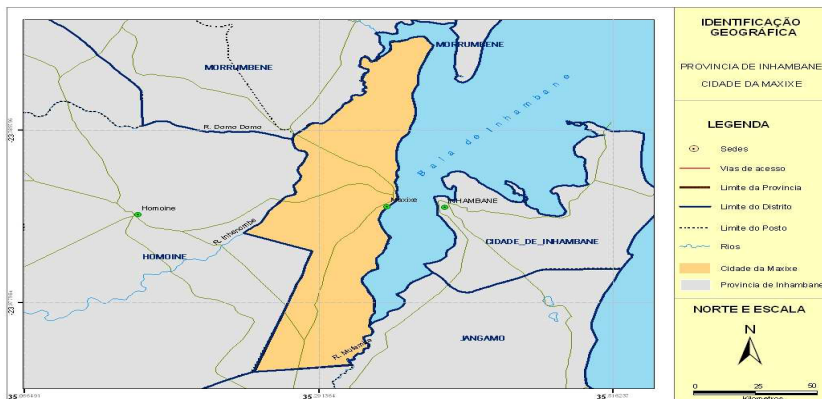
O Distrito de Maxixe localiza-se na província de Inhambane, na região sul de Moçambique. Estende-se por uma área de 282 km<sup>2</sup>, com uma população de 129.599 habitantes, sendo a densidade populacional de 459,32 hab/km<sup>2</sup>. Faz limite a Norte com o Distrito de Morrumbene, a Sul com o de Jangamo, a Oeste com o Distrito de Homoine e a Este com a Baía de Inhambane<sup>3</sup>.

---

2 Para Morales e Conte (2017, p. 1945), a hermenêutica pode ser compreendida como a maneira pela qual interpretamos algo no movimento que interessa e constitui o ser humano, de formar-se e educar-se.

3 Disponível em: <https://www.inhambane.gov.mz/por/Ver-Meu-distrito/Maxixe/O-Distrito/Localizacao-Geografica>. Acesso em: 25 jun. 2020.

**Mapa 1: Localização da cidade de Maxixe**



Fonte: INE (2010)

Na cidade de Maxixe predomina a comunidade Tshwa, cuja maioria possui a língua Citshwa (S.51) como L1 e a língua portuguesa (LP) como L2. A comunidade Tshwa estabelece múltiplas relações com outros povos na província de Inhambane. Trata-se dos Vachangana, Vatonga, Vocopi e Vandawu, que, juntamente, partilham alguns traços, formando, dessa forma, uma ampla comunidade étnica e cultural na província de Inhambane.

### 3.2 Apresentação e interpretação de dados

Esta secção apresenta, analisa e interpreta os dados. Tal como ficou referenciado na metodologia, a amostra foi constituída por 10 unidades lexicais seleccionadas, de forma aleatória. A análise consistiu na interpretação destas unidades tendo em conta os planos nelas subadjacentes (temático, ideológico, cultural e social), bem como na demonstração das possíveis interpretações com suporte à análise fonético-fonológica, morfossintáctica, histórica, cultural, social e humana.

Durante a análise, são descritos os mecanismos e/ou processos atinentes à criação e/ou inovação das unidades lexicais em estudo, partindo dos processos básicos de formação de palavras em LP, designadamente, a derivação e a composição.

Foto 1: “Mini D.D”



Fonte: Arquivo pessoal

‘Mini D.D’ é uma unidade lexical rica sob o ponto de vista de criação e/ou inovação lexical. ‘D. D’ resulta do processo de abreviatura em LP, ou seja, ‘D. D’ ‘Dino e Deal’ (em Inglês, *deal* significa negócio). Verifica-se aqui uma situação do bilinguismo através da associação da LP com a língua inglesa, representadas por ‘Dino e Deal’, respectivamente, bem como da unidade ‘Mini’, que significa pequeno.

Por um lado, tendo em conta o contexto sociocultural, ‘Dino’ é um jovem residente e natural da cidade de Maxixe. ‘D. D’ é uma alcunha por ele adoptada, uma vez que, segundo ele, se considera referência na cidade de Maxixe. Paralelamente a esta referência, os seus pais optaram pelo nome ‘D. D’ à designação da ‘barraca’, como uma estratégia de *marketing*, de tal sorte que os clientes facilmente reconheçam a ‘barraca’. Por outro lado, na imagem, observa-se o logótipo do Clube Desportivo de Maputo (CDM) que está associado à unidade lexical em análise. Ao nível o temático, trata-se, naturalmente, da afirmação de identidade, pois, durante a entrevista, o proprietário deste estabelecimento comercial frisou que ele se identifica com este clube moçambicano.

Foto 2: “Club Kalawa Jazmee”



Fonte: Arquivo pessoal



Quanto à unidade lexical “Club kalawa Jazmee”, note-se, à partida, que é uma palavra de origem sul-africana, usada, neste contexto moçambicano, por via de empréstimo linguístico, como um dos processos de criação lexical. ‘Kalawa Jazmee’ é título de uma música de ritmo e género ‘afro-house’, típico da África do Sul.

A imagem da cabeça com o chapéu vermelho representada por cima da unidade lexical confirma, efectivamente, a temática aqui apresentada, na medida em que neste estilo musical a maior parte dos dançarinos geralmente traja este tipo de chapéu. Com base na entrevista concedida, ficou claro que o proprietário deste estabelecimento se identifica com os valores, crenças sul-africanos.

O uso da unidade lexical ‘club’ do inglês, equivalente a clube em LP, de acordo com o proprietário, justifica-se pelo facto de a língua inglesa constituir uma língua de prestígio a nível internacional.

Foto 3: “Loja Khanimambo”



Fonte: Arquivo pessoal

Semelhantemente às unidades anteriores, ‘loja khanimambo’ é uma unidade lexical constituída por duas línguas, facto que remete ao fenómeno bilinguismo. ‘Loja’ é uma palavra pertencente à LP e ‘khanimambo’ à língua xichangana. A supremacia e o prestígio da LP em detrimento das línguas bantu podem ser observados nesta imagem: primeiro dá-se prioridade à unidade ‘loja’, em LP, e depois ‘khanimambo’, do xichangana. O bilinguismo torna-se fundamental à promoção de benefícios e/ou valores cognitivos, culturais, sociais e psicológicos dos indivíduos que pertencem à esta comunidade de fala e/ou linguística.

Esta situação mostra o papel e o estatuto da LP no seio da comunidade linguística moçambicana, no geral. Contudo, durante a entrevista, o proprietário deste estabelecimento comercial referiu que é de nacionalidade maliana. Segundo o entrevistado, a escolha da LP e do xichangana com vista à designação desta unidade lexical justifica-se pelo facto de se pretender manter a identidade

dos nativos, apesar de o xichangana não constituir uma língua amplamente falada na cidade de Maxixe.

**Foto 4:** “Licoloma”



**Fonte:** Arquivo pessoal

Fazendo uma observação atenta desta unidade, verifica-se que ‘Licoloma’ é proveniente da língua Gitonga, falada na cidade de Maxixe e significa ‘lanho’ em LP. Claramente, a imagem associada à unidade lexical faz menção ao coco, fruto de coqueiro, uma das plantações que identifica a província de Inhambane e, em particular, a cidade de Maxixe.

A unidade lexical em análise, com a sequência silábica do tipo CV, típica das palavras nas línguas bantu, faz-se representada pelo próprio significado (imagem), ou seja, voltando à teoria do signo linguístico de Saussure (cadeia de sons vs. objecto representado), ou ainda, associação da expressão fónica com a respectiva ideia. Note-se, entretanto, que esta associação permite que a comunicação tenha uma factual realização com o que se pretende transmitir.

**Foto 5:** “Marisqueira las brasas”



**Fonte:** Arquivo pessoal

‘Marisqueira’ é uma palavra formada por derivação por sufixação, onde, à base nominal {marisco} é afixado o morfema (sufixo) nominal, preso {-eira}. Deste modo, marisqueira provém da unidade marisco,

nome genérico dos crustáceos e moluscos comestíveis, como lagostas, camarões, etc. 'Brasa' é relativo ao carvão incandescente. Na sua estrutura interna, a unidade lexical em análise apresenta um morfema preso da língua espanhola – 'las', o mesmo que 'as', artigo definido em LP. Com isto, pode-se concluir que a ideia que se presume ser transmitida nesta comunicação é o facto de ser um estabelecimento voltado à comercialização de mariscos à brasa, pratos, geralmente, procurados em muitas instâncias turísticas na província de Inhambane.

**Foto 6:** “Banca Salmo 23”



**Fonte:** Arquivo pessoal

Recorrendo à Bíblia Sagrada, Salmo 23 é um dos preferidos e mais citado pelos cristãos: “O SENHOR é o meu pastor, nada me faltará. Deitar-me faz em verdes pastos...”. A proprietária da ‘barraca’ professa a religião cristã. Durante a entrevista concedida, ela revelou que se identifica profundamente com este Salmo. O efeito resultado da unidade lexical ‘banca Salmo 23’ traz uma particularidade que transcende o próprio sistema linguístico e se relaciona com outros elementos fundamentais para a comunicação a ser alcançada. A cor vermelha usada para a representar as duas unidades semânticas, neste contexto, pode, por hipótese, significar o ‘Sangue de Cristo’, aquando da sua morte na Cruz, ainda que esta informação não tenha sido confirmada pela proprietária.

**Foto 7:** “Chonga Mange”

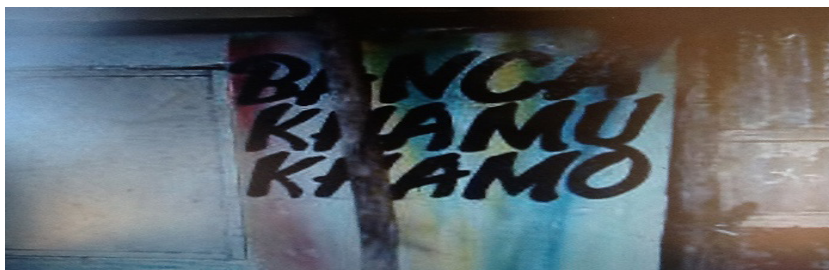


**Fonte:** Arquivo pessoal

‘Chonga mange’ é uma unidade lexical completamente diferente das que até aqui foram analisadas. São palavras pertencentes à língua Xichangana (S.53, em conformidade com a classificação tipológica de Guthrie, no âmbito da classificação geral das línguas bantu faladas em Moçambique). Esta língua é amplamente falada nas províncias de Gaza e Maputo. ‘Chonga’ é imperativo do verbo ‘kuxonga’ (ortografia padronizada) – ser bonito.

Em relação à unidade lexical ‘mange’, é um ideofone, que corresponde a ‘então’, a conjunção conclusiva. Os ideofones são definidos como (i) palavras marcadas que descrevem e/ou representam o sensorio de imagens. Eles são marcados, visto que se distinguem completamente de outras palavras em face da sua estrutura fonológica, do tom e da acentuação; (iii) são palavras convencionadas para significados específicos (Dingemanse, 2012). Os ideofones correspondem a um grupo de palavras marcadas que descrevem ou representam imagens sensoriais. Mantêm-se, nesta escrita livre, uma temática concernente à valorização das línguas bantu.

**Foto 8:** “Banca khamu khamu”



**Fonte:** Arquivo pessoal

A unidade lexical ‘banca khamu khamu’ é muito rica em termos linguísticos numa análise mais detalhada. Além da presença do bilinguismo, devido ao uso de ‘banca’ e ‘khamu’, correspondentes ao Português e ao Xichangana, respectivamente, nesta construção, pode-se aferir que está patente um processo morfológico – reduplicação. Os processos morfológicos são mudanças simultâneas na forma do morfema; ou seja, é um mecanismo pelo qual dois elementos mórficos separados se unem e se ‘soldam’ numa única realização. Reduplicação é a repetição parcial ou total de um morfema (Jensen, 1990). ‘Khamu khamu’ é um ideofone do Xichangana que, literalmente, por causa das similaridades de significação, corresponderia ao advérbio ‘rapidamente’ em LP. Olhando para estas duas leituras, sobretudo a última, está implícita a ideia de se tratar

de um estabelecimento comercial onde os serviços são oferecidos ao destinatário de forma ‘flexível, rápida’.

**Foto 9:** “Estrela da liberdade”



**Fonte:** Arquivo pessoal

Este estabelecimento comercial fica situado no bairro da ‘Liberdade’. ‘Estrela’ é uma palavra polissémica que tem um valor simbólico muito significativo em vários contextos: lembre-se do poder da ‘Estrela de David’ (Bíblia Sagrada, Antigo Testamento); as ‘estrelas que brilham de noite, que são visualizadas no céu’; o valor da ‘estrela’ associado a ‘figuras públicas’, etc. Face a esta múltipla interpretação da unidade lexical ‘estrela’, note-se que ‘estrela da liberdade’ dá a entender que veicula uma temática virada à auto-exaltação da proprietária da ‘barraca’. Por hipótese, pode-se dar o facto de ser um estabelecimento de referência no ‘bairro da liberdade’.

**Foto 10:** “Tabacaria holly wood”



**Fonte:** Arquivo pessoal

‘Hollywood’ é um distrito de grande importância turística na cidade de Los Angeles, na Califórnia. É a segunda maior indústria de cinema ao nível mundial. É um lugar associado a estrelas no domínio desta arte,

pois, é considerada a capital do cinema mundial. Na unidade lexical ‘tabacaria holly wood’ pretende-se evidenciar uma comunicação segundo a qual a ‘tabacaria’ é de grande importância no seio desta comunidade, muito embora não seja uma importância artística, muito menos turística.

No âmbito estético, a unidade lexical em análise apresenta a metáfora, uma figura de linguagem se se atender à comparação que se pretende colocar da ‘tabacaria’ com a cidade de ‘Hollywood’, duas realidades completamente diferentes.

### 3.3 Discussão do *corpus*

Em relação ao *corpus* analisado, todo o universo foi constituído por produções escritas ‘fixas’, unidades lexicais extraídas em diversos estabelecimentos comerciais ‘barracas’, na cidade de Maxixe. Trata-se de unidades lexicais que, maioritariamente, abordam uma temática atinente à afirmação e exaltação da identidade, visto que há uma tendência de se evidenciar o nome do proprietário do estabelecimento, ainda que, em alguns casos, este nome sofra algumas modificações fonético-fonológicas e morfossintácticas.

Como se viu durante a descrição de dados, além da afirmação da identidade, predominam, no universo, outras temáticas como, p. e., valorização das línguas moçambicanas do grupo bantu através do recurso aos ideofones nalgumas unidades lexicais, bem como à valorização do património sociocultural dos proprietários dos estabelecimentos comerciais em estudo.

Ocorre, em muitas unidades lexicais, o fenómeno – bilinguismo, que se torna pertinente à promoção de benefícios e/ou valores cognitivos, culturais, sociais e psicológicos dos indivíduos que pertencem a esta comunidade de fala. A inserção do bilinguismo, seja de Português/Inglês, seja de Português/língua bantu, mostra a necessidade da língua inglesa – língua de prestígio social – ao português – língua oficial – e à língua bantu – língua veicular ligada ao património sociocultural.

Em termos de formação, são unidades ricas sob o ponto de vista de criação e/ou inovação lexical. Recorre-se, em muitas situações, a empréstimos linguísticos, quer de línguas bantu, quer da língua inglesa, quer ainda da LP. Ao nível estético, uma das figuras de linguagem que predomina no *corpus* é a metáfora. Torna-se também importante referenciar a função e o papel das cores seleccionadas para a representação das unidades lexicais. A cor joga um papel preponderante na estruturação do significado da comunicação que se pretende transmitir.

À medida que a identidade se constrói na interacção entre o ‘Eu’ e sociedade, ela muda de acordo com a forma como o indivíduo é interpelado ou representado na comunidade. Com a língua, os indivíduos expressam suas afeições identitárias que se entrecruzam na comunidade em que se encontram, ainda que se reconheça que esta realização da linguagem não seja estática, podendo, na maior naturalidade, ‘flutuar’, em função da realidade sociocultural envolvida.

## Conclusão

Tendo a abordagem semântico-pragmática para a análise, o estudo pretendia descrever e analisar o léxico veiculado em algumas produções escritas que se observam em bancas e/ou barracas na cidade de Maxixe. Através dos planos temático, ideológico, estético e sociocultural foram demonstradas as suas possíveis interpretações com suporte à análise fonético-fonológica, morfossintáctica, histórico-cultural, social e humana.

Discutidos e interpretados os dados, conclui-se que o significado das unidades lexicais analisadas não está fixado nas próprias palavras, nem nas frases, mas sim construído em função do contexto histórico, cultural, social ideológico, político e humano, etc., ou seja, as unidades lexicais contribuem para a construção de significações linguísticas e extralinguísticas dentro de uma sincronia linguística.

Face à dimensão e ao carácter limitado deste género de trabalho, bem como da ciência em geral, espera-se que os futuros pesquisadores aprofundem a relação entre língua, cultura e identidade; língua e sociedade, procurando, na eventualidade, estudar temas como por exemplo, a função do nome em determinadas ‘comunidades primitivas’ e ‘modernas’; identidade vs. identificações a partir de usos linguísticos; estudar o homem como um ser gregário que usa a linguagem para a comunicação.

## Referências

- AAVV. *Gramática moderna de língua portuguesa*. Lisboa: Editora escolar, 2010.
- Araújo, I. L. “Por uma concepção semântico-pragmática da linguagem”. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem:ReVEL*. Vol. 5, nº 8, p. 1-26, 2007.
- Contiero, E.; Ferraz, A. P. “A dimensão ideológica do léxico: uma análise da lexia estrangeira no contexto escolar”. *Anais do SILEL*. Vol. 3, nº 1. Uberlândia: EDUFU, p. 1-14, 2013.

Cumbe, C. “Cão-escola em acção: educar ‘à maneira’: Por uma antro-

pologia de linguagem dos nomes de cães em Moçambique”. *Revista da Educação da UP*. Maputo: UP, nº 7, p. 1-20, 2011.

De Oliveira, R.; Basso, R. M. “A Semântica, a pragmática e os seus mistérios”. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem- ReVEL*. Vol. 5, nº 8, p. 1-30, 2007.

Dingemans, M. “Advances in the cross-linguistic study of ideophone”. *Language and Linguistic Compass*. Blackwell Publishing, 2012, p. 654-672.

Fagherazzi, D. *Uma abordagem semântico-pragmática da comunicação on-line via Orkut*. (Dissertação de Mestrado não publicada). Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Instituto Nacional de Estatística. *Estatísticas do distrito de Maxixe*. INE: Maputo, 2010.

Jensen, J. T. *Morphology: word structure in generative grammar*. Us: Amsterdam Studies in the theory and history of linguist science, 1990.

Lemos, L. S. P.; Correia, M. *Inovação Lexical em Português*. Lisboa: Edições Colibri, 2005.

Móia, T. “Semântica e pragmática”. In: Martins, A. M. e Carrilho, E. (Eds.). *Manual de Linguística Portuguesa*. vol. 16, Boston: Degruyter, 2016, p. 308-335.

Morales, P.; Conte, E. “A Hermenêutica como possibilidade metodológica à pesquisa em educação”. In: *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*. Araraquara, vol.12, nº4, p. 1942-1954, 2017.

Mourin, G. *Introdução à Linguística*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

Vilela, M. *Estudos de Lexicologia do Português*. Coimbra: Livraria Almedina, 2010.



# IDEOLOGIAS E POLÍTICAS LINGUÍSTICAS: O CASO DA RÁDIO MOÇAMBIQUE NO PERÍODO PÓS-COLONIAL

*António Miguel Ndapassoa*

## **Introdução**

A Rádio Moçambique (RM) opera, desde a sua constituição em 1975, um serviço de radiodifusão que compreende uma diversidade de estações radiofónicas, entre canais de âmbito local, provincial e nacional. Para a efectivação da sua programação, a estação emissora tem recorrido à uma multiplicidade de línguas entre as faladas e conhecidas em Moçambique. Tais línguas foram seleccionadas e posteriormente alocadas nas grelhas de emissão dos canais radiofónicos através de processos decisórios que tiveram lugar em distintos momentos da história do país e da existência da RM. São estas decisões, assim como os contextos históricos em que se alicerçam as suas ideologias, que constituem o foco do capítulo.

A presente reflexão tem como objectivos analisar os contextos políticos em que as decisões sobre o uso da língua nas emissões da RM foram operacionalizadas, por um lado, e, por outro, examinar as ideologias linguísticas predominantes nas várias etapas históricas da estação emissora. Por meio deste exercício, e com recurso à pesquisa documental, pretende-se, de forma geral, descrever e compreender o modo como as políticas linguísticas da RM têm sido influenciadas pelas ideologias prevaletentes no período posterior a independência nacional em 1975. Mais especificamente, serão objecto de estudo as políticas linguísticas traçadas pelo Estado bem como as que foram concebidas e implementadas a nível institucional. Nesse âmbito, serão analisados o modo como as referidas políticas foram interpretadas e apropriadas pela RM assim como os resultados da sua implementação.

A visão teórica que orienta a reflexão situa-se no campo da sociolinguística crítica e baseia-se no princípio de que a planificação linguística é permeada pelo contexto político e pelos interesses de actores sociais com poder e que é a ideologia linguística que preside às políticas linguísticas,

condicionando-as, como, aliás, defende McCarty et al. (2011, p.335).

O presente Artigo está estruturado em cinco secções. A primeira é a presente introdução, seguindo-se a apresentação do quadro teórico, em que se destacam os conceitos de Política e Planificação linguística (LPP) e ideologia linguística. Na secção três procede-se a um breve enquadramento histórico, descrevendo-se para o efeito as políticas linguísticas sucessivamente formuladas e adoptadas em Moçambique desde 1975 bem como os contextos em que os factos ocorreram, seguindo-se, na secção quatro, a sua análise. O artigo encerra apresentando a conclusão e recomendações.

## **1 Política Linguística e Ideologia linguística**

### **1.1 Política e Planificação Linguística**

A Planificação linguística clássica encarava o multilinguismo como uma realidade que gerava problemas linguísticos. Com efeito, os teóricos clássicos defendiam a necessidade de se escolher uma língua entre as várias existentes num país para uso trans-nacional, como forma de se contornar dificuldades práticas que seriam enfrentadas na utilização simultânea de diversas línguas na educação e no funcionamento do estado. Tais dificuldades, argumentava-se, tinham a ver com os custos elevados e investimentos extraordinários que seriam necessários para a modernização das línguas, uma vez que esta era a condição para que as mesmas fossem úteis e recorriáveis no processo de desenvolvimento nacional que se ansiava que fosse rápido e a custos acessíveis (Cooper, 1989, p.87, 118).

A integração nos estudos da Sociolinguística e da planificação linguística, como resultado da influência da Teoria Crítica, de elementos do contexto político e da análise das desigualdades sociais (Spolsky, 2012, p.1), orientou a planificação linguística para o reconhecimento da importância de aspectos como a ideologia linguística, ao mesmo tempo que permitiu o destaque e a primazia das preocupações com a defesa e promoção de minorias étnicas e linguísticas, e, conseqüentemente, com os direitos humanos linguísticos (Kaplan, 2013, p.4; Johnson, 2013, p.51; Ricento, 2000, p.16).

Assumindo-se, tal como nos recorda Johnson (2013), que se apoia em Wiley (2002, p.48-49), que a dimensão ideológica e os sentimentos sobre a língua têm importância na planificação linguística, neste artigo destaca-se que as políticas linguísticas podem assumir diferentes

orientações relativamente às línguas minorizadas, nomeadamente, promocional (as autoridades promovem e financiam o seu uso), restritiva (proibição legal de uso), nula (inexistência de políticas que regulem o uso) ou repressiva (existência de mecanismos que podem levar à eradicacão de línguas), de conveniência (as autoridades promovem de forma limitada os direitos das comunidades de usarem as suas línguas), tolerante (as autoridades aprovam as leis e medidas práticas de uso das línguas) (Johnson, 2013, p. 35).

## 1.2 Ideologia linguística

A abordagem diacrónica do estudo da ideologia linguística, no sentido operacionalizado por Kroskrity (2010), decorre não apenas da essência eminentemente histórica do fenómeno linguístico, mas também do facto de que até mesmo a noção de poder, que “tipicamente é invocada nas análises da ideologia linguística, também é necessariamente histórica” (Kroskrity, 2010, p.10). Com efeito, o olhar que se pretende lançar sobre o processo de consolidação das ideologias e da actuação do poder estatal, que detém papel privilegiado na formulação de políticas de línguas em Moçambique, em todos os níveis, inspira-se igualmente nos estudos da historiografia das ideologias linguísticas, no sentido enunciado por Blommaert (1999) como bem esclarece e aprofunda Kroskrity (2010).

Um dos aspectos centrais nas reflexões sobre o binómio poder (político) e ideologia linguística é a análise do papel destas nos processos de construção e expressão do poder ou, como ressaltam mais apropriadamente Woolard e Shiefflein (1994) citados por Johnson (2013, p.112), na sua manutenção. Este facto decorre da assumpção de que as ideologias linguísticas não só exprimem crenças, sentimentos e concepções sobre a estrutura e o uso da língua, mas, também, e quase sempre, indexam os interesses económicos e políticos de falantes individuais, de variados outros grupos de interesses e até de estados-nação (Kroskrity, 2010, p.1). Assim, um dos pressupostos basilares que se assume é que, em primeiro lugar, existe um vínculo entre os conceitos de ideologia e de política linguística, e, em segundo lugar, que há evidências de que a ideologia linguística preside às políticas linguísticas, como refere Woolard (2007, p. 129) apoiado por McCarthy et al. (2011, p.335).

Quanto à natureza ou orientação das ideologias linguísticas, no presente Artigo tem-se em conta a proposta de Cobarrubias (1983), apresentada por Mesthrie (2009, p. 390-391), que destaca as quatro principais orientações ideológicas que presidem à políticas linguísticas,

nomeadamente:

**a) Assimilação linguística:** baseia-se na crença de que qualquer um pode falar e funcionar na língua dominante na comunidade ou nação. Este tipo de ideologia acaba promovendo um monolingüismo ou adopção de uma variante e conduz os imigrantes a aprenderem a língua da cultura maioritária.

**b) Pluralismo linguístico:** assume-se neste paradigma a realidade multilingue da sociedade e envolve a coexistência de diferentes grupos linguísticos e os seus direitos de manter e cultivar as suas línguas numa base de equidade. O pluralismo cultural e o multilingüismo são factos sociolingüísticos que devem ser apreciados positivamente como um recurso sobre o qual se devem construir a planificação linguística e não como obstáculo no caminho da unidade nacional e desenvolvimento socioeconómico.

**c) vernacularização:** estatuto que a política linguística prevê para as línguas indígenas; Selecção e restauração de línguas indígenas como principal veículo de comunicação e língua oficial.

**d) Internacionalização:** selecção de uma língua não indígena e ex-colonial como língua oficial ou língua de instrução. Baseia-se no paradigma de modernização através da ocidentalização e vai sempre em paralelo com a ideologia de assimilação. Esta é a situação típica de países com passado colonial, principalmente em África.

## 2 Políticas linguísticas em Moçambique no período pós-colonial

Observando o percurso histórico desde a sua independência, verifica-se que Moçambique passou por duas fases políticas bem distintas: a primeira vigorou de 1975 a 1990, caracterizando-se pela prevalência do monopartidarismo dominado pela Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), organização política que dirigiu igualmente a luta de libertação nacional entre 1964 e 1974. A segunda etapa teve início em 1990 e prolonga-se até aos momentos actuais e é marcada pelo multipartidarismo, sistema político que foi introduzido por meio da adopção de uma nova Constituição da República (CRM) em 1990.

A partir destas considerações, a historiografia da política linguística em Moçambique, para efeitos da presente discussão, pode ser organizada em três períodos, respectivamente, uma fase inicial de 1975 a 1990, que de forma geral, se caracteriza pela oficialização exclusiva da Língua Portuguesa (LP) e discursos a favor de uma maior valorização

das Línguas Bantu Moçambicanas (LBMs). Dentro desse período, mais precisamente entre 1983 e 1990, destaca-se uma fase de transição relativamente curta, mas crucial na produção de pressupostos de uma política linguística que considerasse as LBMs, uma vez que cria as bases para o seu resgate. Por fim, o período que inicia em 1990 caracteriza-se pela prevalência de uma política linguística estabelecida na CRM (1990 e 2004) que assenta numa ideologia que reconhece a diversidade linguística e promove a utilização das LBMs em contextos como a educação e *media* (cf. Ndapassoa, 2019, p. 44-47).

## 2.1 Período de 1975 a 1990

A independência nacional em 1975 representou o fim do domínio colonial português em Moçambique e é marcada pela tomada do poder pela FRELIMO, movimento libertador que implanta no País um novo projecto político e ideológico, que, como se estipula no artigo 4 da CRM (1975), focava a unidade nacional e a construção de um novo estado. É neste contexto que se defende a oficialização exclusiva da LP com a tarefa de promover “a unidade nacional e a aquisição de conhecimentos políticos, técnicos e científicos...” e se concede às LBMs um papel secundário, uma vez que visavam complementar as tarefas acometidas à LP (FRELIMO, 1975, p.44).

Em 1983, o Gabinete do Secretário de Estado da Cultura, do Ministério da Educação e Cultura (MEC), publica um documento com o título “Contribuição para a definição de uma política linguística na República Popular de Moçambique” no qual se propõem a realização de algumas acções que mais tarde desaguiariam na formulação de uma nova política linguística em Moçambique (Ngunga e Bavo, 2011, p 3-4). Entre tais acções destacam-se: a) selecção das LBMs a que se podia atribuir o estatuto de línguas nacionais e que estivessem preparadas para servir em actividades oficiais, tais como o ensino formal; b) uso das línguas autóctones na alfabetização e educação de adultos nas regiões onde o português não é normalmente usado; d) criação de um Centro de Estudos das LBMs (na Universidade Eduardo Mondlane- UEM).

Estas propostas rompem com a visão dominante desde 1975, que considerava as LBMs um perigo à unidade nacional, constituindo-se deste modo bases ideológicas que conduzem ao reconhecimento em 1990 da importância das LBMs no processo da construção e consolidação da unidade nacional e da moçambicanidade.

## 2.2 Situação de 1990 em diante

A política linguística prevalecente em Moçambique desde a independência do País em 1975 viria a alterar-se formal e definitivamente com a aprovação de uma nova Constituição da República de Moçambique (CRM) em 1990. Com efeito, o novo texto constitucional alterou profundamente o sistema político nacional e a estrutura de governação a diversos níveis, introduzindo o multipartidarismo e consagrando a economia de mercado no País (CRM, 1990). O espírito de multipartidarismo e a multiculturalidade expressos na CRM de 1990 representavam um novo posicionamento ideológico que assentava na aceitação da diversidade, respeitando-se desse modo as diferenças individuais e a liberdade de expressar essas mesmas diferenças (CRM, 1990, artigo 6, alínea. c; artigo 31, nº1).

Na CRM de 1990, a Política Linguística é traçada no nº 1 do artigo 5º. Para além da manutenção do português como língua oficial, o mesmo instrumento apresenta no nº 2, pela primeira vez na história de Moçambique pós-colonial, uma referência directa ao papel que as LBMs podem desempenhar na vida social do País de uma forma mais alargada. Apesar de não definir o seu estatuto, a CRM refere, contudo, que o estado “valoriza as línguas nacionais (moçambicanas) e promove o seu desenvolvimento e uso crescente como veiculares e na educação do cidadão” (Cf. CRM, 1990).

Como se pode constatar, a LP manteve o seu estatuto de língua oficial e, as LBMs, por força do nº 2 do artigo 5 (CRM, 1990), ganham reconhecimento para uso em contextos formais como na comunicação social e na educação, o que efectivamente veio a acontecer através da introdução do ensino de LBMs em algumas escolas do país, tendo a fase experimental decorrido entre 1993-1997 (Benson, 1997).

Relativamente a de 1990, a grande diferença que a CRM de 2004 introduziu está precisamente no reconhecimento de que as LBMs são um vector na construção da identidade e da nação moçambicanas. Com efeito, a importância que se atribui às LBMs é confirmada, do ponto de vista formal, ainda que subjectivamente, por exemplo, pelo seu tratamento em artigo específico (cf. Artigo 9, CRM, 2004), o que denota um eventual ensejo de simbolizar e sublinhar a primazia das LBMs. Tanto é assim que o artigo referente à estas últimas línguas antecede a referência à LP, que se verifica no Artigo 10 (cf. CRM, 2004).

### 2.3 Políticas de uso de línguas na RM desde 1975

A RM herdou da sua antecessora colonial, o Rádio Clube de Moçambique (RCM), uma diversidade de canais de rádio nos quais eram utilizadas, para além da LP algumas LBMs e o inglês (Barbosa, 2000, p. 75-103) constituindo-se assim como o mais importante e o maior *media* nacional em termos de cobertura social e geográfica. Assim, uma das tarefas primordiais realizadas pelas novas autoridades depois da independência nacional foi a promoção de uma profunda reflexão sobre o papel dos *media* nas novas estratégias e desafios de governação.

Algumas decisões sobre o uso de línguas na radiodifusão foram anunciadas na reunião realizada pelo Departamento de Trabalho Ideológico da FRELIMO (DTIP) em 1975, meses depois da proclamação da independência nacional, em Macomia, Província de Cabo Delgado. Segundo as orientações traçadas nesse encontro pela direcção da FRELIMO, a RM deveria utilizar nas suas emissões a LP, tendo em conta que a mesma era considerada língua de “unidade nacional e (de) aquisição de conhecimentos políticos, técnicos, científicos...” (FRELIMO, 1975, p.44). Quanto às LBMs, como mencionado anteriormente, o seu uso foi defendido apenas como instrumento para viabilizar as tarefas acometidas à LP, desempenhando desse modo, efectivamente, o papel de um trampolim para a aprendizagem da língua oficial, ou ainda, para cobrir as necessidades de comunicação onde a LP não era dominada ou conhecida.

Em 1977, numa outra reunião realizada igualmente em Macomia, província de Cabo Delgado, tomou-se a decisão de se proceder a alguns ajustamentos na orientação sobre a gestão das línguas pela RM. Esta abordagem decorreu de uma avaliação às práticas e políticas linguísticas vigentes entre 1975 e 1977, que concluiu que a selecção (e alocação) de línguas decidida a partir da visão adoptada em 1975 *não* se apresentava a mais correcta (MINFO, 1977, p.76-77).

O processo de revisão da política linguística na RM foi igualmente impulsionado pelas decisões tomadas na IX sessão do comité central da Frelimo, realizada em 1983 (Ngunga & Bavo, 2011, p.3). Assim, nos dois seminários que a RM realizou, respectivamente, em 1988 e 1991, foram discutidos cenários do uso das LBMs pela RM, partindo do princípio de que as LBMs desempenhavam um papel importante na construção da moçambicanidade e da unidade nacional (RM, 1995, p. 16-17). Durante os seminários acima mencionados considerou-se que a solução dos problemas linguísticos que afectavam a RM passava pela aprovação de uma (nova) política linguística tanto estatal bem como sectorial. De facto,

desde a independência nacional em 1975 e até 1990, ano da aprovação de uma nova CRM, o país não dispunha de uma política linguística formal (Mabasso, 2013).

Reagindo aos sinais ideológicos presentes na CRM de 1990, que apontavam para o reconhecimento da diversidade linguística e do papel das LBMs na construção da moçambicanidade, e na esteira das recomendações de uma avaliação às suas práticas de uso de línguas produzida em 1995, a RM adoptou em 1996 algumas decisões sobre o uso de LBMs. Estas decisões tinham em vista reverter o quadro linguístico da estação emissora, o que passava pela eliminação da supremacia da língua portuguesa nas suas emissões provinciais (Rádio Moçambique, 1996). Entre as medidas operacionalizadas (Rádio Moçambique, 1996, p. 9-13), destacam-se: (i) aumento de número de LBMs e dos respectivos tempos de antena nas suas emissões provinciais; (ii) formação de profissionais e; (iii) produção e a disponibilização de alguns materiais escritos para apoio às emissões e aos profissionais daquelas línguas.

### **3 Ideologias subjacentes versus políticas de línguas na RM**

A discussão sobre o significado das decisões que a RM tomou sobre o uso de línguas nas suas emissões pressupõe a análise das ideologias subjacentes e das premissas que influenciaram o processo de formulação das decisões e até também das próprias medidas. É que, como reafirma, Johnson (2013), e numa tradução da nossa responsabilidade “As ideologias linguísticas, crenças, atitudes e discursos que circulam num determinado contexto terão impacto na forma como uma política linguística é interpretada, apropriada e recontextualizado para este contexto, e este significado único, o significado recontextualizado, é digno de análise também” (Johnson, 2013, p.193).

Relativamente às decisões de 1975, que foram, entretanto, parcialmente reiteradas em 1977 (MINFO, 1977, p.76-79), constata-se que a autorização concedida pelas autoridades do governo de uso das LBMs nas emissões radiofónicas da RM constitui uma continuidade de uma prática herdada da época colonial<sup>1</sup>. Deste modo, tal como se verificava no período anterior à independência nacional, também o uso das LBMs na RM no período pós-colonial cumpria um propósito instrumental. As LBMs eram assim usadas (i) como mecanismo para facilitar a aprendizagem

1 O Rádio Clube de Moçambique (RCM), a antecessora da RM, utilizava nas suas emissões radiofónicas as seguintes línguas moçambicanas: Shimakonde, Emakhuwa, Ciyaawo, Cinyanja, Kiswahili, Elomwe, Echuwabo, Cisena, Cinyungwe, Xichangana e Xirhonga (Barbosa, 2000, p. 44-45, 87).



da língua oficial (ii) para promover a propaganda política e (iii) para fazer chegar a acção do estado junto aos grupos sociais que não falavam a LP. Aliás, um documento oficial publicado em 1975 esclarece que o uso das LBMs na programação da RM é justificado pelo objectivo de “incentivar a aprendizagem da língua portuguesa e, particularmente, apoiar a campanha de alfabetização” e como meio de tornar a acção da radiodifusão “efectiva” junto das “largas massas” (FRELIMO, 1975, p.45)<sup>2</sup>

Quanto ao período seguinte, que inicia em 1990, a marca indelével é a consagração tanto na CRM promulgada naquele ano, assim como na que resultou da sua revisão em 2004, da valorização e promoção das LBMs. Contudo, e diferentemente do que acontece com a LP, apontada como língua oficial, em nenhum desses dispositivos foi previsto um estatuto para as LBMs. Apesar desta lacuna, o estado, por meio da CRM, se comprometeu a promover as LBMs através do seu “desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade”, uma vez serem “património cultural e educacional” (CRM, 1990, artigo 9). Este facto fortaleceu e inspirou as iniciativas que previam a ampliação do uso das referidas línguas, desencadeando-se assim um processo de reformulação de políticas de línguas sectoriais (comunicação social e educação) e institucionais (RM). Ou seja, a política linguística formal estatal foi entendida pelos decisores da estação emissora como promovendo as LBMs, visto reconhecer a realidade multilingue da sociedade e o respectivo direito de manutenção e cultivação das suas línguas.

É neste contexto, e como foi referido anteriormente, que a RM adopta em 1996 um plano que potencia o uso de LBMs nas suas emissões através da introdução de mais línguas e do aumento do seu respectivo tempo de antena. A análise dos resultados da operacionalização destas decisões indicia que as medidas implementadas pela RM (Ndapassoa, 2019, p.134, 139): a) promoveram efectivamente um aumento do uso das LBMs nas emissões da estação emissora; b) não foram, contudo, suficientes para alterar a posição subalterna das LBMs em relação à LP. Ou seja, o crescimento do uso das LBMs não afectou a posição dominante da LP nas emissões radiofónicas provinciais da RM.

Esmiuçando estas constatações, verifica-se que, como resultado da implementação da LPP da RM traçada em 1996, a LP consolida a sua posição hegemónica, por exemplo, permanecendo como língua exclusiva em canais radiofónicos de cobertura nacional (Antena Nacional, Rádio

---

2 Nos programas do RCM transmitidos em LBMs incluíam-se conteúdos lúdicos, educativos (ensino da Língua portuguesa) e programas de mobilização política (Relatório e contas da direcção, RCM, 1968; Relatório e contas da direcção, RCM, 1969).

Cidade e RM-Desporto) e como língua exclusiva de cobertura jornalística de grandes acontecimentos políticos e desportivos (Ndapassoa, 2019, p. 136).

Estes factos mostram ainda que se está perante políticas linguísticas que mobilizam os ouvintes e os profissionais a se ligarem as emissões em português, uma vez que só nelas ou através delas é que se mostra possível aceder a conteúdos de maior importância política, económica, social e política ao mais alto nível (participando, por exemplo em programas interactivos com autoridades como Ministros, Procuradores, Juizes, Governadores, etc.), dado que tais programas são realizados exclusivamente em LP.

Pode-se ainda argumentar que as políticas e práticas em referência caracterizam-se por promoverem os direitos das LBM, mas, como foi visto, tal facto ocorre numa situação em que se secundarizam e marginalizam os seus profissionais e as próprias línguas, visto que: (i) ocupam menos tempo de antena; (ii) a maior parte dos seus conteúdos resultam de um aproveitamento do que foi produzido inicialmente na LP e; (iii) a programação em LBM é sistematicamente interrompida por programas transmitidos na LP.

#### **4 LPP da RM: Do monolinguismo em direcção ao pluralismo linguístico**

Da análise efectuada, pode-se afirmar que no período entre 1975 e 1996 a língua escolhida para as emissões da RM foi a LP e o recurso às LBM foi apenas tolerado, uma vez que não se pretendia nem a sua valorização e promoção, tão pouco o seu desenvolvimento. Verifica-se, assim, que as decisões sobre o uso de línguas nas emissões da RM, traçadas nos primeiros anos da independência nacional, cumpriam objectivos assimilacionistas, indiciando, ainda que não de forma resoluto, uma pretensão de instituição de um certo monolinguismo assente na LP.

Quanto ao segundo período do percurso da RM, que iniciou em 1996, foi marcado pela prevalência de uma ideologia que assume a diversidade linguística, possibilitando a criação de condições para o alargamento do uso das LBM, por exemplo, nas emissões da estação emissora e para o desenvolvimento das referidas línguas, nomeadamente, através da produção de glossários e formação dos profissionais que as usavam.

Relacionando o percurso das políticas linguísticas na RM com os ordenamentos políticos em que os mesmos foram operacionalizados, há

evidências que permitem concluir que as mudanças dos sistemas políticos verificadas em Moçambique, de monopartidarismo, com uma marginalização das LBM, para o multipartidarismo, que representa a aceitação da diversidade, e das respectivas incidências ideológicas linguísticas, não provocaram forçosamente alterações significativas nas políticas de uso de línguas na RM, uma vez que, em qualquer uma delas, a LP manteve uma posição dominante e as LBM um lugar subalterno.

Mediante este resultado, estudos mais aprofundados deverão ser encetados para clarificar a natureza das forças e mecanismos que actuaram, e de que modo, contribuindo para a prevalência da hegemonia da LP, mesmo num contexto em que a ideologia dominante e as políticas traçadas abriam portas para se reverter essa situação.

O estudo mostra igualmente que, em alguns aspectos, as políticas de línguas estatal não se mostraram suficientemente abrangentes, uma vez que não atribuem um papel claro às LBM, para além de ignorarem algumas línguas que são faladas em Moçambique, tais como as de origem asiática, a de sinais e outras oriundas de diversos países africanos. Estas omissões e limitações reforçam o papel e a importância social e política da LP, já de si uma língua privilegiada, uma vez que, efectivamente, alguns direitos e oportunidades, tais como o acesso ao emprego e à máquina burocrática estatal, que se supõe estar à disposição de todos os cidadãos, de forma igual, dependem em grande medida do domínio da LP.

Há, igualmente, espaço para se reanalisar o espectro e a correlação das forças ideológicas em acção, pois, há indícios de que certos factores podem estar a actuar limitando ou inquinando princípios formalmente assumidos, nomeadamente, o reconhecimento e a promoção de políticas favoráveis à diversidade linguística, proporcionando até, resultados aparentemente adversos, como se verificou no caso da implementação do plano de acção da RM de 1996, que não permitiu a reversão da sobrevalorização da LP e da subalternização das LBM, seu objectivo primordial.

## Referências

Barbosa, E. A Radiodifusão em Moçambique: o caso do Rádio Clube de Moçambique, 1932-1974. Maputo: Promédia, 2000.

Benson, C. Relatório final sobre o ensino bilingue: resultados da avaliação externa da experiência de escolarização bilingue em Moçambique. Maputo: INDE, 1997.

Cooper, L. *Language Planning and Social Change*. Cambridge: Cambri-

dge University Press, 1989.

FRELIMO. *Documentos da Conferência Nacional do Departamento de Informação e Propaganda*. Macomia: FRELIMO, 1975.

Johnson, D. *Language policy*. Basingstoke, UK: Palgrave Macmillan, 2013.

Kaplan, R. Language planning. *Applied Research on English Language*, vol.2, nº1, p.1-13, 2013.

Kroskirty, P. Language ideologies: evolving perspectives. In: Jaspers, J.; Östman, J.; Verschueren, J. (Eds.) *Society and language use*. Amsterdam (ou Philadelphia); John Benjamin Publishing Company, p. 192–211, 2010.

Mabasso, E. Televisão, política linguística e direito de informação: desafio para o ensino de comunicação em Moçambique. In: Martins, M. (Org.). *Iusofonia e interculturalidade: promessa e travessia*. Famalicão: Edições Húmus. 2013. p. 279-293.

McCarty et al. Hymes and the new language policy studies. *Anthropology & Education*. Quarterly, Vol. 42, Issue 4, p. 335–363, 2011.

McCarty, T. *Ethnography and Language Policy*. New York: Routledge, 2011.

Mesthrie, R. et al. *Introducing Sociolinguistics*. Filadelfia: John Benjamins, 2009.

Moçambique. Ministério da Informação. *Documentos do primeiro seminário nacional de informação*. Maputo: Ministério da Informação, 1975.

Moçambique. *Constituição da República de Moçambique*: promulgada aos 20 de Junho de 1975. Maputo: Assembleia Popular, 1975.

Moçambique. *Constituição da República de Moçambique*: promulgada aos 2 de Novembro de 1990. Maputo: Governo de Moçambique, 1991.

Moçambique. *Constituição da República de Moçambique: promulgada aos 16 de Novembro de 2004*. Maputo: Governo de Moçambique, 2004.

Ndapassoa, A. *A batalha pelo resgate das línguas moçambicanas: o caso das Emissoras Provinciais da Rádio Moçambique* (Tese de doutoramento). Faculdade de Letras e Ciências Sociais, Universidade Eduardo Mondlane, Maputo, 2019.

Ngunga, A.; Bavo, N. *Práticas linguísticas em Moçambique: Avaliação da vitalidade linguística em seis distritos*. Maputo: UEM - Centro de Estudos Africanos, 2011.

Rádio Moçambique. *As Línguas Moçambicanas na Rádio Moçambique - Relatório final do grupo de consultoria técnica no âmbito das línguas moçambicanas*. Maputo: Rádio Moçambique, 1995.

Rádio Moçambique. *A potenciação técnica da rm e a problemática do uso das línguas moçambicana*. Comunicação apresentada ao IIIº seminário sobre LM. Maputo: Rádio Moçambique, 1996.

Rádio Moçambique. *O uso das LBM's na Rádio Moçambique*. Maputo: Rádio Moçambique, 2013.

Ricento, T. *Ideology, politics and language policies focus on english*. Amsterdam: John Benjamins, 2000.

Spolsky, B. *The cambridge handbook of language policy*. Cambridge: CUP, 2012.

Woolard, K. A. Language ideology: Issues and approaches. *Pragmatics*. Vol.2, nº3, p.235–249, 1992.

# A EMERGÊNCIA DA NORMATIZAÇÃO DAS VARIEDADES DO PORTUGUÊS DE ANGOLA E DE MOÇAMBIQUE: AVANÇOS E DESAFIOS

*Mbiavanga Fernando  
Alexandre António Timbane*

## Introdução

Realizar um estudo comparativo sobre duas realidades sociolinguísticas diferentes é sempre um desafio. O desafio resulta do facto de que as realidades socioculturais do português falado em Angola e em Moçambique apresentem idiossincrasias próprias que não podem ser confundidas. Angola e Moçambique foram colónias de Portugal tendo sofrido o mesmo sistema ideológico colonial que se estendeu até 1975, ano em que os dois países alcançaram as suas independências resultantes de lutas armadas sangrentas contra o colonialismo português. Falta a proclamação de outras independências que causam problemas no desenvolvimento das sociedades africanas em várias áreas. O desenvolvimento endógeno defendido por Ki-Zerbo (2006) nos parece imperioso para que haja mudança de rumos por forma a que estes dois países tenham autonomia e sejam donos de si mesmos.

Contrariando os conservadores do português de Portugal, aqueles que defendem a gramática normativa, as variedades do português de Angola e de Moçambique são uma realidade, especialmente nas zonas urbanas. Engana-se quem afirma que os angolanos e moçambicanos falam como em Portugal ou falam como está previsto na gramática normativa. Durante séculos, Portugal e o Brasil é que debatiam questões do português, incluindo a ortografia, quer dizer, havia uma polarização linguística. O presente estudo visa despolarizar essa visão pensando numa gramática pluricêntrica, que realmente valorize as variedades africanas e timorense do português .

As línguas naturais em uso nestes dois espaços geográficos tendem a variar a medida que as sociedades mudam. Há vários estudos que revelam que o português interfere nas línguas africanas faladas em Angola e em Moçambique, mas também o português recebe influências

dessas línguas. Isso significa que há uma troca que não é positiva nem negativa, mas sim processo normal que ocorre quando as línguas estão em contato. Os empréstimos e os estrangeirismos linguísticos não são bons ou maus para a língua, mas sim o caminho normal que qualquer língua percorre. A Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa é um mosaico rico em variedades, variantes, dialetos e sotaques do português.

As construções discursivas dos falantes desses dois países carregam marcas linguísticas das línguas locais, porque é impossível que um(a) angolano(a) ou um(a) moçambicano(a) fale sem que não apareçam tais marcas da variedade porque as variedades são vivas, estão presentes e, sobretudo frequentes nos usos cotidiano. Qualquer tentativa de se adaptar à variedade do Português Europeu (PE) redundará num fracasso para além de camuflar a identidade linguística da variedade que carrega elementos das culturas angolana e moçambicana. Qualquer cidadão/cidadã que se envergonha da sua própria variedade linguística tem problemas de autoestima e, sobretudo de identidade, o que em muitos momentos é causado pelo preconceito linguístico debatido com pormenor pelos linguistas brasileiros Marcos Bagno e Carlos Albertto Faraco. O(a) cidadão/cidadã que se envergonha da sua variedade estaria sofrendo as consequências da **ideologia colonial** que tanto prejudicou as sociedades por longo do período de colonização. Imitar a variedade europeia do português era tido como o “uso correto”, o “bom falar”. Estudos sociolinguísticos labovianos contextam essa forma de enxergar a língua.

Desta forma, é legítimo discutir a necessidade de se estudar as variedades de português de Angola (PA) e de Moçambique (PM) para que sejam descritas, analisadas e organizadas por forma a que se possa atender as realidades sociolinguísticas dessas duas sociedades. Esta pesquisa não resolve todos os anseios linguísticos, mas sim dá o seu contributo para que a soma de diferentes estudos se possa avançar rapidamente para a normatização das variedades do português de Angola e de Moçambique.

É legítimo estudar estas variedades por forma a que se possa procurar caminhos para a sua normatização e fixação oficial das variedades, tal como o Brasil e o Portugal o fizeram com propriedade e com sucesso. Não estamos inventando absolutamente nada. Apenas estamos exigindo o que é de direito nos PALOP: a possibilidade de falar livremente o português, sem complexo de inferioridade com relação às outras variedades (portuguesa e brasileira). É lícito, ainda, estudar

estas variedades para que sejam plenamente utilizadas em espaços escolares onde as “reprovações em massa” e as dificuldades no aprendizado da língua (Neto, 2009; Mingas, 2002) são apenas resquícios dessa insistência em ensinar uma variedade que é distante da cultura local (Zau, 2005). Estas justificativas motivam os autores deste capítulo a pensar, a trazer reflexões e a apontar caminhos que possam, de algum modo, sistematizar o que está sendo estudado. Este capítulo resulta dos debates ocorridos numa mesa-redonda do “Projeto Ngola Linguístico”, ocorrido virtualmente em 2020 onde os autores debateram questões da ‘normatização’.

Analisando a preocupação com as variedades africanas de português levantam-se as seguintes questões de partida: olhando para a necessidade da normatização das variedades do PA e PM, o que já foi feito ou está sendo feito e quais os possíveis caminhos para a afirmação das duas variedades do português em estudo? Avança-se a ideia de que apesar de ter sido publicado vários trabalhos teóricos resultantes de dissertações e teses é necessário avançar num processo de normatização; É urgente a criação de dicionários, gramáticas e outros que documentam as variedades em análise.

A pesquisa visa analisar a situação da normatização das variedades do PA e PM. Especificamente, pretende-se debater as noções de norma linguística e sua relevância na normatização; apresentar a situação da normatização nos dois contextos; indicar os avanços registados nas pesquisas sobre a temática e, sobretudo apontar os desafios possíveis para o alcance da normatização das variedades. É uma pesquisa bibliográfica uma vez que colocou os pesquisadores em contacto direto leituras que aprofundam o que foi escrito sobre a temática (Marconi; Lakatos, 2003) da variabilidade do PM e PA, sistematizando e contribuindo para a normatização dessas variedades.

O capítulo inicia dando enfoque sobre a situação das línguas nos dois países, procurando mostrar que várias línguas são transnacionais, pois os mapas político-administrativos são diferentes dos mapas linguísticos. Procura-se apresentar a realidade sociolinguística dos dois países, apontando para os efeitos da exclusividade da oficialidade do português. Seguidamente, atizam-se embates sobre os conceitos de ‘norma’ e aprofunda-se a questão da necessidade da normatização das variedades; A seguir, buscam-se estudos que analisam as variedades de PA e PM apresentando exemplos.



## 1. A situação sociolinguística de Angola e Moçambique

### 1.1. Angola

Angola está situada na África Austral com uma população estimada em mais de 30.000.000 de habitantes e com uma área de 1.247.700 km<sup>2</sup>. Possui cerca de 41 línguas locais, de acordo com [www.ethnologue.org](http://www.ethnologue.org) (Fernando, 2020, p. 179). Nesta pesquisa, não conseguimos estabelecer um **número exato** de línguas em Angola porque os estudos sobre as línguas autóctones ainda estão sendo desenvolvidos, uma vez que os limites entre línguas, variantes, dialetos e variedades ainda não são nítidos visto que esses conceitos precisam de um olhar sociocultural com base na realidade africana. Dentre as várias línguas locais de Angola pode-se incluir três línguas transfronteiriças designadamente, a língua Kikongo que é partilhada com povos da República de Democrática do Congo (RDC) e República do Congo Brazzaville ao Norte e Nordeste, a língua Cokwe que é partilhada com a RDC e a República da Zâmbia ao leste e a língua Oxikwanyama que é partilhada com a República da Namíbia. As línguas do grupo khoi e san são faladas em Angola e na Namíbia, resultado do deslocamento de angolanos fungindo das guerras.

Após a independência, em 1975, as autoridades angolanas adotaram o português como língua oficial do país, segundo Artigo 19º da Constituição da República de Angola (CRA). No entanto, apesar do português ter sido adotado como a língua oficial e língua de escolarização<sup>1</sup> em todo sistema de educação (Artigo 9º de Lei nº 13/01 retomado na Lei nº 17/16 e Lei nº 32/20, lei que altera a Lei nº 17/16, Lei de Bases do Sistema Educação e Ensino), este não foi nacionalizado; isto é, como veremos mais adiante, os primeiros estudos sobre o português falado em Angola surgem na década de 2000 com Mingas (2002) e Miguel (2003). Por outro lado, apesar de Angola ter nacionalizado as línguas locais, com a criação de Instituto de Línguas Nacionais e a criação de alfabetos de sete línguas de origem africana, estas não são línguas oficiais, nem línguas de escolarização ignorando a realidade sócioantropológica das crianças que frequentam as escolas do país (Fernando, 2020).

A expansão do português em detrimento das línguas locais tem sido notável. Dados do Censo de 2014 (INE, 2014) revelam que o português

---

1 Entende-se por língua de escolarização, o meio de comunicação para a transmissão dos saberes. Ela é diferente de ensino de língua onde a gramática, o vocabulário, e as formas de escrita e oral de uma língua constituem o programa e as práticas da sala de aulas para aquisição de uma L2 que não é a L1.

é falado por mais da metade da população (71%) como segunda língua, com maior predominância nas zonas urbanas. Essa expansão do uso do português explica-se pelos seguintes factores: o processo de urbanização, o alargamento da rede escolar, o impacto da rádio e da televisão (Hodges, 2002) e principalmente a necessidade de deslocamento das populações das zonas rurais para a zona urbana à busca de oportunidades sobrevivência (Fernando, 2020). Apesar da rápida expansão do português em número de falantes, a realidade do país revela que 29% comunicam-se em outras línguas, dentre elas as línguas autóctones, maternas e africanas.

Segundo Fernando (2010), nas zonas rurais e suburbanas, as línguas locais são línguas de comunicação em casa, em família, nas igrejas, enfim, elas acompanham toda a dinâmica do dia-a-dia dessas comunidades. Nessas zonas, frequentemente, o português desaparece tão logo o aluno sai do recinto escolar e acaba por permanecer num contexto de pouco uso do português. O professor também chega a falar português apenas na escola e ao voltar para o lar retoma a sua língua de origem africana. Dessa coabitação linguística se tem verificado o surgimento de variedades de português com características próprias mas com a finalidade de servir as necessidades comunicativas das comunidades que a fala.

Apesar de alguns estudos e iniciativas individuais, de alguns estudiosos que procuram perceber as dinâmicas do português falado em Angola não existe formalmente um projecto consistente que visa documentar e sistematizar as várias formas de falar para que se possa construir uns corpora que permitirão num futuro breve a construção de dicionários e gramáticas do português de Angola (Camacho, 2015, Miguel, 2019). O contrariamente ao que se verifica em Moçambique (ver o quadro 1, na seção 1.2), Angola não existe estudos sistematizados sobre a situação evolutiva dos falantes quer do português quer das línguas locais. O recenseamento populacional não é minucioso na busca de dados sobre as línguas. Este é um grande desafio que precisa ser ultrapassado por todos nós enquanto pesquisadores e compromissados com a ciência. A diversidade linguística em Angola nunca foi problema. O multilinguismo é normal nos povos africanos, o que faz com que diversas línguas sobrevivam no tempo e no espaço apesar da colonização e aniquilação cultural. As línguas locais servem de meio de comunicação em cerimônias tradicionais, em ritos, nos cantos, nos provérbios, nas poesias, nos contos e na educação tradicional.

## 1.2. Moçambique

A situação sociolinguística moçambicana é semelhante com a de Angola: a do multilinguismo ou da convivência entre o português, a língua oficial (segundo o artigo 10º da Constituição da República de Moçambique, 2004) e as diversas línguas locais do grupo bantu. Para além destas línguas, há que ressaltar a presença de línguas dos povos asiáticos (como as ismaelitas/ismailis, os islâmicos/muçulmanos, os hindus, os goeses e os indianos provenientes de Damão e Diu). Os falantes destas línguas são imigrantes e escolheram Moçambique como país de acolhimento ou ainda para implantar suas religiões, culturas e desenvolver actividades económicas. Aliás, o nome Moçambique foi atribuído em homenagem ao emir árabe muçulmano **Mussa ibn Bique**, nome de um cheike que habitou e explorou a costa do Oceano Índico bem antes da chegada dos portugueses.

Num estudo sobre “os goeses e outros povos asiáticos em Moçambique: que atitudes em relação ao português e às línguas bantu?”, a pesquisadora Maciel (2018) cita as línguas hindi, gujarati, urdu e konkani como exemplos de línguas asiáticas presentes em Moçambique. O konkani é a “língua materna de alguns goeses que se estabeleceram no país, e que, ainda, é mantido por uma pequena comunidade residente na Catembe e em alguns bairros da cidade de Maputo...”(Maciel, 2018, p.170). Finalmente, pode-se incluir nesse leque de línguas, as línguas transfronteiriças, isto é, aquelas que são faladas nas regiões de fronteira entre Moçambique e os seis países: África do Sul, eSwatini, Zâmbia, Zimbábue, Malawi e Tanzânia.

As línguas locais são línguas da maioria (cf. Quadro 1, mais adiante), mas elas não são oficiais e nem são línguas de ensino, exceptuando o regime experimental da educação bilíngue discutida com pormenor por Nhampoca (2015). Atualmente, 17 línguas bantu moçambicanas foram padronizadas ortograficamente e divulgadas num estudo de Ngunga e Faquir (2011). A padronização ortográfica é artificial e constitui uma lei que conduz a escrita de línguas. A primazia da língua é a fala e não escrita, quer dizer, as línguas naturais forma inventadas para ser faladas. A escrita é um acidente do percurso e ela é bem recente criada para atender uma camada social bem precisa, com necessidades bem específicas (acadêmicos, escritores e interesses político-econômicos).

Aliás, pesquisadores que se interessam pelas línguas africanas ainda apresentam dificuldades na adaptação das grafias europeias que possam corresponder aos sons próprios das línguas africanas. Em

muitos momentos, o alfabeto de línguas europeias adaptado às línguas africanas causa vários problemas. Mas a resolução deste impasse só é possível por meio da realização de congressos, colóquios e outras manifestações acadêmico-científicas que possam sugerir e acordar as regras da escrita. A escrita não mexe com a estrutura do sistema linguístico, mas é uma lei à parte. Por isso a palavra “casa” se escreve com C/A/S/A (Cagliari, 2009). Esta é a única forma de escrever a palavra. As outras possibilidades gráficas (\*kasa, \*caza, \*kaza, \*caza, \*qaza) estão erradas embora a fonologia seja correcta: /kaza/. A escrita não representa na íntegra os sons da fala. Por exemplo: no português o som /z/ é representado pelas letras **Z** (ex. zebra), **X** (ex. êxito) e **S** (ex. casa). A escrita é outra língua que usa recursos inexistentes na oralidade.

A Língua Portuguesa (LP) em Moçambique é falada especialmente por pessoas alfabetizadas e/ou por aquelas que vivem nas zonas urbanas. Mas também, o número de falantes da LP como língua materna vem aumentando, fato que é impulsionado pelo planeamento linguístico colocado em prática em 1975 com políticas educativas inclusivas, massivas bem como com o aumento dos meios de comunicação em português: a rádio, o jornal, a televisão e a internet. O português está presente em todas as regiões de Moçambique, tendo se expandido massivamente por meio do ensino formal e de imposições governamentais. No quadro a seguir, apresentamos dados da evolução dessas línguas ao longo dos quatro recenseamentos (Censos) realizados no período pós-independência.

**Quadro 1:** Situação percentual das línguas em Moçambique

| Estatuto da língua    | % falantes em 1980 | % falantes em 1997 | % falantes em 2007 | % falantes em 2017 |
|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Português como L2     | 24,4               | 39                 | 50,3               | 60,3               |
| Português como L1     | 1,2                | 6,5                | 10,7               | 16,5               |
| Línguas bantu como L1 | 98,8               | 93,5               | 89,3               | 81,2               |

**Fonte:** Timbane e Andrade (2019)

O número crescente de cidadãos alfabetizados (a maioria jovens) favorece a mistura e o contato de línguas, providenciando em muitos casos mudanças linguísticas por meio do processo de empréstimos (Timbane, 2011). Uma das características comuns das línguas é a capacidade de evoluir (perda ou ganho de certos traços linguísticos) ao longo do tempo, fato que não é mau, errado, feio, mas sim um destino normal de todas as línguas vivas. São transformações que aparecem de forma discreta, quase imperceptíveis e que mais tarde se generalizam em toda

a comunidade linguística formando variedades e variantes linguísticas.

O Quadro 1 e as estatísticas apresentadas na secção 1.1 sobre falantes do português em Angola mostram uma redução acelerada de falantes das línguas locais em Angola e Moçambique. Esta tendência é perigosa e, sobretudo preocupante se considerarmos a língua/variedade como parte integrante da cultura e um instrumento indispensável para a comunicação, porque “todas as línguas são a expressão de uma identidade coletiva e de uma maneira distinta de apreender e descrever a realidade, pelo que devem poder beneficiar das condições necessárias ao seu desenvolvimento em todas as funções” (UNESCO, 1996, Artigo 7º). A ascendência percentual do português e a redução das línguas locais pode contribuir para a morte dessas.

A língua varia e muda a medida que a cultura e os seus falantes mudam também. O deslocamento do português da Península Ibérica para o Brasil, para Timor Leste, Macau e para os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa provocou variações e mudanças drásticas na língua no que toca a fonologia, a sintaxe, a morfologia, a semântica e a pragmática, como ilustram os enunciados apresentados na secção 3. Essa variação resulta do contacto entre o português e as diversas línguas asiáticas, americanas e africanas. Para além disso, em Portugal, o português não parou no tempo, quer dizer, o português usado por Luís Vaz de Camões já não é o mesmo que se fala ou escreve hoje.

Consideramos este fenómeno como um percurso normal de qualquer língua natural em uso. A medida que o tempo passa, a língua adquire outras formas, outras características que efetivamente atendem a realidade dos falantes. Nesta perspectiva não se pode avaliar positivo ou negativamente os falantes porque não existe uma fala certa, bonita, feia ou trucada. Todas as falas são legítimas para a comunidade que as usa. Olhando nesta perspectiva, o Brasil já se afirmou perante a variação do português tendo produzido dicionários e gramáticas que representam a sua variedade.

Angola e Moçambique não estão alheios a variação do português. Essa variação é perceptível para quem já ouviu o falar português nesses dois países. A ideologia colonial havia disseminado a ideia de que o ‘melhor português’ é aquele que é falado em Portugal. Aliás, sendo Angola e Moçambique ‘províncias ultramarinas’ de Portugal, os seus povos eram obrigados assimilarem a língua e a cultura portuguesas. Estudos sociolinguísticos mostram que a língua não decalca realidade, ou seja, a língua não imita realidade. Não se pode viver, conviver em Angola e com Angolanos sem assimilar as formas características da variedade local, por

exemplo. As falas angolanas denunciam a identidade (Santos; Timbane, 2020), o que nos leva a concluir que é urgente refletir a necessidade da normatização das variedades do PA e PM para que possa atender as realidades locais.

## 2. Normatização de uma língua ou variedade: embates e debates

A língua constroi discursos, constrói sentidos, estratificam socialmente os falantes e oferecem oportunidade que delimitam recorrências, tendo em atenção a sua natureza social, se pode dizer que, a língua enquanto fenómeno social está sujeita a normas. Nesta secção, interessa analisar as leituras e compreensões que existem entre estudiosos interessados no tema.

A palavra normatização vem de “norma”. A palavra “norma” quer dizer “tudo o que é de uso corrente numa língua relativamente estabilizada pelas instituições sociais”. Falar da existência do português de Portugal ou do português do Brasil está-se falando de variedades que estão estabilizadas socialmente e que possuem uma afirmação própria em/a nível da política linguística e que são legitimadas por meio de Dicionários ( de Aurélio, de Houaiss, de Francisco S. Borba) e Gramáticas publicadas (de Ataliba Castilho, de Mário Perini, de Marcos Bagno, de Maria Helena de Moura Neves, de Antônio Suárez Abreu). Mas isso constitui uma ‘formalidade’ da política linguística porque a língua é abstrata e vive e convive na comunidade que a fala.

A língua é a soma de normas e cada falante escolhe uma norma a usar, a depender do contexto e das condições de comunicação. Um juiz exige que seja chamado de ‘meritíssimo’ na sala de audiência, mas o mesmo já não aceita a mesma palavra quando é abordado por amigos num barzinho ou quando conversa com o filho ou esposa. Trata-se da variação **estilística** ou **diafásica** (Coelho et al. 2015). Isso significa que a mesma pessoa utiliza/aceita discursos diversos (registros formal e informal) a depender do local ou da posição social ou jurídica que ele ocupa. Uma língua será sempre entendida como o conjunto das variedades assumidas pelos seus falantes (Faraco, 2002). Por isso, o autor considera norma linguística como o uso habitual da língua nos diversos grupos sociais. Cada grupo social tem sua norma da língua, isto é, não existe uma única norma linguística, mas várias normas que caracterizam a diversidade de grupos que fazem parte de uma mesma sociedade. Assim, pode-se pensar na norma linguística das comunidades rurais, na

norma da língua dos grupos de jovens urbanos, na norma de falantes que vive nas periferias urbanas, na norma informal da classe média urbana, só para citar alguns.

Lucchesi entende por **normal**, o que “é habitual, costumeiro, tradicional dentro de uma comunidade (...)” e “o **normativo** remete a um sistema ideal de valores que, não raro, é imposto dentro de uma comunidade” (Lucchesi, 2004, p. 64). Falando sobre norma numa entrevista à TV Cultura (s.d.), o professor Evanildo Bechara compara a **norma culta** a uma mulher maquiada (produzida). A norma culta está ‘maquiada, está bonita, caprichada’ e com características que não são naturais, mas sim artificiais. A artificialidade a torna difícil, complexa, distante da fala do povo de tal forma a que mesmo de ter aprendido mais de 12 anos (ensino fundamental e médio) como disciplina curricular ainda não nos sentimos seguros para afirmar categoricamente que a conhecemos bem. A norma culta é uma etiqueta social porque ela visa ascensão social, política e econômica.

Para o Coseriu (1979), o termo “norma” refere-se ao ‘como se diz’ e não ao ‘como se deve dizer’, contrariando o conceito da norma prescritiva, discutido por Castilho (2002). Desse modo, o autor desenvolveu uma teoria de norma social em oposição à tradicional norma prescritiva, propondo a trilogia sistema/norma/fala entendendo-a como uma parte intermediária entre a *langue* (língua) e a *parole* (fala), termos introduzidos pelo Saussure (2006). No entendimento do Coseriu, enquanto a *langue* e a *parole* representam, respectivamente, as oposições funcionais do sistema linguístico e a realização concreta e individual das possibilidades oferecida pela língua, a norma seria justamente uma realização colectiva, que determina as realizações linguísticas numa comunidade de falantes.

Enquanto isso Castilho (2002) analisa o termo “norma” buscando um conceito amplo e outro restrito. O conceito restrito é que seria de maior interesse para o processo de escolarização por entender-se como os usos e as atitudes de uma classe social de prestígio distinguindo-se como norma objectiva, norma subjectiva e norma prescritiva, esta última encarada e difundida pela escola como sendo a representação única e exata da língua. Castilho (2002) define norma objectiva, explícita ou padrão real como a linguagem praticada pela classe social de maior prestígio, a qual se define também como a classe que tem os maiores níveis de escolaridade, identificando-se como a classe culta. Castilho considera a norma prescritiva como a combinação entre norma objectiva e norma subjectiva, isto é, são os usos linguísticos da classe social de prestígio, identificados como o ideal de perfeição da linguagem.

No entanto, é importante não perder de vista que a variedade da língua utilizada pelos falantes desta classe social não é, linguisticamente, superior às outras formas de falar, mas é o que se atribui maior prestígio, pois corresponde a variante atribuída à escola, às instituições do Estado. **A norma-padrão** não é um modo de falar: como o próprio termo ‘padrão’ implica um modelo de língua, um ideal linguístico a ser alcançado, um constructo sociocultural que não corresponde de facto a nenhuma das muitas variedades sociolinguísticas existentes num território. Por ser uma forma ideal, na perspectiva platoniana do termo, a norma-padrão não pertence ao mundo dos fenómenos, mas exclusivamente ao mundo das ideias, sendo, portanto, um ser de razão.

Assim, a variedade que vem sendo ensinada nas escolas dos PALOP e de Timor Leste se refere à variedade portuguesa do português de Portugal, também conhecida como português europeu (PE), havendo necessidade de uma ‘independência linguística’ que permite que os africanos e timorenses possam se expressar da sua maneira, sem que haja uma imposição externa. Além do mais, o português em Moçambique é língua materna de 16,5% de moçambicanos, segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (2017) para além de ser língua oficial de todos os moçambicanos. Ao passo que em Angola, o português é língua materna de 39% de angolanos, segundo dados do censo do Instituto Nacional de Estatística de Angola realizado em 2012 (Fernando, 2020).

A questão ‘normatização de uma variedade’ pode parecer uma ousadia de sociolinguistas e outros estudiosos da linguagem, mas não é. As reprovações em massa em muitos PALOP justifica-se, por um lado, pela variedade aprendida na escola que é distante da variedade falada por essas crianças. A inexistência de instrumentos do tipo dicionários e gramáticas das variedades africanas as tornam mais vulneráveis e dependentes dos materiais produzidos em Portugal. Aliás, Angola e Moçambique são os únicos países da CPLP que não ratificaram o Acordo Ortográfico (1990), o que significa que ainda usam o Acordo Ortográfico de 1943 quando esses países eram províncias ultramarinas de Portugal. Por isso, a variedade do português aprendida nas escolas está distante dos angolanos e dos moçambicanos. As consequências do não uso de uma variedade local, do não uso de um dicionário da variedade local ou ainda de uma gramática local são incalculáveis. Não se imagina as consequências drásticas que os aprendentes de uma norma-padrão que se localiza distante da realidade africana de português enfrentam no decorrer da aprendizagem.

Para que haja ‘normatização’ das variedades, basta, em primeiro



lugar, aprofundar e consolidar pesquisas já levadas a cabo para que se possa definir quais os elementos que farão parte da variedade. Para que isso aconteça, é desejável que os estudos sobre as variedades do português sejam massificados e sistematizados tanto na graduação (iniciação científica) quanto na pós-graduação, incentivando os estudantes a integrarem em grupos de pesquisas que permitam construir um banco de dados. A organização e a produção de instrumentos do tipo dicionários e gramáticas é fundamental para que estes sirvam de meios de consulta para os alunos e não só. É nesta parte que entra em cena a importância dos políticos para que haja aprovação de leis que legitimam o uso da variedade.

Normatizar é uniformizar para que haja entendimento num grupo preciso, neste caso nas academias e noutros contextos formais. Definir quais os elementos da gramática a ter em conta é um primeiro passo havendo necessidade do impulso das políticas públicas. É provável que isso não seja aceite com facilidade pelos governantes porque envolve recursos financeiros que vão desde a mudança dos manuais escolares e adaptações permanentes dos documentos oficiais. A literatura já usa de certo modo a variedade local e dispensa de adaptação. Os glossários de algumas obras literárias fazem recurso às particularidades léxico-semânticas das variedades usadas. Os exemplos das obras “Terra sonâmbula” de Mia Couto e o “Mestre Tamoda” do Wanhenga Xito reforçam os nossos argumentos.

Qualquer falante da língua portuguesa percebe facilmente que as variedades brasileiras e portuguesas têm características distintas uma da outra e já possuem instrumentos legitimadores, para além de não considerar as suas variedades como melhores que outras. Os PALOP precisam de ter a autoestima das suas variedades sem classificá-las como português “feias” ou “portugues mal falado”. Normatizar uma variedade não é criar uma outra língua, porque sempre vai ser compartilhado o mesmo sistema. A afirmação de uma variedade não é bom nem é mau para a língua porque trata-se de um fenómeno normal em todas as línguas do mundo.

### **3. Pistas sobre as variedades de português angolano e moçambicano**

Vilela (1999) já definia as variedades africanas do português como “indícios” em 1995. Na década 80 e 90, alguns autores defendiam a inexistência de variedade de português de Angola e Moçambique. Hoje está

mais que claro que não se trata de “indícios”, mas sim de características próprias de afirmação de uma norma (ou variedade) própria dos palopianos que se mostra presente em todos os níveis linguísticos: fonologia, morfologia, sintaxe, semântica, pragmática, etc. Segundo Vilela (1999, p.103), a “língua dispõe de modelos de formação verbal: a preferência por afixos, por neologismos lexicais, por empréstimos semânticos, por palavras importadas de outras línguas.”

O PE não é modelo para as restantes variedades do português, isto é, não existe uma hierarquia entre variedades. Está claro para nós que o PE é uma variedade que difere do PA e PM, mas isso não significa que sejam inferiores ao PE. Pode-se analisar/descrever uma variedade sem comparações porque não se pretende rotular/qualificar o PE como a variedade mais correta. Seria justo se comparássemos o PA e o PM com uma variedade mais correta, mas como não existe vamos nos ater aos exemplos desta variedade, descrevendo-a tal como ela é. As análises aqui apresentadas resultam de leituras e análises de diversas obras que debatem a temática. Fez-se a busca, leitura e análise do que foi publicado em Angola, em Moçambique e outras partes sobre as variedades dos dois contextos.

### **3.1. O português angolano (PA)**

Considerando a realidade sócio-histórica que subjaz à formação da variedade do português em Angola (PA), estudos sobre o português falado em Angola surgem a partir da década de 2000. Raposo et al. (2013) afirmam que devido ao tratamento da variedade não nativa, essencialmente adquirida no contexto de língua segunda (L2) em que não há exposição à norma-padrão europeia, se desencadeia um conjunto de efeitos de relevo no processo de variação e mudança. Na generalidade, embora não é reconhecida no plano formal, o discurso dos falantes do português em Angola é gerado por regras de uma gramática em construção e que exige dos estudiosos um trabalho aturado na recolha e análise dos enunciados.

O português angolano (PA) é uma variedade do português que surgiu da interação entre o português e as diversas línguas locais e não só faladas naquele espaço geográfico. Zau (2011) considera que o PA resulta da evolução natural daquilo que se designou “pretuguês”. Bernardo (2017) discute que o PA resulta de um processo evolutivo e dinâmico das “condições sociais, históricas (contatos), geográficos que influenciam a produção discursiva dos indivíduos” (Bernardo, 2017, p.38). O PA é uma

realidade e precisa ser valorizado tanto pela escola angolana e quanto pela CPLP. O reconhecimento da variedade reduzirá em grande medida o ‘preconceito linguístico’ que está enraizado na sociedade angolana.

Domingos e José (2018) no artigo “Memória coletiva e construção de identidade linguística nas narrativas de Alfredo Troni e Uanhenga Xitu” sinalizam a presença de angolanismos na literatura angolana em seus aspectos léxico-semânticos e discursivos. Esse estudo demonstrou que quer a narrativa ‘Nga Mutúri’, de Alfredo Troni, quer a ‘Kahitu’, de Uanhenga Xitu, reportam a variedade angolana do português, considerando os vários aspectos estilísticos e variacionistas, o que reforça fortemente a necessidade do estudo da variedade para que com a normatização seja possível usá-la em sala de aula. Os autores vão longe ao afirmar que “as duas narrativas contribuem muito na construção da identidade linguística da variedade do Português de Angola, recorrendo aos dados da memória coletiva, que permitem reportar práticas linguísticas típicas das comunidades representadas nas respectivas narrativas” (Domingos; José, 2018, p.145).

Desta feita, na descrição que se segue, será apresentada uma amostra de algumas características que distinguem a variedade do PA, mesmo que essa amostra não seja tipicamente do repertório linguístico de todos falantes, ou não ocorram em todas situações de comunicação. São selecionados alguns traços gramaticais que apresentam carácter mais estável e se distribuem de maneira mais regular pela comunidade de locutores. Entre alguns autores selecionados destacam-se Miguel (2003), Fernando (2014), Adriano (2015) e Sassuco (2016). Dos aspectos analisados destacamos os do plano fónico, lexical e sintáctico ou lógico-gramatical.

### **3.1.1 Plano fónico**

No conjunto de fenómenos fónicos estudados destacamos dois tipos de inovações:

#### **3.1.1.1 Padrão silábico**

Raposo *et al* (2013), ao analisar a variedade do português falado em Angola, apontam que línguas bantu de Angola fixam como padrão silábico consoante-vogal (CV), podendo admitir-se que esta propriedade ter marca na produção linguística dos falantes do português em Angola, como se vê nos exemplos (1). Os exemplos ilustram claramente a consistência da estrutura silábica CV e o carácter de sílaba aberta que é

predominante nas línguas bantu de Angola.

|    |    |           |           |              |
|----|----|-----------|-----------|--------------|
|    |    |           | PE        | PA           |
| 1. | a) | querido   | kíidu]    | [kɛlídu]     |
|    | b) | pequenino | [pkínínu] | [pɛkenínínu] |
|    | c) | fome      | [fóm]     | [fómí]       |

(Raposo *et al*, 2013, p.163)

### 3.1.1.2 Pré-nasalização

As construções pré-natais são frequentes nas línguas Bantu (Sassuco, 2013, Fernando, 2014). Este fenómeno envolve a presença de traços nasais, que consistem na anteposição desse traço diante de um som oral para os falantes de Umbundu (2a/b) ou a sua deslocação para a segunda sílaba (2c/d). A nasalização no PE, ocorre apenas com sons vocálicos, ao passo que nas línguas bantu de Angola esse fenómeno se pode manifestar numa sequência consonântica [mp, mb, nd, nt, ns, mf, etc.].

|    |    |       |         |                       |
|----|----|-------|---------|-----------------------|
|    |    |       | PE      | PA                    |
| 2. | a) | bacia | [basia] | [ <sup>m</sup> basia] |
|    | b) | banco | [bāku]  | [ <sup>m</sup> bākū]  |

(Sassuco, 2016, p. 208)

|  |    |         |                       |                         |
|--|----|---------|-----------------------|-------------------------|
|  | c) | bom dia | [ <sup>b</sup> Ō-dia] | [bo- <sup>n</sup> d̪ia] |
|  | d) | bombo   | [bŌ-bo]               | [bo-bŌ]                 |

(Fernando, 2014)

### 3.1.2. Plano lexical

O léxico é a face mais evidente de uma variedade. O estudo de Timbane, Santana e Afonso (2019) releva a presença de angolanismos lexicais na música angolana. O referido estudo mostra uma análise das músicas do cantor angolano de hip-hop, Yannick Afroman. Analisando a música “Amanhã mais” do álbum “Mentalidade”, os autores observaram a presença de:

#### 3.2.1. Empréstimos linguísticos vindos de varias línguas:

- 3) “kamba”=amigo, “ya”=sim, “bisno”=negócio, “bisneiro”=ladrão, enganador  
“madiés”=indivíduos, gajos, “cúbico” = casa;

#### 3.2.2 Inovação semântica:

- 4) “pausado” = descansado, “um dinheiro” = dinheiro de qualquer quantia, “gato” = sem dinheiro, “berrar”=responder, afirmar, “dura” = dólar, “baile” = enrolação, “rafeiro” = mafioso ou sem vergonha), “travar com jantes”= situação de pobreza  
“tava arrasca” = passar por dificuldades, “comwé” = o que se passa?, “tás a me deixar mal” = estás a prejudicar-me, “andar a (vossa) atrás” = cobrar, “trancar a cara” = semblante sério, “tó fraco” = não ter dinheiro, “deixa estar” = pode deixar.  
( Timbane, Santana e Afonso, 2019)

### 3.1.3 Sintaxe

Miguel (2003), ao analisar o emprego da forma tónica “**mim**” no português falado em Luanda, constatou que esse tipo de construção aparece, com frequência, com sujeito nas orações infinitizadas introduzidas por “para”, como ilustram os exemplos (5).

5. a) ... p'ra **mim** sustentar os meus vícios.
- b) Ando lutar para **mim** se registar,...
- c) A senhora falou para **mim** entrar.

(Miguel, 2003, p. 74)

A autora reporta que na generalidade, no PA luandense, não se toma em consideração pronomes reflexivos e recíprocos diferenciados por pessoas gramaticais, como se lê nos exemplos (6).

6. a) eu **se** mexi
- b) por isso estou **se** remediando aqui.
- c) ...nós não **se** entendemos aqui.

(Miguel, 2003, p.74)

Adriano (2015) ao estudar a VPA, reporta o uso da preposição **com** no lugar de **de**, como ilustra os exemplos (7).

7. a) O aluno concordou **com** a opinião do professor.
- b) Não duvides **com** a sabedoria dos velhos.
- c) O João divorciou-se **com** a Madalena.

(Adriano, 2015, p.204)

O uso de língua como meio de comunicação tem três factores fundamentais, as expressões linguísticas usadas, o significado que elas têm e o contexto em que são usadas. Enquanto a sintaxe centra-se, essencialmente, na estrutura de unidades como frase, com especial incidência na ordem de palavras e todas questões complexas com ela relacionada, a semântica centra-se na relação entre a expressão linguística e aquilo que ela refere. Em outras palavras, a semântica centra-se no significado que surge a partir da combinação das expressões mais básicas em grupos de palavras e em frases. Pode-se dizer que o significado do todo é uma função do significado das suas partes e da forma estão relacionados, constituindo o princípio de composicionalidade.

Nos exemplos no (8), os enunciados apresentados demonstram uma inovação na designação parentesco fazendo recurso ao substrato *bantu*.

8. a) Meu filho de homem [meu filho]  
 b) Minha avó de mulher [minha avó]  
 c) Pai grande [tio paterno mais velho]  
 d) Pai pequeno [tio paterno mais novo]
- (Fernando, 2014)

## 3.2 O português moçambicano

Para iniciar os debates traremos o conceito “moçambicanismo”. Segundo Dias (2002, p.20), denominam-se moçambicanismos “todas as palavras (neologismos e empréstimos) que são mais tipicamente usadas em Moçambique e que mostram e particularizam a regionalização léxico-semântica do português em Moçambique.” Vejamos alguns exemplos de moçambicanismos extraídos de vários autores.

### 3.2.1 Plano fonológico

9. a) A inserção da nasal em palavras como:  
 convinte\* /'convite', enkonomiya\*/'economia', enzagero\*/'exagero', enzame\* /  
 'exame', enzixte\* /'existe', etc.
- b) desvozeamento dos sons consonânticos para falantes do emakhuwa como língua materna:  
 kasa\*/'caça', kasa\*/'casa', kasa\*/'Gaza', teto\*/ 'dedo'
- (Ngunga, 2012, p.11).

Em nenhum momento afirmamos que estas diferenças seriam erros de português. Não existe nenhum erro aqui, apenas se observa a manifestação da variedade do português moçambicano.

### 3.2.2 Plano lexical

#### 3.2.1. Empréstimos linguísticos:

Timbane ao estudar discurso de falar de moçambicanos apresenta-nos enunciados resultantes de contactos do português com outras línguas.

10. *matabicho* = café da manhã ou pequeno-almoço), *sograría* = casa dos sogros, cortar o ano = réveillon, *falar-alto* = subornar/corromper, *wasso-wasso* = feitiçaria de amor, *tchapo-tchapo* = rápido, *pasta* = mochila, *machamba* = horta, roça, *madala* = idoso, *baraca* = lanchonete, *cabritismo* = corrupção, *candongá* = comércio informal, *machimbombo* = autocarro ou ônibus, *xiconhoca* = reacionário, teimoso.

(Timbane, 2013)

Como se pode observar, estas unidades não são neologismos para a contexto moçambicano. Há palavras que caíram em desuso e passado 3 décadas voltaram a ser utilizadas. É o caso de *xiconhoca*. São unidades lexicais que deverão fazer parte do futuro “Dicionário da língua portuguesa: variedade moçambicana”. Esta proposta de título é exaustiva porque dizer “Dicionário de Língua Portuguesa” é vago demais uma vez que existem variedades e variedades. A soma das unidades lexicais usadas em toda comunidade lusófona forma o verdadeiro “Dicionário da Língua Portuguesa”. Com relação à variedade, Vilela definiu “português moçambicano” como

indícios claros de afirmação de norma própria: na maneira original como adota o seu vocabulário de origem bantu ao sistema português divergindo inclusivamente da norma europeia (lusitana), no modo como simplifica a morfologia flexional do português, como começa a optar pela ordenação dos elementos frásicos na sequência discursiva e, sobretudo, como força o léxico do português a adaptar-se à mentalidade africana, tanto nos semas inerentes como semas classemáticos: o que implica, por vezes, uma reformulação do esquema frásico em alguns dos seus modelos proposicionais (Vilela, 1995, p.68).

### 3.2.3 Sintaxe

Há vários fenômenos que se pode apontar que são próprios da variedade moçambicana do português.

11.

1. Escolha de verbos:  
*Tu também podes **nascer** um filho saudável.* (Gonçalves, 2013, p.30)
2. O uso da preposição “com”:  
*Ele sofre **com** asma* (Dias, 2009, p.242)  
*Eu comi peixe, laranjas **com** bananas.* (Dias, 2009, p.244)
3. O uso do verbo “dar”:  
*Os professores não conseguem **darem** as aulas.* (Gonçalves, 2001, p.985)
4. O uso da preposição “em”:  
*O pai volta **em** casa às sete.* (Gonçalves, 2001, p.983)
5. O discurso:  
*O presidente afirmou que não sei.* (Gonçalves, 2001, p.984)
6. Falta de concordância verbal:  
*Muitos já não **respeita** a tradição.* (Gonçalves, 2013, p.30).

## 4. A política linguística e caminhos possíveis

Após a proclamação das independências, em 1975, o Estado angolano e o Estado moçambicano adoptaram o português como língua oficial e de escolarização em todos níveis, numa clara prossecução da política assimilacionista e exoglossica como demonstra o quadro 2 que ignora o

quadro sociolinguístico real dos dois países:

**Quadro 2:** Quadro jurídico das línguas de Angola e de Moçambique

| Constituição de Angola (2010)   | Constituição de Moçambique (2004)  |
|---|--|
| <p><b>Art.19</b> “1. A língua oficial da República de Angola é o português.”</p> <p>“2. O Estado valoriza e promove o estudo, o ensino e a utilização das demais línguas de Angola, bem como das principais línguas de comunicação internacional.”</p>  | <p><b>Art.10</b> “Na República de Moçambique a língua portuguesa é a língua oficial.”</p>  |
| <p><b>Artigo 21.º (Tarefas fundamentais do Estado)</b> (n) “Proteger, valorizar e dignificar as línguas angolanas de origem africana, como património cultural, e promover o seu desenvolvimento, como línguas de identidade nacional e de comunicação;”</p>  | <p><b>Art.9</b> “O Estado valoriza as línguas nacionais como património cultural e educacional e promove o seu desenvolvimento e utilização crescente como línguas veiculares da nossa identidade.”</p>  |
| <p><b>Art.23</b> “2. <u>Ninguém pode ser prejudicado</u>, privilegiado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão da sua ascendência, sexo, raça, etnia, cor, deficiência, língua, local de nascimento, religião, convicções políticas, ideológicas ou filosóficas, grau de instrução, condição económica ou social ou profissão.”</p> | <p><b>Artigo 27 (Por naturalização)</b> “Pode ser concedida a nacionalidade moçambicana por naturalizaç, reúnam cumulativamente as seguintes condições: (...) conheçam o português ou uma <u>língua moçambicana</u>;” aos estrangeiros que, à data da apresentação do pedido</p> |

**Fontes:** Angola (2010) e Moçambique (2004)

A política de adopção do português como a única língua oficial revela claramente a falta de interesse pelas línguas locais. As Constituições das Repúblicas de Angola e de Moçambique são claras e sobretudo vagas com relação à questão das línguas locais. Os Artigos 19º da Constituição da República de Angola (CRA) e 10º da Constituição da República de Moçambique (CRM) impedem o desenvolvimento das línguas locais. A subalternização das línguas autóctones precisamente decorre da sua não valorização pelos dois Estados. O número 2 do Artigo 19º da CRA e o Artigo 9º da CRM são a prova evidente dessa desvalorização. Quer dizer, 45 anos após as independências continuamos sem promover o estudo das demais línguas. Na há clareza nessas “demais” porque existem línguas transfronteiriças.

No caso de Angola nem o português adoptado como língua oficial e língua de escolarização é estudado de acordo com o contexto em que se realiza. Daí a nossa luta pela normatização da variedade. O mais grave ainda é o facto de as variedades faladas nesses dois países não serem reconhecidas, deixando os falantes nativos dessas variedades



numa situação humilhação. Porque? Porque ainda há preconceito linguístico com relação à variedade que é língua materna de moçambicanos e angolanos.

Nos dois contextos fica clara a hierarquia entre línguas. O português é prestigiado e as restantes confinadas à cultura. Este é o primeiro erro grave, porque não existe uma língua superior que outra. Essa ideia da hierarquia entre línguas é a forma como colono tratou essas línguas. A hierarquia entre línguas prove da ideologia colonial que tanto lutamos pela liberdade de pensamento. Todas as línguas têm o mesmo peso e poder diante dos seus falantes. Afirmar que o português é a língua oficial, está-se dizendo que as outras são subalternas. A pergunta é: o que impede que as outras não sejam oficiais? Que qualidades o português tem e que as outras não têm? As outras línguas também são importantes e poderiam ser oficiais desde que haja uma vontade política para tal.

O número 2 do Artigo nº19 da CRA e o Artigo nº9 da CRM nunca foi posta em prática. Em Angola 45 anos após a proclamação da independência, os Estados angolano e moçambicano ainda não são capazes de inserir essas línguas no sistema de ensino. Está lá na CRA e na CRM, mas não se realiza na prática. Está claro que quando se fala da valorização passa necessariamente pela tomada de medidas que contribuam para a manutenção evitando assim a extinção das línguas. A língua portuguesa adoptada como oficial deve ser naturalizada. Essa naturalização em contexto de Angola e Moçambique passa necessariamente pela criação de instrumentos do tipo dicionários e gramáticas.

O que é 'conhecer' português. Quem vai medir o 'conhecimento' do português? 'Conhecer' significa saber falar ou saber escrever? Todos angolanos e moçambicanos conhecem português? São questões que não são clarificadas pelas Constituições dos dois países. A nacionalidade do português foi legalizada por meio da constituição. Contudo, precisa-se documentar os elementos que constituem o discurso do falante.

O Artigo 23º da CRA estabelece que ninguém pode ser prejudicado por não saber uma língua local. Mas isso não passa de **falácia** porque pelo facto de não saber português já é motivo para ser excluído de participar em alguns sectores da sociedade. O desconhecimento de português pode fazer com que o sujeito seja excluído na entrevista de emprego ou em qualquer outro espaço socioeconómico. Os alunos reprovam em diversas disciplinas devido ao desconhecimento do português. Mas ninguém já foi processado, julgado, condenado e preso em respeito à CRA ou CRM. Isso vai ao encontro da ideia de que a língua é um instrumento opressor em alguns contextos da vida social, político e económico

(Timbane; Rezende, 2016).

Além do mais, por falta da coragem política de assumir que existe uma variedade do português que falamos, muita gente é maltratada e considerada menos intelectual por culpa de não saber falar o português padrão (a variante europeia). No Artigo 23º, o legislador usa o verbo “privilegiar”. Quem não sabe português não recebe privilégios e isso é verdadeiro e prático podendo ser observado no quotidiano dos angolanos. Verifica-se que até o próprio legislador não vigia o cumprimento e nem se preocupa com o incumprimento do artigo em debate.

Os angolanos e moçambicanos que falam português como língua materna não têm outra referência linguística senão a do português angolano/moçambicano. Torna-se legítimo que a sua variedade seja estudada se entendermos a língua como “um produto social da faculdade de linguagem e um conjunto de convenções necessárias, adotadas pelo corpo social para permitir o exercício dessa faculdade nos indivíduos” (Saussure, 2006, p.17). Então se pretendemos estudar a língua falada/escrita pelos angolanos/moçambicanos temos que estudar em contexto real, porque seria inútil estudá-la fora do seu contexto social (Labov, 2008).

A escola tem um papel fundamental no ensino da norma-padrão. Os pais já cumprem o seu papel e são os melhores professores do mundo, porque conseguem ensinar uma língua aos seus filhos sem o uso da terminologia linguística. Ensinam sem dizer que isto é adjetivo, pronome, frase subordinativa ou adjetivo. Cabe à escola ensinar a variedade privilegiada do português. Segundo Vilela (1999, p.103) “ensinar a língua é colocar o aluno perante esses roteiros mentais e materiais. Os modelos mentais de representação tanto se situam na imitação como na criação. Enfrentar a realidade através da língua é o primeiro passo para ter acesso à língua e à realidade.”

## **Considerações finais**

As variedades do PA e PM atingiram níveis de variação na maior parte dos principais aspectos linguísticos, designadamente fonológicos, sintáticos, lexicais, morfossemânticos, dentre outros; no entanto, apesar dessas variações, essas variedades ainda não são objecto de processo normatização. O debate acerca deste assunto opõe entre os estudiosos que defendem a necessidade e a possibilidade de normatização das variedades e aqueles que consideram que ainda é cedo demais para tal processo. Porém, sendo verdade que os aspectos que particularizam as variedades são claramente evidentes, constituindo um saber estável nos

espaços onde são faladas, é legítimo que se de início um processo de normatização.

No entanto, o processo da normatização não deve tão somente considerar os aspectos das variedades do PA e PM até aqui apresentados, pois, na sua maioria, são passíveis de ser superados com o processo de escolarização; nem simplesmente os aspectos do Português de falantes educados/cultos, pois estes constituem uma minoria e não refletem melhor a variedade do PA e PM. Portanto, a norma do PA e PM deve basear-se nos aspectos que se registram quer na camada de falantes médios, quer na de falantes educados/cultos – pois é isto que consiste as verdadeiras marcas do PA e PM. Isto implica ter em atenção aos aspectos que sobrevivem mesmo com o processo de escolarização. O processo de normatização não deve negligenciar a descrição, mas não deve, também, estar prisioneiro da descrição exaustiva. A normatização das variedades PA e PM irá acabar com as inconveniências que se associam às línguas não nativas e devolver a autoestima aos seus falantes nativas, por isso recomenda-se.

## Referências

- Adriano, P. S. *A crise Normativa do português em Angola*. Clitização e regência verbal: que atitude normativa para o professor e o revisor? Luanda: Mayamba, 2015.
- Angola. *Constituição da República*, Luanda: Assembleia Nacional e Constituinte, 2010.
- Angola. *Lei nº 13/01 retomado na Lei nº17/16 e Lei nº32/20*, lei que altera a Lei 17/16, Lei de Bases do Sistema Educação e Ensino. Luanda: Parlamento.
- Bernardo, E. P. J. Norma e variação linguística: implicações no ensino da língua portuguesa em Angola. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, Lisboa, v.32, p.39-54. 2017.
- Cagliari, L.C. *Alfabetização e linguística*. São Paulo: Scipione, 2009.
- Camacho, R. G. Norma e variação: valores simbólicos em oposição. *Revista Estudos linguísticos*. v.46, nº1, p.98-108, 2015.
- Castilho, A. Reflexões sobre a teoria da gramaticalização. Das brasilianische Portugiesisch: Perspektiven der gegenwärtigen Forschung. *Münster*, 17-18 Januar 2002.
- Coelho, I. L. et al. *Para conhecer sociolinguística*. São paulo: Contexto, 201
- Coseriu, E. *Teoria da linguagem e linguística geral: cinco estudos*. Rio

de Janeiro: Presença, 1979.

Dias, H. N. (Org.), *Português moçambicano: estudos e reflexões*. Maputo: Imprensa Universitária, 2009.

Dias, H. N. *Minidicionário de moçambicanismos*. Maputo: Imprensa Universitária, 2002.

Domingos, M. da S.; JOSE, N. Memória coletiva e construção de identidade linguística nas narrativas de Alfredo Troni e Uanhenga Xitu. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, v.32, p.123-146, 2018.

Faraco, C. A., Minicurso: *Norma culta brasileira*. São Paulo: Parábola, 2020. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Qo3XU-QNu\\_7w](https://www.youtube.com/watch?v=Qo3XU-QNu_7w)>. Acesso em: 10 set. 2020.

Fernando, M., "Inserção de línguas nacionais no sistema do ensino em Angola: desafios e perspectivas." *Comunicação apresentada nas 10<sup>as</sup> Jornadas Científico-Pedagógicas do ISCED-Luanda em 2009 e no 4<sup>o</sup> Encontro Nacional sobre Línguas Nacionais*, no Uíge de 18-21 de Outubro de 2010.

Fernando, M. As línguas no sistema de educação e ensino: avanços e resistências. In: Nguluve, A.; Paxe, I.; Fernando, M. (Org.). *A lei de bases do sistema de educação e ensino: debates e proposições*. Luanda: Literacia, 2020.

Fernando, M. Ensino de língua portuguesa em Angola: desafios para a educação no contexto multilingue. *Comunicação apresentada no III Congresso Internacional de Língua Portuguesa realizado na Universidade de Jean Piaget em Luanda*, 18-20 de setembro de 2014.

Gonçalves, P. Afinal o que são erros de português. *Primeiras Jornadas de Língua Portuguesa: dinâmicas do português de Moçambique*. Maputo, 26 de maio 2013.

Gonçalves, P. Panorama geral do Português de Moçambique. *Revue belge de philologie et d'histoire*. Tome 79, fasc. 3. Langues et littératures modernes - Moderne taal- en letterkunde. p. 977-990, 2001.

Hodges, C.T. Language. *Linguistic Society of America*. Vol.78, nº1, p.156-160. 2002.

Instituto Nacional de Estatística. *Recenseamento da população*. Luanda: INE, 2014.

Ki-Zerbo, J. *Para quando África*. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

Labov, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. de Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008.

Lucchesi, D. Norma linguística e a realidade social. Bagno, M. (Org.). *Linguística da norma*. 2.ed. São Paulo: Loyola, 2004. p.63-92.

- Maciel, C. M. A. Os goeses e outros povos asiáticos em Moçambique: que atitudes em relação ao português e às línguas bantu? *InterDisciplinary Journal of Portuguese Diaspora Studies*. vol.7, p.169-193, 2018.
- Marconi, M. de A.; Lakatos, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- Miguel, A. J., *Integração morfológica e fonológica de empréstimos lexicais bantos no português oral de Luanda*. Tese de doutoramento. Lisboa: Universidade de Lisboa, 2019.
- Miguel, H. *Dinâmica da pronominalização no Português de Luanda*, Luanda: Editorial Nzila, 2003.
- Mingas, A. A. *Interferência do Kimbundu no português falado em Lwanda*, Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2002.
- Moçambique. *Constituição da República*. Maputo, Assembleia da República, 2004.
- Neto, C. G. *O perfil linguístico e comunicativo dos alunos da escola de formação de professores Garcia Neto (Luanda-Angola)*. 2009. 154p. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras, Lisboa, 2009.
- Ngunga, A. Interferências de línguas moçambicanas em português falado em Moçambique. *Revista Científica da Universidade Eduardo Mondlane*. vol.1, nº0, 2012. p.7-20.
- Ngunga, A.; Faquir, A. G. *Padronização da ortografia de línguas moçambicanas: relatório do III seminário*. Maputo: CEA, 2011.
- Nhampoca, E. A. C. Ensino bilíngue em Moçambique: introdução e percursos. Working Papers em Linguística: *Revista do Programa de Pós-Graduação em Linguística*. Florianópolis, vol.16, nº2, p.82-100, 2015.
- Raposo, E. B. et al. *Gramática do português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013.
- Santos, I. S.; Timbane, A. A. *A identidade linguística brasileira e portuguesa: duas pátrias, uma mesma língua*. Curitiba: Appris, 2020.
- Sassuco, D. P., Pistas essenciais para um português de Angola. In: Leite, I. B.; Severo, C.G. (Org). *Kadila: culturas e ambientes, diálogos Brasil-Angola*. São Paulo: Edgard Blücher, 2016.
- Saussure, F. *Curso de linguística geral*. Trad. de António Chelini, José Paulo Paes e Izidro Blikstein. São Paulo: Ed. Cultrix, 2006.
- Timbane, A. A. *A variação e a mudança lexical da língua portugeusa em Moçambique*. 2013. 313p. (Tese). Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa. Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista, Araraquara, 2013.
- Timbane, A. A. Os estrangeirismos e os empréstimos no português fala-

do em Moçambique. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*. vol.54, nº2, p. 289-306, 2011.

Timbane, A. A.; Andrade, C. As variedades do português na lusofonia: o português moçambicano. in: Jorge, W. J. (Org.). *Novos olhares para a linguística e literatura*. Maringá: Uniedusul, 2019. p.5-18.

Timbane, A. A.; Rezende, M. C. M. A língua como instrumento opressor e libertador no contexto lusófono: o caso do Brasil e de Moçambique. *Revista Travessias*. vol.10, nº3, p.388- 408, 2016.

Timbane, A. A.; Santana, Y. F.D.; Afonso, E. V. S. A cultura hip-hop e os angolanismos léxico-semânticos em Yannick Afroman: a língua e a cultura em debate. *Revista Afluente*, vol.4, nº12, p. 104-128, mai./ago. 2019.

TV Cultura. *Norma culta e oralidade*. s.d. Entrevista com professor Evanildo Bechara. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=-DNhHs0PaSfE>>. Acesso em: 11 set. 2020.

UNESCO. *Declaração Universal do Direitos Linguísticos*. Barcelona, Unesco, 1996.

Vilela, M. *Ensino da língua portuguesa: léxico, dicionário, gramática*. Coimbra: Almedina, 1995.

Vilela, M. O ensino da língua na encruzilhada das normas. *Revista do GELNE*. Ano 1, nº2, p.91-104, 1999.

Zau, F. *O professor do ensino primário e o desenvolvimento dos recursos humanos em Angola: uma visão prospectiva*. 2005. 868p. Tese de Doutoramento em Ciências da Educação, Lisboa, 2005.

**SEÇÃO II:**  
**ESTUDOS LITERÁRIOS**

# MAGAÍÇAS E MUKHERISTAS: FULGORES DE VIVÊNCIAS E MEMÓRIAS

*Teresa Manjate*

Poesia, arquitetura, dança, música, escultura, pintura são todas atividades que, sem dúvida, profunda e misteriosamente, se comunicam ou comungam. (...) algumas destinam-se ao olhar, outras à audição. Umam erguem monumentos sólidos, pesados, estáveis, materiais e palpáveis. Outras suscitam o fluir de uma substância quase imaterial, notas ou inflexões da voz, atos, sentimentos, imagens mentais. Umam trabalham este ou aquele pedaço de pedra ou de tela, definitivamente consagrados a determinada obra. Para outras, o corpo ou a voz humana são emprestados por um instante, para logo se libertarem e se consagrarem à apresentação de novas obras e, depois, de outras mais (Souriau, 1983)

## **Introdução**

Com o título “Magaíças e Mukheristas: fulgores de vivências e memórias”, o artigo pretende discutir, numa perspectiva interdisciplinar, a presença e o valor social destas personagens-tipo no imaginário moçambicano. Através das oralidades e/ou das escritas, pode-se pensar a nação - lugares, homens e mulheres, eventos, ideias e ideais. São práticas fecundas na textualização – literária ou não – que foram surgindo e conferem papel e valor social a figuras-chave da cultura moçambicana, numa linha de tempo que os contextos projecta(ra)m.

O termo imaginário evoca um conjunto de representações colectivas e imagens socialmente expressas. O imaginário, para além de consistir numa mera colectânea de imagens, permite a implicação de uma cosmovisão, superando fragmentações, e assim encetar uma busca e a composição de um quadro complexo de incertezas e expectativas de todas as comunidades, para que cada um se reconheça e se reveja nas imagens contadas, cantadas e/ou sonhadas (Durand, 2002).

Segundo Pesavento (1995, p. 24), o imaginário é “representação, evocação, simulação, sentido e significado, jogo de espelhos onde o “verdadeiro” e o aparente se mesclam, estranha composição onde a metade visível evoca qualquer coisa de ausente e difícil de perceber”. Tê-lo como objecto de estudo significa buscar uma interpretação, encontrar os seus



sentidos. No tempo colonial, “onde quer que se sentisse o poder colonial, (a representação e o imaginário) aparecia alguma forma de resistência...” (Mondlane, 1977, p. 108). Estas resistências foram e ainda são, muitas vezes, expressas através da literatura – escrita e oral -, da música, de formas tradicionais e modernas, onde se manifestam e se compreendem denúncias e críticas muitas vezes de forma desvelada. É a inscrição do imaginário e da memória, através da eleição de figuras que se tornam emblemáticas na construção de uma imagem nacional e de identidades próprias.

É através da evocação destas figuras paradigmáticas que se resgatam heranças culturais e históricas umas, esquecidas ou marginalizadas, outras vivas e cantadas, pelas narrativas coloniais, e/ou pelas novas narrativas nacionais, quando se questionam conceitos de pertença e de cidadania; outras sempre presentes lidas de maneiras múltiplas, inscrevendo vivências passadas e presentes. É o caso das imagens do magaíca, muito presente na poesia de Noémia de Sousa (1926-2002), José Craveirinha (1922-2003), por exemplo. A esta figura já secular, associa-se a de *mukherista*, muito presente na vida dos moçambicanos e que tem sido figura eleita em canções de que são o título e tema da canção “Mukhero” de Eugénio Mucavel (2017) e do grupo Trio Fam, “Mukhero” (2011) e de outros textos disseminados em *blogs* como “Mukhero da vida” (2006) ou ainda “Mukhero, arte do contrabando” (2012).

Estas figuras do imaginário moçambicano - magaiças e mukheristas - têm sido também objecto de estudos académicos, no contexto das mudanças sociais que se operam no país. São exemplo destes estudos Ruth First (1976/1977), Luís Covane (1986), Castelo-Branco (2002), Chivangue, (2012) e Dulce Mungói (2010). Nesta perspectiva, estas personagens-tipo, ganham o valor simbólico e proporcionam um terreno fértil para se equacionarem, de modo crítico, representações e reflexões das continuidades e descontinuidades entre passado e presente, como a ressignificação das realidades sociais, convocando releituras dos papéis sociais dos sujeitos e dos poderes instituídos.

A Análise de Discurso, como disciplina, proporciona instrumentos teóricos e metodológicos que permitem relacionar os textos e os contextos - as condições históricas e ideológicas em que o discurso é produzido - e, assim, conformar gestos interpretativos e de construções de sentidos. Dito de outro modo, através da Análise do Discurso é possível ir além do conteúdo literal de um texto/discurso, perceber como ele produz e veicula sentidos, evitando reduzi-lo a algo evidente ou hermético. Num exercício heurístico, pretende-se perceber a dinâmica da representação das duas

figuras, em conexão com as dinâmicas internas –Moçambique- a partir de textos literários e não literários e, numa perspectiva interdisciplinar, estabelecer um cruzamento de olhares sobre o objecto da nossa reflexão.

Como princípio metodológico, primeiro procedeu-se a identificação de textos literários, incluindo letras de canções populares, em Português e em Xirhonga, textos jornalísticos e académicos que exploram a figura das duas personagens-tipo; segundo, de forma comparativa, explorou-se o valor semântico e ideológico a elas adjacentes.

Do levantamento realizado, identificamos textos literários e não literários que têm as figuras de magaiças e de mukheristas como objecto central. Entre os textos literários, foram seleccionados (i) poemas de Noémia de Sousa “Magaíça” e de Craveirinha “Gado Mamparra Magaíza”, “Mamana Saquina”, “História de Magaíza Madevo”; letras de uma canção de Gonzana “Mugodini” (s/d) e de Eugénio Mucavel “Mukhero” (2000). O filme de L. de Azevedo “Comboio de Sal e Açúcar” também aborda esta problemática, numa perspectiva associada, particularmente à guerra.

De textos não literários identificamos “O Mineiro Moçambicano” (Ruth First (1976/1977), “O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)” (Covane, 2001), “Mukhero em Moçambique: Análise das Lógica e Práticas do Comércio Informal” (Chivangue, 2012) e “Identidades viageiras, famílias e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as terras do Rand, África do Sul” (Mungói, 2010). Foram igualmente consultadas entrevistas com entidades responsáveis pela contratação e controle da vida dos mineiros na África do Sul e ainda histórias de vida de mineiros relatadas em reportagens de jornais nacionais e estrangeiros.

## 1 Sobre os magaiças e mukheristas

Magaíça é o nome que se dá ao trabalhador e muito ocasionalmente ao turista que vem da África do Sul, “Joni” (Cátedra de Português Língua Segunda e Estrangeira); designa mais comumente trabalhadores moçambicanos das minas da África do Sul.

Etimologicamente, a palavra tem origem na língua Xirhonga, *mu-gayisa*, a partir da expressão dos regressados *ma inglisi*, “que vem da terra dos ingleses” (Dicionário infopédia da Língua Portuguesa). É um termo cristalizado e muito presente na cultura moçambicana. Muitos textos, literários, jornalísticos e académicos, referem-se a este grupo social como magaiças, *madjonidjoni* (que vivem ou trabalham no Joni – diminutivo de Joanesburgo, que metonimicamente refere África do Sul) ou

simplesmente mineiros moçambicanos. Estes são normalmente trabalhadores contratados nas minas do país vizinho, muito embora, nos últimos tempos, finais do século XX e XXI, também se registem trabalhadores em outras áreas de produção.

Estas ligações, particularmente económicas entre Moçambique e a África do Sul ou outros países da região foram desenvolvidas desde o final do século XIX, entre as décadas de 1850 e 1860, através do fluxo migratório, principalmente numa direcção: de Moçambique para a África do Sul. Ainda nos meados do século XIX, homens moçambicanos partiam de Delagoa Bay (mais tarde conhecida como Baía do Espírito Santo, Lourenço Marques, hoje Maputo) para a África do Sul, de forma espontânea e individualizada, com o objectivo de se empregarem, de forma sazonal, como caçadores de elefantes e nas plantações de cana-de-açúcar de Natal (cf. Liesegang, s/d; Covane, 2001; Mungói, 2010).

Já em 1861, as autoridades desta então colónia firmaram um acordo com Muzila, nesse momento, tido como líder do Estado de Gaza, para garantir o fornecimento de homens para as plantações daquele país. Em 1866, o Governador Geral de Moçambique, António de Canto e Castro, relatava que a maior parte da riqueza em circulação pelo interior da região sul de Moçambique era resultante do ingresso de libras obtidas através do trabalho migratório na colónia vizinha (Covane, 1986, p. 33-34).

Depois das descobertas dos jazigos de diamantes de Kimberley, em 1886, e com a exploração de outros recursos minerais, como ouro e platina, a África do Sul foi vista como terra de oportunidades de emprego e, conseqüentemente, melhoria de vida. Com o estabelecimento da indústria mineira sul-africana, aumentou e cristalizou-se o fluxo migratório de moçambicanos para a terra do Rand. Estas migrações tornaram-se um *modus vivendi* de homens adultos, particularmente do sul de Moçambique - Maputo, Gaza e Inhambane, com vínculos não só económicos, mas políticos também. Segundo Ruth First,

Nas colónias, a escassez de capital português resultou numa forte dependência do capital britânico, europeu e, mais tarde, sul-africano. Isto significava que o sistema colonial português não tinha capacidade para valorizar os recursos económicos e laborais da colónia. (First, 1977, s/p, tradução nossa).

Sobre este aspecto, First argumenta que

A utilização da colónia de Moçambique como reserva de mão de obra, a exportação dessa mão-de-obra para o estrangeiro que alimentava os centros sul-africanos de acumulação de capital, era uma das características dominantes da colonização portuguesa em Moçambique no

final do século XIX e durante o século XX. E também uma consequência do carácter de dependência do colonialismo e capitalismo portugueses através de toda a sua história (First, 1977, s/p).

Contra muitas lógicas apontadas pelo estudo do Centro de Estudos Africanos, liderado por Ruth First, em 1977, depois da independência, o trabalho migratório dos *madjonidjoni* continuou, embora de forma decrescente. Em 1975, ano da independência nacional, havia na África do Sul, 115.309 mineiros. Segundo a The Employment Beureau of Africa (TEBA),

na década de 90, o número de mineiros estava muito aquém dos da década de 1970 (...). Em 1993, o número de trabalhadores moçambicanos representava apenas 13,6% de trabalhadores estrangeiros e 28,4% dos trabalhadores das minas de ouro. De 2000 a 2005, nota-se novamente um ligeiro aumento de trabalhadores moçambicanos nas minas, com uma média anual de 70.000 trabalhadores (Mungói, 2010, p. 64).

Segundo Castel-Branco, do IESE,

As ligações económicas capitalistas entre a África do Sul e Moçambique foram desenvolvidas desde o final do século XIX e início do século XX. Elas foram moldadas por quatro grandes factores dinâmicos: a força regional da economia da África do Sul, articulada pelo complexo mineral-energético, as fragilidades estruturais e as opções de políticas públicas da economia moçambicana, a fraqueza e parcial isolamento internacional da economia sul-africana e o papel dominante do complexo mineral-energético na África Austral, tomando a região como fonte de força de trabalho e mercado de bens, serviços e finanças [...] Essas ligações foram inicialmente baseadas na exportação/importação de trabalho migratório e de serviços de transporte ferroporтуários e, a partir da década de 1960, foram estendidas ao comércio e investimento. (Castel-Branco, 2020, p.3-4).

De facto, a figura do magaiça sempre presente na vida e no imaginário moçambicano foi sendo redimensionado pelas mudanças da conjuntura social, política e económica do país. Outros factores determinantes que tiveram um impacto na visão sobre os mineiros é a xenofobia que, segundo o Jornal de Notícias (31 de Dezembro de 2019) “resultou na morte de 12 pessoas, mais de 600 detidos e no repatriamento voluntário de 140 moçambicanos”; igualmente as pandemias de HIV-SIDA e do COVID-19 apelaram para novos olhares e discursos em torno da figura do magaiça, sobretudo a nível académico. À imagem da personagem-tipo do mineiro moçambicano, *madjonidjoni* ou magaiça, associa-se, nos finais do século XX a de *mukherista*.

*Mukhero* etimologicamente resulta da corruptela da expressão inglesa “carry”, pode ser definido como actividades de importação (comércio

transfronteiriço) informal (actualmente parcialmente formalizado) caracterizadas pela travessia da fronteira de Ressano Garcia ou Namaacha para África do Sul, local onde os *mukheristas*, no início praticado principalmente mulheres, que compram diversos bens para posterior revenda, geralmente a grosso, nos mercados da capital do país, Maputo, sem descurar a prática noutras capitais provinciais. Com efeito, fenómenos semelhantes ocorrem um pouco pelas principais zonas fronteiriças do país, com destaque para Machipanda (fronteira com Zimbabué), cujos comerciantes transfronteiriços levam a designação de *Madjolidjo* ou *border jumpers* (Chivangue, 2012, p. 20-21).

Como se depreende, as designações *magaíça* e *mukherista*, etimologicamente vêm de palavras inglesas, o que sugere esta ligação entre dois países e duas línguas. E por fazerem parte do imaginário elas são acomodadas nas línguas bantu e no português, como marca de um vínculo cultural estabelecido.

## 2 Da representação dos magaiças e mukheristas em Moçambique

A representação destas figuras do imaginário estabelece-se através de três modalidades de relação com o mundo social: o trabalho de produção de sentidos múltiplos para o real, pelos diferentes grupos sociais; as práticas que visam estabelecer uma identidade própria no mundo; e finalmente as formas institucionais mediante as quais umas pessoas representam outras. Os poemas de Noémia de Sousa “Magaíça” e de Craveirinha “Gado Mamparra Magaíza”, “Mamana Saquina”, “História de Magaíza Madevo” inscrevem o íntimo, o sonho e a hostilidade, rupturas, a segregação e o equívoco em múltiplas contradições.

O íntimo do magaiça é revelado forma de vivência dual, sendo a primeira o desejo de partir, por um lado e por outro a angústia do desconhecido e o afastamento da família, por outro. Estas contradições presentes no íntimo do magaiça desdobram-se em outras que comparam o estado de partida e de chegada. Estas estão manifestas no paradoxo entre a euforia da partida e a disforia da chegada, numa atmosfera de perda, acrescida da percepção trágica de morte anunciada. A desilusão, a insatisfação a precaridade da saúde e o luto para as famílias em conflito com o estado inicial de fuga da pobreza e busca de novos sonhos e horizontes.

A manhã azul e ouro dos folhetos de propaganda engoliu o mamparra, entontecido todo pela algazarra incompreensível dos brancos da

estação e pelo resfolegar trepidante dos comboios (Sousa, “Magaíça”).

Os folhetos de propaganda, apelativos, pelas imagens de sonho escamoteiam a verdade; a algazarra incompreensível dos brancos da estação, com tons coloridas em contraste com a angústia, o coração apertado perante o desconhecido, contrastante ainda com uma esperança de uma vida melhor.

comboio de magaíça deitou fumo e arrancou

nos êmbolos sua voz rezou:

João Tavassee-foi-nas-minas

João Tavassee-foi-nas-minas

João Tavassee-foi-nas-minas

Madevo

Foi no comboio do meio-dia... (Craveirinha, “Mamana Saquina”)

Madevo

Foi no comboio do meio-dia

(...)

Madevo foi embora (Craveirinha, “História de Magaíça Madevo”)

O gado está escolhido

Contado e marcado

Vai no comboio o gado mamparra (Craveirinha, “Gado Mamparra Magaíça”)

Esta representação do magaíça estabelece uma visão sobre as relações humanas, melhor sobre as relações de poder entre um Eu e um Outro, ao mesmo tempo que atribui um sentido e uma lógica [“mamparra” (NS); “gado/ gado mamparra” (JC)], actuando no sentido em que se estabelece um estatuto social e um perfil para estas figuras representadas, constrói-se um consenso de indignidade imposta sobre as mesmas. Pode-se vislumbrar na representação do magaíça uma carga ideológica pelo acento tónico que se coloca nas condições de produção e reprodução, isto é, os sistemas sociais no qual estão inseridos e a sua função social, de forma crítica. No entanto. Wane acrescenta dados para esta percepção

Muitos trabalhadores que iam para as minas da África do Sul ganhavam um dinheiro que, na altura, era inacessível em Moçambique. Mas quando voltavam, pela euforia e até como forma de demonstrar que tinham posses, eles muitas vezes acabavam por ser enganados, seja por prostitutas ou negociantes desonestos, pelo que surgiu a expressão “mamparra magaíça”, que quer dizer uma pessoa burra, idiota que juntou muito dinheiro à custa de muito trabalho e sacrifício mas quando chegava aqui perdia esse dinheiro todo de forma muito rápida e fácil (Wane, Entrevista, Notícias Internacional, 16.07.2014).

De volta aos poemas: o comboio, como meio de transporte, está sempre muito presente, implicando sempre a materialidade de uma viagem - como homem embrutecido – “mamparra” - ou animalizado – “gado”. Ou daquelas que se expõem de forma arriscada “Comboio de Sal e Açúcar” (L. de Azevedo). Há também uma projecção metafórica da viagem como um processo. Isto é, analisando a forma como se fala desta viagem percebe-se uma conceptualização projectada a nível semântico de uma realidade abstracta, idealizada, que se torna depois numa referência concreta.

Esta transferência para um domínio conceptual concreto, cujo conhecimento advém da experiência mais directa, física até, do e sobre o magaiça, constitui aquilo que se pode chamar a essência da metáfora conceptual. Deste modo, muito além do valor retórico, a metáfora adquire um valor conceptual de projecção das estruturas textualizadas, de um domínio concreto (este e aqui) num domínio abstracto (outros homens, outros magaiças, outros homens embrutecidos ou animalizados), a partir das experiências representadas. Esta projecção, que implica a multiplicação da estrutura dos domínios envolvidos, é uma correspondência ontológica estreita, segundo a qual as entidades do domínio-alvo da conceptualização correspondem a sujeitos, homens comuns.

A esta metáfora da viagem associam-se as suas dimensões: (i) mudança do ambiente físico - geografia, clima, ambiente; (ii) aventuras e perigos – sujeição a contingências, acontecimentos desconhecidos, diferentes regras sociais; (iii) descoberta de novos hábitos – alimentares, saudação, convivência, sexualidade, com consequências - “com ritmo de sífilis nas calças ‘tem and six’” (JC); (iv) novos códigos – língua, moeda, símbolos. Estes aspectos inscrevem muitas dimensões entre as quais a do dilema da migração, que passa pelas dimensões afectiva, cognitiva e cultural (Dias, 2005).

Assim, a ideia da “civilização” aqui está associada ao comboio e aos folhetos de propaganda, mas também à ideia de partida e de perda: uma combinação de esperança e desespero, um indecisão derivada da insegurança - aqui (solo pátrio) e lá (uma probabilidade, um terreno desconhecido), inscrevem já, à partida, possíveis traumas, sobretudo por causa dos contrastes de que falámos: “os folhetos de propaganda” (NS) o e fulgor da civilização materializada na visão do comboio e da possibilidade do “lobolo”/ “um gramofone ‘His Master’s Voice’...” (JC) ditam a decisão na partida e no retorno, a sensação de exclusão e de ruptura com o local e com o que ficou no Joni e vice-versa.

Estes contrastes desenham, pois, uma visão de uma urbanidade

sonhada e porventura nunca alcançada. Quando se pensa discursivamente a cidade, considera-se o espaço na sua materialidade, como enquadramento de todos os fenómenos. Configura-se um espaço em que se confrontam o simbólico (representado) e o político (estabelecido e definido por leis e mantido por agentes do poder). Neste sentido, as (micro) territorialidades podem ser as comunidades afetivas, muitas delas concretizadas tanto nas subjetividades ou na imaginação dos sujeitos como nos territórios da ausência que tipificam alguns movimentos na diáspora, no caso a vida nos “*compounds do rand*”. Tal visão materializa-se através de, por um lado, aquilo que se considera também a ilusão de pertença, através da projecção nas roupas “sobretudo, cachecol e meia listrada” (NS), “malas cheias do falso brilho do resto da falsa civilização do *compound do Rand*” (NS), embriagado com a civilização do *compone*”; por outro, considera-se também a realidade, neste sentido, as (micro) territorialidades que podem ser as teias de relações consistentes que se desenrolam na minas do Joni que significam na mente do magaíça o “pedaço” que representa a metrópole gloriosa com “um gramofone His Master’s voice”.

A morte anunciada: a morte psicológica (em que o magaíça descobre a verdade da hostilidade e da segregação, da sua insignificância no mundo da “civilização” e do dinheiro) em que a riqueza produzida que brilhará no “decote de qualquer lady/em qualquer city” (NS); a morte física causada pela tuberculose tão comum entre os mineiros “com a sofisticada cor das hemoptises” / que os mochos fatais ruflaram as no Jone/ e bicaram Madevo no âmagos dos pulmões” (JC) contribui para a uma representação do magaíça de forma ideologizada, que critica o regime político que promove a degradação humana, de forma sistemática: otrabalho em troca do nada ou da morte. Nesta perspectiva, o sentido de cidade, que representa uma “civilização” materializa-se num espaço que é significativo; nela, os homens, as práticas sociais e a relação entre os sujeitos têm uma forma material e de selecção, resultante da simbolização da relação do espaço, cidadão, com os sujeitos que nela existem, transitam, habitam. Esta configuração social e política determinam a sobrevivência, no caso, medíocre de quem vive no *compound do Rand* e exuberância de quem vive no brilho e glamour das cidades cosmopolitas.

Esta contradição é mais clara quando se compara o eixo em que vive o homem da mina e da família, representada pela mulher que fica na terra mãe, representada pelo mundo rural, de onde parte o magaíça.

Mamana Saquina na miragem deslumbrante da cidade cosmopolita ficou cheia de feitiço



na hora de chorar  
– Ambanine João!

As lágrimas da hora de partida fazem a ponte com as lágrimas do “regresso” e de um continuum de um estado de coisas. A capulana de condolências, do luto, o trabalho nas machambas, o trabalho penoso entre mulheres “com mamana Rosalina e cocuana Massingua”, anunciam um ciclo penoso de perdas e trabalho.

E noite e dia  
alma de mamana Saquina vestiu capulana de condolência  
e fundiu-se nos dez hectares em floração.

Esta dimensão plural, entre o físico e o psicológico, associada à institucionalização de partidas para o Joni e as mortes, inscrevem estatutos degradantes para as mulheres que ficam e têm de reproduzir e sobreviver, de forma reiterada, as dores das ausências e das mortes anunciadas. O poema de Craveirinha levanta outros aspectos relacionados com o lado de cá. O paradoxo entre o sonho e a realidade, sobretudo para a família que permanece na terra-mãe. Como personagem-tipo, Mamana Saquina, representa todas as mulheres camponesas que assumiram a dor da viuvez e de perdas cíclicas e da assunção das responsabilidades com as concessionárias.

Foi no comboio do meio-dia  
Casa de caniço ficou lá na terra  
Mamana escondeu o coração na xicatauana  
Água de chuva secou no céu (JC, História de Magaíza Madevo)

Ficam só fêmeas.  
Nas machambas das circunstâncias  
Ficam as fêmeas a engravidar gado novo. (JC, “Gado Mamparra”)

Para a leitura destes textos o conceito de ideologia é fundamental, pois inscreve a visão do mundo de determinada por uma classe, isto é, a maneira como ela orienta e representa a ordem social. As visões aqui patentes são determinadas em última instância pela ideologia professada pelos poetas. Em última instância, a visão reflecte uma “formação ideológica” que implica uma leitura das condições de vida e de trabalho das figuras representadas e também dos contextos de produção dos discursos. Os textos interpelam os sujeitos a tomarem uma determinada posição em relação à realidade social. Os textos, cada um a seu modo analisa a condição social dos sujeitos em análise.

As marcas deixadas pela experiência da viagem inscrevem memórias de trajectórias repetidas e a continuidade de gerações seguindo as

mesmas experiências, as mesmas trajetórias, sugerindo alianças e (in) eficácia da palavra sobre as viagens cantadas e narradas. A palavra dos poetas é a memória e a lembrança de uma história que se multiplica, construindo a essência da metáfora conceptual. Como uma ferida que não cicatriza, o trauma repete-se. A memória e a lembrança são trazidas pela escrita, apresentada de muitas maneiras, eternizando esta figura emblemática que vem do passado, perdura num presente, com contornos não menos violentos, se se pensar nos sinais mais recentes (2020/2021) de xenofobia<sup>1</sup>.

Se é verdade que a figura feminina domina o universo mukheristas, no presente existe uma Associação de Mukheristas, com existência legal e cujo presidente é um homem. Esta conta igualmente com a presença de homens. No entanto, no imaginário moçambicano o mukheristas é uma mulher que atravessa fronteiras para trazer bens para comercializar no País. A figura tornou-se tão visível que constitui tema da musicologia moçambicana e dá nome a um grupo musical Rap que canta a vida dos moçambicanos nas ruas em busca de melhores condições de vida.

Emília vai hoje à Suazilândia buscar carne de porco. Acácio – o amigo – também vai e Janine – a vizinha que aproveita a boleia para se iniciar no negócio da carne. Na viagem de Maputo até à fronteira de Namaacha, e para lá da linha que separa Moçambique da Suazilândia, os três encontram ainda Humberto, o homem que lhes troca meticais moçambicanos por rands sul-africanos, que, como moeda forte na região, são necessários para as compras; Sandra, a mukherista profissional; e Raimundo, que diz ser bandido há já dez anos. É ele quem carrega a carne pela fronteira e paga aos funcionários da alfândega para que estes fechem os olhos ao que por lá se passa. (in: Mukhero, a arte do contrabando em Moçambique, <https://www.dw.com>)

### Eugénio Mukhavel na sua canção dedicada às mukheristas lamenta

Deixas-me sozinho e vais para Ressano Garcia  
 Deixas-me com as crianças e vais para Ressano Garcia  
 Por causa de business  
 (...)  
 As mulheres xirhonga  
 Dançam magikha<sup>2</sup>

1 Xenofobia é o conjunto de “atitudes, preconceitos e comportamentos que rejeitam, excluem e geralmente difamam as pessoas, com base na percepção de que são estrangeiros a um país” (IOM 2019, 245). Muitos cidadãos moçambicanos foram vítimas de uma onda de xenofobia que matou cerca de 60 pessoas em Maio de 2008, na África do Sul (ONU News, 29 Setembro 2010). Bottom of Form

2 Magikha é uma dança tradicional do Sul de Moçambique

A canção (ou poema musicado) explora o sacrifício feito pelas mulheres em busca de melhores condições de vida: o abandono da família à sua sorte e o “dançar magikha”, gesto aparentemente alegre que, no entanto, projecta desassossego materializado através das viagens incessantes. O trabalho reforçado, na ausência dos *pater* e das *mater familiae*, a dor escondida e a fatalidade da circularidade da vida marcadas pelas circunstâncias, impostas pelos regimes vigentes. O grupo Mukhero, por seu turno canta a necessidade de se recorrer a uma vida de comércio informal como forma de sobrevivência.

Mukheros da vida. São os meninos de Maputo. Dizem que são da rua. Porque rua é singular, ruas é plural. Então são das ruas os meninos. Os molwenes como chamaram ZITA. Como ontem estão lá, na rua de Maputo. Limpando um motor Dubai, Japan, South Africa, and so on. Não jogam berlindes. Jogam a vida. Eram crianças da rua, depois meninos de rua, agora adultos da rua. Conheço-os, minha gangue. Porque a rua foi a nossa escola, aprendemos que existem muitos papás e mamãs. Mas somos filhos de papa e mama incógnitos. Algumas vezes chamam a gangue, para dizer que somos filhos de Moçambique. Filhos de Moçambique. Eu sou. (No mukhero da vida, Maputo, 2006)

Normalmente este grupo de mukheristas está associado ao comércio informal. Segundo Chivangue (2014), o termo informal prende-se com a ausência de registo da actividade junto das autoridades formais competentes e ao processo de passagem pela fronteira, em muitos casos, caracterizada por procedimentos semilegais ou mesmo ilegais. No caso de “Mukheros da vida”, o termo ganha outras dimensões, no entanto com um denominador comum: a errância. Apresenta dados novos como a condição dos “meninos da rua”, entregues à sua sorte, procurando paralelo com os *Molwenes* de Isaac Zita. Inscreve ainda novos limites do mukhero “clássico” com destino em países próximos como África do Sul e eSwatini (Swazilândia), projectando países como Dubai ou Japão, para onde muitas mulheres vão à busca de artigos de alto consumo na sociedade moçambicana como cabelo artificial, roupa, artigos para escritório até mobiliário doméstico.

O contrabando de bens com os países da região terá começado em força no período que se seguiu à independência de Moçambique, em 1975, e sobretudo durante a guerra civil, a partir de 1976. Como nessa altura a população que vivia junto da fronteira não podia deslocar-se até Maputo para se abastecer devido aos riscos que correria, importava bens alimentares da Suazilândia. Mais tarde, juntaram-se mulheres que chegavam da capital, Maputo. Eram viúvas, divorciadas ou mães solteiras e até mesmo mulheres casadas. Ainda hoje, são estas mulheres e outras mais jovens nas mesmas condições que encontram

no comércio informal transfronteiriço, o mukhero, uma alternativa para começar a sua vida ou garantir o aumento de renda das famílias. (In: 9131BE69\_1-podcast-3058-6497116.mp3)

O conjunto de actividades que compõem o *mukhero* pode ainda ser classificado em seis categorias, nomeadamente frescos (inclui produtos de origem agrícola como batata, cebola, repolho, alho, tomate, fruta, etc.), diversos (leite, cremora, milo, óleo de cozinha, trigo, ovos, sumos, iogurtes, etc.), loiça (artigos de plástico, porcelana, vidro, etc.), produtos de beleza, roupa e bebidas [Chivangue 2007]. Actualmente observam-se também importações informais a partir da China, donde alguns *mukheristas* trazem, de entre diversos bens, material de escritório, mobília de sala, loiça sanitária, etc.

A viagem aparece quer para o magaiça que para os mukheristas como a ponte entre o sonho e a realidade, entre dois polos do Imaginário possui dois polos: (i) ideográfico que compreende a cultura, padrões de conduta, códigos, normas, e à determinação e segundo polo que envolve a afectividade, a vivência, as imagens, os sonhos, o sonho colectivo, as práticas rituais ou ritualizadas (partir e buscar), as incertezas os medos e os anseios que movem e constituem a força de mudanças expectadas.

## Em jeito de conclusão

Uma das características mais importantes do imaginário é a inscrição de uma relação a as representações sociais e a ideologia. Os textos analisados ao longo do artigo permitem perceber uma preocupação dos sujeitos em perceber a dinâmica dos sujeitos que constituem objecto de referência e de estudo. Simultaneamente, deixa perceber a filosofia que os escritores assumem e defendem, pois, o discurso é um dos vectores da materialidade ideológica; ele só tem sentido para um sujeito quando este o reconhece como pertencente a determinada formação discursiva.

Os valores ideológicos defendidos estão representados no discurso através de uma série de formações imaginárias, que designam o lugar que o destinador e o destinatário se atribuem mutuamente, evocando causas e consequências de determinadas opções como ir para o Joni ou sair de casa para a fronteira de Ressano Garcia em busca de soluções para problemas que, dentro do solo pátrio são uma miragem.

Segundo Jairoce (2016), a incapacidade do Estado para a promoção de emprego formal para os cidadãos e a própria dinâmica da economia de mercado levou as pessoas a lutarem pela a sua sobrevivência. As mulheres, mis comumente, têm um nível de escolaridade baixo na sua

maioria com nível secundário incompleto, não veem outra alternativa senão dedicar-se ao comércio informal transfronteiriço. Na verdade, os textos transcendem a discussão do magaíca ou da mukherista: apelam para uma leitura dos contextos sociais e históricos que fazem com que estes personagens-tipo sejam representados de uma determinada maneira.

O que está em causa são as circunstâncias sociais e políticas que determinam as decisões tomadas e são essas mesmas circunstâncias que determinam o valor social atribuído a estas figuras. Pode-se concluir que a produção artística e literária, incluindo a sua dimensão da oralidade, é essencial para o desenvolvimento e desencadeamento de movimentos de resistência que se configuraram e ainda se configuram em Moçambique.

É através da literatura que intelectuais e escritores africanos vão denunciar as violências e inscrever resistência. Por isso produções literárias de diferentes contextos tornam-se, muitas vezes, fonte para estudos interdisciplinares que buscam compreender realidades que se constituíram e se desenvolveram no processo histórico e social do país.

## Bibliografia

Chivangue, A. A. *Mukhero em Moçambique: análise das lógicas e práticas do comércio informal*. Lisboa: Abril, 2012.

Chivangue, A. A. Mukhero em Maputo: análise das lógicas e práticas do comércio informal. *Revista Angolana de Sociologia*, vol.14, p. 113-131, 2012.

Covane, L. *O trabalho migratório e a agricultura no Sul de Moçambique (1920-1992)*. Maputo: Promédia, 2001.

Craveirinha, J. *Karingana Ua Karingana*. Maputo: Alcance, 2008a.

Craveirinha, J. *Xigubo*. Maputo: Alcance, 2008b.

Dias, M. I. “Uma Viagem Psicológica pela Migração”. *Revista do Serviço de Psiquiatria do Hospital Fernando Fonseca* [Texto apresentado na Mesa Redonda “Do chegar e do estar, problemas e perspectivas da imigração em Portugal”], ISPA. Fev. 2005.

Durand, G. *As estruturas antropológicas do imaginário*. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

FIRST, R. *O Mineiro Moçambicano: um estudo sobre a exportação de mão de obra*. Unspecified. Ruth First Papers Project, Maputo, Moçambique, 1977.

Fortuna, C. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. *Terr@ Plural*, Ponta Grossa, vol.6, nº2, p. 199-214, jul./dez., 2012.

Jairoce, J. F. *A mulher e o comércio informal transfronteiriço vulgo “mukhero” no sul de Moçambique: casos das fronteiras de Namaacha e Ressano Garcia, 1984-2016* [Tese de Doutorado], Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, 2016.

Mukhavel, E. “Mukhero” s/ informação, 2002.

Mungoi, D. *Identidades viajeras, famílias e transnacionalismo no contexto da experiência migratória de moçambicanos para as terras do Rand, África do Sul*, Porto Alegre, 2010 [Tese de Doutorado]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/22981> Acesso em: 10 jun.2021.

Pesavento, S. “Em busca de outra história: imaginando o imaginário”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, nº 29, 1995.

Porto Editora – *magaiça* no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/magaiça> Acesso em: 31 jul. 2021.

Souriau, É. “*A correspondência das artes: elementos de estética comparada*”. Trad. M. Cecília Queiroz de Moraes Pinto e M. Helena Ribeiro da Cunha. São Paulo: Cultrix, 1993.

Sousa, G. “Mais passado que futuro: mineiros moçambicanos na África do Sul”, *Notícias Internacional*. 16.07.2014

Sousa, N. de. *Sangue Negro*. Maputo: Associação de Escritores Moçambicanos, 1988.

# ANÁLISE DA DIMENSÃO DIDÁCTICA DA OBRA “LEONA, A FILHA DO SILÊNCIO”

*Francisco Panguana Júnior*

## Introdução

A literatura afigura-se como um dos instrumentos assaz importantes para o desenvolvimento cognitivo, social, cultural e artístico dos cidadãos. É neste contexto que, no sistema educacional, os programas de ensino são concebidos de tal forma que a literatura seja usada para o desenvolvimento destas componentes. Deste modo, a literatura é contemplada nos programas de Ensino de Português em todos os níveis e subsistemas de Educação em Moçambique. Em conformidade com o Instituto Nacional de Desenvolvimento da Educação - INDE (2007), o ensino da literatura visa conferir aos alunos o gosto pela leitura, o que, por seu turno, abrirá portas para que se confrontem com um conjunto diversificado de vivências que propiciarão a aquisição de valores culturais, morais e intelectuais locais e globais. Ainda segundo o INDE (2007), através da leitura de obras literárias, espera-se que os alunos desenvolvam a sua imaginação, criatividade e raciocínio crítico e que assimilem valores socialmente válidos como humanismo, compaixão, aceitação de realidades alternativas, sensibilidade, entre outros. Assim, assere-se que, no contexto escolar, um dos objectivos de ensino da literatura é a formação social do leitor.

Foi tendo em consideração a função social e didáctica das obras literárias que concebemos o presente trabalho com o objectivo fulcral de analisar a dimensão didáctica da obra “Leona, a filha do silêncio” de autoria do escritor moçambicano Marcelo Panguana. Pretendemos especificamente, analisar a importância didáctica desta obra de literatura infantil tendo em conta os seguintes elementos: os recursos visuais, a linguagem e a temática. Seleccionámos como nível de estudo, o segundo ciclo do Ensino Primário, um nível de ensino frequentado por alunos com idades compreendidas entre 11 e 12 anos. A este nível de ensino, pretendemos evidenciar como é que os elementos motivacionais acima referidos podem contribuir para a captação da atenção e do interesse dos alunos no

processo de leitura, bem como propiciar a efectivação de aprendizagens escolares e sociais.

A condução deste trabalho é norteada pela pretensão de argumentar a favor da seguinte tese: a obra “Leona, a filha do silêncio” de autoria do escritor moçambicano Marcelo Panguana tem uma dimensão didáctica porquanto apresenta aspectos motivacionais conducentes à captação da atenção e do interesse do sujeito aprendente, o que desperta o gosto pela leitura e propicia o desenvolvimento de habilidades educacionais. Tencionamos demonstrar em que medida determinados elementos da obra – as imagens, a linguagem e a temática – contribuem para o processo de ensino-aprendizagem sobretudo no que diz respeito à motivação dos alunos. A escolha da motivação como elemento de análise decorre do facto de este elemento constituir a primeira função didáctica de um plano de aula. A motivação, enquanto função didáctica responsável pela mediação de transmissão do conhecimento, permite a criação de condições para a condução das demais actividades lectivas. Acreditamos que a motivação para a leitura e interpretação dos textos de literatura infantil, para além de propiciar a condução de muitas actividades didácticas, contribui para o despertar do gosto pela leitura – um dos objectivos de ensino da literatura no 2º ciclo do Ensino Primário, o nível de análise seleccionado neste estudo.

A análise da obra supramencionada é feita na esteira da corrente desconstrutivista de análise literária. É uma corrente que enfatiza que os sistemas interpretativos, desestruturando e desconstruindo o discurso que elabora o entendimento amplo para que várias possibilidades possam advir dos fragmentos, das diferenças, nas quais é possível perceber a natureza da consciência humana como intrínseca à noção de linguagem. A escolha do interaccionismo resulta do facto de pretendermos identificar aspectos motivacionais na obra em estudo através (i) da desconstrução do discurso literário; (ii) da identificação dos recursos visuais auxiliares da linguagem verbal e (iii) da interpretação temática ou conteudística.

No que concerne aos aspectos metodológicos, importa referir que o presente trabalho resulta de uma análise documental da obra literária suprarreferida e da pesquisa bibliográfica. A pesquisa bibliográfica foi efectuada com o intuito de colher preceitos de índole teórica que sustentam a nossa abordagem – aspectos didácticos das obras da literatura infantil. Por seu turno, a análise da obra seleccionada decorreu da necessidade de demonstrar-se numa obra de literatura infantil concreta, a ocorrência de aspectos motivacionais importantes para uma eficiente efectivação do processo de ensino-aprendizagem.



O nosso trabalho afigura-se importante do ponto de vista científico e social. A importância científica é justificada pelo objecto de estudo aspectos didácticos de uma obra de literatura infantil. Estes aspectos podem ser explorados no contexto da sala de aulas com vista ao incremento do gosto pela leitura dos sujeitos aprendentes; na criação de condições didácticas conducentes à realização de outras actividades lectivas; no desenvolvimento de habilidades linguísticas; à aquisição dos valores culturais e morais; no desenvolvimento dos espíritos criativo e crítico, etc.. A importância social é evidenciada pelo facto de o ensino da literatura infantil permitir a mobilização do espírito crítico, da sensibilidade, da cultura, da inteligência e de valores morais.

Este artigo está dividido em seguintes secções: (i) a introdução, onde apresentamos os aspectos gerais que nortearam a concepção e condução do trabalho; (ii) a revisão da literatura, parte reservada à apresentação de conceitos e de preceitos teóricos sobre o nosso objecto de estudo – as potencialidades didácticas da literatura infantil; (iii) a análise da obra “Leona, a filha do silêncio”, onde apresentamos e explicitamos as potencialidades didáctico-pedagógicas desta fábula no contexto de sala de aulas e (iv) a conclusão, onde colocámos as principais constatações inerentes ao objecto de estudo.

A condução do presente trabalho circunscreve-se na pretensão de alcançar o seguinte objectivo geral: Analisar os elementos motivacionais patentes na obra “Leona, a filha do Silêncio” de Marcelo Panguana. Para o alcance do objectivo geral acima apresentado, formulámos os seguintes objectivos específicos: (i) Identificar os elementos motivacionais na obra “Leona, a filha do Silêncio” de Marcelo Panguana; (ii) Descrever os elementos motivacionais na obra “Leona, a filha do Silêncio” de Marcelo Panguana, e (iii) Propor estratégias didácticas para a exploração de elementos motivacionais nas obras de literatura infantil.

## **1 O ensino da literatura infantil**

Segundo Nhacumbe (2016) pode-se definir literatura como a arte de criar e recriar textos, de compor ou estudar escritos artísticos, o exercício da eloquência e da poesia, o conjunto de produções literárias de um país ou de uma época, a carreira das letras. A palavra vem do latim “litteris” que significa “letras”. Ainda segundo Nhacumbe (2016), em latim, literatura significa uma instrução ou conjunto de saberes ou habilidades de escrever e ler bem, e relaciona-se com as artes da gramática, da retórica e da poética. Por extensão, refere-se especificamente à arte ou ofício

de escrever de forma artística.

A literatura é uma transfiguração do real; é a realidade recriada através do espírito do artista e retransmitida através da língua para as formas, que são os géneros, e com os quais ela toma corpo e nova realidade. Passa então, a viver outra vida, autónoma, independente do autor e da experiência de realidade de onde proveio (Coutinho, 1978, p. 10). Das definições acima, percebe-se que a literatura é a transformação do mundo real através da arte de recreação artística assente no uso da língua.

A literatura infantil é a literatura que tem como destinatário extratextual as crianças (Aguiar e Silva, 1983). Fillola (1999 apud Brito, 2003), a literatura infantil é um conjunto de produções de carácter literário artístico com aspectos em comum com outras produções literárias e também com produções fundamentação teórica noutros códigos semióticos a que se tem acesso em etapas iniciais de formação linguística e cultural. Embora exista divergências sobre a faixa etária na qual um individuo possa ser considerado criança, das definições acima percebemos que a literatura infantil é concebida tendo como público-alvo, as crianças.

## **2 A literatura na sala de aulas**

Em conformidade com Compagnon (2009), enquanto elemento humanizador, a literatura está apta para promover mudanças, contribuir para a construção do pensamento social, exercendo um papel ímpar na função de provocar o leitor, de convocá-lo à consciência da sua própria condição de existência. Barros

acrescenta que é através da literatura que a criança desperta uma nova relação com diferentes sentimentos e visões de mundo, adequando assim, condições para o desenvolvimento intelectual e a formação de princípios individuais para medir e codificar os próprios sentimentos e acções. A literatura é indispensável na escola por ser o meio necessário para que a criança compreenda o que acontece ao seu redor, seja capaz de interpretar diferentes situações e escolher caminhos com os quais se identifica. (Barros, 2013, p. 17).

Nas perspectivas acima, podemos identificar as principais funções da literatura, nomeadamente: transformação social; despertador da motivação; da criatividade e da reflexão crítica sobre assuntos da sociedade. O ensino da literatura decorre do facto de ser uma forma de representação de realidades complexas, que mobilizam, ao mesmo tempo, o espírito crítico, a sensibilidade, a cultura e a inteligência, sendo este mais um grande motivo para que os debates acerca dos objectivos do ensino da literatura tornem-se presentes nos diferentes níveis de ensino e em

diferentes espaços da sociedade (Bernardes, 2005, p. 22).

Concordando com a perspectiva de Bernardes (2005), Reboxo (2010, p.26) afirma que ao lidar com a literatura infantil em sala de aula, o professor estabelece uma relação dialógica com os alunos, com a sua cultura e com a sua realidade quando, para além de contar ou ler a história, cria condições para que lidem com a história a partir dos seus pontos de vista, trocando impressões sobre ela, assumindo posições e personagens, criando novas situações através das quais eles vão descobrindo a história original.

Fazendo um entrosamento entre as perspectivas de Bernardes (2005) e de Reboxo (2010), concluímos que a literatura é importante para o processo de ensino-aprendizagem pois é o reflexo das experiências e das vivências da sociedade. Este reflexo de vivências torna as obras literárias um factor motivador na condução do processo de ensino-aprendizagem. Igualmente, o professor deve mediar o processo de leitura literária de modo que o aluno descubra o mundo e construa a sua personalidade.

Em relação à condução do processo de ensino-aprendizagem da literatura, Sousa (2019) advoga que as práticas de ensino da literatura devem assumir as finalidades dialéticas e humanísticas na formação dos sujeitos, visto que toda proposta educativa deve estar associada às mudanças e às formas como os sujeitos se enxergam e se apropriam das experiências de aprendizagem na ampliação das próprias vivências com o texto literário. Ainda segundo este autor, o texto literário sempre oferece ao leitor uma cartografia das experiências sociais e literárias do autor da obra; além disso, incentiva o leitor a manter-se antenado com as mudanças que fazem parte da existência humana, porque os estímulos de novos significados são capazes de realinhar a função do leitor literário proficiente na actualidade.

Nestas premissas de Sousa (2019) podemos asserir que a selecção de obras literárias deve ter em conta as especificidades dos alunos, as mudanças que se espera verificar. Em adição, as obras literárias são um repositório das experiências quer dos autores, quer da sociedade, o que propicia a apreensão dos valores culturais e morais plasmados nas mesmas. Corroborando com perspectiva de Sousa (2019), Cosson (2010, p. 61) afirma que a necessidade das práticas de leitura literária fundamenta as acções sociais dos sujeitos, sobretudo no contexto contemporâneo de ensino e aprendizagem; por isso o espaço da literatura como texto na sala de aula trata dessa necessidade de aprendizagem que demanda tanto o contacto permanente com o texto literário quanto à

mediação do professor na formação do leitor. Nessa afirmação está implícito, mais uma vez, o papel fulcral do professor enquanto mediador do processo de ensino-aprendizagem. Deste modo, o professor deve mediar todo o processo de leitura no ambiente lectivo e extra-lectivo.

### **3 A dimensão didáctica das obras de literatura infantil**

A literatura infantil surge com carácter didáctico, ao transmitir valores e normas da sociedade com a finalidade de instruir e de formar o carácter da criança, uma formação humanística, cívica, espiritual, ética e intelectual. Ela visa transmitir ensinamentos que permitam que o sujeito tenha uma percepção autónoma e crítica perante a vida da sua sociedade (Barros, 2013, p. 18).

Concordando com a perspectiva de Barros (2013), Silva (2010, p. 26) advoga que os textos literários têm desempenhado, sob o ponto de vista didáctico-pedagógico, uma sublime função no que diz respeito à formação humana, na educação linguística e na educação estética dos jovens e dos adolescentes. Do entrosamento entre as ideias de Barros (2013) e de Silva (2010) concluímos que a literatura tem uma dimensão didáctica na formação do cidadão, quer do ponto de vista psicossocial, quer do ponto de vista linguístico e estético.

No contexto do ensino da literatura, o professor desempenha uma função orientadora cuja efectivação demanda o conhecimento das motivações e os interesses dos alunos. O professor deve igualmente ter em conta as situações e os tipos de leitura e propor as obras que correspondam à expectativa dos alunos e alarguem o universo empírico dos alunos (Coelho et al. 1980, p. 42). Nesta proposição está saliente a necessidade de exploração das potencialidades didácticas das obras literárias, de ter em conta as especificidades dos alunos na sua escolha e de ter em conta as tipologias de leitura adequadas para cada contexto lectivo.

Concordando com a perspectiva de Coelho et al. (1980), Cosson (2014, p. 79) advoga que as obras de literatura apresentam determinados elementos motivacionais, nomeadamente: os recursos visuais, a temática e a linguagem. São estes elementos que são analisados neste trabalho porquanto propiciam a realização de diversas aprendizagens numa aula de língua ou de literatura.

No que concerne aos recursos visuais, Nikolajeva e Scott (2011) destacam que o livro ilustrado é a combinação baseada na soma dos dois níveis de comunicação, a verbal e a visual. Estes autores compreendem que a capa de um livro é a soma da comunicação visual com a

comunicação verbal. A capa de um livro vai além da função básica de apresentar as informações de identificação da obra – ela é elemento de extrema importância, pois promove a junção de elementos estéticos: literários e imagéticos – que ilustram o âmago da narrativa e atraem ou não a atenção dos leitores. Ainda em relação aos recursos visuais, Coelho (2000, p. 161) afirma que o livro infantil com o apoio de imagens torna-se o elemento principal do processo de aproximação com o género literário, sob a forma de experiências, brincadeiras e interacções.

Nunes (1990) acrescenta que no caso dos livros infantis, a criança primeiro ouve a história contada pelo adulto, relacionando o enredo com as imagens. Após essa etapa, a criança já se sente capaz de recontar a história, guiando-se pelas ilustrações e imitando a fala do adulto, prosseguindo seu desenvolvimento até se apropriar, naturalmente, da linguagem escrita, em um exemplo perfeito da zona de desenvolvimento proximal, definido por Vygotsky (2000).

Nas perspectivas podemos perceber que as imagens são um elemento motivador para a leitura e auxiliador da linguagem verbal porquanto permitem que o aluno acompanhe, também, o desenvolvimento da diegese através dos recursos imagéticos. Relativamente à linguagem, Nunes (1990) advoga que a literatura infantil, mais do que introduzir as crianças no mundo da escrita, ao tratar a linguagem enquanto arte, traz as dimensões ética e estética da língua, exercendo um importante papel na formação do sujeito. Assim, o contacto da criança com a literatura é essencial para a sua formação como leitor de mundo e, além disso, quanto mais cedo as histórias orais e escritas forem inseridas em seu cotidiano, maiores serão as possibilidades do desenvolvimento do prazer pela leitura. Aqui depreende-se que a linguagem literária permite a desenvolvimento de uma mundividência porquanto espelha diversas vivências. Ainda, há necessidade de a linguagem propiciar o desenvolvimento do prazer pela leitura.

No que tange à temática, Nunes (1990) defende que os livros de literatura infantil devem fazer parte da realidade da criança; precisa ser um objeto tão comum quanto uma peça de roupa, caça, brincadeira, estudo, etc. Este autor acrescenta que o ideal, com base no percebido, é que o professor seja o mediador, familiarizando o aluno com o texto literário e sendo uma ponte entre o texto e o leitor que ainda não adquiriu autonomia. Nestas afirmações está subjacente a necessidade de uma selecção cuidada de obras literárias que abordam temáticas do interesse dos alunos em função da sua idade.

## 4 Corrente desconstrutivista

Concebida por Derrida, esta é uma corrente de análise literária que enfatiza que os sistemas interpretativos, desestruturam e desconstroem o discurso. Ainda a partir do discurso, é possível perceber a natureza da consciência humana como intrínseca à noção de linguagem. O pensamento e as práticas de Derrida orientam-se, sobretudo, para sistemas de interpretação e não directamente para as obras literárias. É um incessante trabalho de investigação que coloca sob suspeita os discursos da Filosofia e das Ciências Humanas, da Literatura e da História, da Fenomenologia e da Psicanálise (Siscar, 2005, p. 143).

A contribuição da desconstrução para a crítica literária foi uma fundamentação filosófica mais rigorosa, que resultou no aguçamento do senso crítico com relação aos textos, no afinamento dos instrumentos de leitura e no estímulo à criatividade no processo de escrita (Perrone-Moisés, 2000, p. 306). A desconstrução proporcionou significativos abalos no interior das Ciências Humanas e, por conseguinte, no interior dos discursos sobre a literatura, ao promover a decomposição e reconfiguração desses mesmos discursos, de dentro e de fora, detonando assim, a tranquilidade dos discursos heteróclitos vigentes no mundo ocidental (Siscar, 2005, p.141). Das premissas acima, denota-se que o desconstrutivismo assenta-se na identificação e interpretação das unidades linguísticas do texto. Assenta-se também, na identificação das principais funções dos blocos ou elementos textuais.

Culler (1997), baseando-se na perspectiva de Derrida propõe o delineamento de alguns passos para a abordagem desconstrucionista do texto literário: (1) descobrir as operações binárias que estruturam o texto; (2) comentar os valores, os conceitos e as ideias que subjazem a essas operações; (3) subverter as operações binárias existentes no texto; (4) desconstruir as concepções implícitas no texto; (5) a partir das novas relações binárias, admitir a hipótese de uma terceira saída e de outros níveis de significação e (6) deixar em aberto a interpretação do texto, supondo-se o princípio de que o significado é sempre móvel, múltiplo e ilimitado.

A escolha desta corrente de abordagem do texto literário é decorrente do facto de pretendermos identificar aspectos motivacionais na obra em estudo através (i) da desconstrução do discurso literário; (ii) da identificação dos recursos visuais auxiliares da linguagem verbal e (iii) da interpretação temática ou conteudística. Tencionamos evidenciar o contributo destas operações no âmbito de abordagem de um texto de

literatura infantil concreto. Conforme fizemos menção anteriormente, a obra de literatura infantil que será analisada na esteira desta corrente é intitulada “Leona, a filha do silêncio” da autoria de Marcelo Panguana. No ponto seguinte fazemos a breve descrição desta obra e a apresentação da breve biografia do seu autor.

## **5 Breve biografia do autor da obra “Leona, a filha do silêncio”**

Marcelo Panguana nasceu em Marçõ, em 1951, na cidade de Lourenço Marques, actual Maputo, capital de Moçambique. Começou por escrever pequenas histórias para as páginas e revistas culturais. A página literária “Diálogo do Jornal Notícias da Beira”, foi o espaço onde começou a amadurecer a sua escrita. Em Maputo, junta-se a um grupo de escritores do projeto da revista “Charrua”. Deste grupo nasceram alguns dos que constituem, hoje, a nata dos melhores escritores do país, os escritores da segunda geração. Foi igualmente fundador da Editora Lithangu (Laranjeira, 1987). Ainda segundo o sítio acima citado, ao longo da sua carreira, Marcelo Panguana publicou as seguintes obras:

- “Leona, a filha do silêncio”. Contos de Moçambique, 2018;
- “As vozes que falam de verdade” (contos). Maputo: Associação dos Escritores Moçambicanos, 1987;
- “A balada dos deuses” (contos). Maputo, Associação dos Escritores Moçambicanos, 1991;
- “Estórias de reconciliação”. Unesco, 1994;
- “O chão das coisas” (romance). Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2003;
- “Os ossos de Ngungunhana” (contos). Maputo: Imprensa Universitária da Universidade Eduardo Mondlane, 2004;
- “Como um louco ao fim da tarde”. Maputo: Alcance Editores, 2009;
- “O filho do planalto”. Luanda: União dos Escritores Angolanos (UEA), 2011;
- “Conversas do Fim do Mundo”. Maputo: Alcance, 2012;
- “O vagabundo da Pátria”. Maputo: Alcance, 2015.

O autor possui ainda duas distinções: o prémio Literário Rui de Noronha, patrocinado pela Fundo de Desenvolvimento da Criança e Adolescente (FUNDAC), na categoria de escritores consagrados de Moçambique e uma menção honrosa no Prémio Sonangol de Literatura 2011, com o livro “O filho do Planalto”, Angola (Laranjeira, 1987).

“Leona, a filha do silêncio”, ilustrada por Luís Cardoso, é uma obra

literária com uma extensão de 17 páginas, na sua primeira edição. Tendo em conta a definição de Costa (2007), este texto pertence ao género literário **fábula**, pois a diegese é protagonizada por animais irracionais, cujo comportamento, preservando as características próprias, deixa transparecer uma alusão, via de regra satírica ou pedagógica, aos seres humanos. No que concerne aos aspectos conteudísticos, importa referir que esta obra versa sobre a solidão.

### **5.1 Análise da dimensão didáctica na obra “Leona, a filha do silêncio” e os recursos visuais e a linguagem**

Conforme fizemos menção na parte introdutória do trabalho, pretendemos argumentar a favor da tese segundo a qual, a obra “Leona, a filha do silêncio” de Marcelo Panguana tem uma dimensão didáctica. Este posicionamento é sustentado pelo facto de na sua superfície, encontramos estratégias motivacionais conducentes à apreensão da atenção e ao despertar do interesse do sujeito leitor na actividade de leitura, designadamente: os recursos visuais, a linguagem e a temática. Seguidamente, fazemos a análise dos elementos motivacionais presentes na obra.

A obra em análise apresenta ilustrações que auxiliam a narração. Encontramos o retrato de animais e paisagens que são abordadas na superfície textual. Conforme advogam Nikolajeva e Scott (2011), as ilustrações têm a função de promover elementos estéticos: literários e imágéticos – que ilustram a diegese principal e atraem ou não a atenção dos leitores. Em adição, para Coelho (2000, p. 161), o livro infantil com o apoio de imagens torna-se o elemento principal do processo de aproximação com o género literário, sob a forma de experiências, brincadeiras, e interacções. No contexto da obra “Leona, a filha do silêncio”, estes elementos são deveras importantes para que o aluno se atente ao processo de leitura porquanto os recursos retratam aspectos que lhes são familiares ou fazem parte do seu mundo imaginário, nomeadamente: retrato de animais selvagens e domésticos, de paisagens exóticas, de eventos sociais (o casamento), etc.

No que concerne à linguagem, importa referir que encontramos as seguintes estratégias motivacionais:

- **Recurso a acções** mágicas ou fantásticas. Esta estratégia cativa a atenção do leitorado infantil em compreender a acção textual. Encontramos, no texto, a descrição de acções humanas praticadas por animais – a personificação, por exemplo: “A Leona respondeu, aqui na floresta não está”, (p. 11). Verifica-se igualmente, a



existência de animais com características estranhas, por exemplo: bode de chifres auríferos. Estas estratégias são importantes pois conforme advoga Barros (2013, p. 18), o público infantil tinha predileção por histórias fantásticas e com aventuras empolgantes. Deste modo, acreditamos que esta estratégia pode captar a atenção e despertar o interesse dos alunos no processo de leitura literária;

- **Recurso à descrição paisagística.** Estudos da psicologia de aprendizagem como o de Vigotsky (2000) evidenciam que as crianças têm uma fixação com descrição, sobretudo de paisagens. Um dos exemplos da descrição paisagística é a seguinte unidade linguística: “Junto ao rio. Debaixo da sombra onde a Leona se sentava para tecer as teias do seu futuro” (p. 9);

- **Discurso oralizante.** Denota-se a existência de pouco formalismo linguístico e com muitas marcas do discurso oral típico do conto das histórias tradicionais, por exemplo: “...Todos estavam felizes. Todos? Não. A Leona permanecia sozinha, silenciosa, a olhar...”, (p. 14). Este tipo aproxima o leitor infantil ao seu ambiente social ou vivência pois, segundo Barros (2013), os contos orais são as primeiras formas de literatura com que os alunos entram em contacto;

- **Marcas de linguagem infantil.** Na superfície textual encontramos o exagero das repetições: “...e todos bateram palmas. E todos cantaram. E todos dançaram. Todos”, (p. 17). Este fenómeno é frequente na linguagem coloquial do público infantil. Deste modo, a observância deste fenómeno no texto de literatura infantil torna-o familiar do ponto de vista discursivo, um aspecto que em conformidade com Barros (2013) e Silva (2010) desperta o interesse dos alunos no processo de leitura literária;

- **Frases curtas.** Ao longo da superfície textual verifica-se a predominância de frases curtas. Segundo Vigotsky (2000), as frases curtas facilitam a compreensão do conteúdo textual pois as crianças da faixa etária em foco ainda estão nos estágios iniciais do desenvolvimento da linguagem.

O texto aborda uma temática inerente ao mundo infantil, a solidão. Temos como passagem textual elucidativa desta temática a seguinte: “A Leona permanecia sozinha, silenciosa”, (p. 14). A solidão é um fenómeno também presente nesta faixa etária, o que torna a temática atraente para o público infantil. O texto apresenta os efeitos sociais do auto-isolamento, que provavelmente possam ocorrer no seu seio, por exemplo a angústia. A seguinte frase é elucidativa deste efeito da solidão: “Passou a ser a filha do silêncio”, (p. 10).

Esta temática tem a propensão de conduzir os alunos a uma reflexão em torno da importância do convívio social com vista a evitar a tristeza e a angústia. Ademais esta temática é do interesse dos alunos do nível em estudo.

## Conclusão

Ao conceber este trabalho, propusemo-nos identificar e explicar as potencialidades didácticas da obra “Leona, a filha do silêncio” de autoria do escritor moçambicano Marcelo Panguana. Estes objectivos foram alcançados pois ao analisar a obra proposta, constatámos que esta fábula tem uma dimensão didáctica porquanto apresenta aspectos motivacionais conducentes à captação da atenção e do interesse do sujeito aprendiz, o que desperta o gosto pela leitura e propicia o desenvolvimento de habilidades educacionais. Esta asserção é suportada pela observância de seguintes aspectos na superfície textual:

A obra “Leona, a filha do silêncio” apresenta recursos visuais ao longo de toda a extensão. Estes elementos são deveras importantes para que o aluno se atente ao processo de leitura porquanto os recursos tratam aspectos que lhes são familiares ou fazem parte do seu mundo imaginário, nomeadamente: retrato de animais selvagens e domésticos, de paisagens exóticas, de eventos sociais (o casamento), etc.

No que tange à linguagem, ao longo do texto observa-se (a) o recurso a acções mágicas ou fantásticas para cativar a atenção do leitorado infantil em compreender a acção textual- encontramos no texto, a descrição de acções humanas praticadas por animais- a personificação; (b) o recurso a descrição paisagística; (c) o discurso oralizante: denota-se a existência de pouco formalismo linguístico e com muitas marcas do discurso oral típico do conto das histórias tradicionais e (d) marcas de linguagem infantil- na superfície textual encontramos o exagero das repetições;

O texto aborda uma temática inerente ao mundo infantil, a solidão. O texto apresenta os efeitos sociais do auto-isolamento, que provavelmente possam ocorrer no seu seio, por exemplo a angústia. Com base nas constatações, propomos que os professores procedam a uma exploração dos elementos motivacionais acima descritos; eles podem contribuir para a captação da atenção e para o despertar do interesse do aluno relativamente ao processo de leitura contribuindo-se assim, para o a realização das demais actividades lectivas, para o desenvolvimento das habilidades linguísticas, para a aquisição dos valores culturais e morais, para a construção do pensamento crítico e reflexivo dos

sujeitos aprendentes, etc..

## Referências

Barros, P. P. D. *A contribuição da literatura infantil no processo de aquisição de leitura*. São Paulo. Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Dissertação de Mestrado. Disponível em: [www.unisalesiano.edu.br](http://www.unisalesiano.edu.br). Acesso em: 12 abr. 2021.

Bernardes, J. A. C. *Como abordar a literatura no ensino secundário*. Porto: Areal Editores, 2005.

Brito, A. L. *Literatura para a Infância: estudo das concepções e vivências numa amostra de educadores*. Coimbra. Dissertação de Mestrado. 2003. Disponível em: <https://comum.rcaap.pt>. Acesso em: 28 nov.2021.

Coelho, J. *A Problemática de leitura: aspectos sociológicos e pedagógicos*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980.

Coelho, N. N. *Literatura infantil: teoria análise didática*. São Paulo: Editora Moderna, 2000.

Compagnon, A. *Literatura para quê?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1990.

Coutinho, A. *Notas de teoria literária*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

Brasil. Ministério da educação e do desporto. Brasília: MEC, 2009.

Cosson, R. *Letramento literário: teoria e prática*. São Paulo: Contexto, 2006.

Costa, M. M. da. *Metodologia do ensino da literatura infantil*. Curitiba: Ibpex, 2007.

Culler, J. *Literary theory: a very short introduction*. Oxford: Oxford University Press, 1997.

Instituto Nacional de Desenvolvimento de Educação. *Plano curricular do ensino Básico*. Maputo: INDE, 2007.

Laranjeira, P. *Literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: Universidade Aberta, 1987.

Nhacumbe, C. Literatura infanto-juvenil – alteridade e identidade. Maputo. In: Dias, H.; Duarte, S. (Org.). *Ensino Básico em Moçambique: políticas e práticas*. Maputo: Editora Educar. 2016, p. 21-25.

Nikolajeva, M.; Scott, C. *Livro ilustrado: palavras e imagens*. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

Nunes, L. B. *Livro: um encontro com Lygia Bojunga*. Rio de Janeiro: Agir, 1990.

Perrone-Moisés, C. *Aquele que desprende a ponta da cadeia*. In: Nas-

cimento, E. F. (Org.). *Jacques Derrida: pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade. 2005, p. 87-97.

Panguana, M. *Leona, a filha do silêncio*. Maputo: Escola Portuguesa de Moçambique, 2014.

Reboxo, M. J. T. E. *(Des)construir conceitos em didáctica da Literatura Infantil*. Covilhã. 2010.161f. (Dissertação). Mestrado. Faculdade de Artes e Letras, Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2010.

Sousa, I. V. de. *Laços e desenlaces na literatura*. Ponta Grossa: Atena Editora, 2019.

Silva, V. A. *As humanidades, os estudos culturais, o ensino da literatura e a política da língua portuguesa*. Coimbra: Livraria Almedina, 2010.

Silva, V. M. A. *Teoria da literatura*. 5.ed. Coimbra: Livraria Almedina, 1983.

Siscar, M. *O Coração transtornado*. In: Nascimento, E.; Derrida, J. (Org.). *Pensar a desconstrução*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

Vigotsky, L. S. *A formação social da mente*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

# A CONCEPÇÃO DA PERSONAGEM UGUEZY KANYEMBA EM “O VAGABUNDO DA PÁTRIA”, DE MARCELO PANGUANA

*Isaías Mucindo Armando Mate*

*Salomão António Carlos Massingue*

*Bonifácio Ernesto Guilundo*

## Introdução

Em “O vagabundo da pátria”, tal como em outros romances, a personagem é a categoria que, com mais nitidez, torna patente a ficção e, através dela, a camada imaginária se adensa e se cristaliza (Cândido et al., 2019).

A subtileza e a delicadeza do estilo de Marcelo Panguana, em franco contraste com o tipo de mundo que ele recria na sua obra, permitem que a personagem protagonista, ainda que focalizada por um narrador heterodiegético, receba um certo número de qualificações e, ao mesmo tempo, crie possibilidades de sua individualização e desnude o seu fazer através de índices que contribuem para a sua função no decorrer da diegese. Esses índices, mediante estratégias literárias adequadas de concepção da personagem, permitem a decifração do valor simbólico da mesma. Ora, é destes elementos que o presente estudo irá se ocupar, analisando, a seguir, os processos de construção de Uguezy Kanyemba, personagem protagonista do romance em análise.

No presente capítulo, objetivamos discutir os processos literários adjacentes à concepção da figura da personagem protagonista, Uguezy Kanyemba, no universo romanesco de Marcelo Panguana. Se assumimos que as personagens de um romance, para além da sua função estética na narrativa, também traduzem informações sobre a vida de uma sociedade, vitórias, glórias, crises, sonhos e desafios, então, urge, desse modo, levantar a seguinte pergunta de partida: *Que procedimentos o autor de “O vagabundo da pátria” usa para a construção da personagem protagonista e que conjunturas sociais representam as suas ações?* A fundamentação da pesquisa está ancorada nos estudos de Eagleton (2006); Cândido et al. (2007); D’ascensão (2012), entre outros autores

que, no âmbito da narratologia, se ocupam da análise da personagem, como categoria da narrativa.

O presente capítulo é composto por uma breve exposição do tema, seguido de elementos biobibliográficos do autor, depois dos quais detalhamos a componente metodológica da pesquisa. Findos esses pontos introdutórios, abordamos, posteriormente: a designação da personagem, os modos de caracterização, o universo simbólico e as ações de Uguezy Kanyemba e as conclusões da análise desses três tópicos elencados. Por último, apresentamos as referências bibliográficas.

## 1 Elementos biobibliográficos do autor

Marcelo Panguana nasceu a 30 de março de 1951, na então Lourenço Marques, hoje Maputo, capital de Moçambique. Para além de escritor, Panguana é também jornalista, profissão da qual emana a maior parte dos escritores que se firmaram depois dos anos 70. Tem colaborado frequentemente como cronista e crítico literário nos suplementos culturais da imprensa escrita, como, por exemplo, *Domingo* e *Notícias*.

O autor conta com uma obra considerável, tendo publicado livros de contos: “As vozes que falam verdade” (1987) e “A balada dos deuses” (1991). Em 1999, juntamente com Jorge Oliveira, publicou “Fazedores da alma”, uma coletânea de entrevistas feitas a várias personalidades da cultura moçambicana. Publicou, igualmente, “O chão das coisas” (2003), “Os ossos de Ngungunhana”, João Kuimba, “Chico Ndaenda e outros contos” (2006), “Como um louco ao fim da tarde” (2010), “Conversas do fim do mundo” (2012), “O Vagabundo da pátria” (2015), “Escrever a terra” (2018a), “Os peregrinos da palavra” (2018b).

Para a reflexão teórica dos procedimentos literários adjacentes à construção da personagem, no livro em análise, pautamos por uma abordagem predominantemente qualitativa, considerando também que esta abordagem proporciona resultados significativos na área da literatura, no sentido de conduzir o pesquisador a uma visão ampla do problema estudado, além de produzir conhecimentos e contribuir para a transformação da realidade estudada, encontrar explicações e avançar previsões.

A geração de dados para a presente pesquisa teve como base metodológica a revisão bibliográfica. Recolhemos a literatura que serviu de base para a prossecução da pesquisa, tendo começado com a bibliografia básica, constituída pelo corpus selecionado para a análise. Esta primeira fase culminou quando se atingiram dados referentes à bibliografia secundária.

A leitura das informações coletadas teve como método a análise de conteúdo, um dos mais fecundos em Ciências Sociais e Humanas bem como nos estudos literários. Estamos certos de que a análise de conteúdo nos ajudou a ultrapassar a aparência imediata das informações recolhidas para apreender a essência e o conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas, tanto no corpus, ora em análise, como na bibliografia secundária e complementar. Ligado a esse, procedemos com a análise semiótica, que nos permitiu aprofundar a complexidade semântica de nomes de personagens, relacionando-os com aspectos do universo social e simbólico de onde emergem.

## 2 A designação da personagem protagonista

Sendo a personagem romanesca um ser que não existe fora da narrativa, constitui uma entidade de referência susceptível a uma variedade de unidades linguísticas de que se serve o autor para a sua designação. A designação no processo de construção de uma personagem ficcional consiste na identificação e diferenciação relativamente a outras que compõem a mesma narrativa.

No processo de tessitura da narrativa, os designadores se revestem de capital importância. Na verdade, a atribuição de vários nomes à personagem é fundamental na sua existência ficcional. Dependendo da natureza da obra e das intenções do autor, a designação também pode ter uma função simbólica, ou, simplesmente, designar a individualidade de cada carácter, e muitas vezes tipificando ao indicar seu estatuto socio-cultural (Varotsi, 2015).

Por conseguinte, os designadores, que são representados por elementos de natureza linguística (nomes próprios, nomes comuns, nomes coletivos, cognomes, alcunhas e adjetivos substantivados), merecem um aprofundamento de estudo, mais de carácter linguístico. Ao analisar os trabalhos de Varotsi (2015), de Russo (2009) bem como de D'Ascensão (2012) compreende-se a importância dos designadores no ofício do escritor. No caso de "*O vagabundo da pátria*" (OVP) depreende-se que Marcelo Panguana explora mais designadores inseridos no campo morfológico e semântico.

Neste âmbito, alguns linguistas dividem os designadores em três categorias: designadores denominativos (nome próprio, prenome, sobrenome), designadores indicativos (elementos deícticos e anafóricos) e designadores descritivos (grupos nominais ou perífrases). De fato, ao analisar o processo de designação ou "etiquetagem linguística" como

um dos guias definidores no processo de construção das personagens, D'Ascensão (2012) destaca o nome próprio e reconhece a existência de expressões que constituem formas de designação desta entidade fícticia.

Em *OVP* é possível constatar que Marcelo Panguana nomeia a personagem protagonista por meio de um nome próprio: Uguezy Kanyemba. Esta designação, também chamada de formal, por estar composta por um nome próprio e apelido, tem como intenção estabelecer um elo entre a personagem em causa e um ser existencial, constituindo, pois, numa das estratégias literárias de construção desta categoria da narrativa.

Na verdade, o nome Uguezy vem de nyúngwè “gezi”, que significa indivíduo embriagado. Nyúngwè é uma das línguas moçambicanas faladas na província de Tete, na região centro de Moçambique. O apelido “Kanyemba” diz respeito a uma região situada a sul da província de Tete. A coincidência de apelido e designação de topónimos é comum em Moçambique, pois, a maior parte dos apelidos moçambicanos são topónimos que representam proveniências de determinadas famílias de clãs, até porque, fazendo jus à afirmação de Mill (apud Russo, 2005), todos nomes designam alguma coisa pré-existente, seja real ou imaginária. Além de mais, cada nome tem um sentido, que é dado por uma ou mais descrições definidas. Deste modo, “um nome encerra um conteúdo descritivo, por meio do qual chega a significar o que efetivamente significa, e esse conteúdo descritivo é sua contribuição para a determinação das condições de verdade das proposições em que ocorre seu sentido” (Frege, 1978, apud Russo, 2005, p.19).

Portanto, o uso significativo dos nomes próprios concretiza-se pelo grau de especificidade do objeto referido mediante o sentido ligado aos mesmos. Contra essa suposta ligação tomada pelos descritivistas, surge uma insistência, se isso fosse verdade, os nomes seriam sinónimos das descrições e, portanto, um deveria substituir o outro nas sentenças, sem nenhuma restrição. Ora, isto se pode verificar em algumas passagens da obra em que Marcelo Panguana chama Uguezy Kanyemba de “bebedor de aguardente” ou, ainda, “maior bebedor de aguardente” (Panguana, 2015, p. 23).

Assim, o nome próprio atua como um designador rígido<sup>1</sup> com um papel preponderante na referência da personagem protagonista e opera como suporte de singularização ou unidade dessa entidade fícticia,

1 Saul Kripke criou a expressão designador rígido (do francês «désignateur rigide») para denominar os nomes que dizem respeito a um e único ser em todos mundos possíveis, como o caso de nomes próprios. O filósofo americano criou também a expressão «désignateur non rigide» que significa designador não rígido, em português, que implica um nome acidental ou ponto de vista sobre uma personagem (Cf. D'ascensão, 2012).



tendo uma relação com o título da obra *OVP*, pois, enquanto Uguezy Kanyemba pretendesse satisfazer o seu vício de bebida e de mulheres, não lhe restava tempo para estar em casa e cuidar da família, movimentando-se sempre de uma esquina para outra, o que lhe confere um estatuto de vagabundo. Ainda na mesma dimensão, há que tomar em consideração o seguinte pensamento:

Em muitas obras literárias, os nomes das personagens, aí incluídos todos os tipos de nome (prenome, sobrenome, apelidos, etc.), são escolhidos pelo autor com base no seu significado etimológico, motivo pelo qual a análise etimológica desses nomes revela informações importantes para a caracterização das personagens e, às vezes, até para o desvendamento do desenvolvimento do enredo (Amaral, Seide, 2020, p. 197).

Com efeito, e com base no conhecimento do leitor sobre a etimologia de determinados nomes, é possível que lhe seja revelado algo sobre as características da personagem. Porém, não é apenas o nome próprio e o apelido que referem e, naturalmente, constroem a personagem de ficção, sendo que várias expressões e palavras descritivas constituem designadores não rígidos, fundamentais no processo de designação das personagens. Na obra em análise, o autor usa também várias expressões, por meio das quais constrói a personagem protagonista mutável, tal como se depreende do seguinte estrato: “O *guerrilheiro* das botas encardidas observou atentamente o ambiente emocionante que o rodeava” (Panguana, 2015, p. 4, grifo nosso).

Na perspectiva de D’Ascensão (2012, p.14), “este tipo de designação é tido como contingente, na medida em que é mais ou menos efémera, transitória, variável”. E, como forma de provar este argumento, observe-se o excerto que melhor transparece o posicionamento deste autor: “O *ex-guerrilheiro* não respondeu ocupado a observar uma mulher aparentemente sozinha” (Panguana, 2015, p. 37, grifo nosso).

Por meio dos termos *guerrilheiro* e *ex-guerrilheiro*, o autor da obra em análise pretende mostrar que, no âmbito da designação, a concepção da personagem resulta de um processo de qualificação, que constitui um conjunto disseminado de marcas linguísticas que, manipuladas numa forma contínua, aludem a mutabilidade do estatuto social e profissional da personagem no universo narrativo. Isto é provado pelo fato de a designação *guerrilheiro* ser susceptível à alteração para *ex-guerrilheiro*. Essa variabilidade de nomes, por conseguinte, é determinada por atividades e estados.

Ora, a designação da personagem ficcional distribui-se em dois

tipos, nomeadamente, a estável, que compreende nomes próprios e apelidos, e a instável, que compreende nomes comuns, qualificações, descrições, estatutos sociais e profissões, que não devem ser estudados isoladamente, pois a compreensão da narrativa e a coerência de uma personagem de ficção dependem, fundamentalmente, da organização das cadeias nominais ou designativas que co-referem a uma determinada figura fictícia numa relação de interconexão.

Para validar este posicionamento, observe-se o seguinte excerto: “Dizia-se que o *coronel*, por sua conta e risco, decidiu meter-se em negócios obscuros [...] começou a seguir o *comandante* para toda a parte onde se deslocava em missão de serviço” (Panguana, 2015, p. 25-49, grifo nosso). Como se pode notar, ao construir-se a personagem protagonista pelos processos onomástico, qualificativo e de designação através da profissão ou estatuto social, visa tornar mais complexo o processo da sua construção, por meio de “um conjunto disseminado de marcas linguísticas que se vão manipulando progressivamente, mediante processos de substituição, de comutação, de acumulação e de diferença” (D’ascensão, 2012, p. 14).

Visando a existência de diversos e distintos nomes, que servem de identificação da personagem protagonista da narrativa de Panguana, parece útil considerar o fator da sua variabilidade e alternância. Neste caso, não subjaz um preceito linguístico-literário, mas uma intencionalidade que quebra o anonimato da personagem protagonista. Isso corrobora a ideia de Varotsi (2015, p. 200, tradução livre), segundo a qual: “o nome próprio atua para o personagem como ponto de referência e (auto) determinação, assim como para um ser humano. Um nome que muda no meio da história significa mudanças intencionais ou consequentes na identidade do personagem fictício”.

Portanto, entende-se que existe uma grande variação de nomes (Uguezy Kanyemba, guerrilheiro, ex-guerrilheiro, coronel, comandante, bebedor de aguardente) no processo da concepção da personagem protagonista. Numa cadeia de co-referenciação, esses nomes apontam para fatores específicos que sustentam uma estética literária, mas também que surgem no decorrer da evolução da diegese, da complexidade da personagem, sua figuração e demarcação do seu estatuto social e profissional.

### 3 Modos de caracterização

Na concepção da personagem, os modos de sua caracterização são

os meios pelos quais o autor evidencia e distingue umas de outras personagens. Se no tópico anterior aborda-se a importância da designação da personagem para o processo de referenciação, neste busca-se registar aspetos que se circunscrevem nos modos de caracterização da personagem protagonista, como uma das estratégias literárias que Marcelo Panguana opta para a sua concepção.

Por questões metodológicas, a análise, neste âmbito, obedecerá à tradicional distinção entre caracterização direta e indireta, uma vez ir ao encontro dos objetivos da presente reflexão. As duas caracterizações podem combinar-se entre si. Assim sendo, a personagem torna-se em unidade ambígua, podendo disseminar inúmeras significações idealizadas na narrativa e compreendidas no contexto de relações que nela se operam. Observe-se o seguinte excerto:

Enquanto isso, Uguezy Kanyemba oferecia e recebia e oferecia calorosos abraços, ao lado de outras prestigiantes figuras, algumas das quais, anos mais tarde, acabariam por gravar o seu nome com letras de ouro na história da nossa pátria. Percorreu todos lugares possíveis com esse instrumento na mão, dizendo para quem o quisesse escutar que o António Bonita tinha os dias contados: – Mato esse gajo. Cinco chagas de Cristo (Panguana, 2015, p. 5-6).

Depreende-se, da citação anterior, que a personagem Uguezy Kanyemba pode ser caracterizada sob várias perspectivas. À luz do primeiro período do excerto, indicia-se o estatuto dessa personagem, um herói na história de uma nação. No segundo período, pelo seu desejo de causar homicídio ao invés de recorrer aos órgãos de justiça, esta categoria da narrativa de Panguana encontra-se, assim, revestida de crueldade e injustiça.

Portanto, o que distingue as modalidades de caracterização referenciadas nos parágrafos anteriores é o processo de descrição dos traços distintivos das personagens. Ocorre diretamente, caso o autor, por intermédio do narrador ou de qualquer personagem, apresente a descrição estática e objetiva dos atributos da personagem. Por seu turno, ocorre indiretamente, se tais traços estiverem disseminados ao longo da história, obrigando o leitor a deduzir os atributos das personagens a partir das suas ações, das ideias defendidas, do discurso dos seus interlocutores, etc.

Em todo universo romanesco de *OVP*, de Marcelo Panguana, o narrador alude de forma parcimoniosa a compleição física de Uguezy Kanyemba. Ora veja-se: “O guerrilheiro das botas encardidas observou atentamente o ambiente emocionante que o rodeava, como se

pretendesse gravá-lo para sempre na sua memória” (Panguana, 2015, p. 4). Esta caracterização física continua ao longo da economia narrativa, descrevendo ainda o tipo de vestuário que a personagem protagonista trajava, e, igualmente, o seu estatuto social e profissional: “Retirou da cabeça a boina castanha. Despediu lentamente o camuflado que lhe cobria o corpo” (Panguana, 2005, p. 6).

No âmbito do retrato físico de Uguezy Kanyemba, Panguana não se limita apenas na descrição dos trajes da sua criatura, mas também nos seus caracteres pertinentes e acidentais, que dizem respeito a órgãos corporais, tal como se pode constatar no excerto seguinte: “Quem esperava que nestes dias o homem andaria satisfeito da vida enganou-se: ficou, de repente, irreconhecível, viram-no demasiadamente calado, o sorriso murcho, passos vacilantes, o olhar distante, inexpressivo!” (Panguana, 2015, p. 45).

Sobre a caracterização física de Uguezy Kanyemba, fica evidente que, o autor constrói a personagem protagonista com escassos traços, aludindo apenas o fardamento militar, o sorriso, a maneira de caminhar e o olhar, o que permite apenas conceber uma imagem incompleta desta categoria da narrativa. Quanto à escassez de traços físicos na concepção da personagem, Aguiar e Costa (2011) apontam que ao se caracterizar uma personagem de ficção, é preciso tomar em consideração dois aspetos fundamentais:

Primeiro, em uma única pessoa pode haver uma complexa personalidade e variedades de modos de ser; qualidades, defeitos e diversos fatores que a conceituam única. Segundo, o conhecimento acerca do outro se limita a ser incompleto, fragmentado e finito, e isso se dá, devido a diferença e complexidade a respeito da própria natureza oculta de cada ser. (Aguiar e Costa, 2011, p. 101).

Dos traços anteriormente descritos, pode, então, elencar-se duas modalidades de personagens, uma que obedece a critérios coesos e lógicos, com traços fixos, e outra modalidade cuja concepção cria “a impressão de um ser ilimitado, contraditório, infinito na sua riqueza” (Cândido, 2007, p. 59). A primeira forma resulta, em outras palavras, da caracterização autoral (feita pelo próprio autor) e a outra resulta da caracterização crítica (feita pelo leitor). Outrossim, é que o caráter intimista do romance permite com que a atenção do leitor recaia mais no retrato psicológico das personagens, tanto por via da caracterização direta assim como por via da caracterização indireta. Verifica-se que no seu universo diegético, Marcelo Panguana dá mais primazia à caracterização psicológica, na qual se inserem os traços comportamentais, emocionais e o discurso

das personagens que, compreendendo a exteriorização espontânea do conteúdo interiorizado na mente, dá um enorme contributo para a construção da personagem Uguezy Kanyemba. Esta personagem é concebida como se gozasse de autonomia, emergindo na narrativa de forma espontânea. Sucede que ela é inserida no discurso, a partir do qual vai se revelando aos poucos, como certifica o excerto seguinte:

O paraíso que estava diante dos seus olhos pertencia-lhe. Tinha valido apenas galgar as montanhas de Tete, percorrer as longas florestas de Cabo Delgado, atravessar os perigosos lagos de Niassa. Tinha valido a pena. Desabafou: –Somos ou não os novos donos da pátria? Não fomos nós que lutámos para expulsar o colono? Se não existem dúvidas sobre isso, haverá outra pessoa, melhor que eu, que mereça ficar a viver nesta casa? Claro que não pode haver (Panguana, 2015, p. 7).

Com o discurso acima proferido por Uguezy Kanyemba, ocorre uma autorevelação ou autocaraterização<sup>2</sup>, que procede de forma gradual. Nesse caso, o autor atribui a Uguezy Kanyemba uma consciência egocêntrica, relativamente ao património que pertence ao Estado. Na primeira parte da narrativa, há uma caracterização social da personagem protagonista, pois surge como um guerrilheiro que, recém-chegado de Dar-Es-Salaan, ascende à categoria de comandante das forças de defesa e, no desenvolvimento da intriga, este é promovido a coronel, o que lhe leva a beneficiar das diversas regalias que um superior de exército merece. Porém, acusado de negócios ilícitos, é despedido do setor estatal, causando-lhe um arrependimento inesperado: “–Se soubesse que acabaria assim, não teria ido à luta” (Panguana, 2015, p.117).

As situações de tensão vividas por Uguezy Kanyemba vão contribuir para uma instabilidade na sua vida, de favorecido para desfavorecido, de onde sobressai o seu retrato social abordado direta e indiretamente pelo autor da obra.

Esta personagem confronta-se com uma série de outras personagens secundárias e figurantes ao longo da intriga. Entretanto, por meio das suas atitudes e intervenções vai revelando, gradualmente, a sua personalidade, o seu estatuto social e económico. Esses elementos parecem ser cruciais para a determinação da sua caracterização social, mostrando um processo de impulso progressivo enquanto se consciencializar

---

2 A autocaracterização e a heterocaracterização são dois critérios de caracterização de personagens em que no primeiro, a caracterização cabe à própria personagem e no segundo, a caracterização é feita por outra entidade, seja ela o narrador ou outra personagem (Cf. Reis & Lopes, 1988, p. 194). Os autores acrescentam que “quem a si mesmo se descreve tende a perfilhar uma atitude positiva ou desculpabilizadora, ao passo que a caracterização feita por outrem revela, em princípio, outra capacidade de análise, favorecendo uma atitude crítica mais intensa” (*Idem*).

sobre a necessidade de ter uma vida melhor, como resultado de ser herói da luta armada.

Para além do discurso da própria personagem, o discurso do narrador heterodiegético também se mostra crucial para o processo de construção da personagem, no que diz respeito à sua caracterização social. Este narrador facultada dados sobre aspeto social de Uguezy Kanyemba, como ilustra o excerto a seguir:

Uguezy Kanyemba começou a tomar a consciência que a guerra contra o colonialismo havia terminado e que tinha chegado o momento de descansar de todos os cansaços do mundo, de todos os sofrimentos, de todas as dores, de todas as amarguras, de todas as chatices da vida. Wanga estava prestes a começar uma nova vida que acabaria por juntá-la a Uguezy Kanyemba, guerrilheiro destemido, homem sensível, amante competente (Panguana, 2015, p. 6).

Por um lado, o narrador aponta para um novo modelo de vida de Uguezy Kanyemba, que lhe traz mais felicidade e bem-estar, o que facilita ao leitor penetrar no íntimo desta personagem. Por outro, estão evidentes traços que se referem a uma característica significativa do ponto de vista social e ideológico de uma personalidade destemida, sensível e idónea.

Assim, a autocaraterização e a heterocaraterização tendem a mostrar como é que os objetivos escriturais estabelecem uma lógica interna das situações narradas, seja no englobamento da ação romanesca ou da sequência do enredo, considerando que:

o discurso do autor, os discursos dos narradores, os géneros intercalados, os discursos das personagens são unidades básicas de composição com a ajuda das quais o plurilinguismo se introduz no romance. Cada um desses discursos admite uma variedade de vozes sociais e de diferentes ligações e correlações (Bakhtin, 2002, p.75).

Além das caracterizações física, psicológica e social, o narrador reveste a personagem protagonista de traços morais, que não são objetivamente identificáveis. Nesta sequência, ficam evidentes, na tessitura romanesca, traços de boa e má formação moral de Uguezy Kanyemba. O narrador trata esta personagem como sendo um homem de generosidade autêntica e capaz de atos heróicos, o que é moralmente aceitável. Enquanto se arrepende, Kanyemba reconhece as irregularidades cometidas enquanto coronel e comandante das forças de defesa, num diálogo com o comandante cujo nome é Alto-Molócue. Observe-se:

Apesar de tudo tivemos sorte. Não fomos presos, embora não tenhamos devolvido nem uma moeda do dinheiro que nos foi emprestado. A única coisa que nos tornámos experientes foi nos gastos largos, como se o mundo fosse acabar amanhã. Cometi muitos erros. Quem não

comete erros nesta vida? Bebi demais. Dormi com muitas mulheres. Esbanjei dinheiro. Fiz muita gente feliz. Não matei ninguém, apenas gastei aquilo que possuía (Panguana, 2015, p. 118).

Como se pode aferir, através do seu discurso, a personagem protagonista exterioriza e faz juízos de valor sobre si ou, ainda, sobre acontecimentos. Com essa maneira de compor a personagem, o autor pretende que as reflexões da personagem protagonista permitam ao leitor tirar ilações sobre o bem e o mal, formulando interpretativamente aspetos inerentes ao retrato moral desta categoria da narrativa. As palavras de Uguezy Kanyemba tornam evidentes os atos cruéis e injustos protagonizados por ele, o que concorre fortemente para a sua inadaptação no setor da defesa, daí a sua má formação moral.

#### **4 O universo simbólico e as ações de Uguezy Kanyemba**

Qualquer forma de discurso reflete um universo que não escapa a uma marca ideológica, mais ou menos acentuada do seu emissor. Nesta ótica, o autor cria as suas personagens, permitindo que, a partir das suas ações, se possam vislumbrar as várias possibilidades de significação e simbologia. Conceber a personagem como signo é antes de mais se referir à mesma como uma entidade linguística que não existe fora da narrativa e das palavras e que só ganha um significado quando relacionada com outras. Eagleton (2006, p. 143) observa que “a imagem não tem nenhum significado existencial, mas sim um significado relacional”.

Assim, a personagem romanesca, vista como um signo, implica considerá-la como um ser linguístico revestido com palavras e ideias do autor numa perspectiva de propor uma humanidade inteligível, cujo significado depende do seu modo de interligação com outras personagens, sua caracterização, suas atitudes e, sobretudo, sua função e integração na rede de relações semânticas dentro do romance.

Uguezy Kanyemba, objeto de análise no presente estudo, possui um discurso político contraditório, comparativamente a outras personagens que compõem a economia narrativa, embora todas tenham passado por uma fase consistente do regime revolucionário que resultou na independência de Moçambique do jugo colonial. Portanto, os discursos de Kanyemba resultam de um acto comunicativo interpessoal, desenvolvido por ele e outras personagens dentro de um contexto de que fazem parte aspetos de índole espaço-temporal e histórica, por meio dos quais se interligam.

A variação do seu discurso situa-se em intervenções com o povo

em comícios e em conversas com os seus homólogos de luta pela libertação do país. Como comissário político, suas considerações são acompanhadas pela exatidão no que concerne à necessidade de unidade nacional, como também pelo refrão que marca o tom moralizante e motivador de fundo ideológico da personagem que se individualiza por mostrar seu juízo de valor: “ – Somos todos irmãos, do Rovuma ao Maputo. É ou não é? – É. – É preciso combater-se o divisionismo e pensar-se de uma forma moçambicana e não de forma tribal. É ou não é? – É” (Panguana, 2015, p. 27-28).

Enquanto líder da nova pátria libertada, Uguezy Kanyemba usa recursos expressivos para alimentar a esperança do povo, mas também marca uma certa diferença em termos de intenções que as restantes personagens apresentam. Assim, é possível estudar, a partir da abordagem interativa, as relações interpessoais estabelecidas em plena organização do discurso. Veja-se o seguinte excerto: “ – E você Uguezy? – Eu o quê? – Não deseja mais nada? Pode ficar rico como o colono que a luta expulsou. – Basta-me a pátria liberta” (Panguana, 2015, p. 46).

O discurso de Duma contra os ideais de Kanyemba constitui motivação para que o segundo invista no seu modelo de dissertação persuasiva, porque encontra uma posição antagónica de outras personagens da narrativa. A partir do discurso do seu antagonista Duma, a personagem Uguezy Kanyemba consegue atrair outras personagens a seu favor. Nessa lógica, por intermédio das suas personagens, o escritor revela a sua visão do mundo, pois as personagens estão configuradas esquemática, física e psiquicamente, tendo maior coerência e um elevado grau de significação, por serem intencionais e autónomas, de acordo com os intentos do vivente empírico<sup>3</sup>.

No romance, a convicção política de que os heróis que lutaram pela independência são os únicos competentes e, por conseguinte, aptos à governação do país, muito por conta do esforço e empenho no combate ao colonialismo, é assumida por Uguezy Kanyemba, idealizado pelo autor como um herói. Observe-se o excerto:

Somos ou não os novos donos desta pátria? Não fomos nós que lutamos para expulsar o colono e ocupar o seu lugar enquanto muitos se acomodavam nas cidades? Não fomos nós? Quem são as pessoas que neste momento se encontram preparadas para se transformarem nos novos profetas dos comícios? De serem os ministros que o povo

3 A expressão “vivente empírico” foi primeiramente usada pelo filósofo e sociólogo alemão Theodor Adorno na sua obra intitulada *Teoria Estética* (do inglês *Aesthetic Theory*, 1970), na qual faz uma reflexão sobre a arte moderna, mais concretamente sobre a função e estatuto da arte, para significar autor ou fazedor de artes.



esperava ansiosamente para aclamar e venerar? Não somos nós? (Panguana, 2015, p. 7).

Uguezy Kanyemba proferia estas palavras, tendo recebido o património domiciliar do Estado, por onde passaria a vida enquanto dirigente da nação. Percorreu toda a casa com intento de se familiarizar com esta, abrindo todas as gavetas de todos os móveis contidos, onde casualmente encontrou uma caixinha de madeira com objetos diversos, deixados pelos colonos portugueses no momento da libertação da pátria moçambicana. Percebe-se que os discursos divergem dos pensamentos de outros veteranos da luta de libertação: “Alguns haviam lutado com o objectivo de se tornarem nos novos caciques, completamente afastados dos anseios do seu povo; outros se destacaram pelo facto de desde sempre terem sonhado uma pátria para todos” (Panguana, 2015, p. 15).

As divergências descritas pelo narrador da obra resultavam da intolerância política, rebeldia cívica e social, posto que os “camaradas” viam Kanyemba como traidor, daí que se questionavam: “Este lutou connosco durante os dez anos. Será que continua do nosso lado?” (Panguana, 2015, p. 118). Na evolução da diegese, as várias circunstâncias nas quais se encontra o povo levam com que esta personagem insinue palavras de ordem em alguns discursos de ocasião. Ora, ao ascender à categoria de coronel, as intenções de Kanyemba não eram de satisfazer a si ou aos seus amigos, com quem viveu muitos anos na batalha, ele renova sempre em comícios a esperança do povo com palavras conciliadoras, construindo e consolidando, deste modo, a imagem que pretende que fique no imaginário do povo.

Assim, Panguana consegue exprimir literariamente uma realidade regional moçambicana em que os conflitos de índole política são trazidos à tona, revelando a complexa e traumática situação por que o país passou e ainda tem passado para superar esse fenómeno.

No desenvolvimento da narrativa, percebe-se que Uguezy Kanyemba, por ascender a uma categoria suprema de estratificação social no meio em que ele era dirigente, abandonou a sua própria casa e a esposa Wangá, com quem havia casado nos campos de guerra, passando a frequentar diariamente o bar mais luxuoso de Lourenço Marques e a viver em casa de uma prostituta de nome Ana Maria, que julgava ser do seu calibre, uma vez ser um indivíduo abastado.

Com a atribuição destas atitudes à Kanyemba, Panguana estimula a reflexão sobre a elite política nacional, bastante vaidosa e ostensiva, mas fá-la de forma satírica, mostrando, igualmente, que as desigualdades sociais, sobretudo económicas, avolumam a segregação e as

assimetrias sociais. Assim, a vida das diferentes camadas sociais moçambicanas está representada na sua obra ficcional, onde não falta o humor e o trágico, bem como a inclusão do real e do imaginário.

Enquanto isso, a denúncia de uma sociedade injusta e desigual também é feita por meio da personagem protagonista que, embora seja uma figura prestigiada que desempenha um papel preponderante no governo, ordena a morte de António Bonita, personagem que se envolve sexualmente com a sua namorada, Siabonga. Ora, os pontos de vista aqui defendidos provam a interconexão entre literatura e sociedade, reconhecendo-se, por conseguinte, o valor social da ficção, com trechos narrativos retirados do romance, carregados de sentido existencial e desdobramentos narratológicos, com o emprego constante de metáforas que aludem, *mutatis mutandi*, o modo de vida do povo moçambicano.

Logo, a trajetória do discurso e das ações da personagem analisada evidenciam a estreita ligação entre os anseios do povo e o de outras personagens, de forma individual, criando, assim, um componente discursivo não só ao serviço da persuasão de algumas personagens, como também gerador de divergências com outras, cujos sentimentos não estão relacionados com o bem da nação.

Deste modo, assume-se que a quotidianidade humana quando abordada na literatura romanesca adquire uma nova relevância pela sua capacidade de desvendamento de aspetos verídicos mais ocultos inerentes à sociedade. É através das ações das personagens ficcionais que se possibilita ao público leitor contemplar e viver as conjunturas sociais não perceptíveis no decurso da sua vida pessoal, devido, provavelmente, à redução de possibilidades. Assim sendo, o sentido de uma narrativa de ficção não pode ser apreendido na sua plenitude sem a conexão entre os valores estéticos da obra e o imaginário social do leitor.

## Conclusões

Por meio da análise, identificaram-se as diferentes estratégias usadas por Marcelo Panguana na construção da personagem Uguezy Kanyemba, destacando conceitos correlatos à concepção da personagem, como: designadores e cadeias de coreferência, modos de caracterização e função dos elementos caracterizadores, ações da personagem protagonista e o seu valor simbólico.

Quanto à designação, conclui-se que Panguana se socorre de dois grandes grupos de designadores de carácter nominal, que entre eles estabelecem uma relação, não só de diferença, mas também de oposição

e que espelham, num âmbito geral, a temática central de *OVP*, isto é, os conflitos políticos e sociais que caracterizam a sociedade moçambicana no pós-independência.

Em relação ao nome formal da personagem protagonista, Marcelo Panguana atribui à sua criatura o nome de Uguezy Kanyemba, que faz referência direta ao caráter e comportamento da personagem com a toponímia específica de Tete. Na sua concepção, Kanyemba não lhe foi atribuído apenas o nome próprio. O autor atribuiu-lhe, também, alcunhas representadas por adjectivos substantivados, nomes comuns e estrangeirismos – destacando comandante, bebedor de aguardente, guerrilheiro, ex-guerrilheiro, coronel – que operam como formas de tratamento que não indicam uma manifestação de afeto familiar, mas sim de determinado estatuto social e económico e de notoriedade também social, distinguindo-se, desta feita, de outras personagens do romance.

No âmbito dos modos de caracterização da personagem protagonista como uma das estratégias privilegiadas por Marcelo Panguana, percebe-se o recurso a descrição dos traços distintivos com os quais as personagens, de forma geral, são diferenciadas. Para tal, o autor já citado recorre à caracterização autoral (direta) e à caracterização crítica (indireta), realizada quer pela personagem, quer pelo narrador heterodiegético, levando o leitor para um maior compromisso na definição dos perfis físico, psicológico, social, moral e ideológico da personagem protagonista, o que lhe permite dialogar com (ou refutar) a ideologia e a afetividade investidas por Marcelo Panguana na concepção de Uguezy Kanyemba.

Finalmente, do ponto de vista do esquema atancial, em relação à personagem protagonista, conclui-se que as ações da mesma em *OVP* refazem o percurso dos heróis da luta de libertação de Moçambique contra o colonialismo português, ao mesmo tempo que se relacionam a histórias vividas por esses heróis antes da independência. Nesse âmbito, as ações de Uguezy Kanyemba conduzem o leitor a um espaço social de contrastes, de conflitos e tensões com que ela está envolvida.

## Referências

Aguiar, H.; Costa, S. A construção da personagem Aurélia Camargo, na obra “Senhora”, de José de Alencar. *Revista Nucleus*, Vol.8, nº1, p. 91-112, 2011.

Amaral, E.; Seide, M. *Nomes próprios de pessoa: Introdução à antroponímia brasileira*. São Paulo: Blucher, 2020.

Bakhtin, M. *Questões de literatura estética*. 6.ed. São Paulo: Hucitec,

2002.

Cândido, A. A Personagem do romance. In: Cândido, A. et al. (Org.). *A personagem de ficção*. 2.ed. São Paulo: Perspetiva, 2007, p.51-80.

D'ascensão, M. J. M. "O rol de quantas máscaras usei...": A referencialização identificativa da personagem na narrativa ficcional regiana. 2012. 238f. Tese de Doutorado, Departamento de Letras, Universidade da Beira Interior, Porto Alegre, 2012.

Eagleton, T. *Teoria da literatura: uma introdução*. 6.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

Panguana, M. *O vagabundo da pátria*. Maputo: Alcance Editores, 2015.

Reis, C.; Lopes, A. *Dicionário de teoria da narrativa*. Porto: Editora Ática, 1988.

Rosenfeld, A. Literatura e personagem. In: Cândido, A. et al. (Org.). *A personagem de ficção*, 2.ed. São Paulo: Perspetiva, 2007, p.81-109.

Russo, A. *Aspetos semânticos, conceituais e morfossintáticos das categorias nominais*. 2009, 159f. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

Varotsi, L. *Conceptualization and exposition: A paradigm of character creation*. [Thesis] Doctor of Philosophy, Faculty of Media, Arts and Technology. University of Gloucestershire. Londres, 2015.

# AS MARCAS DA ORALIDADE NA OBRA “TERRA SONÂMBULA” DE MIA COUTO

*Francisco do Nascimento Gomes Filho*

## Introdução

As literaturas africanas ensaiam a proposta de hibridização no discurso literário, sobretudo com a presença da oralidade, dos costumes mais antigos que se interlaçam na tradição de gêneros, como fábulas, parábolas e provérbios. O discurso pós-colonial constitui-se na fluidez da língua, em uma espécie de sintaxe inserida na maleabilidade linguística. Assim, é possível verificar “a escrita com a oralidade, numa harmonia híbrida, mais ou menos imparável, que os textos literários nos deixam fluir.” (Leite, 2013, p.21).

Dentro do conjunto dos sistemas literários africanos, a literatura moçambicana é destaque na perspectiva do projeto do discurso híbrido, em que mesmo no interior do romance, gênero de origem europeia, é inegável a marca do oral na tessitura do texto. Em Moçambique, o autor Mia Couto desde sua inserção na narrativa, cresce em importância singular no resgate à tradição, ao éthos do povo moçambicano, como fizera na elaboração de seu primeiro romance, publicado em 1992, intitulado “Terra Sonâmbula”, no qual inseriu a diversidade da oratura, principalmente do povo tsonga. (Godoy, M.; Costa, F.; Lima, H, 2018).

A tendência para situar no âmbito da oralidade e das tradições orais africanas, o discurso crítico e a produção textual surgem de certo modo como forma de reação a uma visão das literaturas africanas como satélites, derivados das literaturas das “metrópoles”. (Leite, 2012, p. 16).

Então, a oralidade em condição pós-colonial, não está relacionada com o que a metrópole, que se coloca como centro, considera como periférico na produção literária africana, mas como o discurso contrário à colonização e suas ferramentas de produção de subalternidade do outro, o qual em nível de discurso faz-se por meio da prevalência da escrita em detrimento da oralidade, assim, “de um cânone marcado pelo signo da colonização, passa-se à assunção de outro, indígena, que tenta centripetamente, encontrar, no âmbito da cultura africana, os modelos próprios e

autênticos.” (Leite, 2012, p.16).

É importante frisarmos que a oralidade não apresenta as mesmas composições dos gêneros escritos, os quais se apresentam bem definidos. Na oratura, os gêneros não conseguem definir-se, inter cruzando-se, por exemplo, as parábolas, as fábulas, contos e provérbios. Os gêneros orais estão misturados entre os capítulos e cadernos de Kindzu, correspondendo-se e criando narrativas outras, porque “no caso dos textos, que são transmitidos de geração em geração, o termo gênero não pode ser aplicado com o mesmo rigor.” (Leite, 2012, p.69).

Nos estudos realizados, onde principal autor citado é Leite, apontam insistentemente para a presença da oralidade no texto. Com isso, chegando a seguinte indagação. Por que a oralidade na obra se torna tão marcante? Será que para dar ênfase maior a oralidade presente nas atividades típicas africanas? Ou por que em cada país, onde se fala a língua portuguesa, existe sua particularidade? E por fim, por que a presença da oralidade é traço tão fortemente destacado nos estudos das literaturas africanas? Partindo desse pressuposto, o objetivo deste capítulo é analisar a tradição oral da obra “Terra Sonâmbula”, de Mia Couto, mostrando as marcas da oralidade da obra em estudo e destacando sua importância na atualidade.

## **1 Revisão de Literatura : aspectos gerais**

### **1.1 Mia Couto**

Mia Couto, nascido António Emílio Leite Couto (Beira, 5 de julho de 1955), é um escritor moçambicano, filho de portugueses que emigraram a Moçambique nos meados do século XX. Iniciou os estudos universitários em medicina, mas abandonou esta área no princípio do terceiro ano, passando a exercer a profissão de jornalista.

A estreia de Mia Couto ocorreu em 1983, com uma coletânea de poemas intitulada “Raiz de Orvalho”, chamada de poesia de combate. Em seguida com o conto “Vozes Anoitecidas”, em 1986, o livro provocou uma polêmica pela sua dimensão estética e linguagem inovadora. (Silva; Lima, 2020).

“Terra Sonâmbula”, o seu primeiro romance, publicado em 1992, ganhou o Prêmio Nacional de Ficção da Associação dos Escritores Moçambicanos em 1995 e foi considerado um dos doze melhores livros africanos do século XX por um júri criado pela Feira do Livro do Zimbabué.

O escritor “traz para suas obras toda a barbárie de um longo período

de guerras e suas consequências. No entanto, a magnitude da sua obra está no entrelaçamento dos fatos históricos com um mundo fantástico que busca ser decifrado em cada página de seus livros”. A literatura apresenta um mundo de sonhos contra o peso da história. (Fritzen, 2013, p. 28).

Se a obra literária “Terra Sonâmbula” se tornou uma grande forma de expressão do escritor Mia Couto, a adaptação fílmica constituiu um material didático-pedagógico para discutir as Relações Étnico-Raciais, voltada sobretudo, para o respeito de uma cultura que tanto contribuiu para a formação da identidade da nação. Diante disso, encontra-se em “Terra Sonâmbula”, tanto a obra literária quanto a adaptação fílmica, um material importante, pois na voz de Kindzu, em seus cadernos, encontramos às memórias e os sofrimentos de guerra e ao mesmo tempo a riqueza cultural africana, enfatizando a questão da narração de histórias e da valorização dos aspectos da natureza.

A produção das narrativas está intimamente ligada ao contexto histórico e cultural em que se insere. Ao pensarmos nas literaturas dos países africanos de língua portuguesa, percebemos as marcas da história, nota-se uma preocupação em relação à tradição desses povos, ao passado, ou seja, o período antes do colonialismo pode ser considerado uma das fontes mais significativas no tocante à representação sociocultural. Na narrativa africana do passado, predomina a valorização da cultura tradicional africana (Wittmann, 2012, p.13).

## 1.2 Reflexões sobre a oralidade e literatura

A oratura é mais antiga que a literatura. O ser humano sempre inventou contos, lendas, histórias e poemas expressos pela oralidade. Muitos desses materiais são repassados de geração em geração por meio da oralidade. Contrária à literatura, a oratura não tem autoria, exige a presença dos ouvintes, o contador certifica a compreensão e sana incompreensões, o contador acrescenta e omite informações a depender do interesse, a interpretação se liga ao contexto sociocultural dos ouvintes e procura carregar elementos que constroem as identidades das novas gerações (Timbane, 2018).

Muitas construções discursivas de Couto se ligam a oralidade. Timbane (2016) designa esse fenômeno de ‘marcas de autoria do autor’ que é uma ‘impressão digital’ do autor. A presença de neologismos não apenas mostra a criatividade lexical do autor (Timbane; Abdula, 2016), mas também revela capacidade dos personagens que não têm o

português como língua materna.

As literaturas africanas de língua portuguesa “foram oferecidas” na década de 1970, de forma pioneira como disciplinas optativas na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Pardini, 2012, p. 8). Por muito tempo tais literaturas não foram vistas como pertinentes ou relevantes para pesquisas acadêmicas. Em decorrência das várias lutas armadas pelas quais passaram os países de povos africanos que falam a língua portuguesa, pondera-se que há uma forte relação entre as literaturas africanas e a história e “embora cada país tenha suas especificidades, pode-se afirmar que o passado colonial que os une possibilita uma leitura histórica e que a literatura não se equivocou de dialogar com essas características” (Ciecosi, 2019, p. 525).

Na produção literária de Mia Couto, seus personagens, lugares e espaços dialogam com um momento histórico determinado, retratando sempre uma realidade social, no caso da presente obra a realidade de Moçambique. Sobre isso, Rabello assegura que “adotando o romance, que é um gênero essencialmente europeu, Mia Couto consegue fazer dele uma expressão africana” (Rabello, 2010, p. 65).

Oralidade e escrita estão presentes na obra para fazer um resgate da cultura do povo desse país. Na primeira história, Muidinga lê os cadernos para Tuahir e na segunda história Kindzu descreve sua história nos cadernos. Dentro da cultura africana tem-se muito forte a tradição da oralidade onde uma pessoa mais velha conta histórias dos antepassados aos mais novos. Em “Terra sonâmbula” vemos essa marca, pois sempre aparecem pessoas mais velhas fazendo relatos aos mais novos, uma exceção é o jovem Muidinga que conta as histórias dos cadernos para um homem mais velho (Gusmão; Sobrinho, 2021).

Em “Terra Sonâmbula”, Mia Couto, a história da guerra local, retrata ainda vários elementos significativos da cultura moçambicana, como a forte presença da oralidade e a exploração territorial de seu país. Mia Couto “traz para suas obras toda a barbárie de um longo período de guerras e suas consequências. No entanto, a magnitude da sua obra está no entrelaçamento dos fatos históricos com um mundo fantástico que busca ser decifrado em cada página de seus livros” (Fritzen, 2013, p. 28).

A literatura pode oferecer um acesso a diferentes perspectivas sociais mais rico e expressivo que, por exemplo, aquele proporcionado pelo discurso político em sentido estrito. Por isso mesmo, é um território em disputa, onde está em jogo a possibilidade de dizer de si e sobre o mundo, de fazer visível dentro dele. Ignorar essas reivindicações em torno do literário costuma ser uma maneira de reafirmá-lo como um atributo



sobrenatural e trans-histórico, fruto de um “talento” que se fixa em alguns indivíduos especiais, em vez de ser uma prática social, que tem a ver com a produção de hierarquias que beneficiam alguns e excluem outros (Dalcastagné, 2014, p.68).

A questão da verbalidade da literatura, em confronto com a iconicidade do cinema, e a relação entre o tempo e o espaço, que no romance ocorre de maneira bastante diferente do filme, já que, em relação ao tempo, o primeiro relata aquilo que já aconteceu, enquanto o último narra o que está acontecendo; em relação ao espaço, o filme se vale muito mais das locações do que o romance, e elas influenciam no comportamento dos personagens e no desenrolar dos eventos (Lopes, 2013, p.4).

Com as tradições orais recriadas na escrita, ‘atualizadas’ nos romances, há um sentido de sua preservação. Segundo Couto, existe uma lógica da oralidade que vem sendo ameaçada pela hegemonia da escrita, sobretudo no meio rural, onde os “pressupostos filosóficos” próprios dessa lógica “correm o risco de serem excluídos e extintos” (Couto, 2011, p. 102). O escritor, no entanto, não faz uma defesa pura e simples das tradições orais, afirmando que o mundo rural “necessita de enfrentar o confronto com a modernidade”, que o “desafio seria alfabetizar sem que a riqueza da oralidade fosse eliminada”, “ensinar a escrita a conversar com a oralidade” (Couto, 2011, p. 103).

As questões das identidades linguística e cultural têm sido cruciais para discutir, analisar ou teorizar o processo de identificação do “eu”, sujeito socialmente constituído, que se encontra em situações diversas ao longo da sua vida (Santos & Timbane, 2020).

Forma de identidade presente nas personagens do romance é a tradução das expressões das línguas bantu moçambicanas para o português. Neste caso, temos o exemplo vindo da língua xichangana: “Santanhoco, u ta dhá lithulu” que significa “Diabo, comerás a poeira”. A versão em língua xichangana usa-se quando alguém quer afirmar que não vai poder alcançá-lo ou quando quer advertir que “não vai conseguir algo”. No texto temos a frase: “Satanhocos, hão-de comer poeira” (p.66). O uso no português de expressões vindas das línguas locais marca uma identidade linguística moçambicana porque a identidade linguística é uma construção social resultante da memória que os falantes preservam ao longo dos tempos, de modo que a aprendizagem da língua ocorre na família e cabe aos pais ensinar (Silva; Timbane, 2020).

## 2 Análise da obra “Terra sonâmbula”

A obra literária, “Terra sonâmbula”, foi publicada em 1992, mesmo período em que teve fim a guerra civil de Moçambique, ex-colônia de Portugal. O desfecho do romance retrata as necessidades de uma reconstrução civil dessa pátria. A narrativa literária fornece alguns elementos para uma melhor compreensão dessa sociedade e suas carências, estruturada pela disposição social dos personagens e pelos locais que os mesmos transitam. A obra não é apenas a mais famosa criação de Mia Couto, é também considerada um dos melhores livros africanos do século XX. (Gusmão; Sobrinho, 2021).

No livro, temos o relato de duas histórias diferentes que ao final, se entrelaçam de forma espetacular. Na primeira história temos o jovem Muidinga que após comer uma mandioca perde a memória. Segundo Concato, “durante a guerra civil de Moçambique (1975-1992), as pessoas perderam suas referências indentityárias. Suas casas foram destruídas, perdendo seu espaço de pertencimento, perambulando pelo país em busca de sobrevivência” (Concato, 2017, p. 81).

Na segunda história temos Kindzu, que é retratada em meio a cadernos que ele escreveu, estes cadernos são encontrados por Muidinga, que ao encontrá-los, o jovem lembra que sabe ler. Conforme Concato, “Kindzu é um narrador en abyme, pois os cadernos contam sua história por meio de um narrador onisciente (o próprio Kindzu)” (Concato, 2017, p. 76). Diante disso, Mia Couto nos convida a ler os sinais da natureza e sinaliza para sua/nossa incapacidade de fazê-lo na conjuntura atual.

Apesar dessa incerteza, vemos no romance de Mia Couto uma tentativa de apresentar a cultura moçambicana com toda a sua heterogenia, funcionando, portanto, como um registro cultural daquele povo. Mesmo se tratando de um romance em língua portuguesa, a língua do homem branco colonizador, a escrita de Mia Couto aponta para o modo de falar do moçambicano e não do português, recriando na narrativa “a maneira como a população se apropriou do idioma trazido pelo colonizador, com novas regras, novas construções simbólicas” (Krama, 2016 p. 52).

Além do cenário triste, a terra saqueada, as roupas sujas, maltrapilhas e rasgadas dos personagens e os semblantes mostrando tristeza, há o mar que aparece durante as cenas, um cenário marcante, por onde Kindzu viaja em busca de seus sonhos e o caminho onde Muidinga e Tuahir estão à procura. “O mar é o espaço que sobra aos viventes, porque em terra todos estão mortos, a própria terra agoniza e caminha ‘sonhambulante’ em demanda de si própria. O país perdeu o rumo. Resta-lhe

o mar” (Leite, 2012, p.73). “A voz é uma forma arquetípica, ligada para nós ao sentimento de sociabilidade. Ouvindo uma voz ou emitindo a nossa, sentimos, declaramos, que não estamos mais sozinhos no mundo”. (Zumthor, 2014, p.83).

“Terra Sonâmbula”, como vimos, foi adaptada para o cinema, em 2007, com roteiro e direção de Teresa Prata, em Moçambique. Tanto a obra literária quanto a adaptação fílmica levam o mesmo nome e são recursos pedagógicos cheios de elementos que contribuem com o ensino de história da África. Na relação entre o texto escrito e o cinematográfico devem ser considerados o espaço e a linguagem utilizada. O filme trabalha com sons e imagens, a palavra aparece nos diálogos partindo de uma influência externa, que será observada através da expressão corporal, de gestos e olhares. Na obra literária, os sentimentos e as emoções são transmitidos ao leitor através da linguagem minuciosa do narrador. Para Silva, “o cinema também influencia a literatura, do mesmo modo que o romance do século XIX influenciou o modo de narrar do cinema” (Silva, 2012, p.2).

O modo como Mia Couto realiza essa manutenção da tradição é por meio do uso de tipos de textos característicos da literatura oral africana, como os provérbios e os contos, para construir o romance. Provérbios são pequenas narrativas cristalizadas, sentenças que reproduzem uma sabedoria de outros tempos. Ana Mafalda Leite explica que “esse tipo de micronarrativa, de certo modo, funciona como uma síntese especular da unidade narrativa maior, o conto, aferindo enigmática e redundantemente os seus sentidos mais significativos” (Leite, 2012, p. 173).

### **3 Caminhos metodológicos**

O ensino exploratório possibilita uma maior interação entre aluno-professor e aluno-aluno, visto que nessa metodologia o diálogo entre os indivíduos é um dos principais precursores da formalização do conhecimento. Diante deste contexto o presente capítulo tem como metodologia a pesquisa exploratória, a partir da qual foi feita uma revisão da temática em questão, dialogando com precursores da área, como Timbane, Leite entre outros, que destacam a forma que a oralidade é destacada nas literaturas africanas.

Pesquisando apenas as teses e dissertações sobre literaturas africanas de expressão portuguesa defendidas no Brasil e a oralidade da obra “Terra Sonâmbula” de Mia Couto entre 2010 a 2020, foram constatados inúmeros trabalhos, o que mostra a sistematicidade segura atingida

pela área acadêmica. É importante destacar, no entanto, que a maioria das pesquisas brasileiras foi realizada bastante recentemente. Mais da metade das dissertações e teses foi defendida no período de 2013 a 2018. As plataformas de pesquisa utilizadas foram: Revista Scielo, Cadernos CESPUC, Prolíngua, Uniandrade, os critérios de inclusão foram artigos publicados em Português entre os anos de 2010 a 2020, utilizando-se as palavras-chave: Mia Couto e “Terra Sonâmbula”. E para exclusão artigos antes de 2010.

Em levantamento junto ao Catálogo de Teses e Dissertações (disponibilizado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) obtivemos um quadro bastante seguro da produção acadêmica brasileira. A partir de 2008, Mia Couto passa a dominar o quadro de pesquisas, tendo, no quadro geral dos estudos defendidos até 2018, cerca de 25% do total de investigações (29% se computarmos apenas as pesquisas sobre literaturas africanas de expressão portuguesa (Alves, 2021).

#### **4 Resultados e discussões**

Os textos moçambicanos problematizam a história e a memória, reconstituindo uma memória do passado. Mia Couto usa estratégias no desafio de escrever sobre os acontecimentos de sua terra. “Não se trata de abordar o documental como ficção, mas da necessidade de estratégias desenvolvidas no campo da literatura para reinventar o passado” (Leite, 2012, p. 253).

No livro, vemos que a interação entre os vivos e os mortos ocorre pelo sonho e pela palavra. O sonho é uma forma que os mortos encontram de se comunicar com os vivos, pode-se entender que é através da palavra que o espaço invisível se torna conhecido. No romance, aqui analisado, a trama principal promove o encontro entre vivos e mortos: Kindzu encontrado morto por Muidinga. A interação entre as personagens ocorre pela escrita: diário, em “Terra Sonâmbula”. O autor complementa a escrita com a oralidade, pois os cadernos são lidos por Muidinga para o velho Tuahir. Mia Couto investe no poder da palavra em suas duas faces: oral e escrita. Dessa forma, investigamos a relação oralidade/escrita na obra do autor moçambicano.

A obra de Couto se justifica pela importância do autor na literatura moçambicana, seus textos são marcantes, produzindo um novo modelo de narrativa, bem característica dos africanos. Os personagens do romance em análise falam o português de Moçambique:

Ex.1: "...Pois a primeira coisa que vais fazer mal saíres, daqui é chamares aqui o **camarada-chefe**. Ouviste..." (p.146, 8º Caderno de Kindzu)

Ex. 2: "...Essa mulher é muito puta, mas é uma puta **muito, muito...**" (p.115, 6º Caderno de Kindzu)

Ex.:3: "...Sabe **miúdo**, o que vamos fazer ? você me vai ler mais desses escritos..." (p.126, 7º capítulo)

Ex.4: "...Vou ficar rico, cheio da **mola**..." (p.128, 7º Caderno de Kindzu)

Ex.5: "...ao menos fomos juntos que lerpámos, ninguém ficou a **matabichar** a gaja..." (p.146, 8º Caderno de Kindzu)

Os exemplos 1, 2, 3, 4 e 5 ilustram marcas da oralidade do português de Moçambique sempre presentes na fala dos personagens do romance. Este comportamento linguístico marca a identidade linguística e a valorização da variedade moçambicana de português que surgiu em contexto da oralidade. Na fala construída em ambiente fictício consegue reproduzir uma fala em contexto real, o que faz com que o leitor se possa confundir entre o fictício e o real. O uso da expressão "muito, muito" (no ex. 2) é frequente na oralidade e visa reforçar uma ideia por meio da duplicação. Significa que "muito, muito" refere-se a "muito mais" no uso formal do português brasileiro.

No ex.1, camarada-chefe é um termo que era usada com frequência na década 70 e 80 com intuito de designar alguém que é superior hierárquico. São combatentes da luta pela independência que criaram essa palavra durante e depois da independência de Moçambique.

No ex.3 temos a palavra "miúdo" que significa guri, moleque, menino no português brasileiro. É uma palavra usada em contexto do português moçambicano para se referir o irmão mais novo ou ainda qualquer menino de idade menor que a sua. Raramente se usa a palavra "miúda" para uma menina, gurua.

No ex. 4, a palavra "mola" significa *din-din* ou dinheiro. É a forma mais informal para se referir a "dinheiro". Resulta do uso da oralidade não da escrita. Está claro que a palavra "mola" não é usada em redações escolares ou em documentos oficiais. É um termo usado na oralidade, especificamente entre pessoas que usam a língua informalmente.

O ex. 5 temos a palavra "matabichar" que significa "pequeno-almoço" no português Europeu e "café da manhã" no português brasileiro. Só um moçambicano ou angolano usaria essa unidade lexical porque ela faz parte do acervo das variedades angolanas e moçambicanas de português.

Outra marca da oralidade presente na obra em análise são as crenças transmitidas pela oralidade de geração em geração e que Mia Couto consegue incorporar na sua estória:

(i) A violência do homem contra a mulher nas tradições moçambicanas se mostra escancarada no diálogo entre Romão (António Romão Pinto) e Salima. Nas p. 149 e 150 (9º Caderno de Kindzu) observa-se a violência e a subserviência da mulher que é tratada como instrumento. A mulher foi agredida e chamada de “puta” apenas por estava menstruada. O Romão é arrogante e busca violentar sexualmente a mulher, transformando a vida da Salima muito sofrida. Esta violência tratada aqui é recorrente em Moçambique e no mundo machista em que a mulher é tratada como objeto. O texto de Mia Couto não trata apenas situações de guerra, mas levanta debate sobre a igualdade entre homens e mulheres em sociedades machistas. Faz parte da oralidade a difusão da ideia da superioridade do homem com relação a mulher, o que devemos combater na nossa sociedade.

(ii) Pela oralidade se transmite que a morte não pode ser natural. Ela sempre é causada por algum fator.

Na p.21 (1º Caderno de Kindzu), o narrador relata a história da mãe que após a viuvez, se enconchar, triste como um recanto escuro fizeram uma consulta a um feiticeiro para conhecer o exato da morte do seu pai. Esta prática é uma marca da oralidade porque os conhecimentos nos povos bantu são transmitidos de geração em geração por meio da oralidade. Não existe uma morte natural - afirma o conhecimento tradicional. Na mesma página, o narrador relata a presença de vulto que rondava nas noites. Esses conhecimentos são de tradições bantu que em muitos momentos estão intimamente ligados à tradição.

(iii) Há na narrativa miacoutiana traços da magia negra que delimitam a cultura do povo onde a estória se passa. Na p. 32 (1º Caderno de Kindzu) lê-se o seguinte: “O velho nganga atirou os ossinhos mágicos sobre a pele de gazela. Os ossos caíram todos numa linha, disciplinados”(p.32, 1º Caderno de Kindzu). Esta prática é da oralidade e das práticas culturais. Os ossos alinhados e disciplinados têm uma interpretação cultural e faz sentido para aquela cultura e para aquelas tradições.

(iv) A transmissão dos conhecimentos parte dos mais velhos para os mais novos. Por exemplo, O velho Muidinga conta segredos e perigos da natureza para Tuahir. Por exemplo, na p.57 (3º Caderno de Kindzu), o velho Muidinga explica como uma mandioca pode matar uma pessoa, e explica os cuidados a ter para não morrer. Nesta parte, entra o lado do Mia Couto biólogo. O autor mata saudades da profissão “biólogo” para

levantar a ideia de que existe plantas venenosas. Ele mostra que o desconhecimento do poder das plantas pode levar à morte tal como aconteceu com a família do Tuahir. Na p.51 e 52 (3º Caderno de Kindzu) o mais velho descreve a desgraça da morte de uma família por não conhecer o poder venenoso das plantas. Na obra em si prevalece uma identidade sociocultural e linguística.

As obras de Mia Couto apresentam um espaço dinâmico, movente. A terra é elemento de destaque desde os títulos das obras – “Terra sonâmbula” e “Uma casa chamada terra” – a terra precisa ser resgatada das atrocidades causadas pelos homens e participa ativamente da vivência das personagens. Na terra está o sagrado, o surpreendente e os antepassados. As personagens, ao caminhar pela terra, desenham os contornos de seu próprio país. (Nobre, 2018).

Mia Couto reproduz a expressividade da fala, sem transgredir as regras gramaticais e brinca com elas incorporando à oralidade em suas obras e tornando-a mais prazerosa, já que pertence a um campo vivido pelo leitor diariamente, faz parte de sua vida e este campo é o da fala.

Logo no primeiro capítulo de “Terra Sonâmbula”, temos dois elementos significativos: uma estrada e um ônibus. No entanto, a estrada estava morta, não cruzava com nenhuma outra, “mais deitada que os séculos, suportando sozinha toda a distância” (p. 9, 1º Capítulo), e o ônibus estava queimado, e por isso, não poderia funcionar. Segundo Ana Mafalda Leite, “a viagem é da própria terra que procura encontrar-se, sonâmbula, perdida, a viagem de um país que a guerra fratricida ocupou de lés a lés.” (Leite, 2012, p 224).

De fato, os estudos das Literaturas Africanas permitirão que os educandos conheçam a cosmovisão africana e, também, a riqueza cultural que tanto influenciou a cultura brasileira. Ao mesmo tempo, os estudos africanos abrem espaço para um novo olhar à educação, pensando na diversidade cultural, histórica e da convergência linguística que constitui a nossa sociedade brasileira.

Para leitores críticos da obra ficará claro que as personagens em questão não falam o português de Portugal nem brasileiro. As suas falas carregam muitos traços lexicais, semânticos e sintáticos do Português moçambicano (Timbane, 2018).

A literatura moçambicana tem se destacado nos últimos anos com obras interessantes no estudo literário e linguístico de vários estudantes, pois nos levam a refletir sobre ligação entre léxico, cultura e ensino. O ensino das Literaturas Africanas faz parte dos esforços daqueles que lutam contra o racismo, assim, traz para o centro dos debates em sala de aula

as produções de autores africanos, além de oferecer aos estudantes uma literatura não hegemônica.

“Terra sonâmbula”, porém, é um romance que parece incorporar a tradição oral, como os tipos textuais elencados em nota, sobretudo a narrativa e a fórmula, criando uma obra que, do ponto de vista da forma, encaixaria tipos de textos tradicionais africanos em ambiente romanesco. A narrativa em sua forma e em seu conteúdo se estrutura pelo encaixe de tipos textuais e de estórias.

É possível dizer que, já temos um campo de estudos consolidado, o que sugere, no mínimo, a necessidade de um balanço e de um mapeamento mais sistemático da recepção brasileira, de suas categorias, e de sua relação com a questão racial. A partir da criação da Lei Federal Brasileira nº 10639/2003, temos a divulgação da história e da cultura dos afrodescendentes e dos africanos no Brasil, em todos os níveis de ensino. A política afirmativa voltada à educação antirracista surgiu no bojo da criação da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir, criada em 2003 e extinta em 2015), com a política de cotas e reconhecimento de áreas quilombolas, além de grande dinamização das relações comerciais, diplomáticas e culturais entre o Brasil e os países africanos (Visentini, 2014).

Porém ainda existem lacunas que precisam ser preenchidas, tanto quanto na formação continuada de professores, como na implantação das literaturas africanas dentro da sala de aula e suas contribuições no ensino, ajudando assim abordar diversos assuntos. A autora Ana Claudia Silva (2010, p. 77), destaca uma repetição de temas e métodos nas pesquisas brasileiras sobre Mia Couto, constatando que “tais investigações, refeitas em vários trabalhos, fizeram-nos supor que os pesquisadores brasileiros da obra de Mia Couto não liam os trabalhos uns dos outros”. Isso porque infelizmente, nós, brasileiros, não temos o costume de ler, o que dificulta na realização de pesquisas sobre o tema.

Jefferson Tenório (2013), ao discutir a obra de Mia Couto, aponta para essa postura no autor, de uma sociedade sincrética e híbrida em Moçambique, numa reiteração de padrões luso-tropicalistas. Mas é preciso ressaltar o quanto há de liberal nessa fórmula, que se situa no indivíduo e na vontade de determinadas constrições que são estruturais (como o racismo colonial, no caso). Isso está presente em Mia Couto e, nesse ponto, entender a dimensão mundana de sua literatura passaria também por investigações do lugar social, ideológico, racial de suas obras. É o caso de perguntarmos: Se Mia Couto não fosse africano branco, herdeiro de padrões de colonialidade ambíguos, ele teria a circulação que hoje



tem no Brasil, um país que no ano de 2003 criou uma legislação que nos aproximou bastante das literaturas africanas? Fica essa indagação para futuras discussões.

Vale ressaltar, a importância de Mia Couto, que abriu muitas portas, contribuindo para a formação de mestres para debater esses assuntos em sala e levantar a bandeira, não só da nossa história, mas do respeito em relação à raça e à cultura, que em tempos atuais, ainda enfrenta a ignorância, não só quanto à raça, mas também na religião e nas suas crenças.

## **Considerações Finais**

A leitura da obra, “Terra Sonâmbula”, romance de Mia Couto chamou-me atenção por abordar, uma guerra extremamente cruel – a guerra civil moçambicana. Ao mesmo tempo em que tratava desta guerra, o romance parecia colocar o ato de narrá-la em destaque.

Mia Couto procura representar o que significa africanidade. Ele faz isso por meio de sua produção literária e põe em discussão a busca de uma raiz africana empreendida por alguns intelectuais, porque segundo ele, aqueles têm uma “visão restrita e restritiva do que é genuíno” e o que Couto faz é mostrar a África através da voz de seu povo, de suas histórias, de suas crenças e seu amor por aquele país principalmente por ele mesmo ser nascido e criado em um país africano.

Com esse trabalho, foi visto que, se faz necessário um olhar mais especial aos estudos relacionados às literaturas africanas, uma vez que ela também faz parte da nossa história. Uma atenção na implantação dessa cultura nas formações continuadas dos professores para que possam debater esse assunto em sala de aula, trabalhando a interdisciplinaridade.

O povo de Moçambique é do grupo bantu e de tradição oral. Os conhecimentos são passados de geração em geração por meio da oralidade. Não é por acaso que as relações entre Muidinga e Tuahir ficam mais próximas, porque essa proximidade tem função cultural. Então é de se esperar que os personagens transfiram características linguísticas da oralidade para o português. A língua bantu falada pelos personagens deixa transparecer a identidade sociocultural dos personagens por língua é ao mesmo tempo cultura.

A oralidade é um “sistema de auto interpretação concreta”, por meio dela a sociedade é capaz de explicar-se a si própria. Encontramos múltiplas formas da oralidade na obra “Terra Sonâmbula”, demonstrando características da língua falada e da narrativa oral africana. Através de livro

“Terra Sonâmbula”, entendemos mais sobre a história de Moçambique, assim como as questões pertinentes à oralidade do autor.

Da pesquisa se concluiu que todo autor literário é proveniente de uma sociedade com cultura, modos de vida e tradições. O escritor não é um extraterrestre e em muitos momentos é essa realidade que inspira na sua produção. A busca pela oralidade se justifica pelo fato da língua natural ser pela sua natureza uma língua para ser falada e não escrita. A escrita é recente e busca congelar traços da oralidade. A oralidade é fundamental na vida de qualquer sociedade. A contação de histórias para as crianças desde a tenra idade revela como é fundamental primeiro pensar na oralidade para depois ir introduzindo aspectos do letramento.

## Referências

- Ciecoski, A. S. “Terra sonâmbula”: os caminhos da guerra civil de Moçambique através da obra de Mia Couto. *Eventos pedagógicos*, Sinop, vol. 10, nº 1, p. 521-535, jan./jul. 2019.
- Godoy, M.; Costa, F.; Lima, H. Oralidade e resistência em “Terra sonâmbula”, de Mia Couto. *Revista ProLíngua*. vol. 13, nº 1, mai./jul. 2018.
- Couto, M. *E se Obama fosse africano? e outras intervenções*. Ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- Couto, M. *“Terra sonâmbula”*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- Gusmão, C; Sobrinho, G. História e memória em “Terra sonâmbula”, de Mia Couto. *Revista Uniandrade*. Curitiba, vol. 24, nº 1, p. 202-212, jan.-jun. 2021.
- Leite, A. M. *Literaturas africanas e formulações pós-coloniais*. Lisboa: Edições Colibri, 2013.
- Fritzen, V. *Literatura, história e memória em ‘O último voo do flamingo’, de Mia Couto. 2013. 124f.* Dissertação (Mestrado em Letras), Departamento de Linguística, Letras e Artes, Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, Frederico Westphalen, 2013.
- Leite, A. M. *Oralidades e escritas pós-coloniais: estudos sobre literaturas africanas*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2012.
- Rabello, M. C. P. A construção da identidade em “Terra Sonâmbula”, de Mia Couto. *Revista Cadernos CESPUC de pesquisa*, Belo Horizonte vol. 1, nº 21, p. 64-71, dez. 2010.
- Souza, D; Miyazaki, M. Mia Couto: o autor contador as marcas de oralidade na obra do autor moçambicano. *Unisanta Humanitas*. vol.2, nº2, p.17-27, 2013.
- Timbane, A. A. As marcas de autoria em Mia Couto. *Revista Fórum*

*Identidades*. Itabaiana: Gepiadde, vol. 21, p. 149-170, mai./ago. 2016.

Timbane, A. A. A cultura moçambicana camuflada no “o fio das missangas” de Mia Couto. In: Fargetti, C. M. (Org.). *O léxico em pesquisa no Brasil*. Araraquara: Letraria, 2018.p. 20-38.

Timbane, A. A.; Santos, I. Da S.; Alves, M. J. Os caminhos da variação léxico-semântica no Brasil, em Portugal e em Moçambique. In: Paula, M. H. de; Santos, M. P. dos; Peres, S. M. (Org.). *Perspectivas em estudos da linguagem*. São Paulo: Blucher, 2017.p.73-90.

# DESAMOR E ESQUECIMENTO EM “CHOVEM AMORES NA RUA DO MATADOR”

*Francisca Kellyane Cunha Pereira*

## Introdução

O presente estudo discute sobre o “esquecimento” como fuga ou consequência dos desencontros amorosos no conto “Chovem amores na rua do matador”, de Mia Couto e José Eduardo Agualusa, presente na obra “O terrorista elegante e outras histórias” (2019). O livro, de autoria de dois escritores que dividem espaço no *boom* literário africano de Língua Portuguesa, é composto por três contos: “O terrorista elegante”, “Chovem amores na rua do matador” e “A caixa preta”, todos baseados em obras teatrais dos citados autores.

A obra, escrita à quatro mãos, traz narrativas que demonstram bem o estilo dos dois autores, além de revelar a preocupação e o engajamento com assuntos que perturbam o mundo, como as guerras, o terrorismo e a violência contra as mulheres. Em uma nota final, os autores explicam um pouco do processo de produção e elaboração da obra. Trata-se de três peças teatrais encomendadas por diferentes companhias de teatro e, mais tarde, convertidas em contos. “Chovem amores na rua do matador” e “A caixa preta” foram escritas à distância, um autor acrescentando no texto do outro. Já “O terrorista elegante” foi elaborado no Município de Boane, província de Maputo, em Moçambique, quando os autores puderam estar juntos e, contrariando a ideia da produção literária com um ofício solitário, produziram essa narrativa.

Na obra, Mia Couto e José Eduardo Agualusa marcam o tratamento das questões universais a partir do regional, do particular, trazendo narrativas cujas temáticas permeiam o imaginário e as vivências de qualquer sujeito, ainda que ambientadas em países e culturas diferentes: Moçambique e Angola. Assim, a presente pesquisa tem como pergunta norteadora: como os sujeitos presentes na narrativa se perdem na fronteira entre lembrança e esquecimento, relacionando morte e amor, em suas relações pessoais? Tem-se, como hipótese inicial, que os autores definem a verdadeira morte como o esquecimento, sendo este o medo do protagonista:

ser esquecido. Dessa forma, o desamor, a violência, que inicialmente se instaura, e o medo do esquecimento são angústias humanas, existentes em qualquer lugar ou época, conseguindo tocar leitores de qualquer lugar. É relevante ainda o tratamento da memória como um fator comum em produções de ambos, surgindo como fio norteador em romances como “Teoria Geral do Esquecimento” e “Venenos de Deus, Remédios do Diabo”.

Além de discutir as matérias que têm a ver com sua sociedade (pós-colonial), os autores também se preocupam com reflexões que se referem à vida do sujeito universal. Mia Couto internacionaliza a história moçambicana, assim como sua literatura. Mais ainda, expõe o caráter poroso das fronteiras internacionais, deixadas pelo colonialismo, uma vez que essas fronteiras são artificiais e construídas pelo ocidente na Conferência de Berlim, em 1884/1885. Tal traço é característico também na obra de Agualusa, que, segundo Maria Teresa Salgado, tem como objetivo “confundir as claras fronteiras que delimitam países separados pelo Atlântico, promovendo a interpenetração entre os espaços geográficos nos três continentes” (Salgado, 2000, p. 176).

Para Rita Chaves (2005, p. 250), a Literatura e a História são fortemente vinculadas e funcionam como um espelho das convulsões sociais vividas em Moçambique e Angola. Observa-se, nos escritos de Couto e Agualusa, a dialética entre unidade e diversidade; nacional e estrangeiro; passado e presente; tradição e a modernidade. Rita Chaves (2005) destaca ainda a escrita coutiana “como um fator essencial na instituição do perfil social” (idem, p. 251). Assim, a escrita literária projeta-se como veículo de denúncia das injustiças em sociedades com desigualdades marcantes. Amplia-se esse pensamento para a obra de Agualusa no tratamento da memória e reescrita da história angolana presentes em romances como: “O vendedor de passados” e “Teoria geral do esquecimento”, que articulam os conceitos de apagamento e construção de identidades na Angola pós-guerra de independência.

Pensando nas questões supracitadas, tem-se como objetivo geral investigar como o personagem principal, Baltazar Fortuna, reflete o medo da morte através do esquecimento das mulheres que passaram por sua vida. Os objetivos secundários, por sua vez, se referem à análise do desamor e da violência presentes no conto, além das relações da memória como elemento fluido e de diferentes interpretações dos personagens. Para tanto, a metodologia utilizada é a descritiva, partindo da leitura da obra literária e dos textos teóricos relacionados ao assunto. Os livros e artigos levantados nessa pesquisa foram selecionados de acordo com a

relevância dos autores, a pertinência ao tema e a relação com os autores estudados.

Por razões didáticas, o capítulo está dividido em três seções. Na primeira, encontra-se uma breve discussão das literaturas africanas de expressão portuguesa, tendo como principal foco as figuras de José Eduardo Agualusa e Mia Couto. A segunda seção refere-se ao panorama de alguns autores sobre a relação entre amor, memória e morte. Utilizaremos, portanto, sobre o amor, as obras “Elogio ao amor” (2013), de Alain Badiou e Nicolas Truong; “A arte de amar” (2000), de Erich Fromm, e “A dupla chama: amor e erotismo” (1994), de Octavio Paz. A cerca da memória, serão utilizados os textos “O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias” (2010), de Paolo Rossi, e “O perdão pode curar?” de Paul Ricoeur, além de “História e Memória” (2008), de Jacques Le Goff. A última seção é dedicada à análise do conto escolhido à luz das teorias ressaltadas, destacando as relações da memória e da morte no personagem principal, Baltazar Fortuna.

O conto analisado traz as três relações conjugais de Baltazar Fortuna, que são nomeadas por ele como amor, entretanto, ao se mostrarem violentas, percebe-se que não é bem assim. As diferentes versões do passado e a postura vingativa de Baltazar sugerem que o sentimento amoroso não é o que permeia a narrativa, mas sim o medo de ser esquecido e, dessa forma, morrer definitivamente.

## 1 Literaturas africanas de expressão portuguesa

As literaturas africanas de expressão portuguesa, ainda recentes, trazem as marcas e as particularidades de produções realizadas ainda no período colonial, durante as posteriores lutas por libertação colonial e pela democracia no período pós-independência. É de grande importância destacar o percurso trilhado por diversos autores que tomaram a literatura como forma de combater as opressões vividas durante o período colonial e de construir a identidade do homem africano. Pensando nos caminhos trilhados pela literatura, Carmem Secco (2011) destaca sete períodos de desenvolvimento das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa:

o referente às origens, cujos poemas se encontram colados à produção literária portuguesa; o relativo a uma fase intermediária de busca de identidade local), em que as obras são ainda perpassadas por uma ambiguidade entre a pátria lusitana e a mátria africana; o que compreende o período de mergulho nas raízes africanas e de afirmação das respectivas nacionalidades; o correspondente à época das utopias libertárias, das lutas contra o colonialismo; o que se refere à fase de “gueto”,

período de intensa censura, em que faz alusões ao social, abordando temas universais e voltando-se para a sua própria construção e linguagem; o que compreende os anos da pré e da pós-independência, quando voltam os temas sociais, as utopias revolucionárias, os textos celebratórios da liberdade as narrativas que discutem a necessidade da reconstrução nacional; e, por fim, o que corresponde à fase atual de desencanto, em que a literatura reflete sobre a falência dos antigos ideais fundados em um marxismo ortodoxo e aposta na resistência cultural, investindo na recuperação dos mitos e sonhos submersos no inconsciente coletivo desses povos (Secco, 2011, s.p).

Destaca-se que as produções literárias tiveram seu maior crescimento substancial, sob perspectiva de publicações, a partir do século XX, com o desprendimento das influências portuguesas, com revistas como “Claridade”, em Cabo Verde, e “Mensagem” em Angola. Embora estudadas de forma abrangente, percebe-se particularidades sócio-históricas e culturais nas produções de Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, ex-colônias portuguesas em África.

Sob o eco da negritude francesa, autores como Agostinho Neto, Francisco Mondlane e José Tenreiro iniciaram “um movimento político-literário de valorização das literaturas de seus países” (Secco, 2011, s.p). Denunciando as explorações e rejeitando os cânones europeus, os autores desse período passaram a introduzir palavras de línguas locais e o modo de falar dos nativos, trazendo à literatura uma expressão de saberes e práticas africanas. Com a independência dos cinco países, as artes tomaram outros rumos, direcionando as preocupações para outras esferas sociais:

O fim dos 80 e os 90 são marcados por um desencanto na esfera social, que se reflete na área literária [...] há a radicalização do projeto de recuperação da língua literária, aproveitada em suas virtudes intrínsecas e universais, sem os regionalismos característicos da literatura dos anos anteriores. Há a metaconsciência e o traço crítico, mas sem o panfletarismo ideológico (Secco, 2011, s.p).

Acerca desse período, as tendências tornam-se variadas no pós-independência. Vê-se, por exemplo, autores que utilizam técnicas ficcionais modernas, aliando com procedimentos da oralidade e da tradição africanas, como é o caso de Eduardo Agualusa, em “A conjura”. As práticas locais e o modo de falar africano tomarão o palco das narrativas de diversos autores, evidenciando também as guerras pelas quais muitos países passaram, como Moçambique, que viveu em conflito por 30 anos. Sobre isso, a obra de Mia Couto traz a fala, os provérbios e os mitos que permeiam a vida de moçambicanos, revelando a história e a memória que formam o imaginário moçambicano.

Sobre a presença das marcas do falar africano, Hampaté Ba (2010, p. 169) defende que a tradição oral é o que forma a “alma do homem africano”, ou seja, sua maneira de enxergar o mundo e se relacionar socialmente. O testemunho, portanto, toma o valor que o homem tem, sendo um importante fator de coesão social, relacionando o individual e o coletivo. É também através da oralidade que as práticas e os conhecimentos são repassados aos mais jovens. De acordo com Alves e Timbane (2016, p.77) “é o conjunto das obras sem autoria, que são criadas e difundidas por anônimos, e que servem de instrumentos de educação cívica e moral das sociedades”. Destaca-se, então, o forte papel que a oralidade e as diversas narrativas exercem sobre as comunidades, pensando na africana, o papel de traduzir a religião, o conhecimento prático da vida daqueles que participam da comunidade, os mitos e o entretenimento.

Toda a oratura não tem dono, quer dizer, as histórias e os contos não têm autoria atitude que contraria os princípios da literatura onde cada autor se identifica e toma posse das estórias inventadas (Timbane, 2017). Enquanto a oratura possui público específico (jovens e crianças) e exige a presença física dos ouvintes, a literatura atinge público distante e não são previsíveis os futuros leitores nem a sua faixa etária. O contador de histórias certifica (em presença) a compreensão do conto ou vai tirando dúvidas e incompreensões, enquanto que, o texto escrito pode ser interpretado de formas diversas dependendo da instrução, da cultura ou das influências do leitor (Timbane, 2017; Alves, Timbane, 2016).

A narração oral entrelaça-se com os escritos, segundo Benjamin (1994, p. 198), as melhores narrativas escritas são que aquelas que se aproximam dos relatos orais, aquilo que o autor considera como narrador ideal. Este sujeito toma distância temporal e espacial dos fatos contados. Entretanto, acrescenta-se às ideias de Benjamin, também o caráter fluido da narração que está intimamente relacionada à memória, tornando-se, assim, também um espaço de ficcionalização.

## **2 Só quer se vingar quem não sabe amar**

Buscar, construir ou formular um conceito fechado para o sentimento amoroso é tarefa de filósofos e antropólogos ao longo da história humana. Entretanto, o que nos atrai ou repele em outro ser humano está muito distante de ser catalogado e definido, permanecendo em um espaço subjetivo de que tal sentimento se apresenta de formas individuais. Apesar das particularidades das relações e gostos humanos, alguns aspectos são universais ao analisar o que é o amor e como este é cultivado



de forma saudável.

O primeiro traço a ser considerado é o da preservação do ser amado. Segundo Fromm (2000, p.82), “o amor erótico, se é amor, tem uma premissa: que eu ame da essência de meu ser e experimente a outra pessoa na essência do seu ser”. Querer para o outro o melhor, pois é o que quero para mim. Inclui-se nesse traço que o amante deseja a integridade do outro, jamais sua aniquilação ou perda de suas características. Relações que aparentam ser de fundo amoroso, mas que apresentam violência ou opressão sobre o outro, jamais devem ser aceitas como amor.

Relevante ainda para a investigação é o caráter de conhecimento do ser amado. Nessa relação de interesse e desejo, infere-se o pensamento de Fromm (1971, p. 54) que defende que “o amor é penetração ativa na outra pessoa, em que meu desejo de conhecer é destilado pela união. No ato da fusão, eu te conheço, eu me conheço, conheço a todos”. Estar junto, seja física ou mentalmente, é um princípio básico do caráter romântico. Acrescenta-se mais uma vez o pensamento de Fromm (ibidem, p. 52), que afirma que “o conhecimento que é um aspecto do amor é aquele que não fica na periferia, mas penetra até o âmago”. Ou seja, é preciso ver o outro como ele é, não como um desejo, pois a relação amorosa apenas se concretiza com a quebra das expectativas construídas e formação da admiração pela descoberta.

A ideia de amor relaciona-se também com o conceito de memória. Aqui, utiliza-se a ideia de que a memória amorosa está diretamente ligada as faculdades da alma. Le Goff (1990, p. 455) defende que “Pode haver memória e inteligência sem amor, mas não pode haver amor sem memória e inteligência”. O que é amado torna-se perpetuado na recordação. Nos versos de Adélia Prado: “Aquilo que a memória ama, fica eterno”. A permanência e a existência do ser amado depende diretamente da memória do amante. Não é à toa, portanto, que no período inicial das paixões os amantes só pensam no outro, sem concentração em mais nada. As memórias ficam completamente ocupadas pela figura do amado.

A memória surge como capacidade humana de perpetuar sensações, imagens, cheiros, sons e pessoas ao longo do tempo. Trata-se ainda de reatualizar e reordenar fatos e situações passadas. Le Goff (1990) defende que o comportamento narrativo se apresenta como um ato de memória fundamental. O ato de contar histórias, reais ou fictícias, é a relação direta da memória com a linguagem enquanto produto social. Ao relatar suas memórias, os sujeitos fccionam as narrativas, pois a memória possui caráter plurissignificativo, sendo passível de diferentes

interpretações.

Sobre o caráter de atualização no ato memorialístico, de acordo com Ricouer (1996, p. 4), os acontecimentos passados permanecem abertos a novas interpretações e as reviravoltas nos projetos se relacionam com a lembrança, em uma espécie de “acerto de contas”. O que é lembrado, o é por motivos específicos e nem sempre pelo desejo do indivíduo, porém, há uma atualização e não apenas resgate dos eventos passados, afinal os sujeitos já não são os mesmos.

Vê-se também a necessidade de acatar as memórias e reintegrá-las na construção das identidades dos sujeitos. Para Rossi (2010, p. 25), a aceitação do passado e conhecimento de suas origens permite a superação de problemáticas e a construção de um futuro. Mais importante que lembrar é conseguir realizar algo produtivo com aquilo que foi lembrado. Especialmente, quando se trata de memórias amorosas, estas possuem pontos de vista diferentes por parte dos amantes, devendo ser cuidadosamente investigado o que deve permanecer e o que deve ser superado para a preservação dos envolvidos. Assim, retomando o verso da poetisa mineira, o que a memória ama permanece, mas aquilo que nos traumatiza e, por vezes, machuca também fica eterno. Revisitar o passado é necessário, mas pode ser doloroso.

Ressalta-se ainda que falar de memória em produções de autores pós-coloniais, como Mia Couto e Agualusa, refere-se a questões mais amplas, sendo este um tema caro nas produções de romances de ambos os autores. A memória coletiva em Moçambique e Angola é algo que deve ser tratado com cuidado, pois é necessária uma reavaliação do que se foi para a construção de identidades futuras. De acordo com Le Goff (1990) define memória coletiva como o conjunto de narrativas que formam o pensamento e as práticas de determinada comunidade, sendo esta “mítica, deformada, anacrônica e o que constitui o vivido desta relação nunca acabada entre o presente e o passado”. Por outro lado, a memória individual é aquela que se refere apenas ao sujeito, ainda assim, sofrendo interferências do coletivo. As recordações particulares e vividas na intimidade das pessoas sofrem interferência, ao mesmo tempo que interferem na memória coletiva, sendo estes conceitos imbricados na formação das narrativas repassadas através das gerações. Mia Couto, por exemplo, em romances como “Um rio chamado tempo, uma casa chamada terra”, “Venenos de Deus, remédios do diabo” e “Antes de nascer o mundo”, apresenta as tentativas frustradas de apagar o passado em vez de encará-lo na busca de um futuro mais promissor. Agualusa, em “Teoria geral do esquecimento” e “O vendedor de passados”, mostra que o caminho de

ser esquecido e esquecer não é possível para seus personagens, pois a memória é individual, mas também coletiva.

O aspecto de permanência e reatualização da memória é uma maneira de perpetuar e manter vivo o ser amado. Pode-se afirmar, então, que a verdadeira morte está relacionada com o esquecimento. Tal fato é percebido desde a Antiguidade Clássica, com seus heróis que preferiam a morte ainda jovens do que morrerem velhos, porém esquecidos. O desejo de habitar imaginários, obras e histórias é o que permite que estes sujeitos continuem a viver na memória dos outros. Segundo Mia Couto (2014), “não morre quem se ausenta, morre quem é esquecido”. Seria essa a morte real, possível inclusive em vida: ser esquecido por todos. Destaca-se ainda, entre os povos bantu, a ideia de a morte no seu verdadeiro sentido não existe, porque ninguém morre, apenas passa de um estágio para o outro. Estes sujeitos acreditam na permanência da pessoa em outra esfera, podendo ser possível conversar e fazer pedidos na língua local. Essa passagem inclui a reincorporação de “pessoas supostamente mortas” nas novas gerações, perpetuando a existência dessas pessoas no grupo étnico e na memória local.

### 3 A permanência da memória

A ideia da narrativa de **Chovem amores na rua do matador**, *corpus* de análise deste artigo, partiu de Mia Couto, tendo como mote inicial a história de um homem que regressa à aldeia natal disposto a assassinar as mulheres que passaram por sua vida. A construção do conto em análise, segundo os dois autores, se deu da seguinte maneira: Mia Couto tratou da construção do personagem Baltazar, enquanto as personagens femininas foram produzidas por Aqualusa, pois, segundo o próprio autor, são femininas suas personagens mais convincentes. Tal fato justifica inclusive a disposição do conto em nove partes, alternando entre as falas de Baltazar e as das mulheres, com suas versões antagônicas dos acontecimentos.

Apesar do título do conto trazer a ideia de amor, na narrativa, o protagonista, Baltazar Fortuna, resolve voltar a sua cidade natal, Xigovia, para matar as três mulheres que amou e o fizeram sofrer. Obstinado e em um monólogo interior, ele vai à casa de cada mulher, com a intenção de vingar-se pelos sofrimentos amorosos pelos quais passou, porém, em cada tentativa, não obtém êxito, sempre deixando que algo o impeça de concluir sua intenção. O desfecho do conto, com traços fantásticos, se dá com Baltazar chegando à casa da última mulher e se deparando com

uma jovem, sua filha, que o “ajuda a morrer” novamente, sendo revelado que ele já havia morrido diversas vezes, repetindo sempre essa história.

Chama atenção o caráter, inicialmente, violento do conto, tendo como temática possíveis feminicídios: “É por isso que venho dar cabo dessas três fulaninhas, uma por uma. As tipas vão pagar por todas as restantes mulheres deste mundo” (Aqualusa; Couto, 2019, p. 65). Apesar de não se concretizar, é notória a misoginia e raiva que Baltazar projeta nas mulheres, por isso sua intenção de assassiná-las. Tal fato é característico de sociedades patriarcais, nas quais a morte de mulheres por companheiros ou ex-companheiros é corriqueira, além de outras questões pertinentes na sociedade africana, como a resistência masculina ao uso de preservativos, adoecendo muitas mulheres como consequência, como podemos observar na fala da filha de Ermelinda:

Tu dizendo a ele para usar camisinha, e o Baltazar que não, que ele era homem africano, homem com H grande, aliás com tudo grande, porque ser homem africano é a maneira mais máscula, mais desmedida de se ser um homem. Ah, e que as camisinhas dos brancos não têm em conta as realidades locais, as idiosincrasias culturais, sobretudo morfológicas. Parece que ainda ouço os gritos: “A mim, Baltazar Fortuna, ninguém me encamisa!”. E foi assim que também tu adoeceste... (Aqualusa; Couto, 2019, p.92).

Destaca-se o fato de Baltazar nomear como amor e, mais ainda, justificar a partir disso, a violência que pretende infligir contra essas mulheres. Amar compreende cuidado, bem-querer e desejo de satisfazer o outro. No momento em que se nega a utilizar o preservativo e, assim, acaba adoecendo sua esposa, é perceptível o desamor e a sobreposição daquilo que era bom para ele em detrimento do que era benéfico para Ermelinda. Segundo Erich Fromm (2000, p. 82), “o amor erótico, se é amor, tem uma premissa: que eu ame da essência de meu ser e experimente a outra pessoa na essência do seu ser”. Querer para o outro o melhor, pois é o que quero para mim.

Esse abismo entre o amor e o que se pensa ser o amor reflete no fato das lembranças de Baltazar serem tão diferentes das mulheres com quem teve algum relacionamento, pois ele justifica sua má intenção na falta de caráter das três. Sobre isso, podemos citar o pensamento de Le Goff (1990) que defende que o comportamento narrativo se apresenta como um ato de memória fundamental. O ato de contar histórias, reais ou fictícias, é a relação direta da memória com a linguagem enquanto produto social. Assim, a narração de Baltazar sobre sua história com cada uma dessas mulheres é um ato de memória, mas além disso, é ficcional, tratando-se de sua visão distorcida dos eventos ocorridos no passado.

O amor não aniquila, não maltrata nem destrói. Não é possível, portanto, associar o posicionamento e as atitudes de Baltazar ao amor. Não é possível, então, encarar as mulheres que ele se relacionou como amadas, pois isso seria justificar o pensamento misógino que coloca a mulher como objeto que, quando não se enquadra no esperado pelo homem, pode ser eliminada. É necessário separar o sentimento amoroso da ideia de amor de uma sociedade. Sobre a ideia de amor, Erich Fromm (2000, p. 72) defende que “se verdadeiramente amo alguém, então amo a todos, amo o mundo, amo a vida. Se posso dizer a outrem, “Eu te amo”, devo ser capaz de dizer: “Amo em ti a todos, através de ti amo o mundo, amo-me a mim mesmo em ti”. O próprio Baltazar, em um de seus monólogos, afirma: “Meu pai dizia: só quer se vingar quem não sabe amar” (Aqualusa; Couto, 2019, p. 81). Seria então o pecado de Baltazar não saber amar.

Destaca-se também que a escrita de Aqualusa e Mía Couto faz um jogo duplo, pois exhibe também o pensamento delas, dando a versão feminina dos acontecimentos, como um meio de desmascaramento. É justamente nesse contraponto que as diversas violências são exibidas, pois percebe-se que o comportamento destrutivo de Baltazar vem desde os relacionamentos, abandonando-as, com ciúmes possessivos ou, como citado acima, negando-se ao uso de preservativo, causando a transmissão de doença para a mulher. Percebe-se, então, que elas sofreram por ele ao serem abandonadas: “Nos meses seguintes, escrevi muito. Longos poemas desesperados. Os desgostos de amor, já se sabe, favorecem a literatura” (Aqualusa; Couto, 2019, p. 84). Apesar do sofrimento, as três mulheres conseguiram esquecê-lo, sendo esse o desgosto do protagonista: não ser importante para ninguém.

Embora sua vida tenha seguido, Baltazar sempre volta seu pensamento às mulheres que amou. Por isso, a tentativa de matá-las, para que seja possível esquecer o que viveu e quem sabe recomeçar sua vida. Essa mudança do passado ou apagamento de suas memórias, para Baltazar, se daria através da morte das mulheres, como podemos destacar no trecho a seguir, ainda na apresentação de Baltazar:

As malditas mulheres sugaram-me o tempo, dei-lhes anos e elas devolveram-me enganos. **Os amores meus, os amores que não chegaram nunca a ser meus, os amores delas que nunca conheci.** Me perdoem se misturo ideias e pensamentos, mas é que ando tomado por raivas antigas. A gente sempre quer viver agora e morrer mais tarde (Aqualusa; Couto, 2019, p.62, grifo nosso).

Nesse trecho, é possível perceber a relação que o protagonista

estabelece entre tempo (perdido, esquecido, memorado) e amor (inventado, desconhecido, inexistente). A seleção de fatos que Baltazar destaca e aqueles dos quais esquece são preferíveis para sua versão dos fatos, dessa forma, comportando-se como sujeito traído ou enganado por essas mulheres, sua vingança estaria justificada: “Quem teve tamanho, e tamanho grande, foi a minha humilhação. Agora vou vingar essas velhas mágoas...” (Aqualusa; Couto, 2019, p.66).

Nesse desejo de vingança, o personagem demonstra a moral ressentida apresentada por Nietzsche, em “Genealogia da moral”, que enxerga na reação seu momento de regozijo. Nas palavras do pensador: “o homem do ressentimento concebeu “o inimigo mau”, “o mau”, e isto como conceito básico, a partir do qual também elabora, como imagem equivalente, um “bom”: ele mesmo” (Nietzsche, 2009, s.p). Baltazar se dá o papel de vítima, injustiçado, ressentido e, por isso, autorizado em exercer a vingança contra aquelas que o causaram sofrimento. Tal pensamento é o que viabiliza a seleção dos fatos a serem memorados e seu direito de matá-las.

O papel de mártir também é percebido em sua apresentação: “Tenho quarenta e nove anos, mas não mereço. A idade que me calhava bem era trinta e três. Sim, trinta e três. Trinta meus e três das mulheres com quem vivi” (Aqualusa; Couto, 2019, p.66). A que idade que, na sua opinião, lhe cabe, não por acaso, é a idade de Cristo quando morto, martirizado injustamente. A alteração dos papéis de vítima e algoz em seu discurso é o que justifica o discurso de Baltazar e seu lugar como justificado.

Sabe-se que diversos são os fatores que interferem diretamente na recordação e no esquecimento, sendo essa manipulação fruto de censuras, desejos, medos e influências da infância (Le Goff, 1990, p. 473). No caso de Baltazar Fortuna, esquecer está diretamente relacionado com a ideia de morte, sendo esse seu receio. De acordo com Ricouer (1996, p.4), os acontecimentos passados permanecem abertos a novas interpretações e as reviravoltas nos projetos se relacionam com a lembrança, em uma espécie de “acerto de contas”.

A memória tomada como uma capacidade de conservar informações é uma atividade individual e subjetiva, pois os eventos retomados já não são o que foram no passado, mas sim reorganizados para caber no presente. Segundo Le Goff (1990, p. 424), o processo da memória trata não apenas dos vestígios, mas também a releitura deles, ocorrendo uma auto-organização das memórias mantidas ou reconstituídas. Sobre isso, Paolo Rossi (2010, p. 129) comenta:

Muitos afirmaram que pedaços do passado se reapresentam no presente, dando lugar a renascimentos e retornos. Na ideia de retorno está implícita a de uma volta e de uma repetição, de uma não unicidade e não repetibilidade dos eventos, de possíveis uniformidades ou leis do devir. A metáfora da flecha se mistura, de modos imprevistos e complicados, à do ciclo.

Para Paolo Rossi (2010, p. 25), a aceitação do passado e conhecimento de suas origens permite a superação de problemáticas e construção de um futuro. Baltazar, em suas repetidas “mortes”, demonstra o retorno às problemáticas não resolvidas e, talvez por isso, revividas. O ímpeto de retornar à cidade e reencontrar as mulheres com quem viveu demonstra o medo de não ser amado. Dessa forma, o morto teimoso insiste em não morrer, pois isso implica esquecer e ser esquecido, sendo essa uma dor ainda maior, conforme podemos observar nas falas da personagem:

Diziam assim: nós não precisamos te matar, nós já te matamos dentro de nós. Há muito tempo que não vives na nossa vida. Disseram assim mesmo. Aquilo foi pior que morrer, foi pior ainda que falecer. Pelo amor de Deus, isso diz-se? Mesmo em sonho, isso diz-se? Porra para as gajas, que nem precisam de nos matar para que deixemos de existir. (Aqualusa; Couto, 2019, p. 88).

Pensando nas ondulações dos discursos e nos fatos que emergem ou permanecem apagados, chegamos ao procedimento narrativo da memória: esquecer ou lembrar significam, na verdade, escolher, eger o que deve ser lembrado e o que não deve, caracterizando a memória como a revelação daquilo que está oculto, no domínio do esquecimento. Sendo assim, dominar o que deve ser lembrado ou esquecido é um ato de poder, sobre si e sobre o outro. “O motivo que me faz matar são as memórias. Os meus amigos dizem: recordar é viver. Pode ser verdade com eles, mas comigo é o contrário. São as lembranças que não me deixam viver” (Aqualusa; Couto, 2019, p.64). Deixar de amar e esquecer são as formas que as mulheres encontraram de matar Baltazar Fortuna dentro delas.

O conto está estruturado entre as falas de Baltazar, desde sua apresentação até sua morte, e as falas das mulheres. Entre as partes I e III, temos a relação do matador e Mariana Chubichuba. Desde o nome, percebe-se a ironia por trás dessa personagem. O nome Mariana remete a Santa Maria, a virgem santa, símbolo de pureza e candura. Entretanto, de todas as mulheres, essa é a única que tenta matá-lo, apesar de falhar na investida: “Então me veio uma raiva, peguei o que tinha à mão, uma trouxa com roupa do Baltazar, que eu tinha guardado para queimar, azar,

má fortuna, amor cadente, e joguei pela janela, mas infelizmente não acertei nele” (Aqualusa; Couto, 2019, p.72). Mariana é abandonada na porta de um local para realizar um aborto, enquanto grávida de Baltazar, sendo em seguida abandonada por ele. Seu seguinte companheiro, que a acolhe nesse terrível momento é um anão descrito, nas palavras dela como: “Armelindo: meu ar, meu mel, meu lindo” (Aqualusa; Couto, 2019, p. 71). Nesse relacionamento, Mariana é finalmente feliz, até a morte de seu companheiro.

Por sua vez, Judite Malimali, a segunda na lista a ser morta por Fortuna, é uma mulher culta, conhecedora de poesias, que, triste pelo abandono e ciúme excessivo de Baltazar, se apaixona por uma mulher: “O que quero dizer é que errando, errando muito, Baltazar acertou. Eu o troquei por uma virgem. Uma menina de vinte anos chamada Esplendorina” (Aqualusa; Couto, 2019, p. 85). Seu novo amor, no próprio nome, já reproduz o esplendor de renascer, de livrar-se do sofrimento. O nome escolhido surge como palavra poética, um signo rico de significado. Nesse caso, o nome é carregado de associações sensoriais, sugerindo que não se deu de forma aleatória (Machado, 1991, p. 19).

Vale ressaltar a relação de Baltazar e Judite, pois, sendo uma mulher inteligente e conhecedora das letras, fato que seria de grande admiração, é apenas seu corpo que atrai Fortuna. Para Octavio Paz (1994), o amor seria a atração pelo corpo e pela alma do outro, ama-se uma pessoa inteira. Assim, o sentimento de Baltazar por Judite seria apenas desejo, por isso mesmo culminou em sofrimento. O ciúme irracional de Fortuna muito se afasta do sentimento amoroso, pois não foi suficiente para ele não a abandonar: “depois, um belo dia, desapareceu, e eu soube que tinha voltado para a capital”. Alain Badiou (2013, p. 60) defende que, no amor, no mínimo, confia-se na diferença. É justamente a ausência de amor que provocava as crises de ciúmes de Baltazar, é enxergar Judite como posse.

Por último, surge Ermelinda Feitinha, a qual Baltazar, aparentemente doente, quando retorna da capital, se nega a usar camisinha e acaba adoecendo a esposa também. A situação é narrada também pela filha do casal que reconhece a difícil vida que sua mãe levava ao lado de Fortuna. Ermelinda é, nas palavras de Baltazar, uma mulher pequena e frágil: “Como é que uma mulher daquele tamanho pode encher tanto a vida de um homem?” (Aqualusa; Couto, 2019, p. 89). É com ela e sua filha que temos o desfecho do conto. Com traços fantásticos, o diálogo entre as Ermelindas flutua realidade e ilusão fantasmagórica.

As estratégias narrativas são os procedimentos de construção que buscam provocar um efeito preciso no leitor, operando com códigos e



signos específicos (Reis, 1988, p. 110). Pensando nisso, destacam-se as estratégias textuais de Mia Couto e Eduardo Agualusa, que causam, nos seus receptores, um estranhamento inicial e, posteriormente, uma reflexão. Segue o trecho final:

- E nós, minha filha, estamos vivas?
- Não sei mamã. Antes essa pergunta me dava medo. Agora, não. Escuta lá fora. Está a chover.
- Nós somos mulheres, somos como essa chuva.
- E tanto que chove, mamã! (Agualusa; Couto, 2019, p.99)

Desde o princípio da narrativa, está presente a relação entre morte e amor, como podemos perceber no seguinte trecho de apresentação de Baltazar Fortuna: “pois a vida que teima dentro de mim não a chego a sentir como minha... A culpa foram as mulheres, amores antigos...” (Agualusa; Couto, 2019, p.62). Ele está constantemente reencontrando seu passado, na tentativa de viver através da memória, o que para ele torna-se mais doloroso de perceber que morreu há muito tempo dentro delas através do esquecimento.

Apesar de não ser atual, pois, desde as epopeias clássica, ter uma vida heroica e, assim, ser lembrado é uma forma de imortalidade, vale destacar a relação estabelecida entre morte e esquecimento. Esse é o maior temor de Baltazar Fortuna, por isso mesmo, se nega a morrer: “Ele se sentou no sofá, e eu dei-lhe a mão e o fui ajudando a morrer de novo. Não sei quantas vezes terá de morrer para finalmente acreditar que está morto. É um morto muito rebelde, o teu Baltazar.” (Agualusa; Couto, 2019, p.99). O medo de ser esquecido é também percebido pelo sonho de ter seu nome eternizado em alguma rua: “Disse-lhe que a rua agora tem o nome dele, e o infeliz acreditou. Era a maior ambição do papá, não era? Que dessem o nome dele a uma rua...” (Agualusa; Couto, 2019, p.93). Nomear uma rua é uma forma de dignificação, tornar-se alguém importante, por meio de um suporte material. Na mentira contada por Ermelinda filha, percebe-se que o desejo de Fortuna é ser uma “lembrança eterna”, por isso seu desespero em se perceber já morto e esquecido pelas mulheres que amou:

- Mas que tragédia, por amor de Deus, você é escritor, ou poeta? O tipo simplesmente patinou ali no sofá, ninguém chorou, ninguém perdeu tempo sequer em falar do assunto.
- Nem as mulheres?
- Que mulheres?
- Bom, a sua mãe, dona Ermelinda. Ou quem sabe, Mariana ou Judite...
- Nada, elas reagiram como se não fosse nada. (Agualusa; Couto, 2019, p.97)

Seria o esquecimento pior que a morte, melhor dizendo, seria essa a verdadeira morte, pois é a que afirma o fim do sentimento amoroso, afinal, lembramos daqueles quem amamos. Em sonhos ou na conversa com sua filha, Baltazar é confrontado com as memórias e dores vividas pelas mulheres que passaram por sua vida. Nesse espaço de esquecimento, o personagem não se deixa morrer, pois não quer se deixar ser esquecido, voltando sempre à Xigovia e às mulheres com quem viveu. Reviver, rememorar, recontar é viver novamente o amor, é torná-lo atual com suas belezas e desencantos.

As obras de Mia Couto apresentam elementos em comum: a busca pela identidade dos seus personagens. O estudos de Timbane e Abdula (2016) revelam essa inclinação nas relações entre o “Eu” poético e a autoria. O autor pode viajar no imaginário, mas as suas imaginações não ultrapassam os ‘limites’ e atitudes comportamentais e sociológicos que compartilhamos com ele. Isso é importante porque busca aproximar os elementos da cultura e da identidade que circundam os personagens. Neste introsamento entre Couto e Agualusa se revela essa realidade que não é apenas para Moçambique com Mia Couto, mas que se materializa em Angola, com a Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Há que realçar a relevância de aspectos culturais que acompanham os personagens, desde o comportamento até nas atitudes.

## Conclusão

A obra de Mia Couto e de José Eduardo Agualusa traz para a literatura temáticas que se afastam dos discursos utópicos de independência de Moçambique e de Angola, refletindo sobre o sujeito pós-colonial e as identidades, em países ainda em formação. As obras desses autores não repetem estereótipos, pois trazem as marcas de seus países ao mesmo tempo que tratam de temáticas universais, como: identidade, solidão e medo.

Os conceitos de tempo, amor e morte estão interligados na narrativa de “Chovem amores na rua do matador”, que faz parte da coletânea “O terrorista elegante e outras histórias” (2019), na qual os sujeitos em questão têm memórias distintas sobre os mesmos acontecimentos. Baltazar, em seu discurso de injustiçado, defende que as mulheres o enganaram, sendo elas mesmas as culpadas pela morte planejada por ele. O que chama atenção na construção da narrativa de Agualusa e Mia Couto é a oposição do posicionamento dele e das declarações delas. Cada uma traz versões bem diferentes da relação com Baltazar.

Apesar de falar de amor, no conto analisado, sentimos um desconforto, pois, ao esperar um amor romântico e idealizado, nos deparamos com as relações humanas, desiguais e grosseiras, com suas interpretações flutuantes. Não chovem amores na rua, chovem desenganos e, por vezes, violência. Esquecer o amor que não vingou é uma forma de matá-lo. Baltazar volta à cidade de Xigovia para matar as mulheres que amou, porém, seu desespero se dá no fato delas já o terem matado, pois o esquecimento é a pior forma de morte, sendo esse o castigo pelos sofrimentos causados nessas mulheres. Mariana, Judite e Ermelinda representam, cada uma ao seu modo, o fracasso de um homem que pensava ser grande, ou pelo menos maior que elas.

Por fim, retomando a pergunta norteadora, se os sujeitos presentes na narrativa se perdem na fronteira entre lembrança e esquecimento, nota-se que não há perda por parte das personagens femininas. Ao contrário, elas se encontram com o fim de suas relações com Baltazar. Por outro lado, o protagonista se perde com suas memórias imprecisas, meias verdades e desejo de vingança. Os fatos têm versões bem diferentes, confrontando o papel de injustiçado construído por ele. Confirma-se também a hipótese inicial, pois os autores trazem a verdadeira morte como o esquecimento, sendo este o medo de Baltazar Fortuna, por isso suas tentativas de se perpetuar nas memórias. Voltar para matá-las diz muito sobre o sujeito em questão, entretanto, ele já estar morto para elas, não ser sequer uma lembrança, é a verdadeira libertação do desamor.

## Referências

- Alves, M.J.; Timbane, A. A. A importância da literatura africana na transmissão da cultura no ensino médio no Brasil. *Revista Interfaces*, Vol.7, nº2, p.78-85, dez. 2016.
- Agualusa, J. E.; Couto, M. *O terrorista elegante e outras histórias*. São Paulo: Planeta, 2019.
- BÂ, A. H. A tradição viva. In: Ki-Zerbo, J. (Org.). *História geral da África I: metodologia e pré-história da África*. Brasília: Unesco, 2010. p.167-212.
- Badiou, A.; Truong, N. *Elogio ao amor*. Trad: Dorothee de Bruchard. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- Benjamin, W. O Narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov; Franz Kafka. A propósito do décimo aniversário de sua morte. In: Benjamin, W. (Org.). *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

- Chaves, R. *Angola e Moçambique: experiência colonial e territórios literários*. Cotia, SP: Atêlie Editorial, 2005.
- Fromm, E. *A arte de amar*. Trad: Milton Amado. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- Le Goff, J. *História e memória*. 3.ed. Campinas, SP: Ed. UNICAMP, 2008.
- Machado, A. M. *Recado do nome*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- Nietzsche, F. *Genealogia da moral*. Trad: Paulo César Lima de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- Paz, O. *A dupla chama: amor e erotismo*. Trad. Wladir Dupont. São Paulo: Siciliano, 1994.
- Reis, C. *Dicionário de Teoria Narrativa*. São Paulo: Ed. Ática, 1988.
- Ricoeur, P. O perdão pode curar? Trad. José Rosa. *Revista Viragem*, Porto, nº 21, s.v., p. 26-29, 1996.
- Rossi, P. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.
- Salgado, M. T.; Jorge, S. R. (Org.). *Pensando África: literatura, arte, cultura e ensino*. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2010.
- Salgado, M. T. José Eduardo Agualusa: uma ponte entre Angola e o mundo. In: Sepúlveda, M. do C.; Salgado, M.T. (Org.). *África e Brasil: letras em laços*. Rio de Janeiro: Ed. Atlântica, 2000, p. 175-196.
- Secco, C. L. T. As literaturas africanas de língua portuguesa: um percurso de cantos e desencantos. *Revista Vernaculum*, Petrópolis, vol.3, nº3, s.p., 2011.
- Timbane, A. A. Aprofundando diálogos entre a literatura e a oratura na escola moçambicana: desafios, debates e caminhos. in: Damazio, R.M.A.; Silva, C. B. (Org.). *O texto literário em sala de aula*. Rio de Janeiro: Eulim, 2017. p.108-139.
- Timbane, A. A.; Abdula, R. M. A lexicultura na literatura e no ensino da Língua Portuguesa em Moçambique. *Revista Interfaces*. vol.7, nº3, p.25-39, dez.2016.

# MEMÓRIA E ANCESTRALIDADE “NAS ÁGUAS DO TEMPO”, DE MIA COUTO

*Leandro de Jesus da Silva*

## Introdução

“Nas águas do tempo” (2012) é um conto do escritor moçambicano, Mia Couto publicado no livro “Estórias abesonhadas” (2009), livro que reúne histórias do período pós-guerra, a partir das temáticas como amor, casamento, traição, saudade e violência. O livro restitui imagetivamente a memória e a oralidade de Moçambique, enfatizando o contexto da guerra com pequenas estórias acerca do ressurgimento do país após a tragédia da violência, dos homens, mulheres, velhos e crianças moçambicanos mortos no conflito.

Dessa forma, se em “Terra Sonâmbula” o autor projeta um país arrasado pela luta a favor da democracia e assustado com a presença constante da dor e da morte, em “Estórias abesonhadas” incide sobre uma nação em reconstrução, a partir das memórias, das narrativas orais e dos dados da ancestralidade do país. Em seu conjunto, os contos apresentam um contexto em transição, que reestabelece, sobretudo socialmente, a partir de reminiscências, de lembranças, estórias, histórias, causos e fábulas que apontam para a imagem coletiva do povo, sua cultura e tradições.

O próprio Mia Couto (2009) na apresentação do livro, relata a obra como reconstrução de Moçambique destruída da guerra. Os contos apropriam o espaço e a sociedade, ambos mutilados pelo conflito e injetam a memória recente do conflito para remeter as três décadas de guerra. No presente narrado, o autor projeta o povo que se recolhe da dor, do sofrimento, da mutilação. Conforme o autor:

Estas estórias foram escritas depois da guerra. Por incontáveis anos as armas tinham vertido luto no chão de Moçambique. Estes textos me surgiram entre as margens da mágoa e da esperança. Depois da guerra, pensava eu, restavam apenas cinzas, destroços sem íntimo. Tudo pesando, definitivo e sem reparo. Hoje sei que não é verdade. Onde restou o homem, sobreviveu semente, sonho a engravidar o tempo. Esse sonho se ocultou no mais inacessível de nós, lá onde a violência

não podia golpear, lá onde a barbárie não tinha acesso. Em todo esse tempo, a terra guardou, inteiras, as suas vozes. Quando se lhes impôs o silêncio elas mudaram de mundo. No escuro permaneceram lunares. Estas estórias falam desse território onde nos vamos refazendo, molhando de esperança o rosto da chuva, água abensonhada. Desse território onde todo homem é igual, assim: fingindo que está, sonhando que vai, inventando que volta. (Couto, 2009, p. 6).

“Nas águas do tempo” (2009), é o primeiro lance deste jogo de ancestralidade e memórias. O enredo projeta a história de um neto e seu avô na rotina diária de visita a um lago misterioso. Neste lago, coisa muito misteriosa, o ancião acenava com um pano vermelho (como se fosse uma bandeira) para um pano branco (também em forma de pavilhão) que dizia ver agitado na outra margem do lago, bandeira nunca vista pelo neto. Na última incursão, pela primeira vez o avô sai do barco e perambula até o local das bandeiras brancas e, aos poucos, desaparece, ficando apenas seu pano vermelha flamulando solitário no ar; neste ponto, o neto toma de súbito a própria camisa e acena para o pano do avô até ele, gradativamente, tinge-se de branco, como os demais daquele lado do lago.

Ante o exposto, a pesquisa aqui proposta tem como principal objetivo analisar o conto “Nas águas do tempo”, do autor moçambicano Mia Couto, à luz dos conceitos de memória e ancestralidade. Para isso, a pesquisa propõe como objetivos específicos, compreender a narrativa do conto “Nas águas do tempo”, discutir a valoração da ancestralidade no conto analisado e estudar um culto da memória na narrativa proposta.

O complexo metafórico da narrativa projeta a ancestralidade e a memória como elos entre passado e o presente, entre o contemporâneo e o vivido e, mais importante, entre os vivos e os mortos. O conto indica um eterno contínuo entre ascendentes e descendentes, velhos e jovens num jogo ininterrupto de sucessão. O neto tomava o lugar do avô como provavelmente o ancião tomara o lugar de um mais velho quando jovem; os da outra margem, portanto, são gerações de ancestrais revelados gradativamente aos mais jovens na linhagem familiar.

É esta sucessão entre o avô e o neto, entre o ancião e o jovem, entre o velho e o novo o ponto de análise sobre a memória e a ancestralidade no conto de Mia Couto. O estudo é sobre a especulação sobre o tempo, sobre a relação e a influência entre passado e presente e sobre as conexões simbólicas, metafísicas e imateriais entre as diferentes gerações de um mesmo povo.

A presente pesquisa se justifica pela relevância da discussão acerca da ancestralidade e da memória nas Literaturas africanas de Língua Portuguesa, sobretudo, a assim chamada literatura contemporânea,

como forma de valorizar o passado africano, sua cultura e sua identidade. Mia Couto e outros escritores africanos, têm buscado um discurso de afirmação local a partir do culto da memória e da ancestralidade.

O campo de investigação em literatura abarca uma variedade de objetos, subcampos e diversidade de olhares e de contextos. Assim, a escolha da temática ancestralidade e memória na obra de Mia Couto mostra-se relevante por se debruçar sobre vértice temático proeminente nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. Para isso, será empreendida uma pesquisa de natureza qualitativa, tal abordagem possibilita não somente compreender e produzir conhecimentos a partir de determinados recortes de objeto, mas também, permite obter informações mais detalhadas sobre conceitos e ideias que interverem na construção desses argumentos.

Trata-se, de acordo com o objetivo da investigação, de uma pesquisa exploratória pois, segundo Gil (2008), tal pesquisa possibilita a familiarização com o fenômeno que está sendo investigado, de modo a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. A pesquisa exploratória é indicada para estudos iniciais em que os problemas a serem investigados não estão totalmente definidos e/ou faltam informações para a sua compreensão completa, mesmo que alguns teóricos já tenham se debruçado sobre tal objeto.

## **1 Debates sobre os conceitos-chave: memória e ancestralidade**

Entende-se por memória, o conjunto de conhecimentos do passado capitaneado a partir do presente, carregando julgamentos morais a depender da visão de cada indivíduo. A memória depende das lembranças do indivíduo e pode esconder elemento do passado que não tem interesse para a narrativa. A memória tem elemento afetivo podendo demonizar ou glorificar o passado a partir do interesse. A memória está ancorada aos interesses do presente havendo necessidade do compartilhamento de discursos, não tem métodos, não tem fundamentação teórica. A memória é coletiva, compartilhada e apresenta personagens. Já a lembrança é individual e se liga ao esquecimento e ao silêncio. A memória constrói a identidade (Santos; Timbane, 2020).

O que sustenta a memória é a identidade. A memória retém os dados mais emblemáticos de uma comunidade; guarda as tradições eleitas fundamentais pela coletividade; transita na contemporaneidade os fatos e histórias de um povo. A ancestralidade propaga entre os mais novos os fatos vividos e ouvidos; projeta entre os mais novos a lembrança dos mais velhos; incuti conselhos e sabedorias há tempo construídos e consolidadas. Narrar as histórias antigas, dos tempos mais remotos da ancestralidade.

Elo; corrente; nó; corda. Ivan Izquierdo (1989) defende que as:

memórias são as ruínas de Roma e as ruínas de nosso passado; memória tem o sistema imunológico, uma mola e um computador. Memória é nosso senso histórico e nosso senso de identidade pessoal (sou quem sou porque me lembro quem sou). Há algo em comum entre todas essas memórias: a conservação do passado através de imagens ou representações que podem ser evocadas. Representações, mas não realidades: as ruínas de Roma não são a Roma imperial; um disco da Nona Sinfonia gravado por Toscanini, Karayan ou Kleiber não equivale à sua execução, nem à Nona Sinfonia que Beethoven concebeu. Certamente não à que Beethoven tinha em mente quando, já totalmente surdo, a regeu pela primeira vez em Viena, em março de 1824: a orquestra já tinha concluído, há vários compassos, e o compositor, de olhos fechados, continuava regendo (Izquierdo, 1989, p. 89).

A memória fundamenta o senso histórico, pavimenta o discurso de fundação comunitária e a ideia de pertencimento. A memória conserva, através do tempo, de imagens do passado próximo e remoto, de modo a reatualizar no agora fragmentos contínuos do pretérito comunitário. O peso da memória é incontroverso – é ela a orientação bussolar para o homem e a comunidade presente no constante e cada vez mais desafiador o exercício de se autodefinir e afirmar.

A ancestralidade remonta o código social detentor da sabedoria coletiva daqueles mais velhos, condicionados, mais das vezes, ao lugar de oráculos retentores dos maiores conselhos. Quanto mais velho e menos vivo, mais próximo se esta da fronteira invisível e imaterial da ancestralidade. Um velho leva a outro velho, um tempo leva a outro tempo e, logo, o mundo dos vivos encontra-se parêlo deste continente apenas contíguo no mundo da memória e das narrativas entremeadas dos homens e mulheres já fronteiriços entre o aqui e o imponderável acolá.

Eduardo Oliveira (2009) define ancestralidade como tangência epistêmica produtora de significado e cultura. Por este viés, a ancestralidade reporta o ontem no hoje em movimento dinâmico e imperceptível, de eminente refluxo e repetição. A ancestralidade funciona como uma referência do passado para o presente, ainda mais quanto se trate de povos cuja formação social não foi completamente destruída pela cultura ocidental.

## **2 A memória sociocultural: toda a cultura tem memória e toda memória se funda na ancestralidade**

“Somos aquilo que lembramos” (Izquierdo, 1989)

Na definição proposta no Dicionário Aurélio ([www.dicio.com.br](http://www.dicio.com.br)),



a memória seria, entre outras coisas, a “1. Faculdade de reter ideias, sensações, impressões, adquiridas anteriormente, 2. Recordação que a posteridade guarda: memórias do passado 3. Relato feito escrito ou oralmente sobre uma situação; narração”. A ancestralidade, conforme proposição do mesmo dicionário, seria a 1. Particularidade ou estado do que é ancestral (que se refere aos antepassados ou antecessores) e 2. O que se recebeu das gerações anteriores; hereditariedade. Desta forma, ancestralidade e memória são par indissociável no contínuo refluxo entre passado e presente; a ancestralidade como conglomerado informacional do povo antigo, de sua sabedoria e tradição e a memória como fio condutor da ancestralidade para o presente. De acordo com Le Goff, a memória:

A história dos processos de constituição da memória coletiva pode ser dividida em cinco períodos: o da transmissão oral, o da transmissão escrita com tábuas ou índices, o das fichas simples, o da mecanografia e o da seriação eletrônica. Nos dias atuais, como resultado dos desenvolvimentos da memória no século XX, sobretudo depois de 1950, presenciamos uma verdadeira revolução da memória onde memória eletrônica não é senão um elemento, sem dúvida o mais espetacular. Presenciamos uma revolução tecnológica sem precedentes que resulta em duplo processo, interligado, de aceleração da história e preservação da memória – memória eletrônica, digital, automática... Hoje, com os avanços da informática, chegamos perto de uma memória ilimitada...O capitalismo destrói os suportes materiais da memória, bloqueia os seus caminhos, arranca seus marcos e apaga seus rastros – “já não existe mais”. Ao mesmo tempo, transforma-se a memória em mercadoria: Pesquisa, salvamento, exaltação da memória coletiva não mais nos acontecimentos mas ao longo do tempo, busca dessa memória menos nos textos do que nas palavras, nas imagens, nos gestos, nos ritos e nas festas; é um conversão do olhar histórico. Conversão partilhada pelo grande público, obcecado pelo medo de uma perda de memória, de uma amnésia coletiva, que se exprime desajeitadamente na moda retro, explorada sem vergonha pelos mercadores de memória desde que a memória se tornou um dos objetos da sociedade de consumo que se vendem bem (Le Goff, 1992, p. 467).

Na projeção do pensador francês, a *memória coletiva* é um enorme repositório construído por uma comunidade ao longo do tempo cuja a transmissão sempre se impôs, primeiro de forma oral e, com o advento da escrita e da tecnologia de transmissão dela, por meio de tábuas, pergaminho, e memória virtual, a partir de artefatos como computadores, redes, nuvens, dentre outros mecanismos tecnológicos de armazenamento de dados. Por esta perspectiva, o ato de memorizar perpassa todos os tempos, todas as civilizações e os diferentes modos de veiculação memorialista. Não há, portanto, memória sem sociedade e, menos ainda,

sociedade sem memória. Também Bergson indica o complexo do:

o progresso contínuo do passado que rói o porvir e incha à medida que avança. Uma vez que o passado cresce incessantemente, também se conserva indefinidamente. A memória...não é uma faculdade de classificar recordações numa gaveta ou de inscrevê-las num registro. Não há registro, não há gaveta, não há aqui, propriamente falando, sequer uma faculdade, pois uma faculdade se exerce de forma intermitente, quando quer ou quando pode, ao passo que a acumulação do passado sobre o passado prossegue sem trégua. Na verdade, o passado se conserva por si mesmo, automaticamente. Inteiro, sem dúvida, ele nos segue a todo instante: o que sentimos, pensamos, quisemos desde nossa primeira infância está aí, debruçado sobre o presente que a ele irá se juntar, forçando a porta da consciência que gostaria de deixa-lo de fora (Bergson, 2011, p. 47-48).

O autor recobra o caráter imaterial da memória e sua contínua reformulação ante o presente. A memória, assim, referencia epistemologicamente o presente, mas é modificada e ampliada por ele. A sociedade implica-se da memória a ele subjacente de forma automática e intuitiva, sem a necessidade de uma decisão sobre a acumulação da memória, nem de sua gestão, tampouco da sua atualização. Sobre ancestralidade, Muniz Sodré relata:

De fato, por trás da transmissão de bens (econômicos e simbólicos) operada por esse grupo patrimonial chamado **família**, encontra-se a **linhagem**, ou seja, o conjunto das relações de ascendência e descendência regido por uma ancestralidade que não se define apenas biologicamente, mas também política, mítica, ideologicamente. Patrimônio é algo que remete à coletividade, ao antiindividualismo. (Sodré, 1998, p. 74, grifos do autor).

Muniz Sodré (2002) define ancestralidade como patrimônio instituído para além da posse econômica e simbólica e angariado fora dos limites das relações biológicas. O autor conceitua ancestralidade, portanto, como patrimônio imaterial e intangível, transmitido no trânsito contíguo entre ascendência e descendência e formado por conjunto imensurável de valores, filosofias, conceitos e sabedorias. O ancestral guarda um *códice* tombado socialmente e coletivamente, transmuta, pela vivência, o conteúdo dele e, simultaneamente, transmite-o às novas gerações, assegurando sua perenidade.

A ancestralidade se materializa na figura emblemática do ancião e do velho como representantes máximos da sabedoria encerrada no tempo antigo. Será ele o portador e propagador autorizado das informações da ancestralidade e o conteúdo imaterial dela. Mais das vezes, são os velhos e anciões o transmissor único da memória do tempo ancestral para

o presente como uma ponte entre o agora e o ontem, entre o presente e o passado. Conforme argumenta Oliveira,

A ancestralidade converte-se no princípio máximo da educação. Educar o olhar é Educação. No caso da cosmovisão africana, educa-se para a sabedoria, para a filosofia da terra, para a ética do encantamento. Educar é conhecer a partir das referências culturais que estão no horizonte da minha história (ancestralidade). Olhar é um treino de sensibilidade. Aguça-se a sensibilidade para perceber o encanto que tece as coisas. Sensibilizado, o Outro deixa de ser apenas um conceito, e me interpela para uma ação de justiça e me convida a uma conduta ética. Sensibilizado posso fazer da vida uma obra de arte, uma construção estética. Edifico uma moral e uma ética baseada na criatividade e na tradição. (Oliveira, 2007, p.259).

A ancestralidade, no caso, figura instrumento fundamental na civilização africana. Ela está atrelada a sabedoria e a filosofia orientadora da vivência coletiva e monta os dados culturais fundamentais para afirmação das identidades locais. Oliveira afirma que:

a ancestralidade torna-se o signo da resistência afrodescendente. Protagoniza a construção histórico-cultural [...] e gesta projeto sócio-político fundamentado nos princípios da inclusão social, no respeito às diferenças, na convivência sustentável do Homem com o Meio-Ambiente, no respeito à experiência dos mais velhos, na complementação dos gêneros, na diversidade, na resolução dos conflitos, na vida comunitária entre outros. (Oliveira, 2008, p. 3-4).

Memória e ancestralidade, portanto, incidem transversalmente sobre os povos dos quais são gregárias e consubstanciam definitivamente no mundo como a certa coletividade ver o mundo, se relaciona com a natureza e os fenômenos naturais, na forma como o povo celebra e pratica religião, como se organizam sistemas políticos. Numa sentença-a memória e ancestralidade definem as culturas locais, porque as tradições populares se originam e se sustentam da memória e das reminiscências da ancestralidade.

### **3 Memória e ancestralidade nas Literaturas africanas de Língua Portuguesa: da oralidade para a escrita**

No continente africano, mesmo considerado o processo de aculturação imposto pelo colonizador europeu no século XIX e XX, é ainda marcante a relação dos vivos com a memória dos ancestrais. O passado e os homens do passado, para além de um dado cronológico e de nomes na árvore genealógica, representa um repositório irrefutável para afirmação da identidade. Desta forma, os homens mais velhos são como elos

entre os mais jovens do presente e os mais velhos do tempo passado. Isso dado, é possível afirmar que:

Intermediando o vivo e morto, bem como as forças naturais e as do sagrado, estão os ancestrais, ou seja, os antepassados que são o caminho para superar a contradição que a descontinuidade da existência humana comporta e que a morte revela abruptamente. Eles são, assim, ao mesmo tempo próximos dos homens, dos deuses e do ser supremo, cujas linguagens dominam. Estes devem ser compreendidos não só no sentido africano, como espíritos dos antepassados mortos cujos corpos jazem sob a terra, mas como costumes, valores e tradições. (Padilha, 2007, p. 27).

Padilha propõe os velhos como instituição intermediária entre os homens de agora e os viventes de antigamente, como se fossem elos fundamentais entre o tempo de agora e o passado antigo. Na mesma medida em que envelhecem e, portanto, se aproximam da morte, os anciãos tangenciam para o lugar de sabedoria e autoridade, como se neste lugar limiar entre vida e morte detivessem visão privilegiada das estruturas movedoras do mundo. Isso posto, poucos são aqueles que ousam se afastar do conselho dos velhos ou questionar a sabedoria e a memória deles.

Não por outra razão, as literaturas africanas de Língua Portuguesa têm se debruçado detidamente sobre a figura do ancião e sua influência decisiva no tempo contemporâneo: de um lado, os autores se apropriam das memórias dos velhos para afirmar as identidades nacionais a partir da memória antiga do continente, das línguas locais, da cultura e da tradição; do outro lado, os poemas, contos e romances (e outras narrativas), projetam as figuras dos velhos, seus discursos e conselhos, como se quisessem afirmar o lugar dos anciãos nos comunidades africanas. O duplo movimento afirma

[a]s culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre a 'nação', sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas estórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. (Hall, 2006, p. 51).

Pela perspectiva de Hall, a narrativa oral da ancestralidade, transmitida pelos mais velhos, a cultura e tradição contida afirmam os sentidos de nação construídos a partir das comunidades africanas. Os sentidos – construídos ao longo de séculos e milênios de vivência comum-, atuam como elo invisível das composições nacionais, projetando o passado no presente, o antigo no agora e maquinando a base e estruturas das identidades nacionais contemporâneas. De acordo com Fonseca

as literaturas africanas de expressão portuguesa desenvolveram mecanismos para recuperar uma tradição que fora sufocada pelo colonialismo. Entre eles, identifica-se a acentuada tendência de retomarem as representações do velho, o guardador da memória do povo, e com ela compreender peculiaridades da cultura ancestral evidenciada em projetos de nação e de nacionalidade, assumidos como plataforma das lutas pela independência, nos espaços africanos de língua portuguesa. (Fonseca, 2003, p. 63).

Fonseca enfatiza a representação do velho nas literaturas africanas de língua portuguesa como mecanismo de enfrentamento do apagamento das tradições locais perpetrado pela colonização portuguesa. É como se o literato contemporâneo, combativo do esquecimento das tradições e sócio na construção das identidades nacionais projetasse nos velhos um símbolo e uma memória das comunidades representadas. Cooptar a memória dos velhos e projetar o ícone deles figura, portanto, como exercício de resistência contra a aculturalização e o esmaecimento das identidades locais do continente africano.

Este movimento em direção a memória e ícone dos mais velhos pavimentou a relação das Literaturas africanas de língua portuguesa e as narrativas orais guardadas e comunicadas pela memória antiga do povo africano. Mais das vezes, os autores contemporâneos não apenas projetam o papel central dos anciões nas comunidades africanas, como também remontam as histórias por eles contadas. Os autores prospectam a memória local projetada pelas narrativas da oralidade e faz dela matéria dos enredos ficcionais produzidos. De acordo com Ana Mafalda Leite,

Esta tradução das oralidades realizada na matéria da língua, trabalhada, mais ou menos involuntariamente, como corpo oficial e compósito de fragmentos de ritmos e formas, irá regular a sintaxe e a discursividade literária de modo inovador e surpreendente. (Leite, 1998, p. 35).

Leite, referindo a apropriação da memória como “tradução”, defende a intervenção fundamental da oralidade na composição das literaturas africanas de língua portuguesa. De um lado, a oralidade interfere na sintaxe da língua e da composição literária; do outro lado compõe o escopo narrativo dos enredos, impondo-se como matéria fundamental do fazer literário. Com isso, pode afirmar que a prospecção da memória e da oralidade, mais que recurso estilístico e narrativo, tem a função política de inserir o povo e seus modo de comunicação no esteio do texto literário.

As literaturas africanas de língua portuguesa, sobretudo aquelas produzidas no pós - colonialismo e na sequência das guerras civis pela disputa de território e poder incidem sobre a narrativa dos mais velhos como meio de reconstituir pela memória uma África anterior a colonização

e a guerra. O texto literário projeta a memória de um tempo sem a presença do colonizador perverso e sem o trauma dos sucessivos conflitos protagonizados no continente.

A oralidade serve, pois, a este exercício de reconstrução do continente. A história do avô e do neto, da mãe e filha, das memórias antigüíssimas de tradições e ritos projeta a África ainda não invadida e, portanto, menos alijada (quer seja pela exploração, quer seja pela guerra). Em boa parte destes enredos, os mais velhos conduzem os mais novos, pelos ritos mantidos na tradição oral, para a manutenção de costumes e valores ameaçados de esquecimento ou, caso muito mais grave, de completa extinção.

#### **4. O velho e o novo: memória e ancestralidade “Nas águas do tempo”**

O conto “Nas águas do tempo”, do escritor moçambicano Mia Couto, alinha um homem novo – representante das gerações mais novas –, e um ancião referência da ancestralidade. Velho e novo figuram tangidos por sua posição social e entrecortados por um processo intenso de troca de experiência. O velho caminha para a ancestralidade imaterial e prepara o neto para ocupar seu lugar social, transmitindo a ele sua visão de mundo, sua experiência de vida, sua sabedoria e, mais emblemático, a ciência de um portal de contato entre os vivos e a ancestralidade.

Do ponto de vista estrutural, a obra projeta um narrador em primeira pessoa, como preconizado na literatura canônica ocidental, sobreposto a um “contador de história” colocado nas entrelinhas da narrativa. O narrador canônico posiciona-se na escrita como aquele competente para contar uma “estória literária”; o “contador de história” se insinua na narrativa da contação da história, como aquele compelido a narrar, pela oralidade, uma história exemplar, na qual é protagonista. O complexo proposto por Mia Couto contrapõe o narrador literário ao contador história para enfatizar a narrativa popular como base da história narrada e refletir a transição do texto oral para o escrito.

Do ponto de vista narrativo, o conto incide sobre um neto e um avô, ambos inominados, envolvidos num processo de transição social entre o novo e o velho. De um lado, o conto projeta o velho ancestral detentor de uma sabedoria antiga e fundamental para a comunidade; do outro lado, a narrativa incide sobre o homem como aprendiz da sabedoria ancestral da comunidade. Entre eles, uma transição marcado pelo miraculoso e fantástico – o velho caminha para a ancestralidade imaterial, enquanto

o novo assume o lugar de ponte entre o contemporâneo e a memória antiga do lugar.

#### **4.1 O escritor e o contador de história: oralidade e escrita “*Nas águas do tempo*”**

O conto “*Nas águas do tempo*” (2012), publicado por Mia Couto no Livro “*Estórias Absenhadas*”, inicia uma história denotando um movimento anterior. Um narrador inominado projeta o discurso em primeira voz sem dizer mais de si, do lugar onde morava, da comunidade alocada, do tempo narrado. No ato, o homem, como se continuasse uma história anterior, ou como se tomasse a voz numa roda de conversa projeta a memória do seu avô e do ritualístico ato de lançar o barco no rio e descer até certo lugar misterioso. Diz o narrador:

Meu avô, nesses dias, me levava rio abaixo, enfilado em seu pequeno concho. Ele remava, devagaroso, somente raspando o remo na correnteza. O barquito cabecinhava, onda cá, onda lá, parecendo ir mais sozinho que um tronco desabandonado (Couto, 2021, p. 9).

A conjugação dos verbos no pretérito perfeito (levava, remava, cabecinhava) indica a narrativa como história antiga, o recurso da memória como um instrumento de reposição da sabedoria antiga. O recurso cou-tiano projeta o narrador como um memorialista que prospecta e projeta um dado ancestral e exemplar. O homem se apresenta como um código da memória local e este dado confere à narrativa do avô, do barco e do rio o lugar de dado antigo, esteio fundamental daquele meio social.

Neste movimento outro dado se levanta. De um lado, o livro como mídia e a literatura escrita como meio de projeção indica a narrativa na condição de conto literário ao modo mais tradicional; do outro lado, o discurso no pretérito perfeito, a projeção do memorialista e do rito da contação comunitária da história projetam a ancestralidade, a memória e oralidade em destaque no conto em tela. Com isso o livro, o código escrito e o gênero literatura prospecta a memória e a oralidade para projetar a ancestralidade africana. De acordo com Fonseca,

Na obra ficcional e poética, Mia Couto problematiza essas questões, na insistência da tematização do ato de escrever, na construção das personagens que transitam entre os espaços da oralidade e da escrita, que se utilizam da escrita para possibilitar o conhecimento do leitor sobre a diversidade cultural moçambicana e na representação intelectual deste lugar, isto é desse entre-lugar de fronteira, é que a enunciação do escritor africano assume a tensão colocada no texto de Coetzee. Da margem, criando condições enunciativas para a voz daqueles margem,

os africanos, mas também os que na África são marginalizados, Mia Couto produz uma escrita expandida que consegue abraçar as falas de outros espaços marginalizados do mundo (Fonseca, 2008, p.16).

Para Fonseca, a escrita de Mia Couto corporifica a oralidade como dado fundamental de produção. A narrativa coutiana, como isso, institui as narrativas do povo como dado fundamental do povo moçambicano, além de visibilizar o povo mais marginalizado de Angola. Com isso, as histórias populares daquele povo, produzidas pela ancestralidade e transpostas pela memória, torna-se matéria literária para afirmar a tradição e a identidade local.

“Nas águas do tempo” projeta-se como um conto da literatura canônica tradicional e veicula-se por meio da escrita e do livro, contudo, a base de sua narrativa é a oralidade e o modo tradicional como se contam as histórias da tradição no interior de Moçambique. De um lado, o conto enfatiza o narrador como um homem do povo e o rito da contação de história; do outro lado, a história narrada remonta uma história do povo, de caráter exemplar e que restitui o rito de passagem entre o velho e o novo.

O narrador, tal qual seus antepassados, condiciona-se um memorialista e projeta a história espetacular. Antes de ser o sucessor do avó, como projetado no centro de “Nas águas do tempo”, o homem é um contador de história e importante elo entre a memória do lugar e os homens e mulheres das novas gerações. Com isso, o conto enfatiza um dado sensível da formação social de Moçambique – a oralidade, a escuta, o memorialista. Conforme José de Souza Lopes

Uma das características mais marcantes desta comunidade chamada Moçambique é a de ela possuir traços extremamente fortes de oralidade, que parecem configurar uma cultura essencialmente acústica. Designo por cultura acústica a cultura que tem no ouvido, e não na vista, seu órgão de recepção e percepção por excelência. (Lopes, 2003, p.265-266).

De acordo com Lopes, Moçambique – como também outros lugares de África – construiu ao longo do tempo uma tradição da oralidade firmada sob o ato da narrativa conselheira – memorialista e da prática da escuta. No contexto, funda-se o paradigma – ouvir para aprender e aprender para ensinar falando. Entre eles, portanto, a narrativa oral e a escuta dela é rito social de grande valor, relacionado a formação e a instrução.

A história de “Nas águas do tempo” corrobora mais esta perspectiva. O velho e o novo estão inseridos dentro de um núcleo familiar estruturado e dentro de uma comunidade delimitada. Isto é: o narrador enfatiza no entorno de si toda uma estrutura social em tudo marcada pelo



unidade, tradição e costume. Neste sentido:

O *namwetxo moha* era o fantasma que surgia à noite, feito só de metades: um olho, uma perna, um braço. Nós éramos miúdos e saíamos, aventureiros, procurando o moha. Mas nunca nos foi visto tal monstro. Meu avô nos apoucava. Dizia ele que, ainda em juventude, se tinha entrevistado com o tal semifulano. Invenção dele, avisava minha mãe. Mas a nós, miudagens, nem nos passava desejo de duvidar (Couto, 2012, p. 11).

“Nas águas do tempo” restitui, pela memória do narrador, a vivência comunitária com mãe, avô e demais adolescentes. O homem recobra a narrativa do fantasma feito de metades de aparecimento noturno e a dúvida sobre a existência concreta delas. A mãe e o avô – como fotos esmaecidas – se divisam entre o conselho mais racional e aventureiro, além de protagonizarem oposição acerca da existência da entendida aterradora.

Este prisma da narrativa oral da comunidade estará concluído quando o conto se ocupa de projetar o grande mistério. O narrador remonta as incursões dele e do avô pelo rio até o lago da comunidade. A marcha era sempre realizada com frequência certa, sempre aportados no barco, o velho e o novo sem objetivo ou propósito definido, muito menos o de pescar, posto “a rede ficava amolecendo o assento” (Couto, 2012, p. 09), enquanto ambos navegavam pelas águas doces do vilarejo. A incursão era sempre reprimida pela genitora:

Em casa, minha mãe nos recebia com azedura. E muito me proibia, nos próximos futuros. Não queria que fôssemos para o lago, temia as ameaças que ali moravam. Primeiro, se zangava com o avô, desconfiando dos seus não propósitos. (Couto, 2012, p. 11).

É esta incursão certa e contínua do velho e do novo pelo rio parte de uma narrativa fundamental para a comunidade local. No decurso do tempo, o velho conduz o novo para a assimilação de uma sabedoria fundamental para ambos e para o povo conterrâneo. Isto é: a viagem de barco pelas águas tranquilas do rio e do lago guarda e faz avançar uma sabedoria crucial e exemplar que faz replicar no presente a memória dos velhos e a tradição do passado no tempo contemporâneo.

O homem velho guarda consigo a sabedoria construída pela ancestralidade. Certamente apreendera tudo com um homem mais velho, quando ainda era jovem, muito tempo atrás. Agora, tempo de sua partida, do mundo físico e material, obriga-se, pela força da tradição, a ensinar o aprendido para manter intacto a memória e a tradição da ancestralidade.

## 4.2 Do velho para o novo “Nas águas do tempo”

A marca social fundamental de “Nas águas do tempo” é a aparição, em paralelo do neto e avô. Inominado, ambos representam velhos e novos da comunidade no contexto exercício de aprendizagem e sucessão no ciclo infindo de nascimento e morte. O velho, com a vida já prolongada e apropriado das narrativas e sabedorias ancestrais do lugar instruir o neto para assumir seu lugar como elo entre a memória ancestral e o contemporâneo. A narrativa começa com a caracterização física e espiritual do velho:

O velho sorria. Os dentes, nele, eram um artigo indefinido. Vovô era dos que se calam por saber e conversam mesmo sem nada falarem. [...] Eu me admirava da sua magreza direita, todo ele musculíneo. O avô era um homem em flagrante infância, sempre arrebatado pela novidade de viver. (Couto, 2021, p. 9 - 10).

O ancestral, pela perspectiva do narrador, figura misterioso e detentor de uma sabedoria particular do indivíduo já fronteiro entre o presente e o passado. O narrador destaca o homem que comunica pela expressão, sem nada falar, como se a velhice, os cabelos talvez brancos, a postura talvez curvada, o tom de voz talvez envelhecido instituisse uma autoridade imanente.

A velhice figura, então, na narrativa coutiana como ponto privilegiado da existência humana: o homem nasce, vive em estado de desenvolvimento e aprendizagem comunitária e, ao contrário de se aproximar do fim, incute sabedoria e torna-se ponte entre os mais jovens e a memória e conhecimento ancestral construído pela comunidade.

A narrativa soergue o velho para a ponta da hierarquia social. É ele, inequivocamente, que orienta e guia o mais novo pela direção correta, sempre postado um passo à frente. Esta posição de privilegio do ancestral fica ainda mais enfatizada a partir da condição da “flagrante infância” e “novidade do viver”. A narrativa engendra a proposição antitética da velhice transversalizada pela infância e do retorno da novidade para afirmar o velho arquétipo da potência, da experiência e da satisfação pela e com a vida. Conforme Fonseca,

A partir das literaturas africanas de língua portuguesa e dos mecanismos por elas desenvolvidos para recuperar uma tradição que fora sufocada pelo colonialismo, é possível identificar uma acentuada tendência de **se retomarem as representações do velho, o guardador da memória do povo, e com elas compreender peculiaridades da cultura ancestral**, tal como se evidencia em projetos de nação e de nacionalidade, assumidos como plataforma das lutas pela independência, nos

espaços africanos de língua portuguesa (Fonseca, 2003, p.63, grifo nosso).

O velho de Mia Couto é como descrito em Fonseca. De um lado, figura detentor de uma sabedoria particular, homem de visão privilegiado e conselho certo; de outro lado, conserva-se nele o elo entre o povo contemporâneo e as ancestralidades, sua memória e tradição. O homem transmuta-se em códice e faz-se repositório da memória e ancestralidade do povo subjacente.

Do lado velho está o novo (o mesmo homem que narra a história em primeira pessoa. A distância, o homem narra-se um “menino miúdo” sob a orientação do avô. Entre eles prosperava uma relação pedagógica de ensino e aprendizagem: “Meu avô, **nesses dias, me levava rio abaixo, enfilado em seu pequeno concho**” e “Antes de partir, o velho se debruçava sobre um dos lados e recolhia uma aguinha com sua mão em concha. **E eu lhe imitava.** — Sempre em favor da água, nunca esqueça! (Couto, 2021, p. 09 – 10, grifos dos autores). Conforme Afonso,

Os contos estão povoados de **velhos e de crianças**. Mia Couto prende-se a estas personagens porque elas têm uma visão singular do real, atribuindo-lhe dimensões inesperadas. O ancião, depositário da memória da tribo e da sabedoria africana, lembrando os mitos fundadores, medita sobre questões que dizem respeito à dignidade humana. [...] O autor estabelece laços de profunda solidariedade entre os velhos e as crianças. **Estas devem criar um mundo novo, fundado sobre os valores africanos que aprendem com os avós.** [...] As crianças são os heróis de muitos contos, onde as várias cenas representadas e o discurso estão impregnados e uma poesia tocante. (Afonso, 2004, p. 375-376, grifos nosso).

O texto de Afonso indica a representação das novas gerações como uma marca incisiva da narrativa coutiana. É esta nova geração a responsável por resgatar os valores do passado, a memória ancestral, a sabedoria antiga e a tradição e construir, a partir daí, um novo velho-mundo, tangenciado pela contínua imposição do novo, mas ligado à tradição e à memória antiga. O jovem projetado na narrativa de Mia Couto esta, pois, sempre neste limiar entre o novo anunciado e o velho construído e passado, sob a orientação dos mais velhos.

“Nas águas do tempo” narra o jovem e a orientação para a vida a partir da já referida incursão do avô e do neto pelo rio e lago da comunidade. Os homens sucedem, vez após vez, a passagem pela água no processo gradativo de assimilação e aprendizagem. O ritual vai aos poucos se revelando para o homem mais novo, na medida em que ele compreende os mistérios gradativamente apontados pelo avô. De acordo

com o narrador:

Depois viajávamos até ao grande lago onde nosso pequeno rio desaguava. Aquele era o lugar das interditas criaturas. **Tudo o que ali se exhibia, afinal, se inventava de existir. Pois, naquele lugar se perdia a fronteira entre água e terra.** Naquelas inquietas calmarias, sobre as águas nenufarfahudas, nós éramos os únicos que preponderávamos. Nosso barquito ficava ali, quieto, sonecendo no suave embalo. **O avô, calado, espiava as longínquas margens.** Tudo em volta mergulhava em cacimbações, sombras feitas da própria luz, fosse ali a manhã eternamente ensonada. **Ficávamos assim, como em reza, tão quietos que parecíamos perfeitos.** (Couto, 2012, p. 10, grifos nosso).

A condução do velho leva o neto à compreensão dos mistérios envoltos no rio e no lago: O avô – um passo à frente –, parece dominar o mistério do lugar e observa – contemplativo para a outra margem do lugar, onde observa dados dele já conhecidos; o neto, um passo atrás, apenas suspeita do simbolismo do lugar. A representação de Couto resgata

O simbolismo do rio e do fluir de suas águas é, ao mesmo tempo, o da possibilidade universal e o da fluidez das formas (F. Schuon), o da fertilidade, da morte e da renovação. O curso das águas é a corrente da vida e da morte [...] ou a travessia de uma margem a outra. (Chevalier; Gheerbrant, 2012, p. 780).

A narrativa de Mia Couto recobra o simbolismo do rio e da fluidez da água para reportar a passagem do tempo entre as gerações de um povo. O rio é a imperatividade da passagem do tempo sobre as pessoas e a obrigatória sucessão entre os velhos e os novos em ciclos sucessivos. A forma como o rio conduzia o barco com neto e avô e a mesma forma como o tempo tangia ambos ao longo da vida e pela passagem dos ciclos.

Entre o rio e a margem uma fronteira se colocava imponderável. Do lado de cá do rio, o lugar dos viventes e de tudo que fosse matéria; do lado de lá da margem coloca-se a ancestralidade imaterial e intangível. Entre os dois espaços os mais velhos transitam como poderosos embaixadores da ancestralidade no presente e do presente na ancestralidade. É este dado invisível e imaterial o objeto do inquérito do neto:

De repente, meu avô se erguia no concho. Com o balanço quase o barco nos deitava fora. **O velho, excitado, acenava. Tirava seu pano vermelho e agitava-o com decisão. A quem acenava ele? Talvez era a ninguém. Nunca, nem por instante, vislumbrei por ali alma deste ou de outro mundo. Mas o avô acenava seu pano.** — Você não vê lá, na margem? Por trás do cacimbo? Eu não via. Mas ele insistia, desabotoando os nervos. — Não é lá. É láááá. **Não vê o pano branco, a dançar-se? Para mim havia era a completa neblina e os**

**receáveis aléns, onde o horizonte se perde.** Meu velho, depois, perdia a miragem e se recolhia, encolhido no seu silêncio. E regressávamos, viajando sem companhia de palavra. (Couto, 2012, p. 10-11, grifos nosso).

O avô – irredutível – anuncia a visagem dos panos brancos e agita um outro, de cor vermelha, em resposta. O neto – ao seu turno – ignora por completo os panos aludidos, não obstante as enfáticas indicações do parente mais velho. Na direção alegada o mais apenas enxergava neblina e mais escuridão, como se o velho estivesse de fato equivoocado.

Um dia o velho sentenciou a margem como local de reserva dos homens de todos os tempos e determinou: “o primeiro homem nasceu de uma dessas canas” (Couto, 2012, p. 10). O logradouro era, pois, lugar de homens nascidos e morridos desde o tempo mais imemorial até o tempo presente. Nele não se podia entrar vivente como disse enfaticamente o avô, quando o neto quis “espreitar os pântanos [...] subir à margem, colocar pé em terra não firme” (Couto, 2012, p. 10). Mais adiante o velho explicaria os panos brancos somente por ele vistos:

nós temos olhos que se abrem para dentro, esses que usamos para ver os sonhos. O que acontece, meu filho, é que quase todos estão cegos, deixaram de ver esses outros que nos visitam. Os outros? Sim, esses que nos acenam da outra margem. E assim lhes causamos uma total tristeza. Eu levo-lhe lá nos pântanos para que você aprenda a ver. Não posso ser o último a ser visitado pelos panos. (Couto, 2012, p. 10).

O homem mais velho esclarece sobre os viventes cegos para aqueles visitantes. Enxergar os panos era pressentir os outros imateriais alocados na margem do lado e afirmar a memória ancestral do lugar. Cabia ao mais novo compreender a sacralidade do espaço e aprender a enxergar os ancestrais habitantes da outra margem. Esta aprendizagem viria logo:

E saltou para a margem, me roubando o peito no susto. O avô pisava os interditos territórios? Sim, frente ao meu espanto, ele seguia em passo sabido. A canoa ficou balançando, em desequilíbrio com meu peso ímpar. Presenciei o velho a alonjar-se com a discrição de uma nuvem. Até que, entre a neblina, ele se declinou em sonho, na margem da miragem. Fiquei ali, com muito espanto, tremendo de um frio arrepiado. Me recordo de ver uma garça de enorme brancura atravessar o céu (Couto, 2012, p. 10).

O conto precipita o fim. O velho, na derradeira incursão, desce do barco e caminha para o território proibido e homizia-se na margem dos panos brancos. A ida em sua volta e o mais velho torna-se repentinamente parte do grupo outrora visitado. O neto, aturdido observa o avô

desaparecer na margem dos homens mais antigos e ancestrais. O narrador enfatiza:

Foi então que deparei na margem, do outro lado do mundo, o pano branco. Pela primeira vez, eu coincidia com meu avô na visão do pano. Enquanto ainda me duvidava foi surgindo, mesmo ao lado da aparição, o aceno do pano vermelho do meu avô. Fiquei indeciso, barafundado. Então, lentamente, tirei a camisa e agitei-a nos ares. E vi: o vermelho do pano dele se branqueando, em desmaio de cor. Meus olhos se neblinaram até que se poentaram as visões (Couto, 2012, p. 14).

Encerrava-se aquele ciclo: velho caminhava para a eternidade ancestral e assumia agora o pano branco dos habitantes da margem do rio; o novo, por sua vez, tomava o lugar do velho na canoa e fez para si o pano branco com o qual passou a saldar os velhos ancestrais da margem.

## **Considerações finais**

O capítulo buscou investigar o conto “Nas águas do tempo”, do escritor moçambicano Mia Couto, a partir da relação entre o enredo literário, a memória e a ancestralidade do povo africano. Partiu-se da tese de que o conto recobra a oralidade marcante em África e Moçambique, e restitui a relação do povo local com a memória coletiva, a tradição e a ancestralidade.

A pesquisa investigou o conceito de ancestralidade e memória. Por ancestralidade entende-se como sendo os dados imateriais transpostos através do tempo e corporificada no presente nos homens mais velhos, verdadeiros códices da organização comunitária; a memória, mais difusa, seria o conjunto de narrativas, histórias, fatos e tradições guardadas e cíclicamente transmitidas e transmutadas através das gerações. Portanto, memória e ancestralidade compõem dois lados de uma mesma moeda, sempre complementando-se.

Ficou provado ao longo do artigo a simulação dada por Mia Couto do narrativa oral popular em Moçambique. O narrador literário é franco símile do narrador oral que reúne a comunidade em torno de si para narrar as histórias ancestrais, de carácter exemplar e fundadora de identidade e pertencimento. O escritor, portanto, prospecta e projeta a tradição da oralidade em Moçambique para demarcar a posição local e popular do conto em tela.

A história narrada busca reconstituir a relação profícua entre as gerações mais novas e os homens mais velhos, estes mais ligados à ancestralidade, a partir da projeção do neto e do avô protagonistas do conto.

Inominados, o velho e o novo são representações das gerações que se sucedem entre a jovialidade e a velhice ciclicamente. Também simbólica é a incursão de ambos pelo rio da comunidade, até chegar no lago, como forma de demarcar o passar do tempo pelos homens, transmutando-os e impondo entre eles inexorável ascensão e sucessão.

No fim de cada incursão ambos chegavam onde havia a margem dada como fronteira entre o mundo material e imaterial. Do lado de cá ficavam os viventes ainda ligados à vida comum; do lado de lá, ficavam os ancestrais, lembranças dos homens tão velho quanto o mundo, aos quais somente o avô tinha acesso por meio do seu pano branco. O neto nada via e deixava-se aprender os mistérios do contato com a ancestralidade alocada no lado oposto do rio e da vida.

Na última incursão, o velho deixa o barco e torna-se morador da margem dos homens velhos. O avô deixa, simbolicamente, o plano físico para tornar-se ancestralidade e memória no território das 'criaturas interditas'. O neto conflui para a sucessão cíclica, toma o lugar do ancestral no barco e passa, ele, a agitar um pano branco em resposta ao pano do avô que tornara-se vermelho no lado de lá do rio. O sucessor afirma:

Enquanto remava um demorado regresso, me vinham à lembrança as velhas palavras de meu velho avô: a água e o tempo são irmãos gémeos, nascidos do mesmo ventre. E eu acabava de descobrir em mim um rio que não haveria nunca de morrer. A esse rio volto agora a conduzir meu filho, lhe ensinando a vislumbrar os brancos panos da outra margem. (Couto, 2012, p. 14)

O novo tornou-se velho pela compreensão do peso da ancestralidade e da memória. A narrativa projeta o ciclo de transição entre o velho e o novo e a manutenção da relação das novas gerações com a memória e a ancestralidade. O homem novo não apenas assumiu o lugar do avô na missão de agitar a bandeira para os ancestrais do outro lado da margem, como também preparava um sucessor - o filho – para a sucessão – mantinha-se os elos com a memória e a ancestralidade.

## Referências

Afonso, M. F. *O conto moçambicano: escritas pós-coloniais*. Lisboa: Caminho, 2004.

Bergson, H. *Memória e vida*. Trad. Cláudia Berliner. 2.ed. São Paulo: Ed. WMF Martins Fontes, 2011.

Chevalier, J.; Gheerbrant, A. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2016.

Couto, M. *Nas águas do tempo*. In: Couto, M. *Estórias abesenhadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Fonseca, M. N. S. *Mia Couto: Espaços ficcionais*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

Fonseca, M. N. S. Velho e velhice nas literaturas africanas de língua portuguesa contemporâneas. In: Barbosa, M. J. S. (Org.). *Passo e compasso: nos ritmos do envelhecer*. Porto Alegre: Ed.Pucrs, 2003. p. 87-103.

Hall, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

Izquierdo, I. Memórias. *Revista Estudos Avançados*. São Paulo, vol.3, nº6, p.89-112, 1989.

Le Goff, J. *História e memória*. 2.ed. Campinas-SP: Ed.Unicamp, 1992.

Leite, A. M. *Oralidades e escritas nas literaturas africanas*. Lisboa: Colibri, 1998.

Lopes, J. de S. M. Cultura acústica e cultura letrada: o sinuoso percurso da literatura em Moçambique. In: Leão, Â. V.(Org.). *Contatos e ressonâncias: literaturas africanas de língua portuguesa*. Belo Horizonte: PU-C-Minas, 2003. p. 41-72.

Nunes, S. D. M. *A milenar arte da oratura angolana e moçambicana: aspectos estruturais e receptividade dos alunos portugueses ao conto africano*. Porto: Centro de Estudos Africanos, Universidade do Porto, 2009.

Oliveira, D. E. de. *Filosofia da ancestralidade: corpo e mito na filosofia da educação brasileira*. Curitiba: Editora Gráfica Popular, 2007.

Oliveira, E. D. de. Filosofia da ancestralidade como filosofia africana: educação e cultura afro-brasileira. *Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*. Vol.18, nº18, p. 28-47, out. 2012.

Padilha, L. C. *Entre voz e letra: o lugar da ancestralidade na ficção angolana do século XX*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2007.

Santos, I. da S.; Timbane, A. A. *A identidade linguística brasileira e portuguesa: duas pátrias, uma mesma língua?* Curitiba: Appris, 2020.

Sodré, M. *O terreiro e a cidade: a forma social negro-brasileira*. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia, 2002.



# A LINGUAGEM COMO ELEMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE MOÇAMBICANA NA OBRA “TERRA SONÂMBULA” DE MIA COUTO

*Rute Souza Silva*

## **Introdução**

A literatura, enquanto elemento artístico, utiliza-se da palavra como elemento de expressão de ideias, sentimentos que partem do mundo real para o imaginário. A palavra, por sua vez é a ferramenta que possibilita a comunicação entre os seres humanos, carregando em muitas vezes a autoridade, a afirmação e orientação das normas de ser e de estar em sociedade. Assim, enquanto parte constitutiva de nossa identidade, a língua materializada pelas palavras e pela escrita ou pelo sinal, é, por sua vez, imbuída de reflexos de nossas experiências e vivências inseridas em contexto da cultura. A língua só faz sentido quando estiver relacionada à cultura. Portanto, o contexto em que estamos inseridos, o que inclui nossa raça, gênero, classe social e idade, por exemplo, se revela notoriamente em nossa seleção linguística e cultural.

Em África, devido a exploração cultural (processo de aculturação ocidental) sofrida através da colonização durante vários séculos, a língua se põe como elemento de perseguição dos colonizadores (opressores) sob os colonizados (oprimidos). Assim, os europeus foram impondo toda a sua cultura e junto a ela a sua língua, realizando, desse modo, o processo de apagamento das línguas africanas. A África tem mais de duas mil línguas (Petter, 2015) exercendo a função da transmissão da cultura, da oratura e dos modos de ser e de estar em sociedade. Ainda existe línguas ágrafas cujo o uso se baseia apenas na oralidade.

No entanto, a história nos revela que os africanos buscaram formas de resistir às imposições dos europeus, lutando sempre pelo direito de poderem assumir a sua identidade, a sua africanidade. Um dos instrumentos de luta por esse direito foi a literatura, já que é sabido, que a arte, para além de seu potencial estético, promove grandes reflexões e impactos nas pessoas. Assim, a literatura se consolidou como forma

de resistência às mazelas impostas pelo sistema colonizador. Dentre a literatura moçambicana que contribuiu para consciência de luta colonial se destaca os trabalhos de Noémia de Souza, José Craveirinha, Rui de Noronha, Marcelino dos Santos entre outros.

A língua é, de acordo com Timbane e Santos (2020, p.307) “um bem imaterial que funciona para os membros de uma determinada comunidade como fator determinante na construção da identidade individual e coletiva, que intuitivamente os identifica e os localiza dentro do grupo de pertencimento”. Desse modo, o estudo de “Terra sonâmbula” de Mia Couto permite compreender da dimensão socio-histórica moçambicana, no sentido de que ela se perfaz na apropriação da língua portuguesa de maneira a tornar possível nela a expressão da cultura desse povo, tecendo-se assim como um elemento de afirmação da identidade moçambicana.

Em “Terra Sonâmbula” de Mia Couto a linguagem é um artefato digno de uma análise minuciosa, tendo em vista que o autor, embora escrevendo em língua portuguesa, utiliza-se desse código linguístico para expressar toda uma identidade moçambicana. Desse modo, cabe o seguinte questionamento: Como é revelada a identidade linguística moçambicana através da construção literária de Mia Couto em “Terra Sonâmbula”? Tal questionamento nos leva a refletir sobre as seguintes hipóteses: A linguagem utilizada pelos personagens em “Terra Sonâmbula” contribui para o processo de construção identitária de seus personagens uma vez que eles involuntariamente utilizam-se de expressões que a evidenciam; “Terra Sonâmbula” revela a importância da língua como elemento identitário, pois, embora pelo sistema de colonização se tenha buscado o apagamento dessa marca identitária, ela ainda assim se perpetuou.

O presente capítulo parte dessa inquietação em compreender e analisar como a língua materializada no romance “Terra Sonâmbula” de Mia Couto foi utilizada de maneira a permitir um encontro com a cultura e tradição moçambicana, o que resulta em uma obra de valorização e propagação cultural, bem como de resistência. Tecemos, assim, uma análise de fragmentos de textos, na busca de identificar expressões e palavras que remetam ao universo cultural moçambicano, demarcando que o universo vocabular de um povo nasce e renasce através da influência de um contexto sociocultural, e também é responsável por demarcar uma identidade cultural.

A primeira seção objetiva traçar uma discussão a respeito da identidade cultural que se forma a partir dos processos vividos por uma determinada comunidade. Na segunda seção, partindo dessa mesma

perspectiva, dialogamos um pouco sobre a língua como elemento crucial na demarcação de nossa identidade. Na terceira seção abordamos sobre o diálogo existente entre cultura, identidade e literatura. Na quarta seção trazemos para o texto alguns fragmentos do romance nos quais constatamos que a identidade moçambicana se reverbera firmemente através da língua utilizada pelos personagens e narrador. E por fim, na última seção, apresentamos as considerações finais e em seguida as referências.

## **1 Implicações do contexto sociocultural na constituição da identidade**

No mundo moderno, o conceito de identidade é algo muito discutido. Esse debate acontece pelo fato de a identidade estar imersa num processo muito complexo, onde as diversas culturas encontram-se imbricadas e, por esse motivo, dão origem ao desafio de compreensão entre o que pertence numa determinada cultura ou o que pertence a outra. Assim, outro conceito que entra em cena é o de diferença, isto porque ao assumir determinada identidade, acontece o processo de exclusão de uma outra, o que nos permite dizer que somos diferentes desse ou daquele outro. Silva (2000) defende que a identidade é exatamente o ponto que nos diferencia, o ponto em que se origina as diferenças. Para Hall (2000, p. 44) “as identidades, concebidas como estabelecidas e estáveis, estão naufragando nos rochedos de uma diferenciação que prolifera”. Assim,

a identidade e a diferença têm que ser ativamente produzidas. Elas não são criaturas do mundo natural ou de um mundo transcendental, mas do mundo cultural e social. Somos nós que as fabricamos, no contexto de relações culturais e sociais. A identidade e a diferença são criações sociais e culturais. (Silva, 2000, p. 76).

Desse modo, o jogo de identidades e diferenças diversas são construídas a partir de nossas relações em sociedade e, assim sendo, através dos processos históricos a que fomos submetidos. Nesse sentido, é possível afirmar que em uma sociedade, tal como a africana, vítima de um processo tão violento em relação ao apagamento de identidades, esse conceito ganha uma conotação ainda mais complexa, uma vez que o dilema se instala no processo de tentativa de recuperação de uma identidade roubada, estando imerso na cultura imposta pelo outro, é um processo bastante doloroso e injusto.

Assim sendo, a “identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e de

marcar a diferença não pode ser separado das relações mais amplas de poder [...]” (Silva, 2000, p. 81). Na condição de colonizador, a marcação da diferença em relação ao colonizado sempre foi um traço muito forte, a afirmação da diferença e distinção do que é do Europeu e do povo africano sempre foi demarcada com veemência, no sentido, de desvalorizar o que pertence ao povo africano, estabelecendo assim, uma relação escancarada de poder e conseqüentemente de dominação. Segundo Timbane e Santos (2020, p. 304):

[...] as configurações que afetam as identidades já existentes, tornando-as novas, recriadas e/ou (re)construídas implicam no processo de escolha e abandono das existentes, sendo que a sua produção está arraigada às situações nas quais se inserem os sujeitos. Isto quer dizer que quando inseridos em uma nova situação, o ator social se sujeita a uma nova adequação, por isso mesmo as identidades são sempre renovadas.

Desse modo, compreende-se que todas as sociedades sofrem influências diretas de outros povos, o que promove esse processo de (re) construção abordado por Timbane e Santos (2020). No caso da sociedade africana não foi tão simplesmente um processo de influência, mas de imposição, entretanto mesmo após a libertação de seus países das garras da colonização direta, estes ainda foram afetados diretamente pelos impactos da decolonização. Não é por acaso que Mia Couto, numa entrevista que aborda “a colonização do pensamento”<sup>1</sup>, defende que a África não está totalmente independente. Há outras formas de colonização sutis, camufladas que ainda colocam a identidade africana em risco. Todo esse processo da libertação (independência) total deságua numa crise de identidade e, desse modo, no surgimento de novas culturas.

Em “Terra Sonâmbula” de Mia Couto, essa crise identitária fica muito nítida, já que é possível perceber que, enquanto o velho Tuahir entra num processo de fuga cultural, o menino Muidinga faz o processo contrário, demonstrando necessidade de saber mais sobre o seu mundo cultural de origem. É interessante esse viés entre os dois personagens. Enquanto Muidinga se interessa pela identidade cultural bantu (que é essencialmente de tradição oral), Tuahir busca a identidade cultural do letramento, da cultura literária presente nas cartas. Isso só mostra que as gerações podem conviver de forma harmônica, uma tolerando e convivendo com outra. O importante é a proteção da identidade cultural (Timbane, 2016).

No caso de Tuahir a sua postura é compreensível, na medida em que ao fugir dos conflitos vivenciados na sociedade a qual pertencia, isto

1 A colonização do pensamento: <https://www.youtube.com/watch?v=CqCIHwtsU90>

é o contexto de guerra, busca um novo lugar onde possa firmar raízes e reconstruir a sua história, o que deságua também numa nova forma de conviver em sociedade, que afeta diretamente a vivência de seus costumes tradicionais. Compreensiva é também a inquietação de Muidinga por saber mais sobre seu passado, na medida em que, o ser humano precisa de sua cultura como ponto de partida para conduzir a sua vida em sociedade. A atitude insistente de Muidinga em conhecer a sua história demonstra essa necessidade humana de demarcar seu lugar no mundo, pois,

[...] a cultura não é apenas uma viagem de redescoberta, uma viagem de retorno. Não é uma *arqueologia*. A cultura é uma produção. Tem sua matéria-prima, seus recursos, seu *trabalho produtivo*. Depende de um conhecimento da tradição enquanto “o mesmo em mutação” e de um conjunto efetivo de genealogias. Mas o que esse *desvio através de seus passados* faz é nos capacitar, através da cultura, a nos produzir a nós mesmos de novo, como novos tipos de sujeitos. Portanto, não é uma questão do que as tradições fazem de nós, mas daquilo que nós fazemos das nossas tradições. Paradoxalmente, nossas identidades culturais, em qualquer forma acabada, estão a nossa frente. Estamos sempre em processo de formação cultural. A cultura não é uma questão de ontologia, de ser, mas de se tornar (Hall, 2011, p. 44, grifos do autor).

Assim, seguindo essa linha de raciocínio estabelecida por Hall (2011), é possível afirmar que compreender o nosso passado, a nossa história, é mais do que essencial para entendermos a nós mesmos. Portanto, Muidinga é assertivo em sua necessidade de fazer esse retorno à sua história, sendo assim, uma forma de se estabelecer o processo de auto (re)construção apontado por Timbane e Santos (2020), pois como está muito bem explícito na fala de Hall (2011), a nossa identidade cultural se estabelece nesse diálogo entre o passado, isto é a tradição, e as vivências do contexto em que vivemos, permanecendo, assim em contínuo processo de (re)construção.

A constituição da identidade é complexa e busca o pertencimento. Pensar na identidade é buscar a cultura de origem, da qual o sujeito faz parte. É a identidade que diferencia as pessoas, mas “a diversidade não pode ser negada ou silenciada como outrora foi. Onde ela era percebida como obstáculo ou resistência ao projeto de hegemonia tanto econômico como ideológico.” (Lisboa Filho; Silva, 2018, p.10). Toda a sociedade apresenta marcas, ritos e formas de ser e de estar em sociedade. Toda a sociedade tem regras e crenças que moldam as regras de convívio, por isso o diferente se torna intruso ou ainda estranho. Existe uma identidade nacional (o ser brasileiro), regional (o ser baiano) ou ainda local, tal como

fundamenta Pinheiro Lima (2018).

Não por acaso que Moreno (2014, p.7) define a identidade como sendo “uma categoria social discursivamente construída, expressa e percebida por diferentes linguagens: escritas, corporais, gestuais, imagéticas, midiáticas.” Desta forma, a identidade está no nível das representações, tem sempre que estar ligada a uma continuidade no tempo.

## 2. Língua e cultura na construção de um emaranhado chamado identidade

Definir cultura nunca foi um trabalho simples, dado o seu caráter fluído e plural, no entanto, compreendê-la é mais que necessário para traçar uma discussão acerca da língua, enquanto elemento de nossa identidade cultural. Desse modo, a cultura se perfaz nessa fluidez que predomina nas relações humanas, sendo, portanto, um emaranhado complexo.

Para Santos (2006, p. 8) “cultura diz respeito à humanidade como um todo e ao mesmo tempo a cada um dos povos, nações, sociedades e grupos humanos”. O conceito de Santos (2006) abre espaço para entendê-la como um processo que em seu interior está permeado pela multiplicidade e não pode ser entendida fora dela. De acordo com Hall (2011, p. 136, grifos do autor) “a cultura é esse padrão de organização, essas formas características de energia humana que podem ser descobertas como reveladoras de si mesmas [...] dentro ou subjacentes a *todas* as demais práticas sociais”. Assim, a cultura se coloca como lugar de manifestação das vivências sociais, isto é, um ponto de reverberação de nossas particularidades enquanto humanos. Ao abordar a cultura enquanto processo de criação Chauí (2009) nos instiga a pensar uma nova relação com a cultura entendendo-a como trabalho, e, desse modo, entendê-la

como trabalho da inteligência, da sensibilidade, da imaginação, da reflexão, da experiência e do debate e trabalho no interior do tempo é pensá-la como instituição social, portanto, determinada pelas condições materiais e históricas de sua realização (Chauí, 2009, p. 46-47).

Portanto, pensar em cultura, é pensar em significações, multiplicidade, pluralidade, não há como defini-la distante do seu potencial de fluidez. Embora, isso seja algo notório, os processos de colonização, enquanto movimento de busca pelo poder, o desconsidera completamente, o que permite o desconsiderar de todos os aspectos que constroem a identidade do outro, o colonizado. Assim, dos aspectos culturais que entram no jogo de demarcação de poder é a língua. Nesse sentido, ao

provocar o processo de apagamento de toda uma identidade, cultura e costumes africanos, a língua enquanto algo extremamente demarcador da identidade, sofreu um vasto processo de desvalorização ao ser forçosamente substituída pela língua do colonizador.

Assim, a literatura enquanto arte que permite refletir sobre os processos sociais e que utiliza a linguagem para fazê-lo, é uma importante ferramenta para a busca do entendimento desses processos. Nesse sentido, estudar a obra de autores africanos nos permite compreender os processos relacionados a linguagem que foram se delimitando a partir do período de pós-independência. Desse modo, ao buscar compreender estes aspectos na obra de Mia Couto, busca-se o entendimento da relação do escritor com a linguagem utilizada em seus escritos.

Segundo Cavacas (2006, p. 66) “a criatividade e a sensibilidade poética de Mia Couto revelam-se pelo recurso a cambiantes múltiplos da língua que proporcionam a fruição da palavra (re)construída”. Portanto, levando em consideração o que é apontado por Cavacas, é possível compreender que o uso que Mia Couto faz da linguagem em sua produção literária se revela como material potencialmente rico para análise dos jogos linguísticos que atravessaram a literatura africana construída a partir da língua portuguesa, mas que age na busca constante pela afirmação da cultura africana. De acordo com Timbane e Santos (2020, p.307):

A língua é um bem imaterial que funciona para os membros de uma determinada comunidade como fator determinante na construção da identidade individual e coletiva, que intuitivamente os identifica e os localiza dentro do grupo de pertencimento.

Desse modo, é possível afirmar que a língua é um dos elementos culturais que mais caracteriza o ser, já que no momento em que um determinado falante faz uso de sua linguagem, é possível reconhecer nela marcas que demarcam, por exemplo, sua idade, sexo, classe social, nível de escolaridade e lugar de origem, ou seja, a nossa linguagem denuncia nitidamente quem somos. Portanto, a língua se apresenta sempre como um bem que, como demarca Timbane e Santos (2020), nos identifica como pertencente a um determinado grupo ou cultura.

Bagno (2011) defende que a língua é o resultado de um processo histórico e cultural. Assim, a língua expressa pelos falantes através de sua oralidade/escrita condensa as experiências e os contextos pelos quais ele passou, são esses processos que dão origem a sua forma de falar que também é fluída e vai se alterando ao longo dos tempos, sendo assim,

a natureza essencialmente heterogênea das línguas é evidente: dois filhos de uma mesma família, por mais semelhanças que apresentem em seu modo de falar, também apresentarão diferenças devidas à trajetória cultural e social e à personalidade própria de cada um. (Bagno, 2011, p. 371).

Tal exemplificação construída por Bagno (2011) nos leva a compreender que a língua se edifica cotidianamente e, desse modo, pode-se compreender também que ela sofre interferência dos contextos em que estão vivendo os falantes. Nesse sentido, o português de Moçambique é de origem europeia e ao chegar no país sofreu grandes influências das línguas e culturas locais fazendo surgir a variedade. É uma língua oficial do país, porém convivendo com as mais de vinte línguas bantu, maternas para maioria do povo.

A oficialização do português por meio da Constituição (Moçambique, 1975; 2004) confirma a ideia de que ela é dos moçambicanos e já também não pertence ao colonizador, pois encontra interferências de uma resistência nítida da cultura tradicional moçambicana, ao que nos detemos no quarto tópico, a partir da análise de fragmentos retirados do romance “Terra Sonâmbula” de Mia Couto.

De acordo com Chauí (2006, p. 173) a linguagem é “a forma propriamente humana da comunicação, da relação com o mundo e com os outros, da vida social e política, do pensamento e das artes”. Desse modo, a linguagem condiciona as relações sociais e por meio dela se manifesta a cultura. Coelho e Mesquita (2013, p. 28) enfatizam que

a cultura não é resultado da ação isolada de um único indivíduo, mas de uma coletividade e se configura como sinônimo de criação, de aprendizagem e de cooperação. Ela é modificada e enriquecida continuamente, num processo coletivo.

Assim, a cultura se perfaz através da coletividade e, sendo a linguagem instrumento de comunicação entre os povos, compreendemos que a língua e a cultura são processos indissociáveis nos quais um influencia diretamente na construção e reconstrução do outro. O escritor faz o uso da língua e da escrita para poder revelar a arte literária. Conhecer uma ou várias línguas ajuda melhor na compreensão do mundo. As palavras carregam significados que podem ser compreendidos dentro do contexto social.

### **3. A cultura, a identidade e a literatura: relações de cumplicidade**

A arte é uma forma de expressão humana que nos possibilita re-verberar com intensidade e clareza os sentimentos e os contextos vividos.



Assim, através da arte o ser humano se reinventa a cada dia, buscando através dela o prazer e também usando-a como ferramenta de luta e expressão de medos, desejos, anseios. De acordo com Leite (2008) a arte nos possibilita transgredir, e ao explicar o processo de criação artística evidencia: “[...] ensaio pensar o processo de criação artística como um processo de registro. Registrar é reconhecer-se e compreender-se sujeito da história e da memória” (Leite, 2008, p. 32). Nesse sentido, é possível afirmar que a arte permite ao ser humano, em seu processo criativo e também de apreciação, o autoconhecimento, enxergar-se verdadeiramente, levando-o a compreender melhor seu contexto social, sua história, sua cultura e identidade.

Tendo em vista esse potencial nítido da arte, é que é possível afirmar com maior veemência que a literatura é uma expressão artística, que assim como tantas outras, reflete a sociedade e o contexto em que foi construída, assim, ela possui uma estrita relação com a perspectiva identitária e cultural. Assim, para Inácio (2008) os estudos acerca da literatura têm se encaminhado cada vez mais para um viés em que seja possível perceber a sua relação transdisciplinar e interdisciplinar, desse modo,

a relação entre Literatura e a Cultura, intrinsecamente ligadas e no cerne dessa questão, foi mergulhada nesse processo de tal forma que hoje a Literatura só pode ser compreendida levando em conta as diversas inter-relações que continuamente estabelece com outros objetos culturais e sociais e outras linguagens. (Inácio, 2008, p. 54).

A literatura, nessa perspectiva, só é compreendida a partir do momento que a confrontamos com o seu contexto de produção, isto significa também que ela é muito mais que palavras e ideias escritas em papel, ela é capaz de nos possibilitar um encontro com os ideais, a cultura, a identidade de um povo. As explanações de Inácio (2008), deixa claro a importância de levarmos em conta sempre a relação estrita existente entre a literatura e o contexto sociocultural em que uma determinada obra literária está inserida. Segundo Cândido (2006):

justamente porque é uma comunicação expressiva, a arte pressupõe algo diferente e mais amplo do que as vivências do artista. Estas seriam nela tudo, se fosse possível o solipsismo; mas na medida em que o artista recorre ao arsenal comum da civilização para os temas e formas da obra, e na medida em que ambos se moldam sempre ao público, atual ou préfigurado (como alguém para quem se exprime algo), é impossível deixar de incluir na sua explicação todos os elementos do processo comunicativo, que é integrador e bitransitivo por excelência (Cândido, 2006, p. 31).

As ideias expostas por Candido (2006) clarificam e reafirmam a ligação existente entre a arte – e dentro desse contexto, a literatura – e a cultura, pois não há como separar ambas uma da outra já que estão interligadas num processo contínuo de trocas, já que o artista que escreve recebe influências diretas de seu contexto sociocultural, bem como influencia diretamente na modificação deste. Assim, é possível também afirmar que no processo de construção, reconstrução e afirmação identitária a literatura, enquanto arte que se utiliza da palavra, se mostra também presente, pois, “a atividade do artista estimula a diferenciação de grupos; a criação de obras modifica os recursos de comunicação expressiva; as obras delimitam e organizam o público” (Candido, 2006, p. 33). Nesse sentido, a literatura atua por vezes como ferramenta de luta e de afirmação identitária.

#### **4. Buscando compreender “Terra sonâmbula” de Mia Couto**

O texto de “Terra Sonâmbula” envereda por uma linguagem e contexto que demarcam com clareza a construção de um imaginário que nos leva a descobrir a essência de Moçambique. A cada parágrafo da leitura nos aproximamos mais dessa atmosfera moçambicana através de uma linguagem que não é, notoriamente, o português do colonizador. De acordo com Timbane e Santos (2020, p.302):

As identidades linguística e cultural mesmo que tratadas ora como identidades à parte, ora como complemento uma da outra são reconhecidas como legitimadoras do sujeito como parte ativa da sociedade, bem como representantes de uma determinada cultura, grupo ou comunidade de pertencimento, sendo responsáveis por situar o ator social às suas referências linguística e cultural socialmente localizadas no tempo e no espaço respectivamente.

Em busca de atestar o que também foi afirmado acima por Timbane e Santos é que nos debruçamos nesta seção na análise de alguns trechos do romance, esmiuçando e demonstrando através do texto como a linguagem utilizada por Mia Couto em sua obra caracterizam uma cultura e identidade moçambicana, deixando claro, assim que a linguagem é um demarcador de identidades.

“Terra Sonâmbula” de Mia Couto é considerada uma das maiores obras africanas do século XX, vencedora inclusive de vários prêmios como o Prêmio Camões, em 2013. A história narrada no romance se passa no contexto de uma guerra civil em Moçambique no período pós-independência e conta a história do menino Muidinga e do velho Tuahir que o resgata e vivendo juntamente com o garoto uma história de fuga aos

conflitos impostos pela guerra.

Nesse contexto, a obra de Mia Couto, que é considerado na atualidade um grande autor de literatura moçambicana, se apresenta como poderoso elemento de análise, visto que sendo o autor moçambicano e contando uma história contextualizada ao ambiente político e sociocultural do seu povo, faz com que a sua escrita seja o reflexo do sentimento do seu povo e que perpassa a oralidade moçambicana, construindo-se nesse emaranhado entre a língua portuguesa e a africana.

#### **4.1 Caracterização da obra “Terra sonâmbula”**

A obra “Terra Sonâmbula” de Mia Couto se passa no contexto da guerra que assolou Moçambique um ano após a sua independência do colonialismo português. Tal guerra ocorreu devido ao fato de os moçambicanos ex-guerrilheiros da luta em favor da libertação não estarem contentes com a forma como estava sendo levado o governo de Moçambique sendo, pois, a favor de um regime mais democrático. Diante de tal insatisfação iniciam um novo conflito que durou 16 anos, trazendo grande sofrimento para a população rural e mais vulnerável. É nesse contexto de morte, fome, e migração de populações da zona rural para a urbana que Mia Couto constrói a história de Muidinga e do velho Tuahir.

Enquanto estão nesse processo de andança, em busca de fugir de todo esse caos desencadeado pela guerra, Tuahir e Muidinga vivem grandes aventuras. Um ponto marcante para o desenvolver da história é que logo no início dela o velho e o menino Muidinga se deparam com o ônibus com corpos carbonizados, ao retirá-los do veículo, o qual pretendem usar de abrigo, o garoto encontra uma mala junto a outro corpo fora do veículo, nela Tuahir se depara com um diário, os “cadernos de Kindzu”, no qual está relatada as aventuras do jovem Kindzu que estaria em busca dos naparamas, isto é, guerreiros tradicionais, que seriam para ele a única esperança para libertá-los do conflito instalado. Daí por diante a narrativa é intercalada pela história de Tuahir e Muidinga e as de Kindzu que são lidas com bastante curiosidade e empolgação pelo menino Muidinga.

A história é narrada em terceira e primeira pessoa, respectivamente, e é dividida em 11 capítulos e 11 cadernos, protagonizada por Muidinga que é acompanhado pelo velhor Tuahir, dentre outros 13 personagens nomeados como: Kindzu, Taimo, Junhito, Farida, Euzinha, Virginia, Romão Pinto, Gaspar, Estevão, Carolinda, Assane e Quintino.

O título da obra chama a atenção e já provoca as primeiras reflexões

em torno de seu contexto. Trazendo o adjetivo “sonâmbula” para caracterizar a terra, podemos considerar que Couto, diante de sua criatividade poética, nos faz cogitar inúmeras possibilidades de interpretações para tal adjetivo atribuído a “terra” que, em nosso entendimento se refere à Moçambique, enquanto “sonâmbula” a caracteriza como um lugar que ainda precisa reagir, pois ainda dorme, uma terra que precisa de construir a sua realidade perante os sonhos que a população carrega de dias melhores. É nesse arcabouço narrativo cheio de sonhos e ao mesmo tempo de misérias que é construído e demarcado também a identidade desse povo o que será alvo de análise na subseção seguinte através de excertos retirados do texto.

#### **4.2 A identidade moçambicana na obra “Terra Sonâmbula” de Mia Couto**

“Terra Sonâmbula” apresenta uma construção linguística, que como já foi exposta aqui, foge ao português de Portugal, pois o falante imprime em sua língua e, portanto, em seu vocabulário, as marcas de seu contexto regional, social, cultural, dentre outros aspectos que constroem a nossa identidade linguística. Nesse sentido, Orlandi (2007) defende que

os sinais que o homem produz quando fala ou escreve são chamados signos. Ao produzir signos os homens estão produzindo a própria vida: com eles o homem se comunica, representa seus pensamentos, exerce seu poder, elabora sua cultura e sua identidade (Orlandi, 2007, p. 11).

Assim, o romance em questão é um exemplo de como a linguagem carrega em sua forma as características identitárias do ser que a utiliza, desse modo, Mia Couto imprime nessa obra uma identidade moçambicana e nos faz mergulhar nesse universo sociocultural. Para facilitar o entendimento de algumas passagens do texto o autor disponibilizou ao fim do livro um glossário com palavras que são típicas do universo da variedade moçambicana do português sendo, pois, também utilizado para fim de compreensão nesta análise.

#### **O que dizem os achados?**

Uma das faces de nossa identidade se perfaz pela religiosidade. As crenças, as superstições, demarcam fortemente o universo da cultura africana e em vários trechos do romance é possível encontrar termos que se relacionam a fé africana, tais como:

Ex.1: “Essas pegadas na água eram as marcas de *chissila*, esse mau olhado que me castigava” (p. 39, 2º Capítulo)

Ex.2: “O *xipoco* rodou a pá sobre a cabeça, se algazarrando em berraria” (p. 41, 2º Caderno de Kindzu)

Ex.3: “E tu, filho, que andas por esses caminhos selvagens? Não sabes estes trilhos não foram limpos dos *xicuembo*s? [...]” (p. 43, 2º Caderno de Kindzu )

Ex.4: “[...] O *nhamussoro* já anunciara o pedido a uma outra mulher, dessas que moram do lado da vida.” (p. 44, 2º Caderno de Kindzu)

Nas passagens acima percebemos em meio ao uso da língua portuguesa, o uso de termos próprios da língua xichangana, uma língua bantu falada no Sul de Moçambique, que foram colocados em itálicos para facilitar a sua identificação, são eles: *chissila*, *xipoco*, *xicuembo*s e *nhamussoro*. Ao consultar o glossário disponibilizado ao final do livro, encontramos os seus significados que são, respectivamente: maldição, fantasma, feitiço e feiticeiro ou curandeiro. Tais construções nos remetem ao universo popular e cultural desses povos, demonstrando, pois, algumas crenças típicas também do espaço rural.

Outros termos que são possíveis de observar se relacionam a construção da paisagem natural onde se passa a narrativa. Observemos alguns trechos que trazem alguns termos:

Ex.5: “Anoitecia quando me afastei do frondoso *canhоеiro*. Já se fazia tarde mas, ainda assim, passei pela cabana do *nganga*” (p. 30, 1º Caderno de Kindzu).

Ex.6: “Eu que levasse o amuleto dos viajeiros e o guardasse em velha casca do fruto *ncuácuá*” (p. 30, 1º Caderno de Kindzu)

Ex.7: “Ao fim da tarde chegam, enfim, a uns antigos terrenos de *machamba*. Tudo fora abandonado, as culturas se tinham perdido, castanhamente. A terra toda se despira, esperando em vão receber o beijo do arado” (p. 49-50, 3º capítulo).

Mais uma vez nos deparamos com alguns termos próprios da cultura moçambicana e referentes a vegetação/paisagem, tais como: *canhоеiro*, *ncuácuá* e *machamba*, que se referem respectivamente a: árvore da fruta *nkanhu* de onde se extrai a bebida usada em cerimônias tradicionais do Sul de Moçambique; árvore de fruta; terreno agrícola. O uso dessas unidades lexicais no texto levanta elementos da identidade e da aproximação com a sua variedade.

Algumas dessas palavras não têm equivalentes em português, existindo, então, necessidade de se buscar a unidade lexical vinda das línguas locais, são os chamados moçambicanismos lexicais discutidos com pormenor por Timbane (2013). As interferências das línguas bantu moçambicanas para o português se realizam de forma natural e justificável se entendermos a língua como membro vivo de uma sociedade e que varia e muda à medida que os falantes caminham para a mesma direção. Em algumas passagens da obra encontramos menções a alguns objetos

próprios daquela cultura:

Ex.8: “Olhos acesos, o baixito repetia a notícia que eu já conhecia: um enormíssimo navio encalhara num banco de areia, bem próximo dali. Porões ao léu, estava só à espera que se fosse lá. Tinha tudo: comida, roupa, *facholos*, petróleo, *petromaxes* [...] (p. 57, 3º caderno de Kindzu).

Ex. 9: “O homem aproximou-me o bafo. Pensei que, postos os modos de confiança, fosse falar em sussurro. Mas usou o mesmo tom de *xipalapala* entupido [...] (p. 125, 7º capítulo).

Ex. 10: “Depois, nos desprendemos, fatigados. Ela estremeceu, molhada. Se chegou ao xipefo, se envolveu numa manta [...]” (p. 94, 5º caderno de Kindzu).

Desses fragmentos destacamos: *facholos*, *petromaxes*, *xipalapala* e *xipefo*, que têm, na mesma ordem, os seguintes significados: enxadas/pás, candeeiros a petróleo, corneta feita de um chifre de boi e lamparina a petróleo. O nome foi atribuído à lamparina/ candeeiro porque a empresa que fabricava e vendia se chamava Petromaxes. Há vários nomes de empresas que se tornaram nomes dos produtos.

**Quadro 1:** Relação nome do produto e empresa

| Nome(vulgar ou oficial) da empresa | Nome do produto   |
|------------------------------------|---|
| Colgate                            | chama-se “colgate”, qualquer pasta de dentes  |
| Tentação                           | Chama-se “tentação”, qualquer aguardente de fabrico não artesanal                       |
| Lusalite                           | Qualquer telha de fibrocimento, utilizada na cobertura de casas                         |
| Davita                             | Chama-se “davita” qualquer tipo de suco em pó que é colocada em água para ser consumido |
| Laurentina                         | Chama-se “laurentina” qualquer cerveja produzida naquela empresa                        |

**Fonte:** Elaboração própria

Outros exemplos são relativos às palavras de línguas bantu moçambicanas que no contexto da variedade moçambicana do português ganharam outros valores semânticos.

Ex.11: Vamos para o **machimbombo** (p.101, 7º capítulo)

Ex.12: Agora, entendo bem os **babalazes** de meu pai (p.110, 7º capítulo)

Ex.13: Não tenha medo. Esses **gajos** é que tem razão para terem medo. (p.132, 7º caderno de Kindzu)

Ex.14: Pois a primeira coisa que vais fazer mal saires daqui e chamares aqui o **camarada-chefe**, ouviste? (p.146, 8º caderno de Kindzu)

Ex.15: É aqui que guardam as **xicalamidades**. (p.187, 10º caderno de Kindzu)

Os exemplos 11, 12, e 15 são palavras provenientes do inglês (*machine pomp*-machimbombo, quer dizer ônibus) e da língua xichangana (prefixo das línguas bantu xi- adicionando a palavra portuguesa

calamidade). A palavra “calamidade” significa “roupa usada”, assim, quando a roupa usada for vendida deve ser chamada de *xicalamidade* (singular) e *psicalamidade* (plural). A palavra camarada-chefe (ex.14) era usada com frequência nos anos 70 e 80 para designar qualquer superior hierárquico. Só que esse chefe deve ser do mesmo partido que o seu. A palavra “babalaze” (ex.12) provém da língua xichangana e significa “ressaca”, o que localmente se chama “lazerna”. O que houve foi o aportuguesamento com a colocação do sufixo plural “-s” final. Em xichangana, a marca do plural para essa palavra é marcada pelo prefixo “ma” (*mababalaze*).

Outro fenômeno a observar está relacionado com uso de onomatopeias que ao nosso ver, pode ser efeito de ideofones no português. Os ideofones “são uma espécie de palavras-imagem.” (Ngunga e Simbine, 2012, p.270). De acordo com Langa e Nhampoca (2018), o ideofone é usado para representar o cheiro; serve para representar um gesto; representa uma postura; serve para representar uma atitude ou ainda para representar um som. Os ideofones são palavras especiais usadas tipicamente para contar histórias e por isso mesmo que se observa no romance de Mia Couto, especificamente nos exemplos 16 a 19, a seguir:

Ex.16: É bonito de se ouvir: túúúúúúúúúú-úú. (p.138, 8º capítulo)

Ex.17: Chiii, patrão. Custa muito demais para falar com ela. (p.151, 8º capítulo)

Ex.18: A carapau, vuuum-ntáá, estalava nos costados. (p.177, 10º caderno de Kindzu)

Ex.19: Esganiçava uns cóóos e ajeitava a cabeça por baixo do braço. (p.19, 1º capítulo)

Diante dos exemplos trazidos nesta seção é possível verificar que ao fazer leitura do romance “Terra sonâmbula” nos deparamos a todo tempo com palavras e expressões que são próprias da cultura e identidade moçambicana. O uso dessas palavras por Mia Couto reafirmam o lugar da linguagem na construção de uma identidade moçambicana, visto que, ela demarca firmemente que o povo moçambicano, embora tenha sido alvo de um processo que tende a promover o apagamento da identidade, resistiu firmemente e embora a língua do colonizador continue sendo utilizada hoje como língua oficial, não podemos mais reconhecê-la como tal, já que esse povo apropriou-se dela e a transformou no momento em que passam a inserir palavras e expressões próprias de sua região, desconstroem a sintaxe e, assim, desconstruindo a língua portuguesa de Portugal, constroem o português moçambicano.

## Considerações finais

A obra “Terra Sonâmbula” é a mais pura demonstração de que a cultura moçambicana e a identidade desse lugar continuam vivas. É uma

obra literária que exerce o papel fundamental de nos levar a conhecer um universo cultural e linguístico tão pouco visitado e conhecido. A literatura construída por Mia Couto é uma demonstração de resistência cultural que expande os nossos horizontes em relação à cultura moçambicana.

Sabemos das diferenças entre o EU poético (a voz poética) e o autor. Existe uma luta permanente entre os dois porque ambos querem deixar as suas marcas no texto. Esse EU se manifesta por meio de sentimentos, das emiões permanentes, dos pensamentos, das opiniões entre outras. O Eu poético é um ser imaginário, deferentemente do autor que é um ser real, capaz de exprimir seus atividades.

Através de sua leitura somos convidados a embarcar em um universo de palavras e expressões que nos aproximam do universo moçambicano e são também responsáveis pela construção de um contexto de lugar onde acontecem os fatos.

Tuahir, Muidinga, Kindzu e os demais são personagens que expressam através de sua fala a sua identidade. Desse modo, somos a cada momento levados a compreender melhor a força da linguagem nessa construção identitária.

Portanto, Mia Couto constrói através de seu arcabouço linguístico uma narrativa que ativa em nosso imaginário construções que perpassam pela religiosidade, vegetação, costumes, tradições, alimentação, organização social, dentre tantos outros aspectos possíveis. Ler “Terra Sonâmbula” é definitivamente um encontro direto com a identidade cultural moçambicana.

Diante do exposto, compreendemos que a análise aqui realizada evidencia que há, de fato, uma relação direta entre a escolha vocabular do autor ao escrever a obra com a construção de uma identidade moçambicana, o que nos permite afirmar que o objetivo da análise foi alcançado, confirmando também as hipóteses levantadas de que de fato a obra literária “Terra Sonâmbula” e toda a sua construção linguística trazida por Mia Couto apontam para uma identidade do povo de Moçambique, que embora tenha passado por um processo aniquilador de cultura, isto é, a colonização, se reafirma na apropriação da linguagem do colonizador, modificando-a em sua estrutura e inserindo palavras próprias da identidade linguística e cultural do moçambicano.

Cabe ainda afirmar, que este estudo não esgota as possibilidades de análise da obra visto que há no romance ainda muitos exemplos e construções linguísticas que apontam para uma moçambicanidade estritamente presente.



## Referências

- Bagno, M. O que é língua? imaginário, ciência e hipóteses. In: Lagares, X.; Bagno, M. (Org.). *Políticas da norma e conflitos linguísticos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2011. p.355-387.
- Candido, A. *Literatura e sociedade*. 9.ed. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2006.
- Cavacas, F. Mia Couto - palavra oral de sabor cotidiano/palavra escrita de saber literário. In: Chaves, R.; Macêdo, T. (Org.). *Marcas da diferença: as literaturas africanas de língua portuguesa*. São Paulo: Alameda, 2006. p. 57-73.
- Chauí, M. *Convite à filosofia*. 13.ed. São Paulo: Ática, 2006. p.172-190.
- Chauí, M. *Cultura e democracia*. 2.ed. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- Coelho, L. P.; Mesquita, D.P. C. de. Língua, cultura e identidade. *Revista Entreletras*, Araguaína-TO, vol. 4, nº 1, p. 24-34, jan./jul. 2013.
- Couto, M. *Terra Sonâmbula*. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.
- Couto, M. A colonização do pensamento. in: *Fronteiras do pensamento*. 16 jan. 2018. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Cq-CIHwtsU90> Acesso em: 23 dez. 2021.
- Leite, M. I. Educação e as linguagens artísticos-culturais: Processos de apropriação/fruição e de produção criação. In: Fritzen, C.; Moreira, J. (Org). *Educação e arte: As linguagens artísticas na formação humana*. Campinas, SP: Papirus, 2008, p. 27-36.
- Hall, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Trad. de Adelaine La Guardia Rezende. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- Inácio, E. da C. “Ser um preto tipo A custa caro”: poesia, interculturalidade e etnia. *Estudos de Literatura Brasileira Contemporânea: Revista estudos de literatura brasileira contemporânea*. Brasília. nº31, p.53-68, 2008.
- Langa, D.; Nhampoca, E. C. Análise fonológica e semântico-cognitiva dos ideofones do changana. *Revista Linguagem: estudos e pesquisas*. Catalão-GO, nº Especial, p. 35-66, 2018.
- Moçambique. *Constituição da República Popular de Moçambique*. Maputo: Assembleia Popular, 1975.
- Moçambique. *Constituição da República*. Maputo: Assembleia da República, 2004.
- Ngunga, A.; Simbine, M. C. *Gramática descritiva da língua changana*. Maputo: CEA, 2012.
- Orlandi, E. P. *O que é linguística*. São Paulo: Brasiliense, 2007.

Silva, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Timbane, A. A. A criatividade lexical da língua portuguesa: uma análise com brasileirismos e moçambicanismos. *Revista Caligrama*. Belo Horizonte, vol.18, nº 2, p.7-30, 2013.

Timbane, A. A. As marcas de autoria em Mia Couto. *Revista Fórum Identidades*. Itabaiana: Gepiadde, vol. 21, nº 10, p. 149-170, mai./ago. 2016.

Timbane, A. A.; Santos, I. da S. “Terra Sonâmbula”: a (re)construção da identidade do ser africano a partir da língua portuguesa. *Revista Jangada*. Viçosa, nº 16, p. 298-320, jun./dez., 2020.

Lisboa Filho, F. F.; Silva, T. J. (Org.). *Cultura e identidade: subjetividades e minorias sociais*. Santa Maria, RS: FACOS-UFSM, 2018.

Moreno, J. C. Revisitando o conceito de identidade nacional. In: Rodrigues, C. C.; Luca, T. R. de; Guimarães, V. (Org.). *Identidades brasileiras: composições e recomposições*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014, p. 7-29.

Pinheiro Lima, J. de C. (Org.). *Identidade e pertencimento: a cidade como construção de sociabilidades*. São Paulo: Pontocom, 2018.

Santos, J. L. *O que é cultura*. 6.ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.

# O FEMININO E O MÍSTICO COMO MARCAS DE IDENTIDADE NAS OBRAS DE PAULINA CHIZIANE (MOÇAMBIQUE) E DE ODETE SEMEDÓ (GUINÉ-BISSAU)

*Antônia Valdilene Rocha de Souza*

*Alexandre Antônio Timbane*

## Introdução

Moçambique e Guiné-Bissau são países lusófonos com características muito próximas, a começar pela História, passando pelas culturas e tradições até chegar às línguas. A população da Guiné-Bissau e de Moçambique é composta por povos do grupo bantu, com práticas culturais e tradicionais próximas e que sofreram a colonização portuguesa durante séculos. O português é língua oficial nos dois contextos e obviamente chegou por meio do processo da colonização. Para ambos, a produção literária teve expressividade durante a década 60 por meio de grupos de estudantes que despertaram a consciência da sua negritude, do pan-africanismo e da necessidade de luta por meio literário para que seus países pudessem proclamar independências.

Esses escritos eram redigidos em português e raramente em línguas autóctones. Para evitar represálias por parte do sistema colonial, os escritores dessa época utilizaram pseudônimos. O multilinguismo é uma característica comum destes povos compartilhando mais de 30 línguas, a maioria de origem africana. Essas línguas de origem africana são línguas de contato e francas para o estabelecimento das relações sociais e do compartilhamento das regras de convivência sociocultural.

O colonialismo teve o desejo profundo do apagamento das culturas africanas como estratégia de dominação. Esse processo colonial se estabeleceu desde o século XV. Não foram guineenses nem moçambicanos que dividiram seus territórios. Foram europeus na Conferência de Berlim em 1884/1885 que decidiram sobre os limites, e para africanos esses limites são artificiais e não fazem sentido porque dividiram grupos étnicos, dividiram famílias, separaram culturas e trouxeram a ideia de 'país' que não faziam sentido antes da chegada dos europeus.

O processo da colonização nos dois países aniquilou as culturas, proibiu o uso das línguas locais e não havia preocupação na formação do nativo em nível médio ou superior, quer dizer, os africanos apenas tinham o direito de saber ler e escrever, mas que não deveriam ser doutores, engenheiros, especialistas muito menos cientistas. De acordo com Augel (2005), a identidade do colonizado foi completamente negada, dita como 'inferior'. Para os colonos, os africanos não tinham História, civilização, línguas, cultura nem tradições e precisavam (na ideia do colonizador) de ser 'civilizados'. Desta forma, as semelhanças entre os dois países nos ajudam a realizar um estudo comparativo para encontrar similiaridades, disparidades no espaço literário.

A Guiné-Bissau é composta por povos do grupo bantu, com várias etnias, práticas culturais e línguas. O português é língua oficial, falada por 27,1% da população como língua materna, segundo Cá e Timbane (2021), sendo as línguas fula (28,5%), balanta (22,5%), mandinga (14,7%) e papel (9,1%) como as que são mais faladas como línguas maternas. O kriol (o guineense) é uma língua franca, de interação entre os diversos grupos étnicos, tal como é destacado por Manuel, Timbane (2018).

De acordo com estudo de Ngunga (2015), Moçambique é abrangido por quatro zonas que são: G, P, N, S. Assim, as línguas faladas em Moçambique foram distribuídas da seguinte forma: **Zona G:** Grupo Swahile (G40), **Zona P:** Grupo Yao (P20), Zona N: Grupo Nyanja (N30), Zona S: Grupo Shona (S10), **Grupo Tswa-Ronga (S50)** e **Grupo Copi (S60)**. Assim, a língua xichangana (S53) faz parte do grupo tswa-ronga juntamente com xitswa (S51), xigwamba (S52), xironga (S54). Moçambique, fala-se kimwani, shimaconde, ciyawo, emakhuwa, echuabu, cinyanja, cinyungwe, cisena, cibalke, cimanyika, cindau, ciwute, gitonga, citshwa, cicopi, xichangana, xirhonga (Ngunga, Faquir, 2011).

Estas línguas bantu faladas em Moçambique e na Guiné-Bissau são ricas em oratura (ou oralitura). Uma vez que eram ágrafas, as suas manifestações práticas eram feitas pela oratura. Dentre os vários gêneros da oratura se destacam: os contos, as poesias, a canção, os provérbios, adivinhas e os romances. Só para ilustrar, a Chiziane deixa na sua obra um provérbio zambeziano: "Mulher é terra. Sem semear, sem regar, nada produz". O provérbio não é uma frase, nem texto, mas sim é um livro, pois por meio dele, a sociedade lê e se conduz no mundo. O "mais velho" não precisa de mil palavras para explicar sobre um determinado item cultural ou da experiência da vida. Apenas fala um provérbio e com base nele, o membro da sociedade interpreta todos os "não-ditos". São "não-ditos" já "ditos" culturalmente falando, por isso quem ouve o provérbio sabe

relacionar com o “dito”. Não é por acaso que Augel no prefácio do livro de Semedo (“Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar”) deixou claro que

a oralidade não é apenas um meio de expressão estética de uma sociedade ágrafa. É muito mais: é sobretudo a expressão de uma comunidade, na qual a vida grupal desempenha um papel sumamente importante, onde a vida comunitária ainda é dinâmica e continuamente preservada pelos mais diversos instrumentos,, pelo convívio e pela intercomunicação através da palavra (Augel, 2000, p.8).

Apenas os mais velhos (ou os que participaram do rito) é que tinham a tarefa de transmitir esse saber ancestral para os mais novos. Que fique clara ideia de que o “mais velho” não é calculado pelo ano do nascimento, mas sim pela qualidade e quantidade de conhecimentos adquiridos na vida e nos ritos. Você pode ter 100 anos, mas quando não passou do rito de iniciação, ou quando não é graduado/reconhecido como intelectual pelos anciãos e matronas ainda é criança. Precisa provar a sua intelectualidade cultural para que seja reconhecido.

A arte da contação de histórias é ensinada na família, nos ritos de iniciação, no convívio social incluindo as práticas e nas brincadeiras do cotidiano. Significa que a criança já cresce com habilidade de ouvir, aprender e inventar histórias. A obra de Odete Semedo, “*Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar*” de 2000 revela essa habilidade adquirida no berço. A arte de saber ouvir o outro (mais velho), a arte de refletir sobre a história contada, a arte de aprender as regras de ser e de estar em sociedade por meio de histórias contadas são próprias dos povos bantu e faz parte da cultura. Os trabalhos literários de Odete Semedo e da Paulina Chiziane se baseiam nessa oratura aprendida desde o berço e adaptada à literatura.

Ressalta-se que, a escrita é recente (com menos de 5 mil anos) e chegou em Moçambique e na Guiné- Bissau por meio da colonização portuguesa. Escrever e ler é para poucos na Guiné-Bissau, pois os dados do Instituto Nacional de Estatística apontam para 43,7% dos guineenses nunca frequentou a escola (Cá, Timbane, 2021). O povo é de tradição oral e a escrita é recente e chegou com a LP e a colonização. A literatura também é recente e iniciou durante a luta de libertação e atualmente,(século XXI) procura ocupar o seu espaço no âmbito internacional. A escrita feminina é rara, porém importante para a busca da identidade guineense. Diante desse contexto, a investigação da identidade do feminino interligada ao mítico como identidade cultural da Guiné- Bissau, que perpassa a escrita literária de Odete Semedo em “No fundo do canto” é importantíssima para iniciar as discussões em torno do feminino.

Haja vista as lacunas supracitadas indaga-se sobre como a identidade cultural da Guiné Bissau que é expressa em “No fundo do canto” e como a identidade cultural em Moçambique é expressa em “Niketche: uma história de poligamia” de Paulina Chiziane, a partir do feminino atrelado ao místico? Qual é o papel das línguas bantu em Moçambique e qual é o papel da língua kriol enquanto representação da cultura guineense na expressão das atuações femininas e místicas?

Nas obras de Paulina Chiziane e de Odete Semedo é possível encontrarmos outras nuances da identidade e ou identidades locais a partir do feminino e do místico. Em Semedo, há marcas das divindades que podem mostrar formas culturais que remetem aos guineenses. Além de trazer o papel das *mandjuandandi* como importantíssimas como representantes das práticas culturais as quais trazem a identidade do país, assim, entrelaçando ritos e história. A língua kriol possibilita a formação de sentido a partir do seu léxico, da identidade cultural do país a partir do feminino como atuante das práticas culturais e de poder místico.

Por outro lado, em Chiziane observa-se a presença da oratura que se funde na literatura, observa-se a luta feminista, da mulher que busca o seu espaço, que busca a sua identidade e autonomia que são pautas de debates atuais. Há, com certeza um distanciamento em práticas machistas fundadas nas culturas e na religião. Não é apenas a cultura que contribui para o machismo. A religião também contribui por outro lado. A personagem Rami respeita a sua posição como mulher naquela cultura, todavia, em contrapartida não se conforma com relação as desigualdades entre gêneros.

O capítulo procura investigar como a identidade cultural de Moçambique e da Guiné-Bissau se expressa na obra “Niketche: uma história de poligamia”, e em “No fundo do canto” a partir do feminino atrelado ao místico. Visa (i) identificar o papel das línguas bantu e da língua kriol na representação da cultura da Guiné-Bissau e de Moçambique a partir das atuações femininas e místicas; (ii) explicar o papel do feminino e do místico na atuação das práticas de identidade cultural de Moçambique e da Guiné Bissau.

A pesquisa é relevante porque busca compreender até que ponto, obras feitas em espaços distantes geograficamente conseguem dialogar e debater questões das relações de gênero e das tradições que de certo modo se unem o tempo todo. Será de suma importante compreender como as literaturas africanas de língua portuguesa se cruzam o tempo todo no sentido, na percepção nas culturas e nas línguas que são o suporte técnico das produções literárias.

De acordo com Couto e Embaló (2010, p.60) “falar em literatura guineense é um tanto complicado” porque “a literatura em crioulo, que consta de narrativas orais tradicionais (estórias), provérbios, adivinhas e outras manifestações da oratura ou oralitura.” A pesquisa se justifica pela possibilidade de apresentar outras nuances da obra “No fundo do canto”, de mostrar que além da guerra civil que se conta em sua poética, existe um “canto” em que a identidade, a cultura se expressam e lutam para não ser apagadas, com enfoque a partir do feminino. A pesquisa contribui para reflexão sobre as práticas culturais e instiga resistência das culturas perante as práticas da colonialidade, e de domínio imperialista.

O *corpus* de análise é composto por trechos de alguns dos nove poemas da obra “No Fundo do Canto” que remetem ao feminino e ao místico (sobrenatural) como também analisa-se o romance “Niketche: uma história de poligamia” da autoria de Paulina Chiziane. Para realizar a pesquisa foi necessário traçar um caminho metodológico, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de carácter descritivo-exploratório que analisa os fenómenos feminismo e místico em literaturas africanas de língua portuguesa com enfoque para Paulina Chiziane e Odete Semedo que são escritoras negras, africanas, e feministas, no sentido de introduzir o feminino em suas temáticas e propiciar o debate para essas questões, além de serem, sobretudo, mulheres excepcionais nos seus devidos países. A escolha da Paulina Chiziane e da Odete Semedo se justifica pela luta feminista, pela luta de libertação dos seus países, pela afirmação feminina e combativa e pela relevância das suas obras para as literaturas moçambicanas e guineense. Para fundamentar essa pesquisa, dialoga-se com Hall (2006), Padilha (2016), acerca de identidade, com Augel (2005) sobre cultura e identidade, Semedo (2011), Silva (2017) acerca do feminino, Hampatê- Bâ (1982), Silva (2014), Freitas (2021) sobre o místico como tradição e sobre a língua com Cá e Timbane (2021) e Manuel e Timbane (2018).

### **Paulina Chiziane e a obra “Niketche: uma história de poligamia”**

A escritora moçambicana nasceu no distrito de Manjacaze, na província de Gaza na região Sul de Moçambique em 1955. Antes de enveredar pelos caminhos literários participou das lutas como combatente (década 70 e 80). Iniciou curso de linguística na Universidade Eduardo Mondlane que infelizmente não concluiu. Paulina Chiziane fala a língua cicopi e xirhonga, línguas bantu faladas da região Sul de Moçambique. Se fala xirhonga, também fala xichangana porque esta última é intelegível da

língua xirhonga. Aliás, em Manjacaze não se fala a língua xirhonga, mas sim xichangana. As margens entre o xirhonga e o xichangana são mais visíveis em nível fonológico e lexical. Os restantes processos linguísticos são semelhantes, quer dizer compartilham o mesmo funcionamento pelo fato de ser línguas do grupo bantu.

Foi em meados da década 80 que ela inicia a publicação de pequenos textos em jornais da Cidade de Maputo (Capital de Moçambique) para depois escrever obras mais maiores, tais como: “Niketche: uma História de poligamia” (2002, 2004, 2009), “Balada de amor ao vento” (1990; 2003), “Ventos do apocalipse” (1993;1999), “o sétimo juramento” (2000) e “O alegre canto do perdiz” (2008); “As andorinhas” (2009), “Na mão de Deus” (2013), “Por quem vibram os tambores do além” (2013), “Ngoma yethu: o curandeiro e o Novo Testamento” (2015), “O canto dos escravos” (2017), “O curandeiro e o Novo Testamento” (2018).

Chiziane ganhou em 2003, com “Niketche: uma História de poligamia” o Prêmio Craveirinha entregue pela Associação Moçambicana de Escritores e em 2021 ganhou o ‘Prêmio Camões’ pela relevância das suas obras nas literaturas da lusofonia. Chiziane é feminista, ex-combatente da Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), ativista da Cruz Vermelha, embaixatriz da União Africana para a paz na África. A soma dos feitos apresentados nesta minibiografia transformam Chiziane numa mulher importante para as literaturas africanas de língua portuguesa. Suas obras são de referência na literatura moçambicana, uma vez que as personagens fazem uma crítica permanente das culturas locais.

## **Odete Semedo e a obra “No fundo do canto”**

A escritora Odete Semedo é guineense, política, professora universitária, pesquisadora, e sobretudo uma das principais escritoras que insere o feminino em lugar de poder. De acordo com Semedo (2010), a oratura (a expressão da oralidade) é uma das marcas das tradições guineense, ressalta ainda as dificuldades que tivera ao investigar as “cantigas de dito”, as *mandjuandadi*, através de documentos escritos. Além disso, ressalta os materiais recebidos de Augel, como a “Literatura dos negros: contos, cantigas e parábolas”.

Semedo (2010) escreveu a tese “As mandjuandadi- Cantigas de Mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura” em que apresenta o feminino a partir das “cantigas de dito”. Essas cantigas expressam a cultura local através da coletividade de mulheres que exprimem o amor, a dor, a felicidade, etc. Pesquisadores do porte de Leite (2014) com a



tese de doutoramento “A literatura Guineense: contribuição para a identidade da nação”, também destaca as dificuldades de se escrever sobre a literatura local, devido à escassez de fontes escritas. Além disso, pôde se observar a escassez de mulheres na literatura: as primeiras escritoras são, Eunice Borges, Domingas Samy e Odete Semedo e com temáticas que evidenciam o feminino.

Odete Semedo nasceu em Guiné Bissau em 1959, em clima de libertação do seu país, passou por momentos relacionados a guerras civis e guerrilhas. Para ela, a intensificação de elementos culturais e práticas culturais que fomente o sentimento de pertencimento é prioritário, sobretudo, no que concerne a língua, do entendimento de que a língua operacionaliza o poder, e representa culturas. Desse modo, a escrita dessa autora é permeada por elementos que remetem a cultura e a identidade do seu povo. Odete Semedo foi Ministra da Educação Nacional e Presidente da Comissão Nacional para a UNESCO.

Entre suas obras publicadas elenca-se “Entre o Ser e o Amar (poesia), Sobre “histórias passadas que ouvi contar I” (contos), “Djenia Histórias que ouvi contar II”. “No fundo do canto” (poesia), na sua tese de doutorado debruçou-se sobre a história das mandjuandade e as canções de dito. Nas suas obras ela trata da História, culturas, sociedade, como também do feminino atuante nas práticas culturais da Guiné-Bissau. A obra “No fundo do canto” é composta por 88 poemas, dos quais analisaremos nove. Essa obra trata da guerra civil ocorrida na Guiné-Bissau, de junho de 1998 a maio de 1999, inclusive há o número exato de dias descrito nessa obra. Odete Semedo vivenciou esse momento, e transformou oratura em literatura com características das canções de dito, as quais, tradicionalmente, eram criadas pelas mulheres que transformavam o cotidiano em canto, acompanhada aos sons das palmas.

Odete expõe na obra elementos do léxico da língua crioula (o guineense), que apresentam realidades próprias do país, e nesse contexto, as mulheres assumem junto com as divindades femininas lugares de poder, no sentido de serem incumbidas de realizações importantes para o país. A obra, tal como veremos nas análises, liga a literatura das tradições culturais revelando o lugar na mulher na identidade sociocultural e linguística guineense. Na próxima seção iremos apresentar e discutir os conceitos teóricos de língua e identidade.

## **Língua e Identidade: o espelho da identidade cultural**

Conforme Namone e Timbane (2018), a língua é expressão da

cultura e das identidades. É composta por códigos que permitem a intercompreensão entre os membros de uma comunidade linguística. A língua foi inventada para ser falada. Para o povo da Guiné-Bissau as línguas africanas são as mais importantes porque é com elas que se educa as novas gerações e se ensina das regras de ser e de estar em sociedade. Manuel e Timbane (2018) explicam como surgiu o kriol (crioulo guineense) e mostram como ela é fundamental para a comunicação entre etnias diferentes. Amílcar Cabral, grande líder político da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, elevou a importância do kriol desde a luta contra o colonialismo, fazendo que esta fosse língua de luta contra o poder colonial.

A língua portuguesa é a língua oficial de Guiné-Bissau, embora não tendo sido citada na Constituição, exercendo funções principais na educação, no funcionalismo público e na burocracia. Esta língua provoca “desigualdades sociais” (Vicente, Timbane, 2017), pois é conhecida por poucos e exclui quem não for alfabetizado. Para entendermos melhor esses processos de formação da língua guineense, entendamos com Intipe e Timbane:

[...] a palavra Kriol para designar a língua africana surgida durante o processo de colonização na Guiné- Bissau, língua essa que se formou a partir de base lexical portuguesa e base gramatical das diversas línguas africanas. O processo de empréstimos lexicais é normal em todas as línguas e é interessante compreender que o Kriol é uma língua natural, completa, com uma estrutura gramatical própria e, claro, diferente do português [...] (Intipe;Timbane, 2019, p.1).

Na Guiné-Bissau, a melhor forma de expressão é feita em kriol (guineense) e o português fica para situações mais formais da comunicação. Semedo escreve seus trabalhos em português, mas com marcas lexicais do kriol e das línguas locais marcantes. Conforme Semedo (2011) toda oratura ou literatura apresenta peculiaridades de seu povo. Semedo tece uma crítica acerca da língua lusitana, a qual ela denomina, mas que não é representativa das culturas da Guiné-Bissau, pois não tem o estilo, a sintaxe própria de como um guineense cria a sua cultura.

A autora indaga sobre como apresentaria **o amor** à maneira de seu país, do seu grupo étnico em uma língua de origem estrangeira, e que não os representa. Questiona “Como falar dos velhos? Das passadas antigas?”, e de que forma irá transmitir esse legado se for a partir de uma realidade linguística que não seja a sua. Ao final, a autora responde categoricamente que a maneira de resistir será colocando as culturas de Guiné-Bissau a partir do crioulo, que os modos de existência próprio serão narrados a partir de suas raízes.

Desse modo, Semedo traz reflexões importantíssimas acerca de determinados fenômenos, e situações próprias do país que não poderia ser escrito em português, porque não comporia o real sentido das práticas locais de determinados grupos étnicos. Isso mostra que a língua é cultura e vice-versa onde há manifestações práticas socioculturais intraduzíveis. Santos (2019, p.119) afirma que “os textos assumem um papel de destaque para a investigação linguística, mas, especificamente, a localizada entre linguagem e sociedade, tendo em vista sua influência e abrangência nas relações humanas [...]”. O léxico carrega significados que por vezes são intransponíveis e seria por essa razão que Semedo mantém as palavras originais das línguas bantu ou do kriol em textos escritos em português.

Essas discussões trazem pontos cruciais para pensarmos a necessidade, importância e também a configuração que tomou o Kriol, na Guiné-Bissau, de como se reveste na identidade cultural e de como se processa, na identificação do feminino e de sua atuação nesse meio. É uma das marcas culturais na escrita desse país, como em outros de África, é a oralidade, as tradições, e os modos como isso repercutiu na escrita literária. A forma da escrita leva essas marcas. Vejamos como debate Hampâté- Bâ em “Tradição Viva” quando expõe a forma como os valores, as crenças, os saberes, são oriundos da oralidade, dentro de um sistema de regras e validade. Essa característica permeia toda a vida em sociedade desde que a criança nasce até à idade adulta.

Embasa-se também em Semedo (2011) quando traz o conceito de oratura como: [...] “Assim, equacionando as fontes sobre esse assunto, optamos por usar o termo oratura, para designar todos os textos da tradição oral, recolhidos e fixados pela escrita [...]” (Semedo, 2011, p.60). Os modos como se expressa a cultura a partir da oralidade de mulheres na obra “No Fundo do Canto”, e o poder da palavra, da qual elas trazem, e de como se constrói esse texto poético envolvendo o *kriol* e o português, e as formas de significações expressa por ele, são portanto, perceptíveis como marcas da *oratura*. Para entender sobre como a língua e a identidade são interligadas a seguir será discutido acerca do conceito de identidade.

Hall (2006) delinea o sentido de identidade no que ele concebe como pós-modernidade a partir do final do século XX. Ele afirma que há a identidade a partir de um sujeito do iluminista, normalmente já constituído, dotado de razão e era, sobretudo um sujeito masculino, a ideia desse sujeito como indivíduo. Do ponto de vista sociológico, Hall aponta uma identidade que se estabelece no contato com o coletivo, e de uma

maneira mais estável. Já a identidade na pós modernidade trata-se de um sujeito numa sociedade globalizada, de mudanças rápidas, e que nesse contexto coexistem várias identidades e elas são fluídas.

Hall (2006) postula sobre a questão da industrialização ter requerido uma ideia de identidade homogênea. O autor traz a reflexão crítica de como as culturas em sua diversidade étnica e religiosa foram transformadas na era moderna como dependentes de uma estado-nação com objetivo de formar uma identidade nacional, assim negando as especificidades coexistentes. Postulando uma única língua, uma unidade.

Todavia, ele expressa, sobretudo os tempos atuais, do advento da internet, das tecnologias aplicadas ao mundo digital, e de que forma a aproximação cultural com outros países têm levado a esse itinerário, como forma de manter seguro aspectos da cultura nacional. A partir dessas discussões, reflete-se sobre o contexto africano, de lutas para manter a diversidade, e dessa pluralidade que coexiste nas narrativas a partir de seus espaços múltiplos, que sofrem com a ideia de homogeneização para preservar a cultura nacional, e também com as consequências e impactos da globalização. E diante disso, as práticas em torno da sustentação das identidades culturais do país se tornam necessárias.

Todavia pensemos em um contexto africano, de lutas para manter a diversidade, e essas vozes coexistirem nas narrativas de seus espaços plurais. De acordo com Santos e Timbane (2020, p.43), a identidade é “o conjunto de significações que são atribuídas pelo sujeito através da sua experiência diante de situações que se inscrevem em sua vida, já que se faz necessário no processo identitário a coesão entre meio/sujeito, passado/presente, entre o “Eu” e o “Outro”. Não existe uma só identidade. Cada sociedade apresenta identidades mais coletivas e outras individuais. A identidade deve ser afirmada ou reafirmada. Não se pode descartar a memória, como elemento fundamental para a manutenção da identidade. Analisando sobre “o vaivém das memórias em **olhos d’água**” de Conceição Evaristo, Silva e Conte afirmam que

A memória desencadeia não apenas as recordações de um passado histórico, contudo, recupera uma lembrança que contribui para uma construção feminina identitária negra, envolvida em subalternidade, que deixa o silêncio para dar lugar a uma voz significativa. Compreende-se que a memória é mesclada por lembranças de cada ser; entretanto, decorrida pelos pensamentos de um grupo (Silva, Conte, 2019, p.427).

Acerca de grupos como diversos, reflete-se criticamente sobre o que Durando (1993) postulou sobre o pertencimento étnico o qual ele atribui essa identificação dos grupos ao que um sistema cultural de determinado

sistema econômico constrói, calcado por meio da língua comum, no que é problematizado por Jacob May (2016, [1998]) na obra “Identidade língua e etnia”, “existe língua comum”. Esse teórico entende a língua de forma abrangente, envolvendo as apropriações, por exemplo, que envolve os dialetos, assim, dos modos como a língua idioma é apropriada por diversos grupos. Importante essa ampliação de Jacob May, para pensarmos as significações próprias de determinadas línguas, ou em um sentido mais amplo, dos sentidos e formulações produzidos os quais criam identidades. E isso corrobora as ideias de Hall, quando explicita os mecanismos pelos quais se formam as culturas e as identidades:

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso- um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos (...). As culturas nacionais, ao produzir sentidos sobre “a nação”, sentidos com os quais podemos nos identificar, constroem identidades. Esses sentidos estão contidos nas histórias que são contadas sobre a nação, memórias que conectam seu presente com seu passado e imagens que dela são construídas. [...] (Hall, 2006, p.50-1, destaque do autor).

Diante do exposto reflete-se com Manuel Ferreira (1992) em “A aventura moderna do português em África” como a língua cria sentidos para as culturas nacionais, e por isso, torna-se um instrumento de poder, de disputa. O autor expõe que os guineenses percebiam o idioma português como dominação, e que os colonizadores viam as línguas maternas com bastante reservas, “[...] quer as de origem bantu, quer as de origem islâmica, quer os crioulos de base portuguesa, nunca foram vistas com bons olhos pelo colonizador...” (Ferreira, 1992, p.140). Sendo assim, os colonizadores não possibilitaram o ensino a partir dessas línguas locais, todo material escolar era produzido na língua do colonizador.

Esse contexto de possibilidades do aprendizado da língua, e se o uso da língua local ou a do colonizador, somado a tradição da oratura repercutem sobremaneira na literatura da Guiné-Bissau, inclusive, os escritos literários vieram após a escolarização. Deus e Carvalho (2021) afirmam que, a primeira escola oficial surgiu em Bolama e somente em 1933, um outro fator que eles consideram relevante para não escolarização foi a lei do “indigenato”, de 1954, que impedia os nativos de frequentar a escola. Na perspectiva de Deus e Carvalho, o português é a língua oficial, contudo, utilizada para o ensino e administração. Mas o crioulo guineense é língua mais falada, coexistindo com várias línguas orais representativas das várias etnias. Indica ainda que há autores que

escrevem somente em crioulo, e outras optam por escrever nas duas, entretanto, ressalta que, um português africanizado.

Assim, entende-se que a língua e a identidade estão intimamente interligadas, que, portanto, a luta pela inserção do lugar da língua local nos escritos, e na forma de comunicação oral tem sido fatores importantíssimos para que a colonialidade não ganhe espaço, ou seja, o poder colonial que ainda impera mesmo após a independência política, e que tem a língua como instrumento de dominação. A tentativa de manter as pertencas dos diversos grupos que compõem Bissau, assim como manter uma diversidade linguística que comporte outras realidades de outros grupos étnicos denota resistência. A partir das discussões teóricas em torno da língua e da identidade cultural compreende-se o modo pelo qual através da língua configura-se identidade do feminino, no caso dessa pesquisa, de que forma tomam espaço e erigem-se a partir de práticas culturais representativas da Guiné-Bissau através da escrita literária.

## **O feminino e o místico em Paulina Chiziane e em Odete Semedo**

O feminismo nas literaturas africanas de língua portuguesa não é novidade. Há vários estudos que ilustram essa característica permanente de luta permanente da mulher à procura do seu devido espaço usurpado pela cultura e pela religião. Sobre a literatura angolana, cabo verdiana, guineense, moçambicana, são tomense pode-se citar a obra organizada por Fábio Mário da Silva em 2014. A obra visa “percecionar o modo como a ideia de feminino (e não apenas de mulher) está inserida na escrita de diversos países africanos lusófonos” (Silva, 2014, p.8). Ao analisarmos a obra “Niketche: uma História de poligamia” se observa o seguinte:

(i) As relações entre o feminino e o místico em Paulina Chiziane são presentes, a exemplo da personagem “conselheira do amor” que normalmente se configura em uma mulher coberta por uma aura mágica. É uma personalidade que ensina, cheia de sabedoria, oferece conselhos de amor, encanta muitas pessoas é uma deusa para além da procura da felicidade. É uma figura mística que se materializa e busca a harmonia uma vez que o “amor” é a fonte da vida e da paz social. O predomínio dessas características ressaltadas na obra realinha esse espaço de poder feminino.

São inserções do feminino na obra:

(ii) Cunhadas de Rami são mulheres, possuem uma história e cultura embora não seja desenvolvida nas histórias. Elas aparecem no período da morte de Tony. A presença dessas mulheres na obra de Chiziane

é relevante para a identidade feminina no desenvolvimento das ações e da afirmação da mulher enquanto membro ativo da sociedade. Bem como, infere-se que a autora tece críticas a hábitos arraigados na cultura, os quais colocam como papéis de mulher e papéis de homem, pois nas tradições dos personagens as personalidades femininas carregam a origem da vida, protegem a família, se ocupam da família e da educação das crianças, para além do próprio marido.

A obra de Chiziane evidencia o sofrimento das mulheres devido a agressões físicas por situações banais. Por exemplo, a irmã mais velha de mãe de Rami foi vítima de agressão física. A particularidade da ‘moela de galinha’ na culinária faz parte das tradições dos povos da região sul de Moçambique. Esta prática de valorizar a ‘moela da galinha’ não ocorre em todas as províncias de Moçambique. Aqui se condena comportamentos agressivos que prejudicam a saúde da mulher. Sendo a mulher, o membro mais importante de uma família ou de uma comunidade não se compreende por qual razão o homem se torna mais agressivo de tal forma a que possa agredi-la.

Vários estudos, como de Silva (2017) Padilha, Rodrigues (2016), Freitas (2021) dão enfoque nas relações entre o gênero e as representações da mulher na sociedade dos personagens. Tudo indica que o “Eu poético” está muito próximo do escrito. Em alguns momentos se confunde o “Eu poético” e a realidade em que a Chiziane nasceu, cresceu e viveu. A personagem Mauá Sualê era a quinta mulher de Tony. Suas características carregam traços que se distanciam da cultura local. A mulher não é objeto, ela é livre de escolher como, quando e com quem deseja ficar. O importante é respeitar as culturas que circundam a realidade sociocultural mas, também não se submetê-la, no momento em que a torne inferior, menosprezada e incapaz de exercer algumas funções, como se o critério fosse entre feminino e masculino.

O casamento tradicional, denominado *lobolo* - palavra proveniente do verbo, *ku lovola*- que significa ato de casar. Nesse casamento há entrega de dote que é feito pelo noivo que entrega de bens para a família da noite. Há grupos éticos que aceitam a presença do noivo no *lobolo*, há grupos que não aceitam. Os tios do noivo é que representam o noivo.

Há atitudes machistas ao longo da obra de Chiziane. Entendemos que essas atitudes aparecem para que sejam vistas, analisadas e criticadas pelo leitor. Espera-se que o leitor não as trate como positivas, mas sim traços e comportamentos que precisam ser revistas porque toda a cultura é dinâmica a medida que a sociedade muda:

Ex.1: “Uma mulher sozinha é um grão de poeira no espaço, que o vento varre para cá e para lá, na purificação do mundo.” (p.90)

Ex. 2: “Os homens repetem sempre: sou homem, hei-de casar com quantas quiser (p.93)

Ex.3: “Os homens dizem: a tua obrigação é aceitar tudo o que o teu marido decide” (p.103)

Ex.4: “Quando servirem galinha, não se esqueçam das regras. Aos homens se servem os melhores nacos: as coxas, o peito, a moela” (p.123)

Estas ações machistas estão impregnadas nas tradições, nas culturas e não possuem uma base científica. Nada se justifica que uma moela possa trazer alguma diferença nutritiva se for consumida por uma mulher ou homem. O feminismo luta por igualdades de oportunidades em todas as esferas da sociedade. A questão da poligamia discutida com pormenor na obra de Chiziane é uma prática própria de sociedades patrilineares. E a região Sul de Moçambique acolhe essa prática. Vejamos o seguinte exemplo:

Ex.5: “é destino de homem e castidade é destino de mulher. Um homem mata para salvar a honra e é aplaudido. Uma mulher faz ciúmes e é condenada.” (p.130).

Nesta frase se reflete a ideia da desigualdade que é rechaçada pela Remi (Eu-poético) e pela autora da obra o tempo todo. Por ser feminista, Chiziane não concorda com essa desigualdade, mas procura ser moderada sem ferir a cultura e nem os direitos da liberdade da mulher. Parece irônico, mas é possível vivermos numa sociedade de forma harmônica sem agressões e proibições de liberdades.

Palavras da língua materna da escritora acompanham, o “Eu poético”. Os personagens conhecem as línguas xichangana e xirhonga por isso suas escolhas lexicais se baseiam nesse conhecimento linguístico. Nisso, os personagens contribuem para o português moçambicano. As pessoas na cultura tradicional (da etnia vachangana ou varhonga) não morrem, apenas passam para outro estágio. Essa interpretação é encontrada nas tradições. Existe uma relação íntima entre os mais velhos e os mais novos. Sabe-se que os conhecimentos são passados de geração em geração por meio da oralidade. É na avô materna que se busca o conhecimento.

Pensar o místico na Guiné-Bissau é pensar as formas culturais dos diversos grupos em lidar com o sobrenatural, e isso se estabelece a partir da tradição oral, as quais Semedo caracteriza como a tradição oral entrelaçada ao místico conforme podemos observar: “Pode-se dizer que a tradição oral conjuga o material e o espiritual, o esotérico e o exotérico”



(Semedo, 2011, p.57). O sentido de místico aqui introduzido revela uma maneira própria das culturas africanas lidar com as forças sobrenaturais, de forma que produza efeitos, e assim, percebemos que o místico é intrínseco a palavra, a oralidade. Bâ afirma que “A tradição africana, portanto, concebe a fala como um dom de Deus. Ela é ao mesmo tempo divina no descendente e sagrada no sentido ascendente” (Bâ, 1982, p.172).

O autor postula o significado de magia compreendido como operacionalizadora de mudanças, de acordo com o que é direcionado, destoando, portanto, do que os ocidentais concebem acerca da magia, caracterizando-a como algo do mal. Assim, a partir de Bâ entende-se ao contrário, de como o elemento místico na poética em “No fundo do canto”, é capaz de traduzir poder e de mudar as situações ruins. Tem-se por exemplo, como nessa obra é evocado elementos místicos, de várias linhagens que se configura em símbolos de animais e da ligação com a natureza. Essa palavra que tem o poder de ler, de mudar o futuro, são evocadas por alguns seres femininos nessa obra, embora alguns dos espíritos, ou almas evocadas, não sejam todos femininos. Há alguns espíritos específicos que serão detalhados na próxima seção. Compreende-se com Bâ sobre o poder que as palavras proferidas têm no poder de criação, e o seu caráter sagrado:

Nas tradições africanas- pelo menos nas que conheço e que dizem respeito a toda a região de savana ao sul do Saara-, a palavra falada se empossava, além de um valor moral fundamental, de um caráter sagrado vinculado à sua origem divina e às forças ocultas nelas depositadas. Agente mágico por excelência, grande vetor de forças etéreas, não era utilizada sem prudência. (BÂ, 1982, p.169, grifo do autor)

A palavra traz uma mágica, quando expressa produz movimento, tendo, portanto o poder de modificar as situações, de construir outras realidades, vejamos o que diz Bâ:

Mao Ngala, como se ensina, depositou em Maa as três potencialidades do poder, do querer e do saber, contida nos vinte elementos dos quais ele foi composto. Mas todas essas forças, das quais é herdeiro, permanecem silenciadas dentro dele. Ficam em estado de repouso até o instante em que a fala venha colocá-las em movimento. (Bâ, 1982, p.172).

Assim, a palavra e o místico formam um todo, um movimento de transformações das realidades, e isso ver-se-à como se processa na escrita de Semedo em “No fundo do canto”, quando diante da eminência da guerra, e também no seu decorrer vários elementos místicos com a finalidade de mudar a situação, a qual é concebida como *mufunesa* (azar, desgraça) e que por meio da palavra mágica poderão mudar o desenrolar

da trama. Agora, entendamos como o feminino se articula ao místico, mostrando qual o papel da mulher nessa relação cultural.

É necessário apresentar como se deu os primeiros escritos femininos na literatura de Guiné-Bissau, é importante nos remetermos ao que já foi explicitado anteriormente, acerca das possibilidades de estudo em escolas regulares que só foi possível por volta dos anos de 1930 e de forma muito limitada, não era acessível a todos, junta-se a isso as características próprias de Guiné-Bissau, em que a oralidade é preponderante.

Semedo (2011) afirma que Marcelino Marques de Barros, foi o primeiro a transformar oralidade em escritos. Segundo Leite (2014), o primeiro escritor foi Barros, que escreveu em 1990 a obra “Literatura dos Negros, contos, cantigas e parábolas”, sendo a primeira participação de mulheres na Antologia poética da Guiné-Bissau, com Domingas Samy, escreveu “Desejada paz”, “Filho de África”, “Recordação Demolidada”, “Por que choras mamã”, “Arde o coração”, e “A casa de todos nós”, e Eunice Borges, com o poema “Mulher da minha terra”, “o nosso soldado” e “Manta da minha terra”

A ideia de nação comporta em Guiné-Bissau, várias etnias, as formas que se agrupam e seu modo de existência, por exemplo, os fulas, os mandigas, os bijagós. E também os caminhos religiosos que tomaram, entremeados pelo Cristianismo, pelo Islamismo e as religiões locais. Com os intercâmbios culturais, provocados pela invasão dos colonizadores trouxe integrações em vários campos. Todavia, sem perder a essência do que é ser um bissau-guineense. Não podemos esquecer que as formas de sociabilidade são oriundas desses vários momentos na Guiné-Bissau, conforme apresenta Semedo (2011), sobre esse panorama histórico cultural.

Os movimentos de guerra, de comercialização, tanto de corpos como de mercadorias, além do estabelecimento local de portugueses nas cidades de Cacheu, Bolama, por exemplo, repercutem nas formas de oralidade que se expressou na tradição das *mandjuandadi*, Odete Semedo em sua tese de doutorado, detalha isso, e sobre como as cantigas das *mandjuandadi*, chamada de canção de dito trazem o cotidiano. Assim, essas mulheres, vale ressaltar que a origem dessas canções se dá com elas, que observavam, vivenciavam e que também sentiam esse movimento da história do seu país, e assim transformava-se em poesia cantada. Das vivências do cotidiano, da mulher, por exemplo, que casava com português e continuava relegada da sociedade, (tongoma), mas com o consolo de que a filha tomaria um lugar o qual para ela não era possível.

Cantavam os sofrimentos amorosos, o poder do místico, como também para alegrar. Semedo apresenta alguns nomes de mulheres guerreiras que lutaram em guerras, que estavam na luta pela independência e de como o cotidiano da guerra foram cantados pelas mulheres (*mandjuandadi*) as quais amenizavam o que a guerra trazia de pior com as “canções de dito”.

“No fundo do canto” traz uma narrativa da guerra civil na Bissau de 1998 a 1999 a qual Odete Semedo vivenciou. Então o que ela apresenta são os sentimentos e lembranças da época em que as vivenciou e de como as transformou, o que denota na escrita é um formato muito parecido com as canções de dito. O “Eu” lírico e a própria Semedo se entrelaçam como o que traz o experienciado. E nisso traz as diversas culturas que permeia seu país, os modos de sociabilidade, o místico, como preponderante, a mulher atrelada a esse místico, e suas atuações. A memória de Semedo, enquanto mulher, vai ao encontro do que Silva e Conte (2019) chamam de voz das mulheres negras, pobres e sem visibilidade e que lutam para o reconhecimento identitário.

Augel (2005) apresenta a literatura de Guiné-Bissau a partir dos Estudos Culturais e coloca a questão da identidade nacional configurada a partir da identidade individual e coletiva que se expressa sobretudo nos artefatos culturais. Couto e Embaló (2010) estudam as narrativas orais tradicionais analisando o intraduzível e o cultural relacionando a oralidade e a literatura guineense. A partir disso iremos analisar os trechos dos textos da obra “No fundo do canto”, de Odete Semedo, de como se configura a cultura nacional a partir do feminino místico nesses espaços. Ela também apresenta o cunho místico das sociedades africanas e precisamente da Guiné-Bissau, em que há o predomínio do animismo, há, portanto, as práticas sociais permeadas pelo poder sobrenatural, relacionando-os a natureza.

A autora explicita que os **irans** são figuras místicas muito importante na cultura desse país. Eles são conceituados de formas diferentes, por exemplo, Semedo os conceitua a partir da cultura popular, como forças que podem castigar, mas que também podem ajudar. Porém, deteve-se acerca dos irans na perspectiva do feminino. Ela postula como elementos simbólicos são apropriados, de como dão sentido ao universo cultural, por exemplo, com esses marcadores aparecem no texto apresentando sentidos, de como constroem realidades identitárias nacionais. Com isso, e tendo por base Semedo, percebeu-se a forte atuação das mulheres na Guiné-Bissau, tanto na luta, como nas representações culturais envolvidas no místico. Segundo Semedo, no glossário do livro estudado, as

[*nharas*] e as [*sinharas*] significa senhora, a primeira contrastando com a segunda, de forma pejorativa. Nesse excerto, podemos perceber que as participantes são evocadas, que elas são ligadas aos aspectos culturais do passado, e são para quem o Eu-lírico deseja desabafar.

No poema que traz a voz da “velha Mumoa” observa-se a partir do título do poema que se trata de uma idosa que trará sua fala de sabedoria envolvendo diversos aspectos culturais. Desse modo, é imperativo explicitar o sentido de idade relacionado a sabedoria e respeito na maioria das tradições africanas. Timbane (2018) trata desses aspectos culturais, assim como Augel (2007), explicitando que a idade é um marcador cultural importantíssimo, há saberes vinculados a idade, portanto, os mais velhos têm funções muito específicas. Entrelaça-se o poder da sabedoria feminina ligada a idade, e ao seu poder de mudar destinos.

O fazer das *mandjuandadi* são práticas culturais de cantar a vida, seja nos seus bons ou maus momentos. Semedo (2011) se debruça em sua pesquisa de doutorado sobre a atuação delas. Explica sobre o que são as canções de dito. De como se traz para essas cantigas, aspectos das culturas da Guiné-Bissau, inclusive, a própria elaboração da obra “No Fundo do Canto” é uma forma de expressão das canções de dito. E em meio ao vendaval porque passa Semedo e os seus, no contexto da guerra civil ela produz esse eu-lírico que busca na memória os momentos agradáveis vivenciado pelas *mandjuandadi* através das canções.

Na referida obra percebe-se como ocorre o uso dos sons de elementos culturais do cotidiano, como o [pilão], [tina], [cabaça], juntando-se as batidas das palmas dessas mulheres para produzir as canções, e que, portanto, essa tem o dom de alegrar, pois lamenta-se que os sons que se ouvem não são estes. Isso remete também a importância que se dá a esses fazeres, e a constância com que ocorre, pois aparece na construção léxico-semântica como algo que ocorre normalmente. No poema abaixo, complementa-se ao que Semedo (2007) coloca em evidência, que são as mulheres que se lançam a arte de cantar as sociabilidades, o cotidiano, e nesse poema recorre-se a metaforização, quando compara as mandjuas ao cantar do pássaro.

Essa pessoa que se coloca em destaque, é comparada ao pássaro [Tchilako] que canta as boas novas, pede por melhorias, indica a vinda das chuvas, na [tabanca], que pode ser povoado, ou casa, e esses fenômenos culturais são cantados pelas *mandjuandadi*, e o modo como se configura o léxico produzem informações das representações culturais do país em estudo através de mulheres que tem o dom de anunciá-las de dar visibilidades a isso.

Os irans permeiam toda a obra, são evocados para acabar com a “desgraça” que assola Guiné-Bissau, então há várias reuniões, cada um tem seu totem, um significado atrelado aos animais, há predominância de onças, jibóias. Todos pertencem a uma linhagem, protege determinadas famílias, existe um laço muito forte entre os vivos e os mortos, e a atuação desses seres sobrenaturais como capazes de operar mudanças, na verdade, reger a vida dos seres humanos, essas crenças, segundo Augel (2007) são muito fortes em Guiné-Bissau, e por isso observamos a força que tomam na obra de Semedo. Entretanto, Semedo, especifica o feminino de alguns desses irans.

Nessa invocação dos irans, o eu-lírico apresenta as irans que protegem as crianças e as mulheres, [Forombal], por exemplo, pertence a floresta, e está ligada a fertilidade, por isso recorre-se a elas para proteção de mulheres e crianças. Nesse poema, as [Katanderas], que são as auxiliares das sacerdotisas que servem nas balobas farão parte da reunião para decidir os rumos do país, “**Tanta Súplica Evocou os Irans** “As sete djorson de Bissau estarão presentes as almas das Katanderas estarão presentes” (Semedo, 2007, p.87). Mais uma vez apresenta como os elementos místicos são participantes de todos os âmbitos da sociedade guineense, e além disso, a mulher como portadora de poderes mágicos, que se posiciona em questões importantes para o seu povo. O que se nota é que as mulheres estão em vários espaços de poder, nessa composição poética, os objetos culturais, o material e imaterial que tomam sentido a partir do movimento dessas mulheres.

Alguns dos marcadores muito utilizados por Semedo é a imagem da grávida. Trata-se do imaginário. Essa grávida traz os filhos ao mundo que tomarão rumos diferentes, inclusive fazendo parte do espaço dos irans, os quais irão proteger a linhagens de Guiné-Bissau, essa também que é vinculada a ideia de mãe de todos. É possível que essa grávida seja o país, com a multiplicidade de filhos, de com maneiras de ser bem diferentes.

## Considerações finais

A obra de Paulina Chiziane escancara elementos das culturais e das tradições dos povos da região Sul de Moçambique. Os personagens facilmente são indetectáveis como moçambicanos devido aos comportamentos próprios dos povos locais. Suas crenças já são esperadas, suas práticas já são conhecidas e não causam estranheza. A temática poligamia se confunde com relato da realidade sociocultural. Os homens

fictícios se comportam, tal como homens reais. Seus comportamentos são inconfundíveis aos homens reais por essas práticas ainda são vistas na realidade moçambicana.

As crenças dos personagens alinhados na obra são próprios dos povos *vachangana* ou *varhonga*, povos da região sul de Moçambique. As questões femininas são tratadas tal como acontecem na vida real do povo local. As desigualdades de gênero são tratadas de forma minuciosa elevando o transpasse do real ao imaginário. O poder das mulheres mais velhas e a influência dos espíritos dos antepassados lutam constantemente para a preservação da cultura, assim como da simetria das mulheres em relação aos outros sujeitos históricos. Um outro marcador cultural relevante, que é interessante mencionar trata da influência dos tios nas decisões acerca dos sobrinhos. Os pais não resolvem os problemas dos seus filhos. Essa é a tarefa dos tios e tias (paternos e maternos).

Nas poesias de Semedo, a figura da mulher idosa aparece como sábia, responsável na reunião com os irans e as irans se torna fundamental para afirmação do feminismo. As mulheres mais velhas são importantes para compartilhar com o seu povo a sabedoria adquirida ao longo da vida. E são elas, novamente, assim como a velha Mumoa que têm a palavra norteadora, que com inteligência pensam o rumo do seu país.

No último poema de Semedo apresenta a atuação da mulher, traz uma representação do espaço geográfico de Bissau e junto a isso a Forombal, floresta protegida pelas irans da fertilidade. Pode-se denominar deusas, as que podem criar, que podem moldar a natureza, engrandecê-la e protegê-la, em comparação ao feminino, como podem fazer germinar, como também tem a responsabilidade dos ciclos iniciais e finais da vida, assim essas funções se interceptam e holisticamente possibilitam novas formas de vivências entre o real e o sobrenatural, entre as mulheres, divindades femininas e a natureza.

Na obra de Semedo se observa o respeito pela natureza, pelas tradições e pela cultura e a ênfase ao poder feminino nas práticas culturais. Uma vez que as obras literárias se baseiam na oratura, observa-se um respeito da autora com relação ao imaginário. Semedo não consegue se distanciar do real, do tradicional, do místico e, sobretudo das práticas que caracterizam o seu ser. Aqui entra em jogo também a educação que é o fundamento das práticas culturais. A criança desde pequena aprende como deve se comportar perante a família e perante a sociedade. Estas marcas socioculturais acompanham a arte literária e a busca permanente da identidade. Portanto, é importantíssimo o entendimento a partir da arte literária de como o feminino deve ter seu espaço na sociedade da

## Guiné-Bissau.

Desta feita, as poesias selecionadas para a presente pesquisa elucidam a profundidade do valor que a cultura tem perante uma determinada sociedade. Fecha-se estes argumentos refletindo que a obra de Semedo seria material importante nas escolas brasileiras, especialmente na implementação da Lei brasileira nº 10.639/2003, que versa sobre a relevância do estudo da História, da Literatura e da Cultura Africana e Afro-brasileira. O estudo desta literatura resgata a diáspora negra e liga a cultura dos seus ancestrais (Silva, Cardoso, 2019). Sobretudo, com o enfoque para o feminino, para que se produza mais significações em torno da mulher, e que a literatura seja este instrumento de veiculação de novos espaços para as mulheres, o feminino, de modo que sejam vistas e compreendidas em simetria com os demais sujeitos históricos. As pesquisas e a educação nesse itinerário possibilitarão espaços justos para as mulheres.

A preservação da identidade cultural é um fator de resistência frente a colonialidade, conforme Augel (2005). E a língua é um meio importantíssimo para que se traga identificações, para que se crie sentidos peculiares nas realidades de determinados locais, e assim possibilite um sentimento de pertencimento. Pensarmos a língua como instrumento de poder é primordial para que pensemos o modo pelo qual ela é utilizada em diversas situações históricas a serviço de quem detém poder.

Com isso percebemos que Semedo, ao construir sua poesia, ela preza por significar por meio da palavra as vivências em Guiné-Bissau em kriol. Ela traz os participantes na composição poética, através do feminino em que configuram o poder através de figuras místicas femininas que tem o poder de mudar situações. E mesmo o feminino que não está ligado a divindades aparece em um lugar de poder, de posicionamento e apresentando as culturas de Guiné-Bissau, no caso específico da obra em estudo, as mandjuande, que cantam as histórias do país, do cotidiano, que envolto a elas existe, o som, o ritmo, a expressividade, para representar diversos momentos da vida.

Assim, ressaltamos que a obra “No fundo do canto” mesmo em face de ter como contexto a guerra cível de 1998 a 1999, ela se preocupa em mostrar as identidades culturais, de colocar em ênfase o poder feminino atrelado ao místico como capaz de mudar a situação, além das mandjuandade, as que cantam e encantam até mesmo nos dias mais tenebrosos. Ademais, o léxico é muito rico em apresentar em crioulo essas práticas que não poderiam ser narradas em outra língua.

O aspecto linguístico é fundamental na obra de Semedo,

especialmente o uso do crioulo, assim como o jogo de palavras de efeito: “falei de homem-bicho”/ outros falaram de bicho-homem”. O jogo de palavras não é apenas do imaginário, mas também dá enfoque ao real e é por isso que cita países africanos, cita fenômenos, cita manifestações culturais, cita objetivos e atitudes reais do seu povo. Conclui-se que os objetivos previstos para a presente pesquisa foram alcançados. Foi possível identificar na obra a presença feminina principalmente atrelada ao místico, de forma a remeter o poder feminino, como também demonstrar características culturais de Guiné-Bissau, tendo a língua como propiciadora de formações léxico-semânticas que remetem as culturas do país.

Tanto Chiziane quanto Semedo não se afastam das realidades dos povos de Moçambique e da Guiné-Bissau. Ambas se inspiram nas realidades locais, se inspiram nas histórias contadas e ouvidas nas realidades locais. As duas escritoras buscam compreender as desigualdades de gênero e elevam o poder da mulher na estabilidade social das duas realidades. Concluímos que há mais semelhanças do que diferenças nas duas realidades. As obras das autoras elevam criticam e aumentam a autoestima da mulher moçambicana e guineense procurando caminhos para uma sociedade mais respeitosa e igualitária. Os nossos argumentos baseados em análises das obras de Chiziane e de Semedo confirmam as nossas hipóteses iniciais, pois estas duas mulheres, negras, feministas e combatentes são especiais para as literaturas africanas de língua portuguesa.

## Referências

- Augel, M. P. *O desafio do escombro: a literatura guineense e a narração da nação*. 2005. 387p. (Tese) Doutorado em Literatura Portuguesa, na especialidade das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
- Bâ, H. Tradição Viva. In: Ki- Zerbo, J. (Org.). *História Geral da África: metodologia e pré-história da África*. São Paulo: Ática, 1982.
- Chiziane, P. *Niketche: uma história da poligamia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- Couto, H. H. do; Embalo, F. *Literatura, língua e cultura na Guiné-Bissau: um país da CPLP*. Brasília: Ed. Thesaurus, nº20, 2010.
- Deus, P. L. S.; Carvalho, W. M. de. A literatura em Guiné- Bissau. *LiterÁfricas*. 2021. Disponível em: [www.letras.ufmg.br/LiterÁfricas/literaturada](http://www.letras.ufmg.br/LiterÁfricas/literaturada). Acesso em: 31 jan. de 2022.



- Ferraz, S.; Martins, P. L.; Vieira, M. M. A. *Dicionário de personagens da obra de Paulina Chiziane*. São Paulo: Ed. Todas as musas, 2019.
- Ferreira, M. A aventura moderna do português em África. *Revista Discursos*, Vol. 9, p.139-153, 1995.
- Freitas, S. R. F de. (Org.). *Moçambique no feminino: a narrativa de Paulina Chiziane*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2021.
- Gil, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.
- Hall, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11.ed. Trad. de Thomaz Tadeu da Silva e Guraciara Lopes Louro. Rio de Janeiro: Ed. DP & A. 2006.
- Intipe, B. A.; Timbane, A. A. O papel do crioulo nas narrativas guineenses: aspectos sócio- históricos. *Revista Coralina*. Cidade de Goiás, vol.1, n. 2, p. 36-46, jul. 2019.
- Leite, J. E. B. da C. *A literatura guineense: contribuição para a identidade da nação*. 2014. (Tese) Doutorado em Letras, área de Línguas e Literaturas Modernas, especialidade de Literaturas dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa. Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2014.
- Maldonado-Torres, N. On the coloniality of being: contributions to the development of a concept. *Cultural Studies*. Taylor & Francis, vol.21, nº 2 e 3, p.240-270, mar./mai. 2007.
- Manuel, C.; Timbane, A. A. O crioulo da guiné-bissau é uma língua de base portuguesa? embate sobre os conceitos. *Revista de Letras Juçara*, Caxias, Maranhão, v. 02, n. 02, p. 107-126, dez. 2018.
- Mey, L. J.; Signorini, I. (Org.). *Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1998, p. 7-89.
- Namone, D.; Timbane, A. A. Tensão entre escrita e oralidade no ensino-aprendizagem do português na etnia Balanta Brassá (Tombali) da Guiné Bissau. *Revista Entre parênteses*. Alfenas- MG., vol.1, nº7, s.p., p. 2018.
- Padilha, R. P.; Rodrigues, R. T. Paulina Chiziane: presença, voz e símbolo feminino na literatura de Moçambique. *Revista Interfaces*. Vol. 7, nº2, p.33-43, dez. 2016.
- Paiva, V. L. M. de O. *Manual de pesquisa em estudos linguísticos*. São Paulo: Parábola, s.d.
- Prandi, R. *Ifá, o Adivinho*. São Paulo. Companhia das Letrinhas, 2002.
- Santos, G. Linguagem e Decolonialidade: discursos e(m) resistência na trilha da aquilombagem crítica. In: Resende, V. de M. (Org.). *Decolonizar*

- os estudos críticos do discurso. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- Santos, I. da S.; Timbane, A. A. *A identidade linguística brasileira e portuguesa: duas pátrias, uma mesma língua*. Curitiba: Appris, 2020.
- Semedo, O. C. *Guiné- Bissau: história, culturas, sociedade e literatura*. Belo Horizonte: Nadyala, 2010.
- Semedo, O. C. *Sonéá: histórias e passadas que ouvi contar*. Bissau: INEP, 2000.
- Semedo, O. C. *No fundo do canto*. Belo Horizonte: Nandyala, 2007.
- Silva, E. K. S. da.; Cardoso, S. M. Conceição Evaristo: da mulher negra à escritora. *Revista Afro-Ásia*, vol.59, p. 77-101, 2019.
- Silva, E. K. S. da.; Conte, D. O vaivém das memórias em olhos d'água, de Conceição Evaristo. *Fólio-Revista de Letras*. Vitória da Conquista (BA). Vol.11, nº2, p.423- 434. jul./dez. 2019.
- Silva, J. F. da. Aspectos da oralidade em Niketche: uma história de pologamia. *Revista Crioula*. nº 20, 2º sem., p.186-207, 2017.
- Silva, M. da S. (Org.). *O feminino nas literaturas africanas de língua portuguesa*. Lisboa: CLEPUL, 2014.
- Triviños, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em Educação*. São Paulo: Atlas, 1987.
- Vicente, J. G.; Timbane, A. A. Políticas públicas e linguísticas: estratégias e desafios no combate às desigualdades sociais em Moçambique. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*. vol.2, nº4, p.114-140, jul./dez.2017.

## **AUTORES (em ordem alfabética)**

**ALEXANDRE ANTÔNIO TIMBANE**, Pós-Doutor em Linguística Forense pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014), Pós-Doutor em Estudos Ortográficos pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2015), Doutor em Linguística e Língua Portuguesa (2013) pela UNESP-Brasil, Mestre em Linguística e Literatura moçambicana (2009) pela Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique. É professor Permanente da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Instituto de Humanidades e Letras, Campus dos Malês, Bahia. Tem experiência no ensino e na pesquisa na área de Sociolinguística e Dialetoлогия com enfoque na variação e mudança lexical do Português (Estudos do Léxico), Contato linguístico e Línguas Bantu. Membro do Grupo de Pesquisa África-Brasil: produção de conhecimento, sociedade civil, desenvolvimento e Cidadania Global. Editor-chefe da Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras.

**ANTÔNIA VALDILENE ROCHA DE SOUZA**, Mestranda pelo Mestrado Interdisciplinar em História e Letras da Universidade Estadual do Ceará- MIHL- UECE. Possui graduação em Letras-Português pela Universidade Estadual do Ceará (2016), Licenciatura Plena em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (2009), Especialização em Metodologia do Ensino de História pela Universidade Estadual do Ceará (2011). Integra o Grupo de Pesquisa em Análise do Discurso Crítica: representações, ideologias e letramentos (UECE/CNPq). Concluiu em 2022, o Curso de pós-graduação *lato sensu* Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na modalidade de Educação a Distância, vinculado ao Instituto de Linguagens e Literaturas e Instituto de Educação a Distância na Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

**ANTÔNIO TEODORO MIGUEL NDAPASSOA** é doutor em linguística pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique, com interesses na política e planificação linguística e media. Lecciona jornalismo e media na Universidade A politécnica. Organizou as seguintes obras: “Serviço Público de radiodifusão- Desafios do presente e do futuro” (2011); “Estudo sobre o uso das línguas moçambicanas na Radiofusão” (2013); “Glossário de conceitos políticos, sociais e desportivos (Português-línguas moçambicanas)” (2015). Apresentou comunicações em seminários: “O

papel das academias no combate às fake News no combate”, em Julho de 2019; “O uso das línguas moçambicanas na Rádio Moçambique”, no fórum nacional de Educação Bilingue em Moçambique, organizado pelo Ministério da Educação e Cultura e Desenvolvimento Humano, em Abril de 2018 e participou do “IV Seminário sobre Padronização da ortografia de Línguas Moçambicanas”, organizado pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, em Maio de 2017.

**ARIGO SARAIVA** é natural de Mugeba, Distrito de Mocuba, Província da Zambézia. É Mestre em Linguística (2014), pela Universidade Eduardo Mondlane e Licenciado em Ensino de Línguas Bantu e Metodologias de Educação Bilingue (2008) pela mesma Universidade. Actualmente é Coordenador Provincial de Leitura e Escrita no Programa USAID-Vamos Ler!, implementando a estratégia do MINEDH, na melhoria da qualidade de ensino em classes iniciais (1<sup>a</sup> a 3<sup>a</sup>), através do Ensino Bilingue, na Província da Zambézia. É docente Universitário desde 2010, na Universidade Licungo, Quelimane. Foi formador de Professores no Instituto de Formação de Professores de Quelimane, no curso inicial, entre 2009 e 2010, onde leccionou as disciplinas de Metodologias de Ensino Bilingue e Línguas Moçambicanas. Co-autor de várias obras com realce: Lexicografia das Línguas Bantu; Livros de alunos da 1<sup>a</sup> à 4<sup>a</sup> classes em uso nas escolas de implementação do ensino bilingue nas províncias da Zambézia e Nampula, financiados pela USAID. Participou em várias conferências nacional e Internacionais.

**ARMINDO NGUNGA**, Moçambicano, Doutorado em Linguística em 1997 pela Universidade de Califórnia em Berkeley, Estados Unidos da América. É Professor Catedrático em Linguística Africana no Departamento de Linguística e Literatura da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo. Nesta Universidade, foi Director da Faculdade de Letras (1999-2004), da Faculdade de Letras e Ciências Sociais (2004-2007) e do Centro de Estudos Africanos (2007-2015). Actualmente, é investigador do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane. Trabalha em várias disciplinas de Linguística Teórica e de Linguística Descritiva das Línguas Bantu aos de níveis graduação e pós-graduação, tendo particular interesse em Gramática (Fonologia, Morfologia e Sintaxe) e Lexicografia das Línguas Bantu, bem como em planificação linguística e política linguística, principalmente no que tange à padronização da ortografia das línguas moçambicanas e uso destas na educação. Publicou e editou vários trabalhos de investigação entre

livros e artigos quer de Linguística Teórica, quer de Linguística Descritiva. Publicou também livros de leitura de ensino primário em línguas moçambicanas. O Professor Armindo Ngunga é membro da Academia Africana de Línguas e da Academia de Ciências de Moçambique e vencedor do Prémio de Excelência em Investigação do 1º Grau em 2014.

**BONIFÁCIO ERNESTO GUILUNDO**, Nasceu em Cumbana, região da província de Inhambane, em Moçambique. Frquentou o Ensino Primário até ao I Ciclo do Secundário Geral em Cumbana e concluiu o II Ciclo deste na Escola Secundária Emília Daússe de Inhambane. Licenciado em Ensino de Português pela Universidade Pedagógica de Moçambique, Delegação de Maxixe. Enquanto estudante, destacou-se em vários eventos académicos com comunicações, donde desponta o gosto pelas Literaturas Africanas, o espírito crítico e de pesquisa. Sua produção ensaística inspira-se em pensadores moçambicanos e estrangeiros: Francisco Noa, Teresa Manjate, Gilberto Matusse, Severino Ngoenha, Cristóvão Seneta, Lucílio Manjate, Rita Chaves, Russel Hamilton, Pires Laranjeira, Ana Mafalda Leite, entre outros. Atualmente, exerce funções de docência de Língua Portuguesa, na Escola Secundária de Muvamba, no distrito da Massinga, em Inhambane. Tem várias participações em eventos científicos nacionais. Sua pesquisa é direcionada para Literatura Moçambicana, focando-se em questões identitárias e memória.

**CRISÓFIA LANGA DA CÂMARA** é natural da Cidade de Maputo, em Moçambique, doutora em Linguística pela Universidade Eduardo Mondlane. Frequentou cursos de Teorias de Gramática, Sintaxe Generativa e Metodologia de Trabalho de Campo nas Universidade de Botswana e na Universidade Federal de Minas Gerais, respectivamente. É investigadora auxiliar do Centro de Estudos Africanos da Universidade Eduardo Mondlane onde trabalha na documentação e descrição de línguas moçambicanas. Áreas de interesse: Morfologia e Sintaxe das línguas bantu, documentação de línguas minoritárias, ensino bilingue, políticas linguísticas e contacto de línguas. Possui artigos publicados nas áreas de Linguística Teórica e Descritiva das Línguas Bantu. Possui uma vasta experiência na elaboração e revisão linguística de manuais de ensino em línguas moçambicanas, revisão de programas do ensino bilingue e na facilitação de professores em ortografia e estrutura das línguas bantu faladas no centro de Moçambique. Coordenou a Oficina Linguística que se realiza anualmente no CEA e desde 2019 é secretária executiva da LASU (Linguistics Association of SADC Universities).

**ERNESTO DIMANDE**, Linguista. Investigador Assistente. Mestre em Linguística Descritiva, pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), em 2014. Tem experiência de docência, ao nível de ensino primário, secundário, técnico-profissional e universitário. Na área de Linguística, interessa-se pela Sintaxe e Morfologia das línguas bantu. Actualmente, pesquisa os processos morfofonológicos e semânticos da concordância nominal e verbal de Xirhonga, uma língua do grupo bantu falada maioritariamente na zona sul de Moçambique. Para além destas áreas, também interessa-se pela Lexicografia, Tradução e Política Linguística.

**ESTELA PAULO SANDE**, é doutoranda do curso Educação e Currículo, na Universidade Pedagógica (UP-Maputo), tem Mestrado em Linguística Descritiva, pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane (Moçambique), em 2014, Mestre em Linguística Bantu, pela UP, Licenciada em Ensino do Português, pela Universidade Pedagógica (UP); É Linguista e investigadora Assistente. Tem experiência de docência, ao nível de ensino primário, secundário, técnico-profissional e universitário. Na área de Linguística, interessa-se pela Sintaxe e Morfologia das línguas bantu. Actualmente, pesquisa os processos morfofonológicos e semânticos da concordância nominal e verbal de Xirhonga, uma língua do grupo bantu falada maioritariamente na zona Sul de Moçambique. Para além destas áreas, também interessa-se pela Lexicografia, Tradução e Política Linguística.

**FRANCISCA KELLYANE CUNHA PEREIRA**, Graduada em Letras pela Universidade Federal do Ceará (2016). Possui experiência em Letras, com ênfase em Português e Espanhol. Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Literários da Universidade Estadual de Feira de Santana (2018), com dissertação sobre “a fluidez de gênero de personagens nos contos de Mia Couto”. É doutoranda do Programa de Pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Ceará, com pesquisa voltada para as representações do amor em personagens de Mia Couto. É professora de língua portuguesa para alunos do ensino fundamental em escola da rede privada em Feira de Santana-BA. Em 2022, concluiu o Curso de Pós-Graduação *lato sensu* Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na modalidade de Educação a Distância, vinculado ao Instituto de Linguagens e Literaturas e Instituto de Educação a Distância, da Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Participa como editora-chefe no

periódico Entrelaces (UFC), Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Literatura, atuando principalmente nos seguintes temas: Mia Couto, Feminino, Masculino e Contos.

**FRANCISCO DO NASCIMENTO GOMES FILHO**, nasceu em Caucaia -Ceará, aos 10 de setembro de 1988. Estudou o ensino fundamental e médio em Escola Pública. Frequentou e concluiu o ensino superior em Letras-Português em 2019, na Universidade Federal do Ceará, e concluiu o Curso de Especialização em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa em 2022, pela Universidade Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Atualmente exerce a profissão de professor a disposição da Secretaria Municipal de Educação de Caucaia (CE). Em 2022, concluiu o curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* Interdisciplinar em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na modalidade de Educação a Distância, vinculado ao Instituto de Linguagens e Literaturas e Instituto de Educação a Distância pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

**FRANCISCO PANGUANA** nasceu na cidade de Maputo, Moçambique. É licenciado em Ensino de Português com Habilitações em Ensino de Inglês pela UPM. É mestrando em Ensino de Português na UPM. Em 2013 iniciou a carreira de assistente de Educação Inclusiva nas Oficinas Pedagógicas da UPM. Foi responsável pela concepção e implementação de programas educacionais conducentes ao desenvolvimento de habilidade de literacia e numeracia de aprendentes com necessidades educativas especiais. Em 2014, foi docente de Português na Escola Secundária Albert Einstein-Maputo. Pesquisa sobre a educação inclusiva, ensino de línguas, educação para a cidadania, educação para paz, fonologia verbal, ensino da escrita e da leitura. Desde 2015, é docente de Português, Inglês, Ética e Pedagogia Geral e é revisor linguístico de documentos oficiais na Faculdade de Ciências Agrárias da Universidade Zambeze. É desde 2018, membro da Comissão Interna de Avaliação da Qualidade de Ensino (CNAQ) ao nível desta instituição. É coordenador Nacional da *Global Peace Chain* em Moçambique onde é responsável pela formação e gestão de embaixadores globais da paz.

**ISAÍAS MUCINDO ARMANDO MATE**, Doutorando em Ciências da Linguagem Aplicada ao Ensino de Línguas pela Universidade Pedagógica de Moçambique. Mestrado em Educação/Ensino de Português, pela

Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes da mesma universidade. Licenciado em Ensino de Português pela Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. Assistente Universitário, é docente de Língua Portuguesa, Literatura Portuguesa e Brasileira, Literatura Moçambicana e Culminação de Curso na Universidade Save – Maxixe. Conta com várias participações em eventos científicos nacionais e internacionais. Publicou vários textos literários, poéticos e em prosa, em antologias nacionais e internacionais. É Diretor do Curso de Graduação em Português, na Universidade Save-Maxixe e membro do grupo de pesquisa em Literatura, Cultura e Sociedade (LICUSO), da mesma universidade. Sua pesquisa foca-se nas manifestações literárias tradicionais moçambicanas, tradição e modernidade no contexto moçambicano, nacionalismo nas Literaturas Africanas, empréstimos lexicais nas línguas moçambicanas e práticas discursivas nos Meios de Comunicação Virtual.

**JOAQUIM JOÃO RAZÃO**, Moçambicano, Doutorando em Linguística desde 2018 pela Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique. É Mestre em Linguística africana em 2017 pela Universidade Eduardo Mondlane. É Docente investigador (Assistente) em Morfologia, Sintaxe, línguas bantu de Moçambique, no Departamento de Linguística e Literatura, da Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo. Actualmente, é produtor, tradutor e revisor linguístico de livros escolares do Ensino Bilingue no Instituto de Desenvolvimento da Educação e Alcance Editores. Publicou vários artigos científicos em Morfologia e Sintaxe e textos narrativos de carácter oral em Shona (Ciwutee).

**LEANDRO DE JESUS DA SILVA** é licenciado em Letras pela Universidade do Estado da Bahia, especialista em Educação Digital e Novas Tecnologias pela Universidade do Vale do São Francisco, Mestre em Estudos Literários pela Universidade Estadual de Feira de Santana, e é doutorando em Literatura e Cultura pela Universidade Federal da Bahia. Tem experiência com o magistério superior em curso de Pedagogia e Letras, respectivamente nas Faculdade do Sertão Baiano e Universidade do Recôncavo da Bahia, onde ministrou disciplinas na área de Leitura e Produção de Texto e Literatura. Atualmente é professor efetivo na Rede Estadual de Ensino da Bahia e na Rede Municipal de Ensino de Monte Santo (BA), ministrando as disciplinas de Português, Redação e Literatura Brasileira e Portuguesa. É especialista em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, na modalidade de Educação a Distância da UNILAB-Universidade de Integração



## Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**LUCÉRIO GUNDANE**, Mestre em Linguística pela Universidade Pedagógica; Licenciado em Linguística e Literatura pela Universidade Eduardo Mondlane. Autor dos livros: “Gramática Descritiva e Glossário Temático de Citshwa” (2019); “Morfologia e Fonologia Lexical em Citshwa: uma Análise e Descrição das Categorias TAMP em Bantu” (2018); “Didáctica das Línguas Bantu” (2017). Publicou 1 capítulo em Portugal e outro em Moçambique) e possui vários artigos científicos em revistas internacionais de especialidade. Foi avaliador do Concurso “Prémio Fernão Mendes Pinto da AULP/CPLP/ IC, edição 2020. É docente de Linguística Teórica e Descritiva do Português e das Línguas Bantu na UniSave-Maxixe, onde, igualmente, atua como Coordenador da Secção de Linguística e do Minor em Ensino de Citshwa. Já participou em mais de 50 eventos científicos, dentro e fora do país. As áreas de interesse incluem: Política e planificação linguística, Linguística Descritiva, Linguística Aplicada; Políticas sobre educação bilíngue em contextos plurilíngues; Ensino da Língua Portuguesa como L2 em contextos de diversidade linguística e cultural.

**MBIAVANGA FERNANDO**, Doutorado em Linguística Africana (2013) pela Universidade de Stellenbosch, África do Sul. Mestre em Linguística Africana (2009) pela UNISA, África do Sul. Possui licenciatura em Ensino de Língua Inglesa como língua estrangeiro (1999) pela Universidade Agostinho Neto, Angola. Professor Associado e investigador no Instituto Superior de Ciências da Educação de Luanda, (ISCED-Luanda), onde leciona nos cursos de graduação e pós-graduação; também leciona nos cursos de pós-graduação na Faculdade de Humanidades da Universidade Agostinho Neto. É autor de livros, de capítulos e de artigos nacional e internacional; possui participações nos júris de teses de doutoramentos e dissertações de mestrados, actualmente coordena o Mestrado em Metodologia de Ensino de Línguas no Ensino Secundário, e é coordenador de linha de pesquisa Língua, sociedade, educação e políticas públicas educativas no mestrado de Ensino da Língua Portuguesa e Ensino das Literaturas em Língua Portuguesa, consultor do projecto Palma do Centro de Linguística de Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, Portugal; tem interesse investigação nas áreas de linguística formal, interacção lexico-semântica e sintaxe, corpus linguística, políticas linguísticas educativas, língua e educação.

**RUTE SOUZA SILVA**, Licenciada em Letras - Língua Portuguesa e Literaturas pela Universidade do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Teatro pela Associação Educativo-Cultural Tarcília Evangelista de Andrade. Especialista em Estudos Linguísticos e Literário pelo Instituto Pró-Saber (2015). Atuou na Secretária em Associação Educativo-Cultural Tarcília Evangelista de Andrade, foi Estagiária de Língua Portuguesa em Secretaria de Educação de Jacobina em 2016. É professora de Teatro em Ponto de Cultura de Gavião. Foi tesoureira em Associação Educativo-Cultural Tarcília Evangelista de Andrade em 2017 e foi auxiliar de secretaria em Centro Educacional Profª Alice Barros de Figueiredo (2016 a 2017). É professora de Língua Portuguesa no Centro Educacional Profª Alice Barros de Figueiredo desde 2018. Concluiu o Curso de especialista em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa em 2022, pela Universidade de Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira.

**SALOMÃO ANTÔNIO CARLOS MASSINGUE**, Doutorando em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Brasil. Mestrado em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa pela Faculdade de Ciências da Linguagem, Comunicação e Artes da Universidade Pedagógica de Moçambique. Licenciado em Ensino de Português pela mesma Universidade. Integrado na carreira de Assistente Universitário, é Docente das Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade Save. Publicou vários artigos científicos e ensaios na área de língua, tradução e Literatura em revistas científicas de Moçambique, Angola e Brasil, participando, igualmente, como avaliador. Foi editor e revisor linguístico da Revista Guti, Letras e Humanidades. Sua pesquisa está direcionada para as relações entre Memória, História e Esquecimento nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa. É pesquisador e membro do GEPECCA, da Universidade Estadual do Amazonas, Brasil. Membro do Grupo de Pesquisa em Literatura e Memória do PPGL-FURG, membro e pesquisador do Grupo de Pesquisa “Literatura, Cultura e Sociedade” da UniSave.

**TERESA MANJATE**, é Doutora em Literatura Oral e Tradicional Africana, pela Universidade Nova de Lisboa. Actualmente é investigadora no Centro de Estudos Africanos e docente na Faculdade de Letras e Ciências Sociais, da Universidade Eduardo Mondlane, em Maputo. É colaboradora na Universidade de Eswatini, na República Eswatini. Colabora com a Universidade Pedagógica-Maputo, com Universidade de Rovuma (Nampula) e com Universidade de Zambeze (Beira) nos Cursos de Pós-graduação (Mestrados e Doutoramentos). Colaborou também com a

Universidade A Politécnica (Maputo) e com Africa University-Zimbabwe. É membro do Instituto de Estudos de Literatura e Tradição e da Associação Internacional de Paremiologia.

